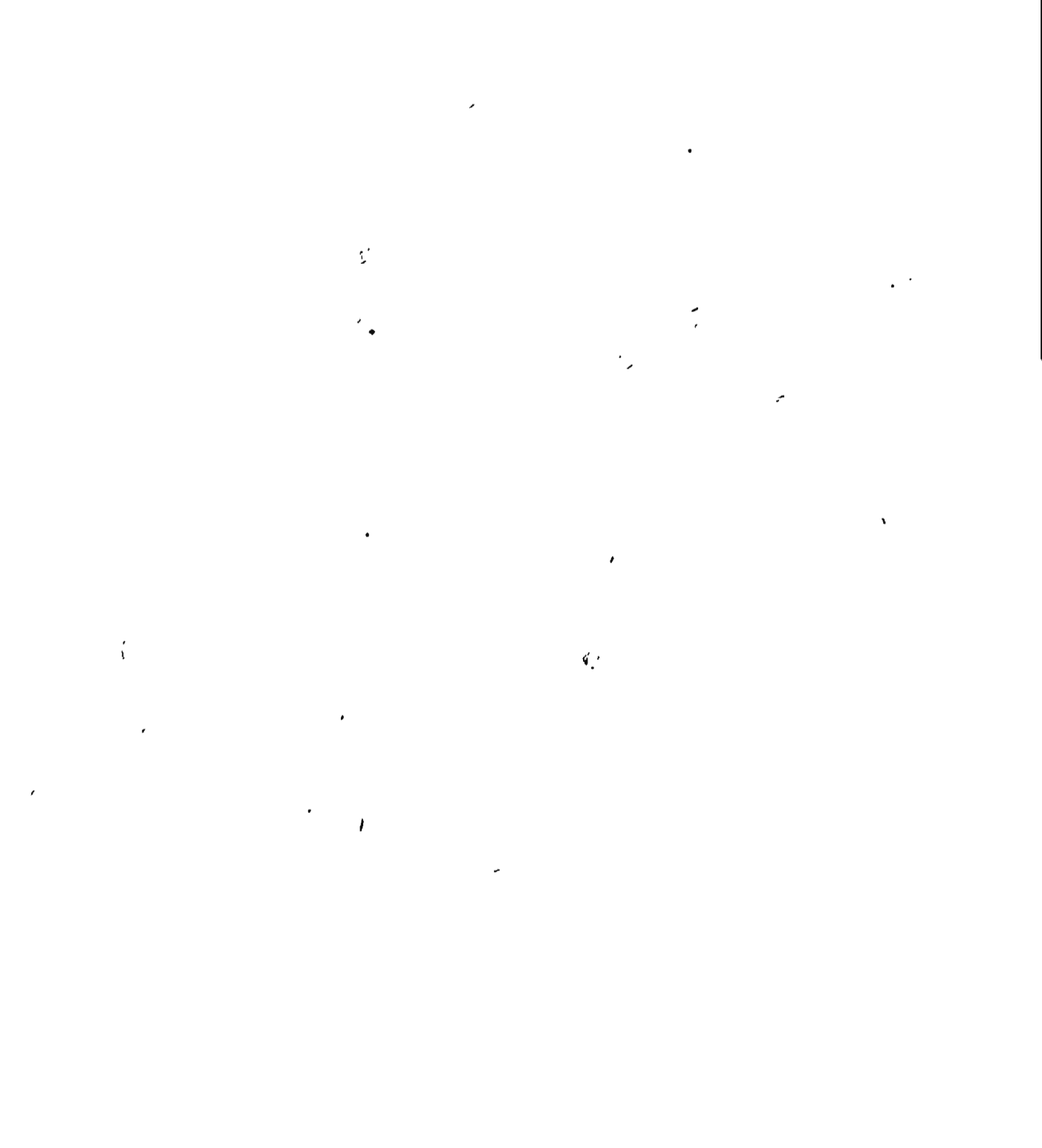


A JULIA



JÚLIO PATERNOSTRO

★

VIAGEM
AO
TOCANTINS

Edição Ilustrada

★

984
3523
25 248

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Bahia — Pará — Porto Alegre

1945

52-1001

no. 43381

col. German 43381-2

IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Printed in the United States of Brazil

VIAGEM AO TOCANTINS

INDICE

PREFÁCIO	13
AS RAZÕES DÊSTE LIVRO	15

PARTE PRIMEIRA

O INTERIOR

Capítulo	I. Visão de conjunto do interior do Brasil	19
Capítulo	II. Os rios foram adversos aos desbravadores do sertão	27
	As condições naturais de navegabilidade dos rios brasileiros	30
Capítulo	III. A geografia do país influi na atividade de seus habitantes	37
	O predomínio do gado na economia do Brasil Central	43
Capítulo	IV. O Tocantins -- Rio de planície e de planalto	47
	Situação geográfica	47
	Perfil de equilíbrio	49
	Flora	51
	Clima	51
	Afluentes	53
	O descobrimento pela raça branca	55
	Transportes	56
	Riquezas	57
	Habitantes	58

PARTE SEGUNDA

O BAIXO TOCANTINS

Produção extrativa vegetal

Capítulo	V.	63
	Itinerário	63

		No Museu do Pará não vi coleção de mosquitos	63
		Os "gaiolas" do Amazonas navegam menos de 300 kms. no Tocantins	64
		De Alcobaca em diante o tipo principal de embarcação é a falua com motor a gasolina ou óleo Diesel	64
Capítulo	VI.	A partida de Belém	67
		Em Igarapé-Mirim, 58 % dos óbitos são de crianças	68
		As espécies higrofiticas da "maré" Engenhocas com nome de usinas	69
		Dispositivos para a pesca	70
		Embarcações a remo	70
		Aves	71
		Mamíferos	71
		Peixes	72
		O "gaiola" consome lenha e o saque à floresta representa o ganho de muitos habitantes da "maré"	72
		Trabalho de seringueiro	73
		O Padre Antônio Vieira não realizou seu plano de colonização em Cametá	75
		Cametá não teve boa sorte	76
Capítulo	VII.	Referências do Capítulo VI	77
		79
		Baião, vila fundada há 241 anos construiu uma casa de dois em dois anos	79
		Os apanhadores de castanha vivem isolados na mata	80
		Uma palhoça na margem do Rio significa um porto	80
		Uma forma epidêmica de broncopneumonia é a doença dos apanhadores de castanha	82
		Os castanhais do Baixo-Tocantins	82
		Como trabalham os apanhadores de castanha, da classe dos párias de nossa civilização	83

		A Inglaterra importa castanha do Pará há mais de um século	84
		Referências do Capítulo VII	86
Capítulo	VIII.	87
		Alcobaça, ponto terminal da linha dos "gaiolas"	87
		A estrada de ferro que gorou . .	88
		Os habitantes da "maré" lembram os japoneses	91
		O "conto do vigário" numa companhia norte-americana	94
		Os leprosos vivem disseminados no interior do Pará	95
Capítulo	IX.	Referências do Capítulo VIII	96
		97
		As faluas que sobem o Rio, de Alcobaça a Marabá, gastam 1 litro de gasolina por quilômetro . . .	97
		A travessia das corredeiras	98
		Há 80 anos fizeram-se estudos para remover os obstáculos das corredeiras, as quais inda ameaçam a navegação	102
		Referências do Capítulo IX	105
Capítulo	X.	107
		Marabá é o porto mais movimentado do Tocantins	107
		Na confluência Araguaia-Tocantins é difícil saber-se qual dos dois grandes rios é o tributário.	112
		Os passageiros dos "motores" do Tocantins lavam os pratos	113
		Os maranhenses invadiram o extremo Norte de Goiás	115
		Referências do Capítulo X	118

PARTE TERCEIRA

O MÉDIO - TOCANTINS

Produção extrativa vegetal e pecuária

Capítulo	XI.	123
		Os babaçus acompanham as margens do Tocantins da confluên-	

		cia do Araguaia até o povoado de Cocos	123
		Pequenas aglomerações humanas se localizam a montante de um povoado maior, que denominam "comércio"	124
		As povoações mais antigas são camufladas nas barrancas do Rio Boa - Vista do Tocantins, cidade principal do extremo Norte goiano	127
		Referências do Capítulo XI	131
Capítulo	XII.	133
		"Brasileiros civilizados" versus "Brasileiros primitivos"	133
		Os Açuriris e Gaviões	135
		Os Apinagés	137
		Os Cherentes	147
		Referências do Capítulo XII	150
Capítulo	XIII.	153
		Quem tiver pressa não viaje no sertão	153
		Os goianos atravessavam o gado a nado para escapar aos impostos do Pôsto Fiscal do Tocantins	154
		A cidade de Carolina foi o pomo da discórdia na fixação dos limites entre os Estados de Goiás e Maranhão	156
		Filadélfia vive da pecuária e da garimpagem	157
Capítulo	XIV.	159
		A montante de Carolina, acentuam-se as características do Tocantins como rio de planalto	159
		Decorrido um século da descoberta do Brasil, os jesuítas vindos de Belém do Pará utilizaram o Tocantins como rota para o Paraguai	161
		A política econômica de Portugal paralizou o tráfego do Tocantins durante cinquenta anos	165

		O povoado que se transformou na atual cidade de Carolina, teve papel histórico na Independência do Brasil	169
		Referências do Capítulo XIV	172
Capítulo	XV.	173
		Há dois séculos que os batelões são o meio de transporte do médio Tocantins	173
		Onde os barqueiros também são vaqueiros	175
		A balsa é uma palhoça ambulante que desce o rio. Utilizam-na os compradores de "esticados"	180
		As nascentes do rio Manuel Alves Grande são próximas das do Parnaíba. Utilizado como aquavia em 1798, o Manuel Alves Grande continua em pleno estado de natureza	183
		Afluem ao Tocantins, três rios com o nome de Manuel Alves ..	185
		Para os barqueiros a malária significa apenas a perda de uma hora de trabalho, dia sim outro não..	185
		Referências do Capítulo XV	188
Capítulo	XVI.	189
		Em Pedro Afonso, a brincadeira do "boi" se faz dentro da igreja.	189
		Os habitantes das povoações marginais do Tocantins tomam banho nus ao ar livre	191
		Situação social da mulher	192
		A vida sexual não tem as complicações criadas pela civilização	192
Capítulo	XVII.	197
		O rio do Sono estabelece ligação da bacia do São Francisco e do Tocantins	197
		No Segundo Império pretendeu-se articular as vias navegáveis do São Francisco e Tocantins por um segmento de via férrea	199
		Referências do Capítulo XVII...	200

Capítulo XVIII.	201
Em Pedro Afonso troquei o transporte fluvial pela viagem a cavalo	201
Os caminhos das tropas	203
No Século XVIII, os piauienses trouxeram o gado das margens do São Francisco para o vale do Tocantins	205
Cria-se o gado em terras do domínio público	207
Em 1935, o trabalho do vaqueiro obedecia às mesmas regras que as de um século passado	209
Os criadores são mais "humanos" que os fazendeiros	212
Capítulo XIX.	215
Durante semanas, a nossa comitiva foi a única que transitou nos caminhos "reais"	215
Os habitantes de Piabanha se opuseram à colheita de sangue, supondo que eu fosse um emissário do Anti-Cristo	217
Os arredores de Piabanha exigem um levantamento geológico rigoroso para a prospecção do petróleo	219
As "enseadas" são oásis dos vastos cerrados	219
Região pastoril em que não se bebe leite	221
De Porto-Nacional rio-acima principia a área de influência do negro	223
Capítulo XX.	229
Falta de médicos	229
Doenças endêmicas	231
Malária	231
Transmissores da malária	233
Artrópodos capturados durante a viagem	235
Outras espécies de artrópodos	236

Sífilis	236
Bócio	237
Leishmaniose	238
Ancilostomose	238
Ofidismo	239
Epidemias	239

PARTE QUARTA

O ALTO - TOCANTINS

Pecúria e produção extrativa mineral

Capítulo XXI.	243
Afastávamo-nos pela primeira vez do Tocantins no sentido de leste	243
Natividade : povoação que nasceu fora da lei	244
Voltando, rumo oeste, às margens do Tocantins	245
Palma é uma povoação tão gentil como Natividade	246
Os palmenses esperavam que se incluísse sua povoação na rota aérea do correio militar	249
Não basta apenas escolher situações geográficas privilegiadas para que as povoações progridam	252
Capítulo XXII.	257
O "vão" do Paranã é habitado pelo gado selvagem	257
O Paranã imita o rio do Sono, unindo as bacias do São Francisco e Tocantins	258
No Século XVIII dez mil escravos desviaram o curso do rio Maranhão, para extrair ouro	259
Os rios que formam o Maranhão constituem o extremo-sul da bacia do Tocantins	261
Referências do Capítulo XXII	263
Capítulo XXIII.	265
O Alto-Tocantins significou para Portugal um segundo Moçambique	265

	Extinta a mineração, o Alto - Tocantins se comunicou com Belém do Pará	268
	As cidades do São Francisco tomaram o lugar de Belém do Pará, cuja influência comercial se extendia até o Alto - Tocantins	269
	Os baianos utilizam-se do Alto - Tocantins como zona de transição para comerciar em São Paulo	272
Capítulo XXIV.	Deixamos de vez as margens do Tocantins	275
	É um grande seio de Abraão este vale que percorremos	276
	A Independência do Brasil evitou que a Província de Goiás se dividisse	277
	No isolamento em que vivem, os habitantes do vale do Tocantins se interessam apenas pelos fatos locais	280
	Em 1935 a presença de um automóvel no Alto - Tocantins era um acontecimento extraordinário	282
	Os raros habitantes do Espigão Mestre, que separa Goiás da Bahia, desconhecem os limites dos dois Estados	283
	A paisagem desmente o nome que deram à lagoa Feia	286

PARTE QUINTA

O SUDOESTE GOIANO

Pecudria, garimpagem e produção agrícola

Capítulo XXV.	A descrição do vale do Tocantins corresponde à da região Norte do Estado de Goiás	291
	A região Sul de Goiás apresenta outros aspectos, devido ao maior contáto com a civilização do litoral	291
		292

VIAGEM AO TOCANTINS 11.

Santa Rita do Parnaíba	295
O Sudoeste goiano sofre influên- cia do Triângulo Mineiro, e êste do Estado de São Paulo	297
Bandos de ciganos andam em Goiás desde os fins do século XVIII	299
Uma estalagem que amenizava o percurso cheio de obstáculos ...	300
A rodovia Canal São Simão-Esplana- nada, aspiração máxima dos ha- bitantes do Sudoeste goiano	301
Para o Sudoeste goiano converge o gado do Alto - Araguaia. É uma zona onde se justifica a montagem de um importante Frigorífico ..	302
Em algumas escolas primárias do Brasil Central, as crianças não sa- bem qual é a Capital do país ...:	304
Nos garimpos do Alto - Araguaia, os processos que empregam na extração dos diamantes são os mais primitivos	305
Os garimpeiros, além de desco- brirem diamantes, já fizeram deputados e senadores	306

PARTE SEXTA

O CENTRO DE GOIÁS

Pecúria, produção agrícola e extrativa mineral

Capítulo XXVI.	313
As minas de ouro, exploradas no século XVIII, significaram para o centro de Goiás, abertura de ta- lhados, construção de regos e edi- ficações de povoações em péssima situação geográfica	313
O panorama descrito em 1819, por Saint - Hilaire, ainda é o mesmo	314
Buriti - Alegre, o município onde mais se inverna o gado	314

Miseráveis choupanas constituem o balneário de Caldas Novas	317
Ao longo da E. F. Goiás, cujas estações extremas distam 393 km.	318
Quatro municípios que necessitam de sangue novo	326
Sono de duzentos anos	334
O sobrenatural no Araguaia	338
O despertar	345
Referências do Capítulo XXVI .	348

PREFACIO

VIAGEM AO TOCANTINS — do Dr. Júlio Paternostro — é livro honesto e sincero. O autor pertence à corrente dos jovens brasileiros que entendem de considerar a sua Terra com tôdas as suas maravilhas, mas também com tôdas as suas tristezas. A minha geração concorreu muito para implantar aqui essa orientação. Antes, para agradecer ao rei e por preguiça mental, todo mundo repetiu, como verdade indiscutível, o canto do poeta. Nosso céu tinha sempre mais estrélas; nossos bosques, mais flores. A gente do meu tempo resolveu contar as estrélas; e verificou que, afinal, o céu era igual aos outros. Foi ver, de perto, as flores dos bosques; e achou que, além delas, as nossas matas também têm muitos espinhos.

Começou então uma nova era para os moços do Brasil. Quebrou-se o amavio e a mentira foi morrendo. Há muita luz — é certo; mas não há menos sombras no quadro. Nasceu, porventura, disso tudo, algum prejuizo do nosso ardor patriótico? Suscitou-se por acaso alguma onda de pessimismo demolidor? Ninguém o dirá. Ninguém estima conscientemente o que não conhece. E não é conhecer, deixar de lado os aspectos deprimentes e só se embalar nas doçuras dos outros aspectos...

O livro de Paternostro é um repositório riquíssimo de dados e informações colhidas com argúcia e visão ampla. Uma espécie de relatório — *Visum et repertum* — como dizem os médicos legistas, que só devem escrever ali o que viram.

Nem sempre estarei de acôrdo com tôdas as suas idéias; mas isso mesmo representa valor do livro.

Agita questões de alta significação para a nossa Terra. Presta o grande serviço de renovar o pensamento nacional a propósito de muitos casos. Na maioria das vezes, isso é fundamental. Na hora atual não basta raciocinar sobre o que deveria ser; é preciso, antes de mais nada, ver e saber como é...

"VIAGEM AO TOCANTINS" pertence à corrente moderna dos jovens brasileiros que desejam conhecer sua Terra, sem esconder o que nela pode existir de menos encantador.

E' livro honesto e sincero.

ROQUETTE PINTO

AS RAZÕES DESTES LIVROS

Trabalhando de 1934 a 1938 no Serviço de Febre Amarela (cooperação da Divisão Internacional de Saúde Pública da Fundação Rockefeller com o Governo Brasileiro), tive oportunidade, como quase todos os seus médicos, de viajar pelo litoral e interior do Brasil.

Os meus itinerários iniciavam-se da sede do Serviço, no Rio de Janeiro, e, conforme a natureza do trabalho, partia, ora em companhia de colegas, ora só, e utilizava-me de todos os meios de transporte do país.

Algumas viagens duravam dias, outras meses. Em certas ocasiões, demorava-me horas, e em outras, várias semanas nos lugares de destino. Pisei, desse modo, terras de dezesseis Estados.

As várias regiões que percorri mostraram-me a realidade brasileira que me fôra escondida na escola. Até então, confundia grandeza com pujança, rios com navegação, vida de quatrocentos anos com adiantamento. Fô-me impossível compreender a paisagem com os dados que a instrução oficial me forneceu. Tentéi sentir as frases do "ufanismo" com que vestiram a história e a geografia do meu país, mas os fatos o impediram.

Os meus itinerários proporcionaram-me abundantes ensejos para apreciar os aspectos da natureza e as relações que com ela o Homem estabelece.

Muitas vezes, a falta de experiência e cultura especializada em setores alheios à minha profissão, e, outras, a urgência do meu trabalho profissional não me permitiram aprofundar as observações. Contudo, coligi notas de ordem geral sobre as regiões visitadas.

Entre maio e setembro de 1935, realizei a *Viagem ao Tocantins* com o objetivo de colher material para co-

nhecer a distribuição da imunidade da febre amarela entre os habitantes do grande rio do Brasil Central. A incumbência que me foi designada serviu de modesta parcela para o trabalho do Dr. Fred L. Soper: — "The geographical distribution of immunity to yellow fever in man in South America", publicado em *The American Journal of Tropical Medicine*, Vol. 17, n.º 4, Julho, 1937.

As notas dessa viagem originaram este livro. Se ele merecer dos leitores a consideração de um subsídio para o conhecimento de determinado território do meu país, ficarei satisfeito, pois, a bacia do Tocantins quase não ocupou a nossa literatura de viagens.

As estampas das figs. 2, 6, 7 e 8 preenchem uma falha das publicações e mapas da região, pois, até então não registavam a distribuição da flora e os afluentes que mencionamos. É óbvio que estudos futuros e especializados aperfeiçoarão ou retificarão tais apontamentos.

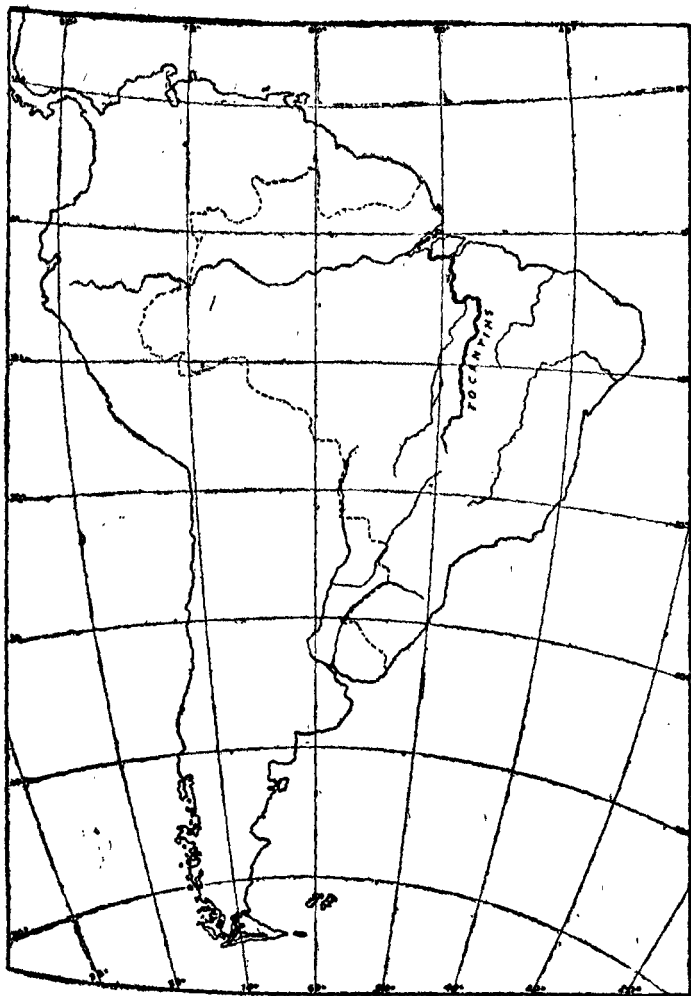
Poucos meses antes da *Viagem ao Tocantins*, de novembro de 1934 a março de 1935, percorri o Sudoeste e o Centro de Goiás. As observações desse roteiro (partes quinta e sexta) completam minhas impressões da região do grande rio.

Os meus amigos Carlos Paternostro, com sua cultura geral, Afílio Correia Lima, que confeccionou os desenhos, J. Aires da Silva, que me forneceu fotografias de sua coleção, contribuíram para a apresentação deste livro. Aos três, deixo consignada aqui a minha sincera gratidão.

J. P.

NOTA : Por circunstâncias independentes de minha vontade, só em 1942 a Companhia Editora Nacional programou este livro em suas edições, e agora, em 1945, lança-o à publicidade. Aparece a *Viagem ao Tocantins* como foi entregue aos editores, naquele ano.

O AUTOR



O INTERIOR

VISAO DE CONJUNTO DO INTERIOR DO BRASIL

Se tomássemos hoje o avião que vai de Tere-sina a Belém do Pará, sobrevoariamos uma região do norte do país a qual não se modificou nestes sete anos. Essa rota aérea da "Condor" não existia em 1935, ano em que fiz a viagem de barco e a cavalo.

As vilas que se debruçam e os barcos que andam no rio Tocantins e afluentes são os mesmos. A flora, desde a cabeça-de-frade entre os fios d'água das contravertentes da bacia do São Francisco até a aninga que cerca as bôcas do caudal amazônico, não mudou.

A ausência de estradas de ferro e rodagem, a navegação fluvial rudimentar, conservam inalterável a fisionomia daqueles milhares de quilômetros quadrados. As savanas continuam a ser mordidas por um gado raquítico e espalhado. As reduzidas plantações de cereais limitam-se às "enseadas", e os minúsculos fumais só crescem nas terras da vazante. Admite-se que o subsolo deve ser rico de minérios indispensáveis à indústria moderna, mas por enquanto é inexistente.

Ainda não foi permitido ao habitante do vale do Tocantins aproveitar a maior parte das riquezas

que o rodeiam. Vive uma vida primitiva, no mesmo ritmo da de um século passado, embora há três anos, periodicamente, venha levantando os olhos para ver as asas rutilantes do avião que chega do litoral.

A geografia do centro e do norte do país move-se tão vagarosamente que parece estática.

Quase todo o território nacional fora da influência marítima apresenta condições sociais semelhantes. Nos Estados Brasileiros deparamos com povoados, arraiais, vilas e cidades decadentes, perdidos na imensidão do solo. Não é preciso ir longe do Rio de Janeiro para contemplá-los. Com três horas de automóvel, ao deixarmos o macadame que se dirige para Juiz de Fora, encontramos Cebolas, no Estado do Rio ou Santana, em Minas, os quais reproduzem o mesmo aspecto de São Domingos em Goiás, Nioac em Mato-Grosso, Águas-Belas em Pernambuco ou Baião no Pará, distantes dias e dias da Capital da República.

O Brasil ocupa a maior extensão costeira dos países que orlam o Atlântico Sul e ostenta aos que nêle desembarcam um aspecto diverso do que se encontra no cerne continental. As Capitais ou centros urbanos, que se alinham na costa, exibem o progresso do Século e escondem o atraso do grande espaço, cuja largura máxima vai de Cabedelo às nascentes do Javari, e comprimento máximo, da foz do Chui à do Oiapoque, tendo cada uma dessa dimensões quatro mil e quinhentos quilômetros aproximadamente.

Quem habita o nosso grande espaço continental é o sertanejo. Pária da civilização brasileira, magnificamente aclimatizado e marcado por grande docilidade de caráter, estaria em outra fase

cultural se houvésssemos tido outra orientação administrativa.

Parte do atraso que se observa no interior do país deve-se à mística, na qual todos fomos embaçados: "terra de ouro e esmeraldas"... Geralmente aquêles que se encarregaram de conduzir o nosso desenvolvimento aprenderam corografia "ouvindo estrêlas", sem ser picados por mosquitos, sem compreender a realidade dêstes oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados.

Os brasileiros de vida litorânea, alimentados com a cultura européia perderam a noção do continente inexplorado e desconhecido que se estendia atrás dêles. Durante êstes quatro séculos de vida nacional reservamos para nossa terra apenas os sentimentos afetivos primários. A visão panorâmica de rios, vales e montanhas serviu apenas para despertar emoções estéticas.

Nossos administradores, cegos pela imaginação da terra "dádiosa e boa", não perceberam que as "bandeiras", as picadas dos buscadores de ouro, as correrias dos caçadores de índios, nos séculos da colonização, apesar de tôda a audácia, não conseguiram estabelecer uma rêde de meios de transporte no país, devido aos obstáculos geográficos. Não viram que muitas aglomerações humanas do interior, originadas da bateia, do curral ou da capela eram apenas vilas de passagem, acampamentos transitórios, fadados à decadência. Esqueceram-se de que o contingente europeu que desembarcou e invadiu o sertão, desde a descoberta do Brasil, não era gente de ideal a ponto de pretender transformar o novo *habitat* numa pátria unida e operosa.

Para o Brasil, não veio gente como a que desbravou, na mesma época, a América do Norte. Os Puritanos e os Huguenotes, enquanto abriam clareiras no Novo Mundo, disseminavam rígidas regras de moral e de previdência. Perseguidos em suas pátrias, êles edificavam uma outra, modelada com os princípios políticos e religiosos pelos quais se batiam e lhes motivaram o exílio.

E, também não aportou gente como a que construiu cidades no interior da América Espanhola. No Brasil não desembarcou um Cortez, que desarmou a sua nau e carregou o madeiramento para o interior com o fim de edificar as casas.

Os portugueses viram o Brasil apenas como uma terra de onde tudo se devia retirar: as vilas e caminhos que fizeram no sertão tinham caráter provisório. A história da colonização foi um ato de drenagem: os produtos vegetais extrativos e agrícolas e o ouro escoaram-se ininterruptamente do sertão para o mar. Os utensílios que da costa iam para o interior só serviam àquela drenagem. A marcha para o sertão representou destruição de florestas, esgotamento de jazigos em benefício dos países estrangeiros ou quando muito do nosso litoral.

Por outro lado, se o português deixou de modelar nesta Terra uma pátria no sentido material, também não se preocupou em formar uma mentalidade específica de seus habitantes. Não impôs nada...

As gerações brasileiras vieram-se desenvolvendo muito a sabor das circunstâncias das épocas do mundo, recebendo influência de "tutti quanti" que por aqui aportaram posteriormente.

Talvez o único caráter nacional que possuímos é a ausência de rigidez afetiva. A “amizade” é tudo para nós, entra em todos os setores de nossa atividade. E isso devemos, possivelmente, ao desleixo com que o colonizador nos tratou.

Parece-nos que, para sermos cidadãos do mundo futuro, êsse caráter é vantajoso. E, então, agradeceremos ao português por nos ter deixado como barro informe...

O material humano que se despejou da África no sertão satisfez-se com a vida de “engorda” na selva brasileira, menos agressiva que a africana. Os negros, embora escravos sentiram-se “livres” num território onde o açoite lhes era suave em comparação com a morte que lhes davam as tribos guerreiras do continente de onde provinham. A revolta de grupos — os quilombos e “os Palmares” — violentamente abafada pelos seus exploradores, pouco repercutiu na massa. As atitudes antiescravagistas de seus irmãos de raça ou daqueles que se guiavam por princípios opostos da mentalidade escravocrata do Governo, os acontecimentos internacionais que impeliram a abolição soaram ao ouvido do negro como uma dádiva da Princesa branca.

Os índios nada mais queriam que a vida indolente e vagueante a que estavam acostumados; reagiram sempre contra outro modo de viver que se lhes tentou inculcar. Jamais foram escravos, sempre prisioneiros de guerra ou da catequese.

As casas-grandes do açúcar, cheias de sexo e costumes africanos, de alimento preparado por escravos, deram aos seus senhores, nos Séculos XVIII e XIX, um bem estar físico que lhes despertou o desprezo ou hostilidades pelos brancos e mestiços

do artesanato e do funcionalismo débil do Estado nas vilas e povoados circunvizinhos. Os fazendeiros de café que aproveitaram inicialmente os escravos e depois os colonos imigrantes seguiram as pegadas dos senhores de engenho. A mentalidade feudal, criada em terras brasileiras, não se alterou no ano de 1888 com a saída dos escravos de engenhos e fazendas para as vilas e cidades. Estas permaneceram sob a gestão dos grandes proprietários rurais, mesmo com o advento da República.

Até hoje, no interior do país, observa-se influência manifesta dos latifundiários na vida dos municípios.

Sob o ponto de vista psíquico-social, o abandono do sertão é um legado que muitos brasileiros receberam dos ascendentes.

Nos Séculos XIX e XX operou-se um movimento migratório inverso dos séculos anteriores. Deu-se um desfalque qualitativo de material humano no interior. Os homens de maior energia, de grande fôrça de vontade, trocaram o sertão pela vizinhança do mar. Voltaram do Oeste para o Leste, onde a civilização crescente dava-lhes mais independência e maior conforto material. Deixaram nas vilas e povoados distantes, isolados na imensidão do território, sem meios fáceis de comunicação, os fracos de corpo e espírito — velhos e crianças, privados de iniciativa, dependentes do regime econômico feudal e destinados a regredirem numa vida apática. Aquelas cenas que se passavam nas fraldas da Serra do Mar no Século XVII, quando as vilas se despediam de indivíduos corajosos que demandavam o sertão, êste assistiu, por sua vez, quando a urbanização do litoral se incentivou.

Na mesma época, fenômeno inverso se passou nos Estados Unidos da América do Norte, onde as grandes regiões do "Middle West" e Oeste receberam os pioneiros vindos do Atlântico. Porém, lá como aqui, o fenômeno migratório teve a mesma característica fundamental do espírito humano: — a procura da independência econômica e moral. Os norte-americanos fugiram das grandes aglomerações da costa Atlântica devido aos "senhores urbanos"; os brasileiros vieram do sertão devido aos "senhores rurais". E, a seu modo, cada regime econômico faz a própria geografia.

Num novo movimento migratório, grande história terá a geração que dominar a natureza do Centro e Norte do país submetendo-a ao aproveitamento humano.

E, essa perspectiva, ao nosso ver, será consequência das duas grandes energias de que a humanidade dispõe neste século: o socialismo e a eletricidade.



II

OS RIOS FORAM ADVERSOS AOS DESBRAVADORES DO SERTÃO

A colonização dum país dependeu sempre da água. No comêço o mar; depois os rios.

A idéia do descobridor foi povoar a costa, para que, guarnecida de gente, se impedisse o desembarque de tropas doutros reis, que naquela época se interessavam na incorporação de terras novas aos seus domínios. A produção de beira-mar também seria menos trabalhosa para encher as naus portuguesas do Século XVI. A função da Metrópole foi sempre a de rapinagem.

A cata de riquezas, o espírito de aventura dos recém-chegados eram sofreados pelo Governo de Ultra-mar, que não permitia a penetração, a não ser por "entradas" fiscalizadas por seus funcionários. Os reis portugueses preferiram que não se abrissem clareiras, que não se rasgassem caminhos, que não se descobrissem novas minas, porque lhes seria difícil controlar o extravio de ouro ou cobrar os quintos. Até certo momento lhes foi possível manter o desbravamento por etapas; os indivíduos que a Metrópole enviava ao Brasil pertenciam a uma casta de gente humilde e dócil, que quando

roubava era ninharia e se arriscava às torturas, devido à delação comum entre êles.

As praias limitadas por altas serras, que escondiam as selvas do interior, chegaram inicialmente burocratas tímidos, os quais choravam as aldeias de onde vinham, o "seu rico Portugal", e latagões de pesadas armaduras e escaldantes viseiras que compunham os submissos exércitos medievais da Europa do Século XVI. Traziam a mentalidade formalística e escolástica, que só compreendia o mundo sob a rigidez dos princípios de uma Igreja internacional que dominava as nações ocidentais como se fôsem uma família aterrorizada pela idéia do inferno e outras fatuidades. Desembarcavam sem entender o novo mundo que se abria aos seus olhos. Enchiam de melodias tristes os ares que bandos alegres de periquitos e de araras espalhafatosas cortavam em todos os rumos. Continuavam acorrentados aos métodos de servilismo e de parcimônia num novo *habitat*, cuja natureza exhibia irreverência e largueza. Amontoavam-se em casinholas e ruelas estreitas de beira-mar, não para se defenderem do clima ensolarado, pois não tinham noções dessas proteções, mas devido ao costume impôsto pelo regime social do país de onde provinham.

À medida que as atividades da Colônia cresciam e outras terras do Oriente exigiam maior número de burocratas, a Metrópole permitiu que exilados voluntários e degredados viessem para o Brasil. Êstes traziam qualidades que melhor se coadunavam com as das terras virgens. Não pertenciam à casta dos servis, não dependiam dos salários da Metrópole, não choravam como os outros "o seu rico Portugal", onde a sorte lhes fôra ad-

versa, é a viagem transoceânica até certo ponto lhes aparecia como uma libertação.

Embora naquela época Portugal, por estar absorvido em singrar os sete mares, não tomasse parte na Reforma e Renascença que bafejavam a Europa, não quer dizer que alguns de seus filhos já não "sentissem" que vingadas certas idéias novas se livrariam da opressão do clero e da nobreza. Em 1.º de maio de 1539, os trabalhadores gráficos de Lião faziam passeatas de protesto contra as explorações patronais e cartazes atrevidos contra os abusos dos clérigos se afixavam nas portas das igrejas de várias cidades européias. Por muito "distante" que as ruas de Lisboa estivessem da passeata de Lião, deve-se admitir que um ou outro de seus moradores souberam do movimento anti-feudal que fervilhava na Europa.

Não tivemos as "levas de idealistas", que, ao se fixarem na América do Norte no século de nossa descoberta, cuidaram de construir uma Pátria no Novo Continente. Mas, devemos admitir que "alguns indivíduos" da sementeira que produziu os guerreiros da Independência Norte-Americana deram às costas brasileiras com o rótulo de exilados voluntários e degredados.

Acantonados em Piratininga, tais exilados da Península Ibérica originaram os paulistas, os primeiros pioneiros do Brasil. Afastados de Portugal e da estrutura mental da Idade Média, de costas para o Atlântico, de vida e origem diversa das dos burocratas que molemente habitavam o litoral, revivescidos pela visão dos horizontes que o planalto lhes proporcionava, com a inquietude que lhes transmitiram os pais, os paulistas arremeteram-se para o sertão e expandiram a coragem de

que eram dotados nas "bandeiras", cujo sentido e rumos foram diversos dos das "entradas".

As bandeiras formadas por iniciativas particulares, sem a fiscalização metropolitana das "entradas" tiveram maior impulso e liberdade de movimento, um "quid" de ideal que as levou à Cordilheira dos Andes, ao Rio-Mar e aos pampas argentinos. Os elementos que as compunham desprezavam os vagabundos funcionários governamentais.

Combatiam os jesuítas que escravizavam as "peças da terra" e repudiavam os favores da Coroa de Portugal.

Mas, o impulso desbravador, o desprezo pelos "caranguejos da costa" que arrojaram os paulistas para o sertão foram submetidos a duras provas geográficas. Os obstáculos foram enormes, porque os rios que os norteavam muitas vèzes não lhes davam passagem devido à pedraria. Tiveram que procurar os colos, as gargantas territoriais para que não interrompessem as caminhadas.

* * *

A expansão geográfica do Brasil muito deve aos rios, por serem extensos em milhares de quilômetros.

Mas, não foi com docilidade que êles se prestaram à função colonizadora. Frequentemente, os pioneiros esbarravam com pedrais e corredeiras. Tinham, então, que pôr às costas os barcos em que navegavam, carregando-os pelas margens até novo trecho, livre de obstáculos, por onde prosseguiam a viagem fluvial.

As condições
naturais de
navegabilidade
dos rios
brasileiros.

Os primeiros rios de nossa história revelam a dificuldade de aproveitamento como linhas naturais de circulação. Vemos o *Tietê*, na cidade de São Paulo, receber os mergulhos fundos dos nadadores que se jogam dos trampolins dos clubes de regatas e enxamear-se de batelões que transportam tijolos das olarias circunvizinhas. Isto, próximo da nascente. Lá adiante, perto da confluência do Paraná, a gente o atravessa a pé, por cima dos pedrais do salto do Avanhandava. O rio *Paraíba*, que nasce entre pinheiros na serra da Bocaina e morre pouco adiante de Campos no meio de caniços, dobra-se sôbre si mesmo apertado na Serra da Mantiqueira, inavegável em grande parte de seu percurso. O barco que o sulcou e ainda se usa é a canoa. O *São Francisco*, que despenca da serra da Canastra, ajudado logo no comêço pelo rio das Velhas, favorece a navegação do Norte de Minas e Centro da Bahia, mas a serra do Espinhaço, em vez de acompanhá-lo, corta-o na grande curva para Nordeste. Nesse rio, a cachoeira de Paula Afonso faz-nos sonhar com uma grande usina elétrica movimentando o Nordeste Brasileiro; mas até agora ela obstrui a passagem dos viajantes fluviais que poderiam chegar até o mar.

Os primeiros colonizadores que galgaram a Serra do Mar encontraram rios, fugindo do litoral, encachoeirados, rasos e largos, dando voltas nos vales. O rio Grande, que nasce nos limites de Minas com o Estado do Rio, permite, a 150 Km de sua nascente, da estação de Ribeirão Vermelho (Rêde Mineira de Viação) a Capetinga, o que significa um percurso de 200 Km, a viagem de um naviozinho de meio metro de calado. Mais adiante, êsse rio se espraia para novamente se afunilar na

cachoeira do Maribondo, impedindo a passagem até duma canoa. O rio Paranaíba, que traça o limite Sul do Estado de Goiás, começa a aprofundar-se em Santa Rita, quando a cachoeira dos Dourados e a velocidade das águas do canal de S. Simão estorvam a navegação fluvial. Seus travessões facilitam a pesca de cardumes, na desova dos dourados e jaús, mas inutilizam o rio como caminho do sertão. O Paranapanema e o Iguaçu também espadanam as suas águas em corredeiras e frustram a navegação. Todos êstes rios partem de leste, da vizinhança do mar e são coletados pelo *Paraná*, que, próximo a Itapura (E. Ferro Noroeste), em fevereiro, dá ao viajante de avião a impressão de uma grande via fluvial coleando entre a mata verde, e em junho a gente o atravessa com água pela cintura. A sua cachoeira de Iguaçu delicia a vista dos turistas, mas destrói-lhe a condição de aquavia natural, que coordenaria as comunicações do Norte com o Sul pelo Centro do Brasil. Entretanto, êsse mesmo rio proporciona 2.000 km de navegabilidade ininterrupta em território argentino e contribui para que o Paraguai se torne a grande via de comunicação dos países que utilizam o estuário do Prata como meio de penetração.

No Sul, só o Itajaí é aproveitado regularmente como via de comunicação com o mar; permite às chatas serem rebocadas até pouco mais de cem quilômetros da foz. O seu emprêgo como meio de transporte influenciou extraordinariamente no estabelecimento da colônia alemã, que fez do seu vale uma das áreas mais progressistas do interior.

Dos rios que, entre a foz do Paraíba e a do São Francisco, desembocam no mar e recolhem as águas da Chapada Diamantina, o Doce, o Mururi, o Jequetinhonha, o Contas, o Paraguaçu são cheios de corredeiras. Seus vales serviram de pontos de menor resistência aproveitados pelas estradas de ferro.

O Parnaíba, no Norte, facilita aproximadamente 1.000 km de navegação, a qual adota vários tipos de embarcações, conforme os acidentes do rio e de seus tributários.

Olhando-se nosso mapa de navegação fluvial, vê-se que além das ligações ao latino-americano Paraguai só o Amazonas deixa o caminho livre para o homem que vem dum oceano e o leva quase à borda doutro oceano num barco de nove pés de calado. O rio de maior cubagem do mundo corre numa região mais extensa que a Europa, mas, o imenso cinturão de floresta tropical que o cinge — 4.000 quilômetros de leste a oeste, 2.500 quilômetros de norte a sul — torna desprezíveis as incursões do homem naquela compacta e inaproveitada muralha de folhagem verde. Os caminhos d'água que se dirigem para o Amazonas passam entre palanques de folhagem sustentadas por árvores de 60 metros de altura, que exigem grandes esforços para a abertura de clareiras; em muitos dêles os rápidos estorvam os estirões navegáveis.

Os rios que correm nos campos do Sul frequentemente alagam pantanais onde o homem esbarra com dificuldades para a agricultura, quando não desfalece nas epidemias de malária.

Os que se despejam na vertente oriental deslumbram-nos, quando coleiam entre a morraria que avistamos ondulando a terra, mas, nos seus

mações modeladores, transformados em pastora-
doi, a população é escassa.

Os rios das três bacias brasileiras extasiam-
nos pela largura e extensão, “correm como o diabo
no mato”, mas tal como se fizeram na natureza são
em muita parte de seus trajetos impróprios para
a navegação.

Nenhum dos nossos rios desempenha a fun-
ção do Ohio, do Mississipi, do Paraná, do Para-
guai, para citar apenas exemplos americanos.
Nenhum dêles articula-se, por enquanto, com a
rêde de estradas de ferro, como ocorre nos Esta-
dos Unidos e na Argentina, onde os horários dos
trens coincidem com os das linhas de navegação
fluvial e os “ferry-boats” enxameiam as águas
doces.

As vias fluviais são os carregadores das cargas
pesadas, as quais constituem grande parte de
nossa riqueza — minérios, madeiras e produtos
extrativos vegetais: elas são o meio de transporte
de mais baixas tarifas, as quais melhor se coadu-
nam à nossa economia. Entretanto, seguimos o
exemplo dos desbravadores que as abandonaram
e procuramos outras linhas naturais de circulação
que adaptamos com ferrovias, rodovias e rotas
aéreas. Esquecemos quase por completo as aqua-
vias, que nos oferecem aproximadamente
150.000 quilômetros navegáveis. Segundo o
Anuário Estatístico do Brasil de 1938, utilizamos
apenas 43.955 km. Deixamo-las cheias de entra-
ves, em vez de corrigi-las com repêras e canais
para cumprirem a função dos “caminhos que
andam”, tal como nos outros países.

Lutamos com dificuldades de um precário
sistema de comunicações e não recorremos ao ex-

traordinário auxílio que as nossas águas interiores nos prestariam.

As nossas exíguas e semi-abandonadas linhas de navegação fluvial são uma das provas evidentes do formidável trabalho que precisamos fazer para dominar a natureza do país.



III

A GEOGRAFIA DO PAÍS INFLUI NA ATIVIDADE DE SEUS HABITANTES

O destino dum povo dispõe-se em grande parte pelas variações morfológicas, climáticas e botânicas de seu *habitat*. Estão para um povo como a estrutura corporal, para o indivíduo. Se, no estudo da natureza humana, se estabelece relação entre o físico e o temperamento do homem, não se prescinde dos acidentes geográficos quando se anotam fatos da vida de uma nação.

O *Norte* continua com um vasto espaço, paupérrimo de gente, ao qual inda cabe a designação de "terra ignota" com que os antigos assinalavam os mapas. A Amazônia, aberta ao Oceano pelo caminho natural do Rio-Mar que com seus imensos afluentes tornam-na acessível ao aproveitamento humano e apesar dos heroísmos daqueles que nela penetraram, oferece, por enquanto, uma brutal desproporção entre a área utilizada e o território inexplorado.

O *Nordeste*, pela ausência de relêvo, dá fácil acesso aos que vêm do mar e favorece todos os planos viatórios. Entretanto, a aridez dêsse es-

paço faz com que nêle se operem as maiores emigrações humanas de nosso país. O drama das sêcas impede a proliferação das aglomerações, as quais adstringem-se à rêde de açudes com que se pretende dar perenidade à fixação dos habitantes.

No *Sul*, o poente fica separado do nascente pela muralha da Cordilheira do Mar. Deixando a estreita faixa de areia e mangues do litoral, o colonizador encheu o século da descoberta e o seguinte nas peripécias da transposição dessa montanha. Joseph de Anchieta (1584), referindo-se à "entrada" por Piratininga, reconheceu-a como "os mais trabalhosos caminhos que creio há em muita parte do mundo". As ferrovias e rodovias que lhe estabelecem o contato com o Oceano obrigam-se aos artificios dos túneis e viadutos. Porém, a amenidade do clima, a continuidade das manchas de terras cultiváveis promoveram-lhe a maior condensação de habitantes.

No *Brasil Central*, grande parte dos arraiais originou-se da bateia. Os corumbás se formaram nas margens dos pequenos rios que continham ouro na areia. Dentre os buscadores de ouro de há dois séculos, alguns se fixaram na beira dos riachos. A disseminação quase sempre se produziu acompanhando os córregos, pois, quando os grandes rios davam passagem aos desbravadores acontecia ser rara a terra boa que lhes ladeava os leitos, ao contrário do que ocorria nas margens dos ribeirões. Perto dêstes, os primeiros moradores aproveitaram a urberdade do solo. Depois desta urberdade estancada, as ondulações de arenito, os rebaixos, os cerrados, os agrestes, que se estendiam além, transformaram os pequenos agricultores em pastores de gado crioulo e raquítico.

No Brasil Central, a bateia, o escasso plantio de cereais, e o pastoreio constituíram o ciclo das aglomerações humanas. Nessa parte do país, a terra se assemelha ao couro da onça pintada: círculos, nesgas, fiapos de “terra de boa cultura”, aderentes aos córregos, mosqueando, animando as amplas extensões de argilas ou escarpas de *gneiss* e granito.

Quando a água dos córregos se aproximava dos grandes rios enveredava por matas ou caatingas. Estas exigiam maior denôdo e mais tempo para a abertura de clareiras. Mas, os homens, sôfregos, queimaram jequitibás, perobas, paus d’óleo, angicos, tamboris, cujos restos ficaram nas roças de milho, feijão e arroz, quais defuntos mumificados em esgares de protesto contra a barbaria daquela devastação. E dessas matas pujantes como se viam em Goiás, ao longo dos córregos Ouro-Fino, Pedras, Água Branca, Prata, dos rios Uru e das Almas, agora, nem mais as roças de cereais estão no seu lugar, substituídas que foram pelo jaraguá, onde vive escondido o gado de corte.

A facilidade na obtenção da terra, o despoamento, a falta de tradição e método e de planos administrativos deram liberdade ao sertanejo para destruir as florestas. Houve e há um desgaste imprevidente de matas, que desaparecem na coivara. Os lavradores vivem mudando-se, deixando atrás de si terras estéreis.

Nas áreas onde penetram as estradas de ferro Western em Pernambuco, Leste Brasileiro na Bahia, Bahia—Minas, Vitória—Minas, Rêde Mineira de Viação, E. F. Goiás, assistimos a uma vida humana apática e sem iniciativa. Nas quietas vilas que se alinham por essas ferrovias, os habi-

tantes cultivam pequenas roças por processos primitivos e exclusivamente para o próprio consumo. Não há grandes plantações, pois as manchas de terra fértil maiores se destruíram. E não houve causas geológicas que motivassem a aridez; nosso país não é como o Japão ou o Chile em que os terremotos inutilizam o esforço humano. Aliás, na história dos povos contam-se a dedo as decadências ligadas a causas geológicas: Mileto que sumergiu no Golfo Látmico, Pisa que devido ao abalo sísmico foi sobrepujada por Veneza, Sevilha cujo pôrto se obstruiu pela areia do Guadalquivir e foi superada por Cadiz.

A razão consiste no fato de o homem esgotar e abandonar as manchas de "boa cultura". Quando o labor humano é contínuo e racional, quando se irriga e aduba a terra, a produção é eterna como se vê nas margens do Eufrates, onde as espigas douram a paisagem da área em que "se amassou o primeiro pão".

O que ainda existe no sertão é presente dos riachos, pois as pequenas roças que se vêem são as últimas retribuições de uma terra, que, talvez só revicará no futuro.

O fenômeno de os sertanejos andarem se transferindo duma mancha para outra de terra boa, como numa verdadeira caçada de matas, provocou o isolamento entre os mesmos. A deambulação dos abridores de clareiras, se decorre de motivos psicológicos e sociais, também se liga a fatores geográficos. Nota-se um trabalho individual ou familiar, sem sociabilidade, coisa que possivelmente não existiria se a vida agrária se desenrolasse numa mancha única e grande. Há dois casos de êxito agrícola no interior: no diorito de

São Paulo e no vale do Itajai, onde os imigrantes progrediram e a sociabilidade se desenvolveu em virtude da maior extensão de terra de boa cultura. Um dos fatores de estagnação do Brasil Central é essa ausência de sociabilidade originada por fatores geográficos e incompetência técnica do sertanejo desamparado.

Os grandes rios, limitando a navegação a certos trechos, impediram as passagens contínuas de viajantes. Os brasileiros do extenso planalto, privados do meio mais espontâneo, mais fácil de transporte — o fluvial, comunicaram-se pouco e não aprimoraram utensílios que melhoram o nível de vida. Esses rios em condições naturais de inavegabilidade obrigaram o sertanejo a repetir os métodos dos primeiros desbravadores, a se servir deles apenas como rumo cardinal, margeando-os em caminhos sinuosos e constantemente sem poder atravessá-los ou utilizar as ribanceiras devido à inadequada constituição geológica.

Não são raros os casos como o dos povoados fronteiriços — Boa Vista do Tocantins e Pôrto-Franco — que pouco se comunicam devido aos perigos da travessia pela água.

Os obstáculos geográficos sempre tiveram importância decisiva na história das aglomerações humanas. No sertão, muitas povoações se originaram do desânimo que os pioneiros tiveram ao tentarem transpor cachoeiras ou montanhas. Tais núcleos cresceram pela dificuldade de transposição ou desapareceram quando o obstáculo se removeu. Há pouco tempo, um piloto atravessou com sua falua a corredeira da Itaboca no Tocantins e o exemplo foi imitado por outros barqueiros. Um

povoado que se formava defronte dessa temível corredeira desapareceu.

Até 1931, os “gaiolas” da navegação amazônica, quando entravam no Tocantins, só atingiam Nazaré dos Patos. Um dia, um comandante mais ousado conduziu seu navio até Alcobaça. Esta vila progrediu e Nazaré dos Patos transformou-se em ruínas.

Os métodos extrativos das riquezas numa área também pesam no desenvolvimento das aglomerações humanas. Tais métodos sempre foram nocivos ou inúteis em nosso país, pois se basearam na drenagem das riquezas para o estrangeiro. É o caso da borracha do Amazonas, da castanha do Pará, do ouro de Morro-Velho, do ferro de Itabira, do cristal da Bahia e do níquel de São José do Tocantins. A serra de peridotito e serpentinito de São José do Tocantins possui a primeira mina de níquel do mundo — vários milhões de toneladas. Transporta-se o minério por uma estrada de automóvel de 350 Km até à cidade de Anápolis (Goiás), onde embarca na ferrovia para o porto de Santos e daí segue em navios para o estrangeiro. Como se trata de drenagem das jazidas, as populações de São José do Tocantins e de Trairas vivem na mesma miséria econômica em que estavam antes de a empresa comercial alemã se instalar nessa área, em 1933.

Segundo opiniões autorizadas, o Brasil Central ocupa o primeiro lugar no mundo como reservatório de ferro e o petróleo não lhe falta, mas até hoje os jazigos nada significam para nossa economia. Necessitaremos de um grande trabalho coletivo e de um sistema de comunicações que

não seja exclusivamente centrifugo para que as riquezas minerais nos proporcionem benefícios.

De um modo geral, sob o ponto de vista agrícola, vivemos à custa de manchas isoladas e reduzidas nessa superfície que faz do país quase um continente.

O Brasil Central, pela sua conformação geológica e ecológica é principalmente pastoril. Em 1937, metade do rebanho bovino brasileiro, vinte e um milhões de rês, achava-se nos Estados de Mato-Grosso, Goiás, São Paulo e Minas, e, na estatística mundial do gado, o país ocupava o quarto lugar.

O predomínio do gado na economia do Brasil Central.

Em 1938, as carnes representavam o principal produto nacional, seu valor alcançava dois milhões e cem mil contos de réis, enquanto o café atingia um milhão e novecentos mil contos de réis.

Em quatro anos, de 1936 a 1940, a exportação de carnes frigorificadas e conservadas duplicou, e, das 147.901 toneladas, exportadas em 1940, 82.457 toneladas provieram do Brasil Central. A cifra de 809.414 contos de réis, correspondente à exportação total de carnes, produtos e subprodutos no ano de 1940, evidencia a importância do gado na economia nacional.

Entretanto, êsses números não significam elevação do nível econômico dos habitantes da região pastoril.

O famoso Cartel Internacional de Carnes, *trust* capitalista estrangeiro, detentor de todo o comércio internacional de carnes, possuidor de um vasto sistema de transportes, inclusive linhas ma-

rítimas (Blue Star Line etc.) inverteu capitais no nosso país para usufruir lucros fabulosos em detrimento dos brasileiros. Há vinte e cinco anos, os capitalistas estrangeiros inauguraram a indústria frigorífica e os arcaicos matadouros e charqueadas, que serviam ao consumo interno, entraram em decadência.

As três companhias frigoríficas Anglo, Wilson e Armour, representantes daquele Cartel, em vez de se limitarem, como anunciaram, em adquirir a nossa matéria prima para o mercado externo, lançaram-se a um grande negócio: criam, recriam, invernam o gado e se assenhoreiam do mercado interno, desbancando os pecuaristas brasileiros, que, ingênuamente, acreditaram ser a "era dos frigoríficos" o advento de uma grande prosperidade.

O Cartel Internacional de Carnes encontrou no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Uruguai, facilidades e amparo dos governantes para vazar suas descomedidas ambições. Influenciando na política interna, o poderoso Cartel afastou autoridades e funcionários do Governo que tentaram impedir seus empreendimentos antinacionais. (1)

Como nas nossas leis não se encontram textos que delimitem as atividades das companhias estrangeiras no amplo campo da indústria alimentícia das carnes, a Anglo, Wilson e Armour executam no país tôdas as fases dessa indústria. Possuem, no Brasil Central, uma área de

(1) "Anais do 1.º Congresso Pecuário do Brasil Central" — 1942 — Soc. Imp. Bras. — São Paulo.

4.657 Km², repartida pelos Estados de Mato-Grosso, Goiás e São Paulo, onde criam e invernam o gado bovino. Distribuem os produtos nos mercados internos e externos, decidem sobre os preços dos bois gordo e magro. Amarram os negócios dos pecuaristas brasileiros. Se, em determinada ocasião, lhes fôr vantajoso o mercado externo, não suprem suficientemente o mercado interno. Em 1940, como a exportação se elevou extraordinariamente, os habitantes do Norte e Nordeste receberam menos 31.000 toneladas de charque que no ano anterior. Como se sabe, o charque é a alimentação básica dos nordestinos. Atualmente, as populações brasileiras sofrem as consequências da exploração estrangeira da indústria alimentícia das carnes: na região pastoril, o nível econômico é o mesmo da era dos matadouros e charqueadas; nas regiões consumidoras, os produtos chegam em quantidade insuficiente, o que determina a elevação dos preços.

Em 1941, realizou-se o Primeiro Congresso Pecuário do Brasil Central, o qual revela o início da luta que os pecuaristas da região abriram contra as companhias frigoríficas estrangeiras.

A ganância dos capitalistas estrangeiros e os meios defensivos que lhe opõem os criadores e pecuaristas nacionais repercutem funestamente na grande massa de brasileiros constituída pelos assalariados da pecuária e das indústrias frigoríficas. Quando trabalham nas emprêsas, burlam-nos nas leis trabalhistas que lhes dariam proteção. Quando mourejam nos campos particulares dos criadores e invernistas nacionais, morrem sob chifradas, inutilizam-se no serviço sujeitos a intem-

péries ou despedem-nos sem a mínima indenização. E, de ambos patrões, estrangeiro ou nacional, recebem salários de fome.

A modificação da economia do Brasil depende da difusão do real conhecimento do presente entre a maioria de seus filhos.

IV

O T O C A N T I N S

RIO DE PLANÍCIE E DE PLANALTO

O Tocantins corre no Centro do Brasil, de sul para norte. Dentre as águas que o formam, as mais elevadas descem de 1.385 m, no platô Central. O Uru, seu caudatário mais meridional, nasce a 16° 10' de lat. sul e a foz do Tocantins está a 1° 40' de lat. sul.

Situação
geográfica.

Pertence à bacia amazônica e no entanto suas cabeceiras estão mais ao sul que as da bacia platina.

Nos mapas, encontra-se o nome Tocantins logo que os rios Maranhão e Paranã se encontram, a 48° 12' a oeste de Greenwich e a 12° 28' de lat. sul.

O extremo oeste de sua bacia acha-se a 50° 0 5' W Gr, onde nasce o Uru e o extremo leste a 45° 030' W Gr, nas nascentes do Sono.

Faz uma deflexão de 90° entre os paralelos 6° e 5°, transformando bruscamente seu rumo SN em EO e, depois de receber o Araguaia, retoma a direção SN.

A figura 1 diz melhor de sua trajetória. Dela inferimos o resumo de seis mais notáveis pontos de inflexão:

Pontos	Lat. S.	Long. W Gr.
T	1° 40'	49° 10'
O	5° 08'	49° 25'
C	5° 30'	47° 25'
A	7° 08'	47° 45'
N	7° 20'	47° 30'
T	7° 45'	47° 55'
I	8° 03'	47° 58'
N	8° 05'	48° 10'
S	12° 28'	48° 12'

(Estes dados decorrem da análise do mapa oficial
1:1.000.000)

O tributário Araguaia acompanha-o em 2/3 da extensão, e dêle se separa por uma faixa de peneplanos ondulados, ditos "Serra da Cordilheira", e que constituem a mesopotâmia brasileira. Os dois rios formam quase tôdas as lindes do Estado de Goiás e lhe dão, na carta geográfica, o aspecto dum perfil de pingüim.

Ward classificou a formação geológica dêsse estado central como "uma ilha metamórfica num mar de arenito".

Descrevendo-se a bacia do Tocantins, faz-se a corografia de Goiás.

Tem o rio, 2.600 km de extensão. Do paralelo 16° ao 2° há 1.600 km. Logo, a viagem em linha reta da nascente do Uru à foz do Tocantins ficaria acrescida de 1.000 km se o avião que a fizesse sobrevoasse as curvas do Rio.

A grosso número, a metade de seu curso dista de 1.200 km. de Recife, 2.800 km do extremo ponto ocidental do país, 1.000 km de Belém do Pará, 1.800 km de Santos, 2.000 km da Capital Federal.

É um rio velho: já cavou definitivamente seu leito. Ora se alarga em quilômetros, ora se estreita em centenas ou dezenas de metros, correndo quase sempre sôbre granitos róseos e grosseiros.

Perfil de
equilíbrio

No comêço e na metade do curso, suas águas são velozes e furiosas, lutam com travessões e bancos de pedra, onde espumas brancas alteram a côr parda do rio, que se avista de longe, no descampado da paisagem. Quando passam em estreitos ou gargantas, espelham barrancos altos — blocos de granitos que lembram os cânions do Colorado. São rarísimos os baixios no meio do rio.

No fim do curso as águas são lentas e calmas, refletem árvores altas, perenemente verdes e elas se insinuam pelas grutas de ramagens, onde a vivacidade das côres dos parasitos alteram a monocromia de todo aquêlê pujante reino vegetal. Carregam ininterruptamente os entulhos verdes e grandes troncos, que quando se desprendem dos igapós quebram o perpétuo silêncio duma vasta planície líquida.

Só quem conhece o Tocantins nas cabeceiras e o vê na embocadura avalia o grande contraste que a natureza lhe ofereceu na trajetória.

O seu perfil de equilíbrio é de um rio de planalto até o paralelo 4° S e de um rio de planície até o paralelo 1° 40' S.

Estas características fisiográficas o diferenciam do Araguaia, cujo leito largo, raso, indefinido, de

margens pouco elevadas, lhe dá o aspecto mais de lago que de rio. As curvas suaves, a mansidão de suas águas esverdeadas refletindo buritis e ciperáceas, a série de alagados onde emergem efêmeras ilhas e ilhotas de aluvião, a grande ilha do Bananal (36.000 km²) revestida de gramíneas que formam imensas pastagens, a mudança da silhueta vegetal pelo gado atraído às ribanceiras para lamber os depósitos de sal e salitre produzidos pela lixiviação, o variegado dos alcantis devido aos óxidos de ferro, o colorido com que os cajueiros e araticuns engalanam os campos, a policromia das araras em vôos freqüentes e os bandos verdes das curicas parladoras por cima do lençol d'água, e as descrições de Couto Magalhães, deram ao vale do Araguaia a imagem de paraíso terrestre. Por isso pretenderam alguns escritores tirar a primazia ao Tocantins, considerando-o como afluente do Araguaia.

A base do imenso planalto solapado pelo Tocantins é de socalco diabásico. No comêço, os terrenos são antigos e peneplanos, seguidos do cretáceo. O que chamam de "serras" na região, onde as águas principiam a reunir-se para formar o Tocantins, nada mais são que periódicas e reduzidas elevações que alcançam o máximo de 250 m acima do planalto. Depois da confluência com o Araguaia, vem um complexo de rochas metamórficas e eruptivas até Alcobaça. Constituem essas rochas o último degrau do planalto por onde desceu o Tocantins; daí em diante éle entra nas formações terciárias e quaternárias da Amazônia.

A constituição geológica (1) do vale do Tocantins condiciona-lhe a variedade da flora. Vêm-se aningas emergindo das águas, no Baixo-Tocantins, e xique-xiques rodeando as nascentes do rio do Sono. Flora

A partir de sua foz descortinam-se aráceas, bombáceas, cesalpináceas, miristicáceas, moráceas, licitidináceas, malváceas, anacardiáceas, palmáceas e as cactáceas, quando a sua bacia confina com a do São Francisco.

O cerrado predomina em quase tôda a extensão do rio e cobre vastos chapadões. Utilizam-no como pastorador.

Basta verificar os reduzidos limites das plantas higrofiticas em relação à grande distribuição das xerofiticas (fig. 2) para concluirmos que, ao longo do rio, prevalecem os climas megatérmicos do grupo das savanas tropicais. O grupo dos climas megatérmicos das lianas cingem-se ao Baixo-Tocantins e, os xerófilos, à vertente ocidental do divisor de águas da bacia do São Francisco. (2) Clima

Da lat. S 5° 08' em direção ao equador, a precipitação mensal das chuvas é sempre superior a 50 milímetros mensais. Na grande extensão do Rio, porém, a quantidade da chuva, embora seja inferior a essa precipitação, ainda é elevada. Seus efeitos se restringem devido à temperatura, também elevada; daí a maior proporção de plantas que compõem a flora das savanas tropicais. A amplitude anual da temperatura, isto é, a diferença entre o mês mais quente (sêca) e o mais

frio (verde) cresce regularmente de norte para sul, variando entre 2° e 5° C; a intensidade das monções limita-se aos números 0 a 2 da escala de Beaufort; a umidade fica compreendida entre 85% e 70%, decrescendo de norte para sul.

Há um ponto, no planalto, de onde vem o Tocantins, que escapa a êsses climas: a chapada dos Veadeiros, a parte mais alta do relêvo do Brasil Central, situada a 1.678 m de altitude (fig. 3). Nessa chapada, onde se inaugurou e se abandonou, apesar de bem sucedido, o plantio do trigo, os ventos são mais intensos.

Os dados fitogeográficos e de temperatura que obtive durante a viagem, a constatação que fiz nos postos climatológicos de Boa-Vista do Tocantins e Pôrto Nacional confirmam o que se estabeleceu no mapa climatológico do Brasil, organizado por Salomão Serebrenick, em 1941.

Esse autor classifica os climas pelo critério meteorológico. No trajeto do Tocantins destacam-se dois tipos climáticos fundamentais: *tropical super-úmido*, da foz até à vizinhança de Alcobça, abrangendo a região denominada de "maré", no Baixo-Tocantins; *tropical úmido*, dessa região até as nascentes do Uru, o caudatário mais meridional do Tocantins (Lat. S. 16° 10').

Encontram-se duas exceções no imenso território de clima *tropical úmido* onde se coletam as águas que formam o Tocantins. Nas nascentes do rio do Sono (45° 30' W Gr), onde o tipo climático é o *tropical semi-úmido* e na parte mais elevada do relêvo do Brasil Central, onde o tipo climático é o *temperado super-úmido*.

O formador mais meridional do Tocantins, o Uru, vem de oeste; brota ao sul da Serra Dourada, no município de Anicuns, em Goiás. Este rio engrossa o das Almas que se une ao Maranhão, o qual mais adiante encontra o Paranã, cujas águas vêm de leste.

Afluentes

Afora o Araguaia, entram-lhe no leito dezesseis grandes rios, dos quais sobressaem pela extensão e volume d'água, o Sono e o Manuel Alves Grande. Avolumam o caudal outros vinte quatro rios menores sem contar os ribeirões e riachos que vêm das terras de quatro Estados — Goiás, Mato-Grosso, Maranhão e Pará. Essas águas saem numa bôca de 10 Km — a baía de Marapatá — e misturam-se com as do Amazonas, a 140 km do Oceano Atlântico, pouco antes da cidade de Belém do Pará. Quando se confundem com as do Amazonas chamam-se rio Pará, que é o limite sul da ilha Marajó. Foi, principalmente, o Tocantins que inundou a depressão continental e originou a Marajó. (2)

O rio Pará tem mais braços e canais que os Países Baixos. Alargam-se e estreitam-se aos caprichos do regime amazônico. São os "furos" cavados nas aluviões quaternárias os quais desorientam os pilotos incautos. Denominam-se: Carnapijó, Barcarena, Arrosal, Jurumã, Maracapá, Itamimbuca, Marapatá conforme se navega a oeste ou a leste do eixo longitudinal do rio. Atulhamos ilhas temporárias cobertas de aningas e atui-rás. As águas desprendem os igapós e os levam como naus desgovernadas. Nessa parte do Tocantins a descarga é de 1.542 metros cúbicos por segundo na sêca e 15.729 no verde.

Além dos igarapés que a natureza formou na região, para descobrirem pedras preciosas, obrigaram os negros escravos a rasgarem o Moju — canal que tem 1 Km de extensão.

A foz do rio Pará, margeada de ambos os lados por terras que se elevam poucos pés acima do nível da água, é geralmente rasa, com uma profundidade variante até 50 m. Tem 58 Km de largura, sujeita a marés muito fortes.

O fenômeno da pororoca, que constitui uma curiosidade amazônica, não se observa na embocadura do rio Pará, o qual na opinião de HARTT, nada mais é do que uma das bôcas do Amazonas.

As águas do Amazonas, recolhidas da maior bacia do mundo, de 6.430.000 Km², entram pelo mar, recalcando as vagas do Atlântico até cerca de 900 Km. Há em contrabalanço uma inflação das águas fluviais que denominam de “maré”.

Essa “maré” que, no Amazonas, vai do estuário até Óbidos, no Tocantins penetra até Alcobaça a 250 quilômetros do mar.

Por homonímia denominam “maré” a tôda circunvizinhança dêsses 250 km do rio, que constituem o Baixo-Tocantins, onde, se não procurassem exclusivamente ovos de tartaruga, como é costume, encontrariam muitas conchas marinhas e amostras de depósitos de sambaquis.

Subindo o rio, da embocadura do Pará à nascente do Uru, parece-nos percorrer tôdas as eras geológicas numa seqüência espacial inversa da cronológica: quaternária, terciária, secundária, primária, primitiva. A sua calha vem do Planalto brasileiro, que já existia, quando o resto da Terra inda estava submerso no Oceano; o mundo

do granito, do *gneiss*, do primeiro peixe, da primeira flora, do advento do oxigênio, dos pterodáctilos, da preguiça, da primeira cobra, da anta, do aparecimento do homem é contemporâneo do Tocantins.

O seu conhecimento pela raça branca se fez inicialmente a partir da embocadura. Souberam-lhe da existência pouco depois de deixarem a Península Ibérica as frotas que buscavam o Oriente. As pororocas da embocadura esquerda do Amazonas amedrontaram Vicente Pinzon e acredita-se também que o descobridor da foz do Rio-Mar não visitou a embocadura à direita que é o rio Pará.

O descobrimento
pela raça
branca.

É corrente a opinião de que Daniel de La Touche passou um ano nas terras de Cameté, no início do Século XVII; mas as primeiras notícias dessas terras devem-se a frei Cristóvão de Lisboa (1625) e ao companheiro de Castelo Branco, fundador de Belém do Pará e explorador do Amazonas, Pedro Teixeira (1639).

Em 1655, os jesuítas se instalaram em Cameté, a cidade mais antiga do Tocantins. Foi de lá que o padre Antônio Vieira, em 1659, saiu prêso, acusado de defender os judeus. Atribuem-se aos jesuítas Tomé Ribeiro, Romeu Careu, Manuel Nunes, Gonçalo Pais e Manuel Brandão as primeiras viagens de subida do Rio além da confluência Araguaia-Tocantins. Há informes convincentes de que Antônio Raposo Tavares subiu o Tocantins até o planalto goiano, em 1764, quando voltou a São Paulo, depois de seu grande *raid* através do Paraguai, Bolívia e Amazonas. No Século XVII, os pioneiros de Piratininga avista-

ram o Rio, longe da embocadura: bandeirantes e jesuítas apostavam corridas no sertão nesse século, e por isso é difícil estabelecer a primazia das descobertas da longa trajetória do Tocantins. Nos Séculos XVII e XVIII seu vale foi explorado em benefício exclusivo de Portugal.

* * *

Como todo rio que nasce em solo brasileiro, tem a característica de não ser inteiramente navegável. Um barco que sulque o Atlântico encontrará caminho livre no Tocantins até **Transportes** onde alcança a maré — o povoado de Alcobaça. Dai em diante, as rochas metamórficas e eruptivas, formadoras de corredeiras, rápidos e travessões impedem a viagem franca.

O primeiro obstáculo sério é o trecho encachoirado de Itaboca, onde as águas se precipitam com velocidade de 20 m por segundo, numa extensão de 25 Km.

Há dois séculos, utilizam o Tocantins como estrada, mas os meios de transporte durante o ano inda são barcos movidos a remo, a vara e a sirga.

Nos cinco meses fluviais — de dezembro a abril — quando o nível da água se eleva sobre os pedrais, um barco de 4 pés de calado pode navegar 2/3 do curso do rio, e é só então que os barcos "motores" aturdem aquelas margens quietas. Na sêca, os "motores" não transitam devido a uns 100 travessões de corredeiras localizadas em quatro pontos distribuídos numa extensão de 1.600 Km. Nesse grande trecho, os barcos equipados com motor de explosão esperam pelas chuvas, contrastando com o que acontece nas proxi-

midades da origem do rio; aqui, os caminhões aguardam a sêca, única estação que lhes permite o trânsito nas estradas.

O represamento das corredeiras, a abertura de canais, o aperfeiçoamento das ligações naturais com a bacia do São Francisco e a do Prata transformarão, algum dia, o Tocantins na grande aqua-via do Centro do país.

As cargas que andam em suas águas são as mesmas de há dois séculos: de descida — couros, de subida — sal. Últimamente, acrescentaram-se babaçu, castanha e minérios na descida e tecidos e ferragens na subida.

O tráfego fluvial foi e é muito mais intenso no Baixo-Tocantins do que no Médio e Alto, onde vem diminuindo progressivamente neste principio de século. A razão dêste decréscimo explica-se não só pela existência dos obstáculos à navegação como pelo povoamento do Sudeste maranhense e Oeste baiano que deslocaram a rota comercial e transformaram em tropeiros os barqueiros do Alto e Médio Tocantins, os quais desciam para Belém do Pará e hoje tangem tropas para o Maranhão e Bahia.

Contudo, o barco continua sendo o veículo do Baixo-Tocantins. Esta região é rica de recursos vegetais: a aninga para o papel, a ucuuba, cujo óleo substitui o da linhaça, a castanha de alto teor alimentício, a seringa para ^{Riquezas} a borracha, o babaçu como combustível. Possui uma pujante reserva econômica, inda mal aproveitada.

Os moradores dos meados do curso encontram torrões com que acendem o lume; não nos sur-

preenderia o dia em que um levantamento geológico rigoroso sugerisse a prospecção do petróleo entre o arenito e chistos argilosos que atravessamos.

No Alto-Tocantins, os jazigos de níquel, de manganês e outros minérios, as rochas de cristal, por enquanto não constituem vantagens para o Brasil.

No Médio-Tocantins, aluviões e detritos orgânicos fertilizam as margens e os raros baixios. Na vazante, ocupam-nos minúsculos fumais e pequenas lavouras de cana e algodão. As curvas dos afluentes e subafluentes dêste trecho envolvem convexidades pródigas de terra preta, denominadas "enseadas", e o plantio de arroz as utiliza parcialmente. Nelas, 2 litros de sementeira produzem 1.600, ao cabo de três meses. E, em tôda esta região, por métodos primitivos, criam o gado, que veio das margens do São Francisco, no Século XVIII.

Em todo o rio, inda não se industrializou o peixe, embora, de quando em vez, se pesquem piraibas de 100 Kg.

Ao longo do Tocantins vive um número reduzido de índios. No Estado do Pará, os Assuiris e Gaviões amedrontam os habitantes e, às vêzes, ^{Habitantes} assassinaam os apanhadores de castanha e óleo de copaíba que penetram o centro das matas. No Estado de Goiás, os pacíficos Apinagês e Cherentes estão se dizimando com os costumes nocivos e doenças que brancos e mestiços lhes transmitem.

Quase tôda a atual população do Tocantins não é indígena e sua composição varia de acôrdo

com os trechos do rio. No Baixo-Tocantins há os paraenses de estatura pequena, bronzeados, braquicéfalos, de cabelos lissótricos, olhos escuros e grandes, que às vêzes se movem em fendas palpebrais oblíquas, de tórax musculoso e pernas delgadas. Palradores e risonhos: lembram o biotipo malaio-polinésio. Fazem-nos dar razão a RIVET quando diz que a Amazônia se povoou inicialmente de habitantes vindos das ilhas do Pacífico, cujas pirogas aportaram na costa noroeste sul-americana.

No limite de Goiás com o Maranhão e na Mesopotâmia predominam os nordestinos que trocaram o mandacaru, o xique-xique, os terrenos áridos, pelas matas de babaçu e o pastoreio no cerrado.

Acima do rio do Sono encontram-se os baianos. Regatões, vivem do comércio fazendo viagens repetidas às cidades do Médio São Francisco, para onde levam couros de gado e de animais silvestres. Alguns dêles se fixam nas "enseadas", onde cuidam de minguadas lavouras.

A partir de Pôrto-Nacional, subindo o Tocantins, principia a área de influência do negro e prevalecem os goianos. Os negros instalaram-se na região no fim do Século XVI e durante o Século XVII; Portugal os enviara como escravos para extrair o ouro que os Bartolomeus Buenos descobriram. Seus descendentes e os mulatos constituem atualmente um grupo biotipológico heterogêneo; são faiscaidores andrajosos e contribuem com o maior contingente para a romaria de Nossa Senhora da Natividade, a festa popular que movimentava aquele sertão.

Os imigrantes das levas européias e orientais que vieram para o Brasil nestes dois últimos séculos não se fixaram naquele vale.

Três ocupações principais dividem os habitantes da bacia do Tocantins. Da confluência do Araguaia até a foz — extração de riquezas vegetais, no Médio e no Alto Tocantins — criação do gado e extração de riquezas minerais. Vivem numa fase primária da civilização, isolados do progresso de Leste e do Sul do país.

A presença das anofelinas transmissoras da malária, do *necator americanus*, de avitaminoses e sífilis, debilita a constituição física e aumenta a mortalidade infantil daquela população escassa, de 1 habitante por 2 Km². Estas e outras doenças trazidas periodicamente por elementos adventícios iludem aqueles que vêem insalubridade no vale do Tocantins. Os que apontam esse e outros territórios de nosso país como nefastos ao homem devido às condições mesológicas revelam grande ignorância quanto ao clima de nossa terra e às razões do atraso de nossas populações.

O B A I X O - T O C A N T I N S

Produção extrativa vegetal



V

O itinerário que segui foi a “subida” do rio, usando os meios regulares de transporte.

Itinerário

Para isso, saí da Capital Federal, margeando a costa do Atlântico, em 7-5-1935, no Poconé, navio do Lóide Brasileiro, e cheguei a Belém do Pará em 24-5-1935. Uma viagem de 17 dias, que naquele ano, o avião da Panair fazia em 2. Diziam a bordo que o atraso anormal da viagem costeira se devia às paradas exageradas nos portos, onde se fazia sentir a ação judicial de penhora do navio por motivo do não pagamento da remodelação a que o submeteram num dos estaleiros de Hamburgo.

A permanência de quatro dias em Belém do Pará permitiu-me visitar o Museu Goeldi, onde excetuando-se o jardim com relativa variedade de espécimes botânicos e zoológicos da Amazônia, não encontrei as coleções que imaginara. Afora o mostruário de lepidópteros havia grande pobreza de insetos. Embora Goeldi houvesse escrito o livro “Mosquitos do Pará”, no museu de seu nome não se via uma coleção de culicídeos.

No Museu do Pará não vi coleção de mosquitos

No dia 27, embarquei em Belém, no “gaiola” *Sta. Maria* e cheguei em 30 de maio a Alcobaça,

povoado paraense, da margem esquerda do Tocantins. A "Linha de Navegação do Estado do Pará" estabeleceu, há pouco tempo, o tráfego regular de Belém para Alcobaça, cuja distância é de 270 quilômetros aproximadamente. O "gaiola" escalado para esse tráfego era o "3 de Outubro", o qual saía de Belém nos dias 1 e 15 de cada mês. No tempo das águas ou "verde", denominação que se emprega na região para os meses de novembro a abril, é quando se cuida da safra da castanha e por isso navegam outros "gaiolas", navios que, geralmente, têm nove pés de calado.

Os "gaiolas" do Amazonas navegam menos de 300 Km no Tocantins

A viagem de gaiola até Alcobaça é recente. Data de 8-8-1931, quando o Sr. Cupertino Lima fez umas sondagens e um croquis do rio, de Nazaré dos Passos a Alcobaça. A navegabilidade é franca, quer no verde, quer na seca. Além de Alcobaça, desaparecem as formações geológicas quaternária e terciária e se instala uma camada de rochas eruptivas, que origina as corredeiras e impede o avanço dos "gaiolas" rio acima. O tipo de embarcação muda então para o "motor" (falua de 4 pés de calado), que há dez anos se emprega na carreira do Tocantins e Araguaia.

De Alcobaça em diante o tipo principal de embarcação é a falua com motor a gasolina ou óleo Diesel.

Os "motores" descem até Alcobaça, carregados com castanha e côco de babaçu e sobem com sal, querosene, gasolina e tecidos.

Segundo a Agência Fiscal de Alcobaça, na safra de 1935, trafegaram entre Alcobaça e Marabá 31 "motores". De Marabá, subindo o Tocantins, navegaram oito, pertencentes a vários

donos: — “Couto Magalhães”, “São Pedro de Alcântara”, “Bahia”, “São Pedro”, “Boa-Vista”, “Goiás”, “Jabuaçu”, “Itatiaia”. No Araguaia, seis “motores” pertencentes aos srs. Kleimann e Mário Cobas: — “Leão”, “Major Barata”, “Nova Pátria”, “Anhanguera”, “Expresso Araguaia”, “Expresso Goiano”.

Com êsses “motores”, se faz, na estação verde, o abastecimento de mercadorias do vale do Tocantins. Chegam até Piabanha ou Pôrto Nacional, e quando rumam pelo Araguaia, até Leopoldina ou Registo. Geralmente, constroem-se êsses barcos em Santarém (Pará), onde se assestam os motores de gasolina ou de óleo Diesel, importados quer dos Estados Unidos da América, quer da Alemanha.

A gente ou mercadoria que vem de Belém para subir os dois rios trasbordam, primeiro, em Alcobaça do gaiola para o “motor”. Depois, na sêca, as dificuldades surgidas com as corredeiras obrigam ao desembarque dos viajantes e mercadorias na Itabóca, enquanto, vazio, o motor navega um percurso de 2 km. Quem sobe o Araguaia não precisa mais sofrer os incômodos de transbordo, mas quem sobe o Tocantins ainda tem a sua viagem fluvial interrompida por um trecho de 3 km a pé ou a cavalo, margeando a corredeira de S. Antônio. Um proprietário de “motor” ou viajante, disposto a pagar três contos de réis, pode ir diretamente de Belém a Leopoldina (Araguaia) ou Pôrto Nacional (Tocantins) sem mudar de embarcação em Alcobaça.

O percurso que fiz na *Viagem ao Tocantins* foi o seguinte (fig. 4) :

Fluvial:

1.980 km	Belem a Alcobaca.....	264 km	(gaiola)
	Alcobaca a Carolina ...	1.236 km	(motor)
	Carolina a Pedro Afonso	480 km	(batelão)

Terrestre:

1.560 km	Pedro Afonso a Arraias	1.020 km	(cavalo)
	Arraias a Anápolis.....	540 km	(autom.)

Em Anápolis, a última estação da E. F. Goiás, tomei o trem, e, viajando pelas estradas de ferro Mogiana, Paulistá e Central, atravessando o Triângulo Mineiro, o Norte e Leste paulistas voltei ao Rio de Janeiro, donde tinha partido de navio, margeando a costa brasileira. Um total aproximado de 8.200 quilômetros.

VI

As 21 horas do dia 27 de maio, em plena estação sêca, escolhida propositadamente para a viagem, embarquei sob uma chuva torrencial no gaiola "Santa Maria". O vulto do "Poconé", amarrado pouco adiante no pôrto de Belém, mostrou-me o grande contraste com a embarcação que eu tomara para entrar nas águas do Tocantins. Era como o transbordo do "Queen Mary" para um Ita pequeno, na baía de Guanabara.

A partida
de Belém.

Alojei-me na cabine de dois leitos, junto da proa, a única existente e destinada ao comandante Cupertino Lima e ao imediato Pedro Andrade. Obséquio gentil dêstes dois senhores, embora êles preferissem dormir com os oito passageiros dessa viagem nas rêdes estendidas no salão aberto. Nesse salão, que compreendia quase os 30 metros de comprimento do "Santa Maria", acumulavam-se os mais extravagantes objetos, varas de pesca, tacho de cobre para fazer melado, etc. Sôbre a única mesa que servia para refeições, conversa e jôgo de baralho pendia a sineta que anunciava as horas das refeições e da partida do gaiola.

Minutos antes do gaiola largar, um velho amigo, viajante comercial do Rio de Janeiro, com

quem me encontrara em Belém dissera-me: “Dr., não se arrisque a essa viagem; o sr. é muito moço. Volte para o Rio de Janeiro, onde a sua profissão lhe dará meios para desistir dêsse Serviço...” Talvez, fôsem essas palavras que me fizeram, quando as máquinas se movimentaram, ler a lista de localidades da margem do Tocantins onde encontraria estações telegráficas e radiotelegráficas (r): — Igarapé-Mirim, Abaeté, Cametá (r), Alcobaça (r), Marabá (r) no Estado do Pará; Imperatriz, Pôrto-Franco, Carolina, no Estado do Maranhão; Pedro Afonso (r), Piabanha (r) Pôrto-Nacional (r), São José do Tocantins, no Estado de Goiás.

* * *

No dia seguinte, de madrugada, passamos por Abaeté e às 7 horas por Igarapé-Mirim. O gaiola atracou durante uns 40 minutos no pôrto desta localidade com 118 habitações, para o desembarque dum passageiro. Acercaram-se da embarcação 18 individuos de côr acobreada, dos quais um apresentava sintomas característicos da doença de Parkinson e outro de cretinismo. Vi a relação dos registos de óbitos desta aglomeração: — de janeiro a março de 1935 faleceram 40 individuos, dos quais 23 na primeira infância.

Em
Igarapé-Mirim
58% dos óbitos
são de crianças.

A viagem prosseguiu em terreno aluvial. Os gaiolas, como as outras embarcações, evitam a baía de Marapatá — a bôca do Tocantins — onde as tempestades são freqüentes, e se utilizam dos

“furos” do Moju para entrarem ou saírem do Tocantins. Nas margens dos igarapés desenhava-se a flora característica dêste trecho: aninga, atuirá, buriti, ucuuba, seringa, assai, tauri, canarana, arapari, piranheira, bacaba, tambori, capuerana, imbaúba piquiá, joari, murujuba, sarã (arbusto que fica sob as águas na vazante e aparece com a baixa do rio em perene verdor).

As espécies
higrofiticas
da “maré”.

Da ucuuba (*myristica surinamensis*), que se assemelha a uma jaboticaba, tiram uma matéria graxa com que fazem velas, que acendi algumas vêzes. Além da luz, que iguala a de nossas velas de espermacete do Sul, desprendem um agradável cheiro silvestre. A colheita do fruto é a menos trabalhosa do mundo. Fazem um cercado na beira d’água, junto ao arbusto. Por meio de pe-neiras e remos enchem a canoa com milhares dos frutos que sobrenadam o rio no mês de janeiro.

Até à baía de Marapatá encontrei, na beira do rio, uma habitação de 200 em 200 m, aproximadamente. Tais habitações pertencem ao reino das palmeiras: teto, parede, soalho, feitos de talos e fôlhas. Geralmente, uma torá de buriti serve de acesso à única porta, impedindo que os moradores se atolem na terra fofa da vazante, a qual a circunda.

De Igarapé-Mirim a Cametá divisavam-se pontas de canaviais que se insinuavam pelos igarapós a dentro. Nesse percurso contei 2 “serrarias”, como são chamadas as clareiras onde meia-dúzia de homens, com serras de mão, acertam as toras suspensas em giraus. Como única indústria existiam 6 “usinas” de aguardente (álcool a 22°). A produção

Engenhocas
com nome
de usinas.

dessas engenhocas pomposamente ¹denominadas "usinas" é de 1.000 frasqueiros por mês. O frasqueiro é um garrafão empalhado de 24 litros de capacidade, que se vendia a 12\$000.

Víamos gente pescando nas margens e muitas vêzes o gaiola reduzia a marcha para o cozinheiro perguntar aos berros se queriam vender peixe.

Usam vários dispositivos para a pesca: — *pindá*, vara longa com anzol que traz uma pena vermelha, a qual serve de isca ao tucunaré; *gamboa*, cêrca de talos de jupatí, marajá ou frecheira, correspondente ao parí dos rios do Sul; *matapi*, *gamboa* afunilada para pescar camarões; *gapuias*, usadas na vazante, são poços nos igapós, que se esvaziam com cuias para então se recolherem os mariscos. (1)

Dispositivos
para a pesca

Neste trecho, sulcam constantemente a água os seguintes tipos de embarcação: — *casco*, canoa feita de acapú, itaúba, louro, iquiá, pau amarelo, *sapucaia* e tocada a remo de mão por um ou dois tripulantes. Remo de mão chamam a uma haste de um metro, terminada em pá redonda, que se manobra ora dum lado, ora doutro da embarcação. Geralmente é feito de sapopema, madeira que também chamam de "pau de remo". *Montaria*, canoa esguia e veloz, feita de louro ou pau amarelo e para um tripulante com remo de mão. *Batelão*: canoa maior, que transporta a cana para as "usinas" e em que vai tôda a família do pequeno lavrador — a mulher e duas ou três crianças ajudam a remar com os remos de "faia". A faia (*Fagus silvatica*) é madeira que não existe na região. No caso, a palavra faia significa a forma do remo, que é um pau

Embarcações
a remo

inteiriço, cilíndrico numa das pontas, mal lavrado em todo o seu comprimento de três metros e que termina num triângulo que crispa as águas. Pelas informações obtidas, o colonizador português introduziu essa forma de remo na Amazônia e a faixa era a madeira que vinha para a sua feitura. *Reboque*, uma canoa cheia de cana que se atrela ao batelão. Este batelão não possui leme nem coberta, como se vê noutro tipo de embarcação com o mesmo nome e que encontramos além da "maré".

Todos êsses barcos afastam-se rapidamente para evitar a esteira das ondas produzida pelo gaiola.

O piloto adverte os remadores descuidados ou cumprimenta os que passam distante, com o silvo do "pullman" da Amazônia.

* * *

Na "maré" representam a fauna ornitológica: a *cigana*, do tamanho dum pato, de côr marron brilhante; o *maguari*, ave ictiófaga, muito abundante; o *corta-água*, que vóa em "piqué" até esbarrar nas águas do rio; os *xexéus* e as *curicas* barulhentas; as *andorinhas* em revoada; o *japiim*, preto e de rabo amarelo, que remeda o cacarejar da galinha ou o grugulejo do peru; o *jacumim*, ave domesticável ventriloqua, com que se divertem os nativos.

Aves

Constituem a fauna mamalógica: os *macacos* cuxiú, prego, da noite, cheiro ou mão de ouro, zogo-zogo, guaribas pretos e amarelos, *antas*, *pacas*, *quatis*, etc.

Mamíferos

Na fauna ictiológica contam-se: a *piratiba*, o *tunaré*, o *acari*, o *dourado*, a *caranha*, o *pacú*.

Dentre os quelônios, o número dos ja-
Peixes carés, jabotís, tracajás e outras espécies de tartarugas é muito reduzido devido à contínua perseguição que lhes movem os habitantes.

* * *

A madeira é o único combustível e material de construção da região: utilizam-na os habitantes para suas casas, seus barcos e seus fogões. Daí o saque que perpetraram continuamente à floresta.

A extração de madeira para combustível proporciona o ganho dos moradores dos igarapés que

desembocam no caminho líquido do
gaiola, cujas caldeiras consomem lenha. Trazem-na em canoas, rio abaixo, muitas vêzes, em viagem de três dias e vendem-na aos trapiches, à razão de 10\$000 por 1.000 achas de 1 m.

Aí ficam empilhadas à espera da passagem do gaiola. Ao apito dêste, surgem de vários cantos os indivíduos que fazem o carregamento para o porão do navio.

São carregadores de torso nu, com calças de algodão, homens de 60 anos, crianças de 8. No trapiche Ariranha contei 11 adultos e 23 crianças. Na entrada do barco ficam: 1 contador de "caminho" (5 achas), 1 marcador de "talha" (10 caminhos) e 1 "ficheiro". Como formigas ligeiras, entram e saem do navio, correndo nas pontas dos pés em cima da plancha que liga o porão à margem do rio, fazendo um percurso de 50 a 100 m por "caminho". A cada subida na plancha,

recebem uma ficha. O “contador”, vai contando e grita: “Talha!” ao cabo de 10 caminhos. O grito é traduzido por um risco de lápis no papel que o “marcador” atento segura na mão. Cada “caminho” é pago à razão de \$010 a \$020. Em 10 minutos, carregaram 290 caminhos ou 1.450 achas. Uma criança de 8 anos obteve 20 fichas ou \$400 e um homem de 53 anos conseguiu 52 fichas ou 1\$040. Este é o ganho dessa gente, que não tem senão esta ocupação, de 15 em 15 dias — quando passa o “gaiola”.

Luis Agassiz, em 1865, apreciou a mesma cena na vila de Coari, no rio Amazonas e, pelo seu relógio, contou um “carregamento” de 7 achas por minuto.

* * *

Outro meio de vida no Baixo-Tocantins é o do seringueiro. Chamam-lhe “canela fina”, por causa do “corre”. À meia-noite, com uma lamparina de óleo de mamona ou às 4 horas da madrugada, mal divisando as coisas na ante-manhã, êle sai da palhoça para engastar na árvore a vasilha de flandres ou de barro. Tem de furar 100 a 150 seringueiras para obter 4 kg de borracha. Às 10 horas os canecos dependurados já estão cheios. É a hora do “corre” por cima das lianas, das fôlhas e das poças para recolher o látex, que deve chegar ainda liquido ao tacho. Quando seca no vasilhame, antes de ir ao fogo, perde certas propriedades e se transforma no “sernambi”, que é borracha de tipo inferior. Sernambi significa também ostra vulgar.

Trabalho de
seringueiro.

A “canela fina” ou adelgaçamento dos músculos da pantorrilha é o resultado dêsse trabalho; na correria matinal, o seringueiro pisa nas pontas dos pés, esticando os músculos como a gazela. Aliás, é generalizada na região a marcha nas pontas dos pés; os homens andam ligeiros e surgem inopinadamente sem fazer barulho. Trazem para a vida social, além do hábito profissional, a herança da ascendência indígena no tipo da marcha.

Quando a *Hevea* se engrossa na parte baixa do tronco, devido às perfurações anteriores, o seringueiro usa o “mutá”, escada feita de embira, por onde êle sobe para lancetar a parte mais alta. A expressão “mutá” evoluiu com o trabalho humano: antigamente, o índio a usava com o fim de denominar o palanque construído em cima de uma árvore para esperar a caça.

As vêzes, usam o “arrocho”, isto é, escavam o solo, à procura das raízes para extrair o látex.

Assim, mutilam as árvores em tôda a sua extensão, provocando-lhes a morte. Continua a destruição da *Hevea brasiliensis*, cujo ciclo econômico foi até agora calamitoso para a Amazônia.

No rio Tocantins, em 1935, compravam a borracha ao seringueiro por \$800 e o sernambi por \$500 o quilo. O fruto da árvore, fervido e triturado, produz óleo, que substitui a linhaça. Vi algumas casas pintadas com êste óleo.

* * *

Dos dias 28 a 30 de maio nos terrenos aluviais verificamos uma temperatura constante às 8 horas: 27° C; às 12 horas houve variação de 31° a 33° C e às 20 horas tornou-se constante: 29° C. Viajando

pelos furos e canais o "Santa Maria" teve a agulha de sua bússola, num mesmo dia, voltada ora para o norte, ora para leste, ora para oeste, embora o rumo que buscávamos fôsse o sul.

* * *

Ao cair da tarde de 28, largamos Cametá. Erigida em terreno terciário, a 5 m acima do nível do mar foi a primeira vila do Tocantins e sede de uma pequena capitania de curta duração.

No início do século XVII, os Tupinambás que residiam na circunvizinhança do local onde hoje se acha a cidade de Cametá fizeram parte da guarnição dos barcos com que o navegador português Pedro Teixeira subiu o Amazonas até as fronteiras do Peru.

Os jesuítas converteram sete aldeias d'esses dóceis índios e instalaram em Cametá a primeira missão das margens do Tocantins. O Padre Antônio Vieira, que fêz parte da missão, pretendeu transformar as aldeias convertidas na sede da colonização das margens do rio. Os jesuítas subiam o Tocantins e faziam descer milhares de índios para Cametá.

O Padre Antonio Vieira não realizou seu plano de colonização em Cametá.

O plano colonizador de Vieira, porém, foi frustrado. As nações Gês, embora dóceis, não se prestaram à exploração extrativa ou agrícola e a rivalidade entre o Governo de Portugal e a Companhia de Jesus talou o sonho do grande jesuíta (2).

Em 1659, Vieira saiu escoltado de Cametá e levado para Coimbra, a inquisição o encarcerou

como "defensor dos judeus". Dois motivos provocaram o encarceramento: as idéias do padre contra a Santa Sé e o plano de colonização da Companhia de Jesus no Tocantins. Repercutiu no Tocantins, pela primeira vez, o drama das lutas políticas e religiosas da Europa.

A antiga sede da missão jesuítica se transformou numa tapera e alguns colonos portugueses se estabeleceram num ponto mais acima do rio. Aquelas terras constituíram a efêmera capitania do donatário Feliciano Coelho.

Ainda hoje se vêem as ruínas de Cameté-tapera, o sonho desfeito dos jesuítas...

O núcleo originário dos cametaenses resultou do cruzamento dos colonos portugueses com índios. Revelaram-se valorosos soldados na revolta denominada *Cabanagem* e forneceram vários cidadãos para a administração pública da Província do Pará.

Por duas vészes Cameté quase desaparece sob o flagelo de epidemias.

Em 1740, as margens do Baixo-Tocantins se infestaram de uma doença que dizimou colonos, índios e mamelucos. Não há menção sobre os sintomas (3), mas é provável que se tratasse da varíola. Esta infecção, no decênio 1730-1740, irrompeu de modo violento entre os negros da mineração de Santo Antônio do Campo Descoberto em Goiás e depois entre os habitantes de Belém do Pará. A linha natural de circulação que ligava êsses dois pontos distantes era o Tocantins e passava por Cameté.

Em 1855, o *colera morbus*, importado de Belém, liquida grande parte da população, inclu-

Cameté não teve
boa sorte.

sive o Presidente da Província, Custódio Correia, que residia em Cametá. (4)

No século XVIII, a Província se supria do açúcar fabricado na área de Cametá. O desenvolvimento da navegação costeira, porém, interrompeu a incipiente indústria do Baixo-Tocantins. Pernambuco, com sua produção em larga escala tomou conta do mercado do Pará e as engenhocas do Baixo-Tocantins desapareceram.

Cametá classificou-se uma vez como a primeira cidade do Pará. Foi em 1864, quando principiou a exploração dos castanhais do Baixo-Tocantins. Possuía então 53 casas de negócio, uma farmácia, 348 habitações (inclusive as palhoças) e 2.602 moradores (5). Mas, as principais matas da "*Brazil nut*" se encontravam mais acima, além da cachoeira da Itaboca, e as novas aglomerações humanas do Tocantins que se formaram atraíram os cametaenses.

Na minha passagem, Cametá contava 514 prédios, dos quais 10 sobrados, 354 de tijolos e 150 palhoças com 2.212 habitantes. De longe seu aspecto é agradável, mas, quando o "gaiola" se aproxima, os fundos das casas firmados sobre esteios de madeira por causa das oscilações do nível d'água, as escadas que deles descem para a praia, a ruína de vários prédios, as ruas cobertas de gramineas, tiram-nos o entusiasmo e convencem-nos da estagnação de seu progresso.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO VI

(1) Comparei, posteriormente, as anotações que colhi sobre dispositivos para a pesca com as referidas por Moura em seu livro de 1910 "*De Belém a São João do Araguaia*".

Coincidem exatamente, como se não houvesse decorrido um intervalo de trinta anos.

(2) PE. LUÍS ANTÔNIO DA SILVA SOUSA — *Memórias goianas*, 1862.

(●) J. LÚCIO DE AZEVEDO — *Os jesuítas no Grã-Pará*.

(4) MOURA — *De Belém a São João do Araguaia*, 1910.

(5) DOMINGOS FERREIRA PENA — *O Tocantins e o Anapu*.

VII

No dia 29 navegávamos em terreno terciário. Os barrancos de lado a lado do rio davam maior solidiez às moradias e na paisagem verde destacavam-se os castanheiros, as sumáumas. Estas bombáceas avisam os pilotos da presença de pedras no leito do rio. Constituem o sinal vermelho colocado pela natureza para orientar o tráfego dos "gaiolas".

Baião, vila fundada há 241 anos construiu uma casa de dois em dois anos.

Pela madrugada passou-se por Mocajuba, localidade de 120 palhoças e 30 casas de alvenaria e pela vila do Carmo, aglomeração de 20 palhoças, inclusive a capela.

As 8 horas, o *Santa Maria* encostou numa barreira em que se empilhavam achas de lenha. Galgando um estreito caminho, em poucos minutos, estávamos num largo, onde uma bela figueira abria seus galhos. Em volta, 125 casas constituíam a vila de Baião, fundada em 1694 pelo português Antônio Baião. Duzentos anos depois do primeiro morador, a povoação contava 57 habitações, quarenta e um anos mais acrescentaram 68 casas... é esse o ritmo do crescimento urbano da maioria daquelas aglomerações.

São povoados que se esvaziam durante a sêca e se enchem no "verde", quando se extraem, na

circunvizinhança, os produtos vegetais silvestres. A população marginal do Baixo-Tocantins oscila com as duas estações do ano de 50 a 200%.

* * *

Estranhávamos a ausência de mosquitos durante a viagem. As 14 horas, quando vagarosamente, o *Santa Maria* margeava o rio, surpreendi uma fêmea de anófeles *argirotarsis* pousando na mão de um passageiro.

* * *

Depois de Baião, demos uma volta numa grande ilha deserta, a Bacuri. Então, a margem esquerda apresentava-se mais povoada devido aos castanhais. Encontram-se pequenos

Os apanhadores
de castanha
vivem isolados
na mata.
Uma palhoça
na margem
do Rio
significa um
porto.

portos: Umaripicu (2 palhoças), Pampelônia (8 palhoças), São Bernardo (1 palhoça), Umarizal (1 palhoça), Paritá (1 palhoça) e na boca do afluente do mesmo nome, Joana Peres com 55 palhoças. São os pontos de contato de dois mil habitantes da mata com a "civilização", que passa a bordo do gaiola duas vezes por mês.

O gaiola carrega os frutos silvestres e descarrega o sal e outras mercadorias de primeira necessidade nos "portos", que nada mais são que o começo da picada para o centro da mata. Esses "portos" surgem quando se explora determinada área e alguns deles têm a vida de uma estação chuvosa.

Durante a safra da castanha, os habitantes da mata não vão ao povoado para comerciar ou tomar

parte em funções religiosas e festivas. As vilas regridem ou estacionam sem o comércio das populações circunvizinhas.

A navegação movida a vapor e os barcos adaptados ao motor de explosão não beneficiaram os sertanejos, nem fizeram progredir a região; só trouxeram proveitos aos proprietários dos barcos, aos arrendatários dos castanhais e aos comerciantes de Belém e Marabá.

Os arrendatários e "aviadores" (nome que se dá aos comerciantes do Baixo Tocantins) utilizaram-se dos meios de transporte modernos para "isolar" na mata, os apanhadores de castanha, extinguiram a especulação da época dos barcos a remo, nos quais os párias transportavam os produtos silvestres para vendê-los nas vilas.

Nos "portos" das áreas exploradas o preço da castanha e das mercadorias é compulsório.

Apenas uma quarta parte dos castanhais do Tocantins é propriedade privada; o sistema adotado é o do arrendamento pelo Estado e municípios a um grupo de indivíduos. A estes não interessa o progresso da região da qual se servem com fim exclusivo de obter lucros.

* * *

Deixamos Joana Peres ao escurecer, depois dum carregamento de 38 hectolitros de castanha. Entre os carregadores vimos duas crianças de 8 anos de idade, que receberam 500 réis pelo trabalho de duas horas.

Além da malária endêmica tive notícia de uma infecção que, nos meses de maio e junho, vitima os extratores de castanha. Segundo informações dum Sr. Juvêncio Alves, em 1934, esta doença matou 30 indivíduos em Joana Peres. Os sintomas descritos coincidem com os dos casos clínicos observados pelo Dr. Júlio Bacas, de Marabá. Febre, vômitos, escarrros sanguinolentos. Parece tratar-se duma forma epidêmica de bronco-pneumonia, a que os nativos chamam "catarro".

Uma forma epidêmica de bronco-pneumonia é a doença dos apanhadores de castanha.

* * *

Os castanhais espalham-se nas margens do Tocantins de Baião a São João do Araguaia. Adensam-se ora mais numa das margens do que noutra e, atualmente, é raro ver-se uma árvore na beira do rio; estão tôdas distantes.

Os castanhais do Baixo-Tocantins

A castanha (*Bertholletia excelsa*), apesar de seu proclamado valor nutritivo (1), continua silvestre como foi descoberta em 1669 pelos jesuítas Gonçalo Pires e Manoel Brandão, da missão de Cametá. Não a cultivam; dissemina-se naturalmente segundo o processo de proliferação da flóru-la zoocórea. (2)

A castanha propaga-se nos igapós do Tocantins pela cotia, paca, arara. O caetetu, a anta, os macacos cuxiu e prego, a cigana (*Hopistochomus hoazin*) também a disseminam, mas é preciso que o ouriço esteja quebrado para verificar-se a biocenose. Sucede que a invasão do homem nos castanhais espanta todos êsses animais; por isso,

quase não se vêem novos castanheiros, e, se a agricultura não substituir a extração, não estará longe o tempo em que perderemos essa nossa riqueza.

A safra vai de janeiro a maio, ou de dezembro a abril. Os proprietários e arrendatários dos castanhais *alugam* os sertanejos para apanharem as castanhas. Em todo o vale do Tocantins usa-se o verbo *alugar* em vez de *empregar*. Exprime com nitidez a situação em que se encontram os sertanejos, da classe dos párias de nossa civilização. Há mais de cem anos que trabalham numa pátria onde não se lhes reconhecem os direitos; invalidam-se, morrem no serviço, sem a menor assistência. Constituem um exército de doentes sociais.

Como trabalham os apanhadores de castanha, da classe dos párias de nossa civilização.

Geralmente, os castanhais rodeiam as cabeceiras dos igarapés. O apanhador de castanhas atravessa riachos a pé, ou, de canoa, quando mais profundos. Acompanha picadas, penetra nas matas quase desprotegido, descalço, busto descoberto, chapéu de carnaúba e calça curta. Muitas vezes seguem-no a mulher e os filhos, que o auxiliam na faina. Espera o amanhecer porque, se entrar na mata de madrugada, arrisca-se a morrer por fratura do crânio decorrente do choque dos ouriços que caem de 20 a 30 metros de altura. Muitos dêles pagaram com a vida a afoiteza, pois, é o orvalho que, umedecendo o pedicelo resinoso, o faz romper e desprende-se o ouriço. Os frutos devem ser colhidos em completa madureza, caso contrário se deterioram. Caem dos galhos de dezembro a fevereiro.

O trabalho consiste em catar os ouriços, dos vários pés e juntá-los em montes. Quebram-nos.

quer com um pedaço de pau, quer com um facão a que chamam "colin", e, soltas ás castanhas, geralmente 12 em cada ouriço, recolhem-nas a um cêsto chamado "panero" ou "joão maxim", cuja capacidade é de cem litros, pesando quando cheios aproximadamente 60 kg. O "panero" é construído de talas de jupati ou de arumã armadas com cipó imbé; o apanhador leva-o às costas, seguro por duas alças de embira que lhe rodeiam a fronte e o tórax; do castanheiro êle o conduz até as "bordas do castanhal" denominadas "pontas". A postura forçada em marchas longas, durante alguns anos de trabalho, arqueia a coluna vertebral de muitos dêles. Observei alguns homens e rapazes com essa cifose profissional. O serviço, que começa ao alvorecer, termina às 15 horas com a colheita de 1 a 2 hectolitros.

Das "pontas", as castanhas são transportadas em "cascos" ou "montarias" (barcos) para a beira do Tocantins. Ai secam em "paióis" até que o "gaiola" ou os "motores" as venham buscar levando-as primeiro a Marabá ou diretamente a Belém; então, os cargueiros do Atlântico as conduzem aos portos da Europa, Estados Unidos e, em menor quantidade, aos do Brasil Meridional. Das 24.321 toneladas da safra de 1935, a Inglaterra recebeu 13.540.

Os castanhais mais densos da região do Tocantins encontram-se nas cercanias de Marabá e denominam-se Araras, Caetetús, Cigana, Cuxiu e Antas. É de reparar os nomes com que os sertanejos os batizaram. Recordam-lhes a origem zoológica.

A Inglaterra
importa
castanha do
Pará há mais
de um século.

Cada hectolitro de castanha do Tocantins pesa 56 quilogramas; tem primazia na exportação devido aos tipos de fruto; médios e graúdos. O litro de castanha do Tocantins tem 62 a 64 frutos; do Acre, 70; do Trombetas, 50; do Baixo- Amazonas, 58.

Há um século vendia-se o hectolitro da *Brazil-nut* à Inglaterra por 24\$000. Os ingleses revendiam a castanha à Alemanha e Rússia.

Sempre, quem menos lucra com a produção extrativa vegetal da castanha é o sertanejo.

Em 1935, o apanhador de castanha recebia 10\$000 por HI; o transporte, em três dias de viagem da "ponta" de um castanhal a Marabá custava 3\$000; de Marabá a Alcobaça, 4\$000; de Alcobaça a Belém, 1\$500, saindo, portanto, a 18\$500 o hectolitro no pôrto de Belém do Pará. Os comerciantes vendiam-no por 58\$000 aos exportadores, os quais revendiam a *Brazil nut* pelo preço de 100\$000 o HI. Grande parte desse comércio estava nas mãos de sirios, que, para suas especulações, refinam os frutos nos armazéns de Alcobaça e Marabá.

Em 1864 colheram-se nas margens do Tocantins 69.613 alqueiros (quase 10.000 HI) que se venderam por 268:452\$000. A safra de 1935, dos municípios de Marabá e Baião atingiu a 96.000 HI, número que exprime, aproximadamente, a contribuição do vale do Tocantins para a exportação de castanhas do Estado do Pará. Baseados no dado 58\$000 por hectolitro, teríamos uma receita de 5.574 contos em 1935 por 96.000 hectolitros. Comparando os dados de 1863 e 1935 vemos que, para um aumento de 1.000% no volume da produção houve um aumento de 2.000% na receita; contudo, em vista da aniquiladora depreciação de nossa

moeda, este incremento do preço sobre o volume da produção não significa uma elevação do poder aquisitivo das populações entregues à extração e ao comércio da castanha.

Não é raro o apanhador abater o castanheiro no fim da colheita. Os sertanejos, negligentes por falta de orientação, explorados pelos donos dos castanhais, obtêm das amêndoas o salário, o alimento e um óleo que ilumina sua palhoça durante a noite; da casca, excelente estopa para aquecer a comida e, da madeira fazem a canoa em que abandonam o local onde trabalharam quatro meses. No outro ano, vão em busca de novos castanhais, onde repetem a mesma destruição...

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO VII

(1) A amêndoa contém 69% de gorduras, 16% de proteínas e 3,72% de substâncias minerais (potássio, cálcio, magnésio, fósforo, ferro, cobre, enxofre etc.); não contém sacarose. Além de sua grande utilidade na alimentação normal, é especialmente indicada na dieta dos diabéticos.

(2) A. J. SAMPAIO em sua *Fitogeografia do Brasil (Brasiliana, vol. 35)* assim classifica a vegetação da terra: a) flórula anemocórea, quando as sementes, como as da paineira, do pente de macaco são espalhadas pelo vento; b) flórula zoocórea, subdividida em exocórea, quando as sementes se agarram ao pêlo, ao corpo dos animais, como o carrapicho de boi; endozoocórea, quando as sementes, deglutidas, disseminam-se pelos passaros com as fruteiras, a erva de passarinho, a aroeira, o babaçu ou pelos macacos como as sapucaias ou pelos morcegos como as sapoláceas; c) flórula geocórea, quando a dispersão se faz por movimentos tectônicos como a "terra caída", a descida dos igapós; d) flórula hidrocórea, quando as sementes vagueiam sobre as águas como o tachi, a aninga, a ucuúba.

VIII

Amanhecemos em Alcobaça após três dias de viagem no “gaiola”. O *pullman* da Amazônia navega até aqui; rio acima, os barcos são de menor calado devido aos trechos encachoeirados.

Alcobaça,
ponto terminal
da linha dos
“gaiolas”.

Alcobaça originou-se de um pôsto militar instituído em 1782 pelo Governador do Pará, Teles de Menezes. A finalidade era domesticar índios, aprisionar escravos fugitivos, contrabandistas de ouro que desciam das minas goianas e matogrossenses, pela via natural de comunicação entre o Centro e o Norte — o rio Tocantins. Quarenta anos depois existia no local apenas uma cruz tosca de madeira que mal se distinguia numa clareira quase retomada pelo mato (1). O povoado ressurgi mais tarde, e, em 8 de agosto de 1931 recebeu a primeira visita dum “gaiola”, o *Tupá*, pilotado pelo Sr. Cupertino Lima. Dessa data em diante Alcobaça transformou-se no ponto terminal da linha de gaiolas do Tocantins e, como consequência, desapareceu a povoação de Nazaré dos Patos, onde até então chegavam êsses navios fluviais (fig. 5).

Atualmente, é um distrito do município de Marabá e pôrto de embarque de castanhas. Conta

120 habitações, cujas coberturas são de zinco ou de palha; êsse censo é o mesmo de há 20 anos. (2)

A população fixa aumentou: 600 habitantes. Comunica-se com Belém por meio duma estação radiotelegráfica. Junto à barranca do rio vêm-se 13 armazéns particulares e 3 do Estado, onde se recolhem as castanhas. Tais depósitos têm em média 5 x 20 m², cobertura de zinco, paredes de taipa.

Deixando as últimas habitações, em direção noroeste, um caminho de areia nos leva às oficinas da Estrada de Ferro Tocantins, onde dormiam três máquinas velhas, 4 vagões de carga e dois de passageiros. O abandono do material, a ferrugem revestindo os trilhos, pilhas de dormentes apodrecendo, retratam a situação da ferrovia planejada em 1872-1875 pelo engenheiro Antônio Florêncio Pereira do Lago.

A estrada
de ferro que
surgiu.

Em 1935 saíam dois trens por mês até Pucurui, no km 67, onde existia o aldeamento dos índios Assuimiris. Próximo a essa aldeia havia um pósto semi-abandonado do Serviço de Proteção aos Índios; os seus doze funcionários viviam quase sempre fora, pois nada tinham que fazer, porquanto estavam sem material, sem orientação e há seis meses não recebiam os salários.

A idéia da construção, nesse trecho, de uma estrada de ferro foi devido às corredeiras, travessões e rápidos que impedem a navegação franca de Alcobça à confluência Araguaia-Tocantins. Incluída no plano Bulhões de viação nacional, a

ferrovia, numa extensão de 391 km, ligaria três povoações: Alcobaça, São Vicente do Araguaia, Boa-Vista do Tocantins, e sua trajetória seria um ângulo obtuso.

Apresentou-se na Câmara Imperial, em 24 de março de 1882, o seguinte projeto: “Fica o Governo autorizado a conceder à empresa que houver de construir uma estrada de ferro entre Alcobaça, no Pará, e a cidade de Boa-Vista, em Goiás, a quantia de juros de 5% ao ano sobre o capital máximo de 16.000:000\$000. *L. Bulhões, G. Cruz, D. Castro, Adriano Pimentel, Mac Donald*”. Obteve privilégio para a construção dessa estrada, que recebeu a denominação, naquela época, de Estrada de Ferro Pará-Goiás, José Negreiros de Almeida Sarrinho, por Decreto n.º 9.405, de 21-4-1885. (3)

O Governo Provisório em 16-10-1890 anunciou pomposamente a construção da E. F. Tocantins. Um ano e meio depois explicou que não conseguiu capital para essa obra, no estrangeiro, nem no País e solicitou do Congresso um prolongamento indefinido do prazo para iniciar a construção...

O Decreto n.º 862, de 16-10-1890, assinado por Francisco Glicério, no Governo do Mal. Deodoro da Fonseca, outorgou ao Cel. Eng.º Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim o privilégio de explorar a navegação dos rios Tocantins, Araguaia, das Mortes e seus afluentes e da via férrea do Baixo-Tocantins.

A concessão abrangia 4.000 km de linha fluvial e 170 km de estrada de ferro, a qual iria de Alcobaça a Praia da Rainha. A adaptação das

aquavias à navegação movida a vapor orçou-se em 7.000 contos. Ao concessionário doava o Governo 20 km de terras de cada lado do traçado da estrada de ferro e de 3 a 4 km de cada margem do rio Tocantins, desde a foz até onde interessasse à Companhia. As grandes riquezas marginais, vegetais e minerais, os pontos de embarque e descarga ficavam em poder do concessionário durante um prazo de 60 anos! A sua obrigação era de fazer uma viagem mensal, de ida e volta no Tocantins, e, nos outros rios, seis viagens redondas por ano. A tarifa não lhe permitia cobrar além de 40 réis por tonelada — quilômetro e, caso não cumprisse as cláusulas do contrato impunha-se-lhe a multa variável de 200\$000 a 5:000\$000.

Creio que jamais um Governo fêz a alguém uma monstruosa concessão dessa natureza. Entretanto, apesar do incrível privilégio, a empresa gorou. É diante de fatos como êsses, que o homem do povo se convence que “Deus é brasileiro”. (4)

Em 1905, iniciou-se o trabalho da construção da ferrovia e em 1908 entraram em tráfego 43 km numa região plana e sem obstáculo para colocação de trilhos.

No mesmo ano em que se assentavam os primeiros trilhos da E. F. Tocantins, em Alcobaca, colocavam-se os primeiros dormentes da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Bauru. Ambas as estradas de ferro partiam do interior para o sertão, margeando rios em cujas ribanceiras viviam índios; acreditava-se que a primeira impulsioneira a navegação do Tocantins e que a simbiose —

ferrovia e aquavia — povoaria aquêlê sertão; a segunda substituiria o Tieté cuja navegabilidade, em sua maior extensão, nunca foi propícia.

Os trilhos da E. F. Tocantins atingiram o km 87 e a paisagem que os rodeia continua sendo a savana habitada por índios; a E. F. Noroeste possui 1.273 km de trilhos, em volta dêles o sertão se povoou, nasceram cidades e os índios desapareceram.

Num mesmo país, processos iguais de transporte não significam obtenção de resultados idênticos. Fatores políticos e econômicos alteram os planos de homens que supõem ser suficiente remover obstáculos naturais, adotando em tôdas as regiões determinado sistema de transporte, para que surja o progresso.

Até hoje não se outorgou ao Tocantins a missão que, desde o Século XVIII, o Marquês de Pombal lhe assinalara: “é o mais seguro caminho para levar a civilização e o progresso ao interior do país”. (5)

* * *

As 20 horas do dia 30 de maio fui à reza da capela de Alcobaça dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Enquanto uma velha cantava a ladainha do mês de Maria, os presentes respondiam “*ora pro nobis*”. Nos povoados onde não há padres quase sempre é uma velha que toma conta da capela e promove as rezas. Cena idêntica à de Alcobaça assisti em Leopoldina do Araguaia.

Os habitantes da “maré” lembram os japoneses.

Durante a ladainha de Alcobaça contei 44 indivíduos, assim distribuídos pela côr da pele:

COR	ADULTOS		CRIANÇAS
	Feminino	Masculino	
Branca.....	10	4	2
Parda.....	11	6	7
Negra.....	4	0	0

Conversando com êsse pequeno público e entrando em contato com vários habitantes da "maré" reparei entre êles certas identidades psíquicas independentes das estruturas corporais.

A mestiçagem nessa região se fêz entre leucodermos, xantodermos e melanodermos; daí os desvios que se encontram do padrão estrutural dêsses três grupos raciais. Porém, a mimica, atitudes posturais (ficar de pé com as extremidades inferiores afastadas etc.), linguajar rápido, cantado, baixo, predominância do sorriso em vez da gargalhada, disciplina em cumprir as determinações partidas de pessoas que possuem algum privilégio no grupo social, respeito com indícios de humildade na presença dessas pessoas etc. deram-me a impressão da predominância dos caracteres psíquicos dos xantodermos. Embora, tivesse diante de mim, indivíduos de pele parda quase escura,

mesocefálicos, de face mais estreita que larga, de cabelos ulótricos e de estatutra mediana, êles faziam-me lembrar os japoneses. Quando a estrutura física obedecia então aos caracteres gerais dos xantodermos, mais de uma vez supus descobrir um japonês, num brasileiro genuíno. Quem já entrou em contato com os japoneses que emigraram para o nosso país (exemplo: zonas Noroeste ou Sorocabana do Estado de São Paulo) deve recordar-se dos advérbios “em-em” e “um-um” (afirmação e negação) de uso habitual entre os nipões. Tais fonemas também são freqüentes na conversação dos habitantes da “maré” como na dos índios Apinagés. .

O ameríndio contribuiu em maior percentual na mestiçagem que originou o atual habitante do Baixo-Tocantins e se a estrutura corporal dêste escapa por vêzes às linhas características do principal ascendente, as manifestações psíquicas entretanto se conservam.

Os mulatos que encontrei mais adiante, no Alto-Tocantins, comportavam-se “psiquicamente” de modo diverso dos da circunvizinhança de Alcobaça. Movimentavam-se mais, gargalhavam, exteriorizavam maior lascívia; o percentual psíquico de ascendência negra era mais evidente, e, realmente a região habitada por êles recebeu maior contingente africano que a da “maré”.

A herança mendeliana na espécie humana explica muitos casos extravagantes quanto à estrutura física dos indivíduos: pais de olhos pretos com filhos de olhos azuis, avô negro com neto branco, filho de estatura alta, com pais de estatura baixa etc. Aplica-se também o mendelismo às discor-

dantes estruturas psicológicas que se verificam entre parentes próximos (6) e, por êsse método, os adeptos da doutrina de KRETSCHMER (7) justificam as disparidades entre as estruturas físicas e psicológicas.

Observam-se certos caracteres psicológicos comuns às gerações sucessivas dos grupos raciais que continuam apesar da miscigenação, ora dominantes ora recessivos, como sucede com os genos de determinadas doenças.

É provável que os estudos ainda em início, da Escola russa de fisiologia (8) elucidem melhor o conhecimento da personalidade humana que a doutrina de KRETSCHMER, esquemática, mas incapaz de solucionar as várias exceções dos tipos definidos, que pretende estabelecer. E assim, algum dia poderemos interpretar cientificamente a razão de um indivíduo fisicamente mulato ou caboclo ter o comportamento de um xantodérmico, pois admitir exclusivamente o fator ambiente como responsável por essa heteromorfia não nos parece justo (9).

* * *

Apesar da vida rude e simples, de vez em quando surge entre os habitantes da "maré" um tipo esperto, como o caboclo que em 1924 passou o "conto do vigário" numa companhia norte-americana. Passava nesse ano em Alcobaça um mineralogista ianque às custas de certa companhia. Um caboclo apresenta-se a êle com amostras de carvão mineral dizendo que as tinha colhido num morrote adiante de Alcobaça, o Trocará. O perito, entusiasmado, gratifica exuberantemente o caboclo e

O "conto do vigário" numa companhia norte-americana.

avisa a Companhia de Nova-York. A investigação revelou que o “carvão” não existia no Trocará; as “amostras” eram das máquinas da lancha “Yaco”, naufragada há muito tempo (1891) nas águas do Tocantins...

* * *

Uma manhã fui ao banho no rio e encontrei dois homens arrastando um jacaré moribundo. Um dêles sangrou-o no coração e recolhia o sangue numa vasilha. A nossa pergunta, respondeu-nos que êsse sangue fresco misturado com caldo de caju estava curando sua mãe de morfêia... Acompanhando-os até sua palhoça, vi que a senhora apresentava lesões mutilantes da lepra e se alegrou com o sangue ainda quente que o filho lhe trazia no caneco.

Os leprosos
vivem
disseminados
no interior
Pará.

Os leprosos no Pará vivem disseminados no interior. Por informações de médicos sanitaristas locais calcula-se em 5.000 o número dos doentes; o Estado mantém um pequeno leprosário e a assistência ao mal de Hansen é insuficiente.

Nesse mesmo dia percorri 25 habitações à cata de insetos hematófagos e nada encontrei. Das 18 às 20 horas capturei mosquitos em cinco embarcações que estavam no pôrto: 20 espécimes de *Culex quinquefasciatus* e 1 de *Anopheles argyrotarsis*.

Anarrados nas estacas, levemente embalados pela água do rio, encontravam-se sete “motores”: “Major Barata”, “Vênus III”, “Almirante”, “Tui”, “Bom Jesus”, “Couto de Magalhães” e “Pará”. Os nomes simbolizavam pensamentos políticos, culturais, religiosos dos padrinhos.

À noite o comandante do "gaiola" ofereceu-me uma ceia de despedida: postas frescas de piraíba, carne e ovos de tartaruga, ótimamente preparados a bordo por um cozinheiro paraense. Não havia estalagem em Alcobaça.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO VIII

(1) DOMINGOS FERREIRA PENA — *Tocantins e Anapú* (folheto que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

(2) MANOEL DUARQUE — *Tocantins e Araguaia* (folheto que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

(3) J. AIRES DA SILVA — *Rev. Informação Goiana*, Rio de Janeiro, julho 1934, Vol. XVIII, n.º 12.

(4) *Empresa de Navegação dos rios Tocantins, Araguaia, das Mortes e seus afluentes e via-férrea no Baixo-Tocantins* — 1890 — Rio de Janeiro, Tipografia Carlos Gaspar Silva.

(5) JERÔNIMO MORAIS JARDIM — *Linha fluvial Tocantins-Araguaia*, conferência realizada em 1894 no Club de Engenharia do Rio de Janeiro.

(6) Observações de RUDIN, LUXENBURGER, KAHN, CONRAD, BOVEN, GALATIAN, GODDARD e outros.

(7) Escola que relaciona os caracteres biotipológicos aos psicológicos e cuja concepção deve-se a ERNST KRETSCHMER, psiquiatra de Marburgo, embora os Gregos já tivessem estabelecido essas relações de modo não sistematizado.

(8) A escola russa de fisiologia criada por PAVLOV, desde 1920 estudá vários tipos de estruturas da córtex cerebral do homem e estabelece relações entre tais estruturas e o comportamento mental dos indivíduos.

(9) Em patologia mental, os atuais conhecimentos sobre as personalidades psicopáticas conduzem a admitir o *processus* de "mutação" nas famílias, onde surgem indivíduos caracterizados por uma conduta incompatível com as normas do meio social.

IX

Na madrugada do dia 1 de junho prosseguimos no motor "Almirante".

Chamam "motor" às faluas que possuem motor de explosão de 20 a 60 HP e acionados com gasolina ou Diesel. Assenta-se o motor no meio da chata, cujas dimensões variam em tórno de 8 m de comprimento por 4 de largura e 1,50 m de calado. O leme na pôpa é uma pá comprida fixa numa forquilha, dirigido pela mão firme do piloto que permanece atento durante tôda a travessia. Perto do leme, num tripé, um caldeirão de ferro se aquece com carvão — é a cozinha. O porão toma 2/3 da falua; no seu cavo se acumulam castanhas, sacas de sal, couros, utensílios e, por cima das cargas mais variadas, descansam ou dormem tripulantes e passageiros. O porão é a única parte coberta pela tólda; nesta, viajam ao sol ou ao relento os passageiros que não se acostumam ao cheiro de petróleo e mercadorias, exalado naquele. Na proa destaca-se o "bolinete", um rôlo de madeira com manivela, onde um cabo de aço de 200 m espera os momentos de serventia na transposição das corredeiras. Em "motores" luxuosos há um camarim onde se acomodam quatro passageiros.

As faluas que sobem o Rio, de Alcobaça a Marabá, gastam 1 litro de gasolina por quilometro.

A tripulação compõe-se de piloto, com salário mensal de 500\$000, do motorista com salário de 450\$000, de 6 marinheiros e 1 cozinheiro que recebem 2\$000 por dia. Subindo o rio de Alcobaça a Marabá gasta-se quase 1 litro e meio de gasolina por quilômetro.

* * *

A paisagem modificou-se. Agora as águas correm em leito pétreo, onde diversos bancos ou "travessões" alteiam-se no meio do Tocantins.

Quando elas se apertam nas paredes dos bancos ou descem em declives mais ou menos consideráveis encrespam-se e espumam em entumescências alvas que se percebem ao longe na côr parda do rio. São os rápidos ou rebojos ou maresias que os pilotos evitam à distância, manobrando o leme.

Os bancos de rocha são de origem eruptiva, diorito e fonólito de côr verde escura, de consistência tenaz e que ressoam quando percutidos pelos cascos das embarcações, as quais dificilmente sobem aquêles degraus, sem resvalar. Na minha viagem, aquêles sistemas de rochedos estava quase todo à mostra; no "verde", porém, desaparecem, pois não é raro o nível do rio subir mais de 10 metros. Daí, a descrição dos métodos de navegação variar conforme as duas estações do ano.

Das praias desdobram-se matas extensas. Ainda se vêem marnotas, mas pouco a pouco o terreno se eleva, torna-se enxuto e, da argila silicosa, do *gneiss*, partem vastos cerrados que ganham o interior.

Atravessamos as corredeiras Taquari, Vitae-terna. Este nome lembra a passagem dos jesuítas em demanda do Paraguai no Século XVII e o naufrágio de 8 pessoas, provocado há um século pelo piloto de um batalhão, em vingança à hostilidade que lhe demonstrara em viagem, o Capitão dos Dragões da Província de Goiás, Miguel Arruda.

Os rebojos e rodamoinhos se multiplicam e exigem tôda a fôrça do "motor". Numa passagem de 30 m, gastamos 3 minutos e 15 segundos. As vêzes, no meio do rio, a falua desaparece entre alas de piranheiras, que emergem dos pedrais.

O obstáculo mais sério é a cachoeira do Itaboca, que mereceu uma descrição minuciosa de Coudreau (1). Muitos denominam com êsse nome uma extensão de 25 km, onde as águas se precipitam com velocidade de 20 metros por segundo, num labirinto de canais abertos entre rochas disseminadas de uma margem a outra do rio. Contudo, os pilotos discriminam uma por uma as seções dêsse trecho encachoeirado e guardam de memória todos os meandros do rio, onde é perigosa a travessia.

Como atualmente é praticada, a navegação nas corredeiras depende das qualidades do piloto. Quase sempre é um mestiço, nascido na região, conhecedor prático de sua arte, que nunca esteve na escola, geralmente analfabeto.

Tendo consciência do seu valor, o piloto é o dono do "motor", quando êle se movimenta. É quem marca a hora da saída e decide sôbre o percurso do dia. Transporta gratuitamente nas viagens quem bem entende, um amigo ou a amásia. É considerado em tôdas aquelas povoações, quer pelo seu salário elevado numa área, onde o tra-

balho é miseravelmente pago, quer pela audácia com que conduz o seu barco. Representa o homem que dirige o meio de transporte mecânico; o prestígio que possui é análogo ao do chofer ou do aviador nos municípios do Sul.

A Itaboca apareceu-nos às 15 horas. Naquele mês de sêca viam-se à flor d'água quase todos os bancos de pedra. O pilôto dá as ordens. Arria-se o mastro, enche-se o tanque de gasolina e prepara-se o "bolinete". A maruja se movimenta de um lado para outro do "motor". Vai-se entrando nos canais, no meio das pedras, e, em dado momento, observa-se que apesar da intensa rotação do motor o barco está parado, neutralizado pela correnteza. O pilôto, com o leme, ajuda a chata a encostar numa pedra; um marinheiro laça-a com a corda. O cabo do bolinete é desenrolado rapidamente e quatro, seis homens, vão a nado, por entre as rochas, os arbustos, surgindo ali, sumindo acolá, arrastando o fio de aço. Encontrado o ponto "ótimo" para o que sempre há um marinheiro especializado, amarram o cabo na pedra, ou no tronco de uma árvore, em terra firme.

Pula um marinheiro na manivela do "bolinete" e toca a enrolar o cordoame de aço, e com o ruído intenso do motor, os "êêê" dos marinheiros se fixa um momento empolgante. Vence-se um "cabo" como dizem. Pouco depois repete-se a façanha, duas, três vezes em duas horas e deixa-se atrás o "Canal do inferno", o "Jacundá", onde a impetuosidade da corrente é mais forte na Itaboca.

A nossa travessia acabou quando flocos de nuvens brancas se irisavam pelos raios do sol no poente. As margens fugiam à medida que o barco acelerava o movimento. O pilôto ria para os ma-

rinheiros que comentavam as peripécias por que passaram. Avolumaram-se as sombras da tarde e desceu um grande silêncio, quando o "motor" encostou numa praia. Armam-se as rédes nos arbustos, para o pouso ao relento. No mastro do barco, o lampeão de querosene bruxoleou uma luz fraca no momento que uma estrêla resplandesciente fulgiu muito alta no céu. Coaxavam sapos e com uma suave aragem tôdas as figuras da terra se fundiram na presença da noite.

* * *

Depois da Itaboca (2) vêm as corredeiras Tauri e Taurizinho, em terreno siluriano.

No meio do rio, a direção da proa do barco era SE; a minha bússola de bolso provocou grande curiosidade entre os "marinheiros" que até então, não conheciam o minúsculo instrumento.

Grande quantidade de pedras espalhava-se pelas margens e dentro do rio, formando canais variantes de 2 a 60 m de largura. O piloto, de olhos perscrutadores, escolhia as melhores passagens e enumerava-me os "travessões" que transpúnhamos: Cajueiro, Capelinha, Repartimento, Água da Saúde, ilha das Cobras, Pixuminha, Praquçquara, Samaúma, Praia Alta, Lourenção, Praia da Rainha.

A leste dêste travessão, vê-se uma extensão d'água a que chamam "lago Vermelho", de aspecto triste, turvo, estagnado, que só se comunica com o Tocantins na vazante, e sugere ser um local pouco salubre. Disseram-me que o lago é piscoso, cheio de nutridas piraibas e tartarugas. Calculam a sua profundidade em 10 m, onde se encontra um lodo pegajoso, com cheiro de enxôfre.

É de admirar a memória que os pilôtos têm dos pormenores dos pedregais e das rilheiras d'água. Um leigo não avalia o perigo que representam aquelas cristas pétreas emergentes. Até hoje não se pensou em colocar bolivas que indicassem as pedras mais altas dos travessões submersos e invisíveis de longe.

Em 1864, o Capitão-Tenente da Armada, Parraibuna dos Reis (3), cheio de esperança, enviou um relatório ao General Couto de Magalhães (4), então presidente da Província do Pará, expondo como desimpedir o Tocantins dos pedrais que o atravessavam no trecho

em que navegávamos:

Há 80 anos fizeram-se estudos para remover os obstáculos das corredeiras, as quais ainda ameaçam a navegação.

“O trabalho deve principiar em meados ou fins de junho e terminar em fins de novembro ou meados de dezembro, conforme o andamento das estações, que naquele rio, segundo me informaram são muito inconstantes. Não se deve empregar menos de cem jornaleiros; os quais serão distribuídos pelo serviço em seções de vinte, os quais na falta de algum artista, serão dirigidos por algum dos jornaleiros entre êles escolhido e que para isso se mostre mais idôneo”.

“Devem ser engajados um ferreiro com dois ajudantes, dois cavouqueiros e um carpinteiro com condição expressa de que quando não tiverem o que fazer pelos seus respectivos misteres sejam obrigados a dirigir uma das seções de trabalhadores e os ajudantes obrigados a fazer todo serviço que lhe fôr ordenado. 100 trabalhadores precisam de 2 alavancas de ferro de 20 toneladas, alviões, alavancas menores, brocas, cunhas, marrões, marretas etc. correspondentes ao número de indi-

viduos. Naquela desobstrução era conveniente o emprêgo de pilhas galvânicas e de algumas máquinas, que os norte-americanos empregam nos serviços das pedreiras”.

“A pedra tem de ser conduzida para terra firme ou para alguma ilha ou coroa que convenha revestir para obstar o seu desmoronamento e que só em última extremidade seja lançada nas profundidades do rio para evitar a futura formação de novos obstáculos à navegação”.

“A qualidade da pedra é um xisto muito frágil, classifico-a assim porque apresenta uma contextura laminar, fratura frequentemente em poliedros e não é diluível em água”.

“Como aquelas paragens em determinadas quadras do ano e em relação ao estado do rio são sujeitas às intermitentes deve-se: 1) roçar a terra firme antes de abarracamento; 2) abrir cacimbas para não se beber água do rio; 3) ter alimentos iguais aos das praças da marinha de guerra, mas dobrando-se a ração de café, açúcar e cachaça devido ao trabalho dentro d’água; 4) enviar uma ambulância com medicamentos, que, se fôr possível, êsse objeto deveria ser acompanhado de algum indivíduo que tenha prática do respectivo uso e das dietas”.

* * *

Transposto aquêlo grupo de corredeiras, a fisionomia do pilôto desanuviou-se.

Surgiu Itupiranga, um aglomerado de 46 palhoças.

Acenavam-nos ao longe os tripulantes das raras montarias que encontrávamos.

O "motor" desliza desempenado margeando o rio e esbarra nos arbustos, cujos galhos se desfolham e soltam bandos multicores de borboletas.

O sol a pino naquele deserto transforma o lençol d'água num espelho reluzente que fere a vista.

Na praia do Areião interrompeu-se a viagem para o almôço. Alguns marinheiros entram no cerrado à cata de lenha, outros depois de amarrarem a falua numa piranheira, banham o madeiramento, para evitar que se derreta o breu que calafeta as tábuas.

Enquanto aguardava o "ensopado" de charque e batatas que se cozinhava no caldeirão, descobri um foco de larvas de *Limatus durhami* e *Culex urichii* numa quinga de côco, e alguns carrapatos da espécie *Amblyoma* na roupa de um companheiro de viagem.

Do local do bivaque, a vista alcança imbaúbas, araparis, unzuramas, urucus, cumarus, pajaús, juremas e majestosas sumaúmas cujos galhos se ornaram de colmeias de abelhas chupé. Pouco antes compunham a flora daquele trecho: tamboris, joarris, cinzeiros, piquiás, murujabas, acupueramas, bacabas, gameleiras, anajás verdadeiro e cabeçudo e as gitiranas que se estendem umas atrás das outras como se fôsem uma multidão de pinheiros.

Continuando a viagem, as piranheiras desaparecem e são substituídas pelas ingaranas. Duas espécies de sarã: o "mole", nas praias, e, junto

das pedras, dobrando-se com a correnteza, o “rabo de raposa”.

À tardinha avistamos bandos de ciganas que agitavam os leques dos babaçus — os primeiros que apareciam. Os socós vão e vêm, acompanhando o rastro da espuma deixado pelo barco. As curicas escondidas atrás da ramaria piam intensamente abafando o ruído monótono do “motor”.

Em ambas as margens a estratificação da areia era tão regular e limpa, adornada por uma vegetação miúda que dava a impressão de fundos de quintais de vivendas bem cuidadas... As filas de jaburus à espera de cardumes de crumatás repunha-nos na realidade do sertão.

Tresandava o cheiro dos juás quando anoiteceu. Com pouco mais, chegamos a Marabá, vencendo 360 km que separam esta cidade da vila de Alcobça.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO IX

(1) COUDREAU — *Voyage à Itaboca* — 1844.

(2) Por entre castanheiros, a estrada municipal do Jacundá contorna a cachoeira do Itaboca. Serve para o trasbordo de passageiros e mercadorias dos “motores” que atravessam vazios a cachoeira. Nela se encontram trilhos de madeira como em outras estradas brasileiras do Sul (Alta-Sorocabana, Sta. Catarina etc.).

Nas imediações dessa estrada, em 1937, descobriram diamantes cuja “cata” em 1939 alcançou 14.000 quilates ou 2.250:000\$000 (E. A. MAIA, *Fôlha do Norte*, Pará, 3-3-40).

(3) PARAIBUNA DOS REIS — *Exploração e exame do rio Tocantins*, 1864. Folheto de 28 pg.

(4) JOSÉ COUTO DE MAGALHÃES — Autor da *Viagem ao Araguaia e de O Selvagem*.

Foi Presidente das Províncias do Pará, Goiás e Mato-Grosso. Quando presidia esta Província, Couto de Magalhães pediu autorização ao Governo Imperial para transportar do rio Cuiabá para o Araguaia, o vapor "Antonio João", que se encostara após a guerra com o Paraguai.

Desmontado o vapor, foi êle conduzido em 14 carros de bois, através de 100 léguas de sertão. Em Itacaiu, montaram-no o Cap. de mar e guerra Balduino José de Aguiar, o Te. Peixoto e o maquinista Felisberto Newzan e trabalhadores locais. De Itacaiu, o vapor viajou para Leopoldina, onde o batizaram com o nome de "Araguaia". Compareceram à cerimonia do batismo, Couto de Magalhães, o vice-presidente de Goiás João Bonifácio de Siqueira e oficiou o capelão Costa Oliveira, do presídio de Leopoldina.

No dia 28-5-1868 inaugurou-se a navegação a vapor do Araguaia, sob vivas ao Imperador e ao som do Hino Nacional. Em 1870, Couto de Magalhães recebeu do Governo o auxílio de cem contos de réis para a organização de uma companhia fluvial e, por decreto garantiu-se-lhe um subsídio, durante 30 anos, de 40 contos de réis anuais contanto que o vapor realizasse seis viagens por ano de Itacaiu a Santa-Rita do Araguaia; entre êsse porto e a 300 km da foz do Tocantins, a navegação se faria com barcos a remo; para a linha de navegação do Baixo-Tocantins o Governo outorgou, em 1873, uma subvenção de 80 contos.

Desde o início, a navegação a vapor do Araguaia ficou truncada em 800 km, nos quais só navegavam barcos a remo. Couto Magalhães abandonou a Empresa, que pereceu a partir de 1890. Ainda hoje se encontram em Leopoldina, os cascos dos três vapores "Araguaia", "Colombo" e "Mineiros" que sulcaram as águas do rio, devido ao entusiasmo do Presidente das três Províncias.

Couto de Magalhães só se preocupou com a navegação do Araguaia, não cuidou da do Médio e Alto Tocantins.

(Conforme LUÍS DO COUTO, *Correio Oficial, Goiás, 29-5-1935* e AIRES DA SILVA, *Informação Goiana*).

X

Marabá é a sede do município de maior arrecadação das margens do Tocantins. Mas, apesar da renda de quinhentos contos, a cidade é menos civilizada que outras sedes de municípios como Boa-Vista, Carolina e Pôrto-Nacional, cujas rendas são cinco, dez vêzes menores.

Marabá
é o porto mais
movimentado do
Tocantins.

Situada a 20 m acima do nível do mar, entre os rios Tocantins e Itacaiunas, acha-se encravada num trecho onde existem corredeiras a jusante e a montante.

Na enchente de 1926 a cidade foi destruída, mas reapareceu no mesmo pontal, onde continuò exposta a nova inundação. Explica-se o fato de ela ressurgir sem defesas contra a invasão das águas devido à atividade de seus habitantes.

Marabá constitui um acampamento de arrendatários de castanhais, de comerciantes e de apanhadores de castanha. É um centro com tôdas as características sociográficas da produção extrativa vegetal. Os arrendatários controlam o produto que desce pelos dois rios, os comerciantes fiscalizam os individuos aos quais lhes forneceram mercadorias para o trabalho na safra e os apanhadores de castanha encontram em Marabá, aguardente, mulheres e jôgo que não existem nas matas.

Seu clima é relativamente sêco e a temperatura é constante, no mês de junho, não se diferenciando da que verificamos no percurso a partir de Alcobaça (8 h — 26° C; 14 h — 30° C; 20 h — 28° C).

Contamos 460 habitações, das quais 75% eram palhoças.

Sua população varia com a época da extração de castanha, que é abundante no município, principalmente no Tauzirinho, área onde colhem anualmente uma média de 70.000 litros. No "verde" a cidade se povoa com 3.000 habitantes e perde a metade na sêca.

Há 30 anos o censo predial e demográfico era quase o mesmo: 395 habitações, 2.500 habitantes (1).

Comunica-se com Belém pela radiotelegrafia.

O comércio da castanha, de fazendas e gêneros alimentícios está nas mãos de sírios, que são também os proprietários dos "motores", o principal meio de transporte da região.

No "pôrto", que é uma praia rasa, abre-se uma praça, onde moitas de gramíneas escondem a areia branca e fôfa, que se afunda sob os passos dos transeúntes. Nenhuma arborização nas ruas que dão nesse logradouro. Com o sol de meio dia quase ninguém sai; os habitantes recolhem-se ao interior das palhoças e balançam-se nas rêdes até 2, 3 horas da tarde, quando a soalheira diminui. Nessa hora as ruas começam a movimentar-se e vêem-se então os artifices reparando os "motores" no pôrto.

Quase tôdas as embarcações do Médio-Tocantins permanecem no pôrto de Marabá nos meses da

sêca; no "verde" não descansam, recolhendo as castanhas dos igarapés, transportando-as a Alcobça, donde trazem as mercadorias vindas de Belém.

O abastecimento d'água da cidade se faz pela colheita direta no rio em baldes e latas de querosene. Não há esgotos: lançam as imundícies, em tinas, rio abaixo.

Um modesto pôsto de Saúde do Estado do Pará é a única assistência sanitária dos habitantes do município; atende insuficientemente aos impaludados, cujo número aumenta de janeiro a junho. Além da malária, a segunda atividade do Pôsto é socorrer os apanhadores de castanha que de maio a junho adoecem de brônquio-pneumonia.

Na cidade não há hotel. Pousei na casa de um negociante sírio, o qual dá hospedagem aos viajantes mais graduados, numa ampla sala, de cujas paredes pendem ganchos onde se penduram as rêdes. Naquela região todo o viajante leva sua rêde na bagagem e só se dorme protegido pelo mosquitoeiro apropriado, feito de algodãozinho, e que vendem por 12\$000 (2).

Nessa sala, que distava 400 m do rio capturei durante a noite grande quantidade de mosquitos (*Culex fatigans* e *Mansonia*). No "pôrto", das 18 às 20 horas, consegui apenas um exemplar de *Anopheles argyrotarsis*, e inspecionando 15 habitações encontrei em depósitos de barro quatro focos de larvas de *Aedes Aegypti*.

A alimentação habitual naquela área é feijão, carne sêca ou peixe fresco, onde usam pimenta do reino em abundância. Colorem o arroz com urucu

e o preparam com muita cebola; o pão de trigo é semanal, o beiju o substitui quase sempre. Por exceção, comi um dia, couve mineira, pois não se usam verduras naquêles lugares.

Durante a minha estada, realizava-se o festejo do "boi" e, à noite, nas barracas do largo, reuniam-se homens, mulheres e crianças. Cachaça à larga e mesinhas para o sete e meio. Mal se percebiam as fisionomias dos indivíduos com a fraca iluminação elétrica obtida de um locomóvel, consumidor de lenha. A ala de habitações do largo que margeava o rio, era habitada por prostitutas em desoladora penúria física e econômica.

Umhas cem palhoças as abrigavam e eram, na maioria, filhas menores dos apanhadores de castanha, os párias daquela região. Viviam em promiscuidade com os outros habitantes.

* * *

O motor que me trouxe de Alcobaça "desarmou-se". Este verbo significa encostar o barco e dispensar a tripulação nos meses da sêca. Lá os assalariados ganham por dia de trabalho e se desconhecem ou não se cumprem as leis que garantem os seus direitos de trabalhador; as horas de serviço, a dispensa, o "aluguel" quem resolve, a seu critério, é o patrão.

Prossegui viagem no "S. Pedro de Alcântara", cuja estrutura da chata, fôrça do motor e disciplina da tripulação eram inferiores às do "Almirante".

No dia 6 de junho subimos o Rio a 6 km por hora, transpondo fãcilmente os travessões Seco-Grande, Taurizinho e Mãe-Maria.

A vegetação das margens confundia-se com a da sêrie de pequenas ilhas que encontramos neste trecho: genipapo, imbaúba, arapari, urucu, jurema (coberta de espículos) taúba (com que fazem remos "de mão"). Árvores como o pajaú, a sumaúma e as lecitridáceas que terminam nesta altura. Entre as espécies vegetais de menor porte anotamos: cupu (árvore frutífera), mucunã (parasito), pati (palma), pau d'arco (cuja deiscência dá-se em setembro e com cujo cerne se fazem archotes ou velas para os santos), jambu (flor rasteira que maceram e com que fazem um infuso para tratar do impaludismo), velame (com cujas raízes se fazem infusões a que atribuem poder antinevrálgico), louco (a cujas fôlhas dão a propriedade antisséptica do iodo), mariazinha (gramínea usada como diurético).

Enquanto navegávamos víamos ciganas, mutuns, marrecões, jaburus, xexéus e martins-pescadores.

A noitinha, encoçtamos no povoado Mãe-Maria (42 palhoças).

Nesse local, de dentro do rio emergia a carcassa de ferro duma embarcação naufragada há alguns anos.

Ao desembarcar fomos atacados por grande quantidade de ceratopogoninas, hematófagas, que nos deixaram as partes descobertas pintalgadas de

sangue. Um vento súbito acompanhado do chuveiro as dispersou e a noite batida pela aragem fresca permitiu-nos um sono reparador.

* * *

De manhãzinha, o “motor” reiniciou a viagem lenta e às 12 horas, a 504 km da foz

Na confluência do Tocantins, nossa posição era 3° 34' Lat. Sul. Avistamos o Araguaia.

é difícil saber-se qual dos dois grandes rios é o tributário. Naquele dia, as águas do Tocantins estavam barrentas. As do Araguaia, mais claras, espelhavam a vege-

tação verde-escuro, que, se prolongava a perder de vista em barrancas de pouco aclave. Três ilhas formam-se na confluência: Jacundá, Mineiros e Bois, e, vêm-se terras de três Estados, Pará, Maranhão e Goiás. Na estiagem, quando o Araguaia encontra o Tocantins, as descargas de ambos se aproximam de 1.600 m³ por segundo.

Ao se unirem, não é possível saber-se qual dos dois grandes rios é o tributário. O Araguaia, pela continuidade da paisagem e largura da foz, atrai o viajante que vem do Baixo-Tocantins. Nesse cruzamento de águas, a curva do Tocantins deu motivo a que muitos o considerassem como o caudatário. Não estranhamos o fato. Os jesuítas Gonzalo Pires e Manuel Brandão, em 1669, tomaram o rumo do Araguaia, confundindo-o com o Tocantins, e 265 anos depois, os aviadores que exploravam uma das rotas aéreas do país trocaram os rios, pousando em Conceição do Araguaia, em vez de descerem em Carolina, no Tocantins.

HENRI DE COUDREAU (3), um dos mais ilustres viajantes que subiram o Araguaia, preferiu não discutir, diante da configuração dessa confluência, qual dos rios merecia a primazia: "en matière d'appellations géographiques, ce que l'usage a consacré est définitif."

Do lado do Pará, no alto dum barranco, achase o povoado de São João do Araguaia (80 habitações).

Esta aglomeração originou-se de uma colônia militar no tempo de Pedro II. Há setenta anos, as 40 praças e o capitão Constâncio Dias Martins estavam encarregados de proteger os índios e policiar o sertão naquelas bandas. A não ser dois canhõesinhos de bronze (22,06) que servem para os meninos brincarem, nada mais resta dessa colônia.

Ao sul de São João, do lado do Araguaia, moram os índios Caiapós. A leste, no Estado do Maranhão, vivem os Gaviões. Suas aldeias estão distantes dos rios e à exceção dos casebres de São João, a circunvizinhança da confluência é deserta.

* * *

O piloto do "São Pedro" foi infeliz na tentativa da viagem noturna. Encalhamos numa praia e passamos a noite cercados de água, procurando dormir na tolda dura e com pouco espaço para os seis passageiros do "motor". Simulídios vorazes nos atacaram até às 22 horas.

Os passageiros dos "motores" do Tocantins lavam os pratos.

Pela madrugada, os marinheiros desencalharam a falua. Um passageiro sertanejo recusou-se a ajudá-los com uma frase gaiata: "o casco está

como *gengilim* na terra (isto é, cheio de raízes) e eu não caio n'água com minhas *corubas* (feridas, pequenas úlceras de perna).

As palhoças tornaram-se mais freqüentes nas ribanceiras engrinaldadas pela folhagem dos habaçus que dominam a vegetação de ambos os lados do rio. Nas praias da vazante, pequenos fumais crescem cercados por talas de cipó imbé e vêm-se sertanejos de tez acobreada dizendo adeus para o nosso barco. O motorista apita constantemente e os marinheiros fazem comentários chistosos quando as sertanejas correm à beira do rio para apreciarem a nossa passagem.

A bordo do "motor" servem o almôço e o jantar em pratos de ágata e com garfo de ferro; come-se depressa para que os outros recebam também a ração, pois a "louça" é apenas quatro pratos. Depois de comer, cada passageiro lava o prato na água do rio e o entrega ao cozinheiro. O que me valia era a caneca de café, pois o meu paladar não se acostumara à comida: mandioca puba e "maria-isabel" (carne sêca com batata picada e cozida). Bebe-se a água que se apanha com a caneca, no meio do rio. De vez em quando, o pilôto avisava sua jovem curiboca, a única mulher a bordo, para que olhasse para um dos lados do "motor"... alguém, do lado opôsto, à vista de todos, dava expansão à fisiologia excretória.

* * *

As 20 horas paramos pela segunda vez nesse dia. Desembarquei em completa escuridão e percorri a cidade de Imperatriz.

É umã aglomeração maranhense da margem direita do Tocantins com 340 habitações e 1.155 habitantes. Antigamente era um núcleo denominado Sta. Teresa, de onde partiam os missionários franciscanos para converter o gentio. Fiz uma visita à casa dos frades. Sòmente um dêles, italiano, estava na ocasião e, muito gentil, mostrou-me com a lamparina de óleo o trabalho que realizava: um minucioso mapa da região, principalmente das terras do Maranhão.

Os maranhenses invadiram o extremo Norte de Goiás.

No dia seguinte, antes de partirmos, alguns companheiros de viagem inda assistiram à missa de domingo.

Atravessamos as corredeiras Serra Quebrada e São Domingos, e, em frente a esta, do lado de Goiás, avistavam-se 27 palhoças que constituíam o local denominado Lago. As 11 horas, o motor encostou no "pôrto" do povoado mais setentrional de Goiás, na margem do Tocantins: Santo Antônio.

Ali o rio se espraia e as águas batem numa multidão de cristas e calotas de pedra que afloram à superfície. Ouve-se o rumorejar perene como duma praia do litoral. Nas margens arenosas a brisa acaricia continuamente os leques dos babaçus e as copas dos inajás.

Armamos nossa rêde numa grande palhoça sombreada por mangueiras. Delicioso retiro, em pleno sertão, é êsse recente povoado de 150 ranchos construídos de fôlhas e troncos de babaçu. Quase todos os habitantes vieram do Maranhão e imprimem ao deserto do Norte de Goiás os costumes nordestinos. Lá não há a separação dos Estados como existe na mente dos brasileiros do li-

toral. O solo igual, a unidade de civilização dos nascidos em Goiás ou no Maranhão, não permitem a noção que os brasileiros do Sul têm das divisões politico-administrativas do país. As regalias daquela gente sôbre a terra pouco diferem das da vegetação que a cerca.

Assisti naquele plácido domingo a um dos espetáculos que mais me sensibilizaram durante a viagem. Na escola primária de 60 crianças houve a primeira apresentação de recitativos e arte dramática, cujo programa me foi fornecido em fôlha manuscrita: — “1 — Rainha das Mudanças (poesia); 2 — A Cruz Vermelha (cançoneta); 3 — A cigana (cançoneta); 4 — As rosas (cançoneta); 5 — Jaci (poesia); 6 — O milorde (monólogo); 7 — Marcha de carnaval; 8 — *Foot-ball* (cançoneta); 9 — Poti (cançoneta); 10 — Primeiro amor (cançoneta); 11 — Arco-iris (bailado); 12 — Comédia”.

As crianças morenas moveram-se com indizível alegria num palco improvisado no rancho de babaçu, que servia de escola. A maioria dos adultos presentes não avaliou o esforço, que a professora maranhense dispendeu para preparar a festa. Disseram-me alguns dêles: “se ela não ensinasse direito o “b-a-ba” às crianças seríamos contra essa palhaçada”... A professora viera de São Luís do Maranhão e ganhava 50\$000 mensais do Estado de Goiás; gastava 40\$000 com seu sustento, e seu ordenado, que lhe era pago pela Coletoria de São Vicente do Araguaia, atrasava de 6, 8 meses.

Na comédia que representaram, a professora desempenhou o papel da fada “Morgana” (4) e as outras personagens respondiam por nomes franceses: “Marianne”, “Pierrete” etc. A história passa-

va-se na “neve”, com “frio intenso”, “árvores de Natal”, “ataques de chacais”, cenas européias que não se coadunavam com o ambiente tropical de 30° C em que viviam as crianças, atrizes de tez morena. Disse-me a professôra que era a única “comédia” existente no seu caderninho de notas... Pedi-lhe que fizesse as crianças cantarem o Hino Nacional; um vozerio brejeiro, cheio de graça e pureza expandiu-se no ar do sertão de uma Pátria, cuja unidade de seus habitantes inda se processa como por um milagre da natureza...

Lembrei-me de outra festa de crianças a que assisti no “interior civilizado” do Estado de São Paulo. Numa grande aglomeração de colonos japoneses, da Alta — Sorocabana, algumas crianças ostentavam distintivos com as cores da bandeira japonesa e outras com as da nossa. Os primeiros lugares das carreiras, dos saltos etc. eram sempre obtidos pela meninada portadora das cores japonesas; pois fôra previamente selecionada. Indagando da professorinha paulista por que razão isso acontecia, ela respondeu: “Os melhores não são condecorados por mim; se fôsem, eu colocaria nêles a faixa verde-amarela”. A professôra do Tocantins, por falta de argumentos nacionais encenara uma comédia estrangeira; a professôra de São Paulo não tinha autoridade para condecorar as crianças mais robustas com as cores de nossa bandeira...

* * *

Na praia de Sto. Antônio capturei culicídeos das 17 às 22 horas, intervalo a partir do qual os mosquitos desapareceram. Predominou nessa

captura o transmissor da malária *Anopheles darlingi*, o qual, entre os dois tipos de iscas que lhes ofereci, preferiu a humana à animal.

No trecho do rio que passa por Sto. Antônio pratica-se o transbordo, devido aos bancos de pedra. Passageiros e cargas vão em lombo de burro do "Pôrto de baixo" para o "Pôrto de cima".

Na minha viagem, o "motor" vazio gastou um dia inteiro para transpor os 3 km de corredeira. Os marinheiros, pândegos e indisciplinados, constantemente deixavam o barco no meio do rio e vinham ao povoado para beber cachaça. No sertão não há pressa.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO X

(1) MANUEL BUARQUE — *Tocantins e Araguaia*.

(2) Segundo constatação pessoal de 1932 a 1936 o uso da rede, como único utensílio para dormir, era comum no interior dos Estados: Pará, Maranhão, Norte de Goiás, Ceará.

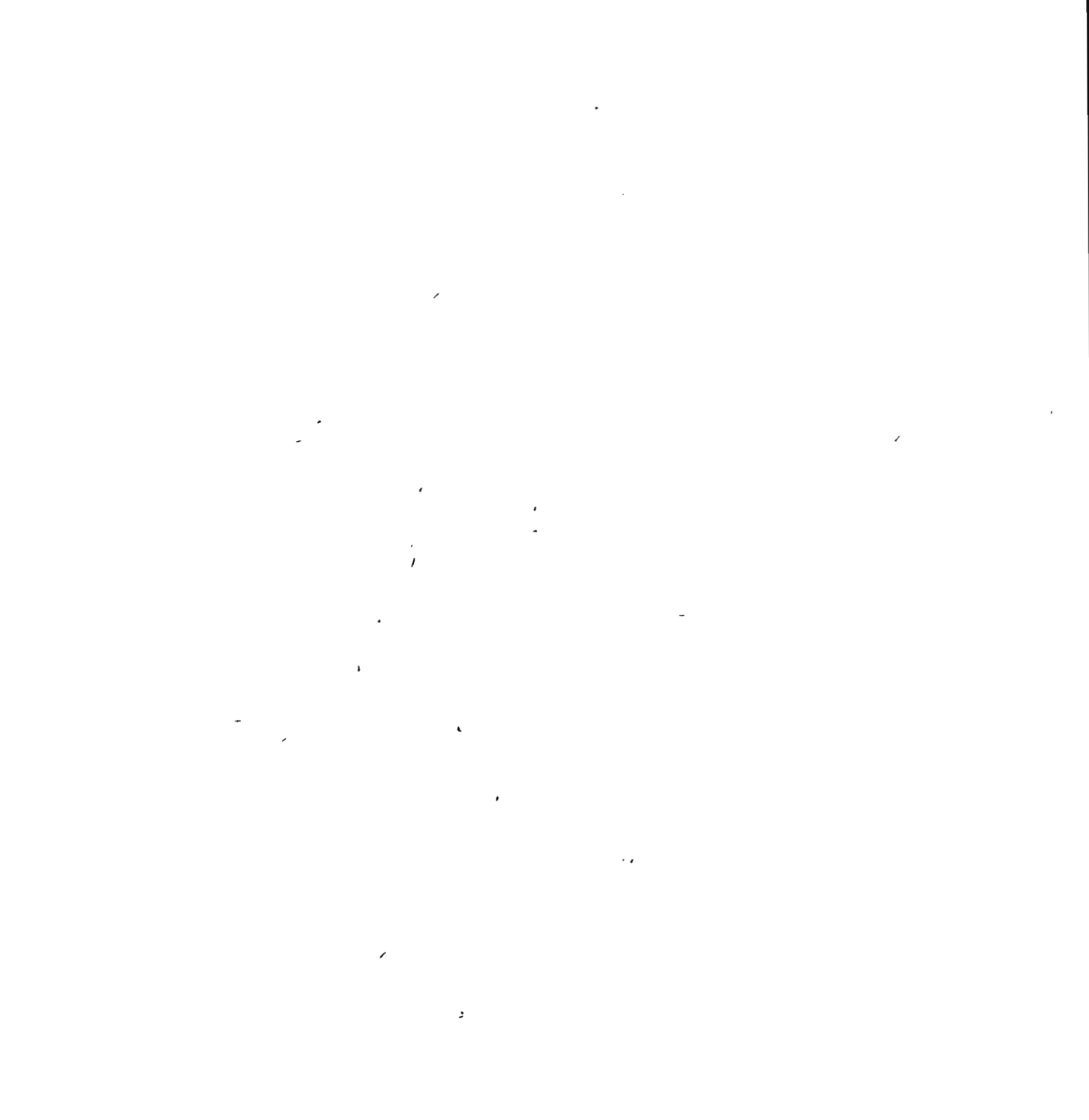
(3) HENRI COUDREAU — *Voyage à Itaboca, 1844*.

(4) A difusão das lendas, dos atributos das fadas, dos duendes, relaciona-se com o meio geográfico. A "fada Morgana" que se incluiu na representação a que assisti no Tocantins, não existia com esse nome no texto que me foi mostrado pela professora. Disse-me esta que preferiu nome "Morgana" porque se tratava de uma "fada conhecida" pelas crianças. A lenda da "fada Morgana" origina-se dos desertos da África e da Ásia, onde se lhe atribui o fenômeno da miragem, que é a refração ocasionada pela passagem dos raios solares de um meio para outro, de densidade diferente. Nas lagoas rodeadas de morros, quando o ar fica parado, esse fenômeno próprio dos desertos pode-se reproduzir. A imaginação popular não tem limites continentais e o nome da fada é transportado para os meios geográficos onde existe a possibilidade dos fenômenos que se lhe

atribuem. Na região do Tocantins há locais onde esse fenômeno pode ocorrer, daí a "presença" da lenda que coexiste na África e na Ásia.

Entretanto, não ouvi referências à lenda da "mãe d'água" ou "iara", que, como se sabe, é bastante difundida na Amazônia, região muito mais próxima do Tocantins, que os continentes africano e asiático. No vale do Tocantins, não há túneis de matas espessas cobrindo as lagoas, nem as águas são mansas e espaiadas para propiciar à imaginação a existência de duendes sob a sua superfície, nem cresce em suas margens a diamba (*canabis sativa*) que intoxica os barqueiros, provocando-lhes alucinações visuais da "mãe d'água", chamando-os para a profundidade, como sucede na Amazônia. Acredito que este exemplo reforça o conceito de ser o meio geográfico um importante fator determinante das lendas.

A lenda do "minhocão" que se ouve no São Francisco também se difundiu no Tocantins. Dizem que o "minhocão" atravessa o Rio de lado a lado e derruba as embarcações. A lenda se mantém na circunvizinhança de rios de leitos pétreos, que tornam perigosas as viagens fluviais e arriscados os mergulhos dos nadadores: O Tocantins, com suas corredeiras, presta-se a essa crendice.



O MÉDIO - TOCANTINS

Produção extrativa vegetal e pecuária



XI

Da barra do Araguaia, rio acima, não se vê mais o arapari. Em terreno cretáceo surgem os babaçus que se enfileiram nas altas ribanceiras onde mastreiam os inajás. Até a cidade de Carolina (Maranhão) e o povoado de Cocos (Goiás) a dispersão da *orbygnia martiana* não sofre solução de continuidade. Até aí constatamos a presença da cigana (*Hopistochomus hoazin*) e admitimos que essa ave vive em bioce-nose com o babaçu.

Os babaçus acompanham as margens do Tocantins da confluência do Araguaia até o povoado de Cocos.

Os babaçus rareiam depois de Carolina e não os encontramos mais quando deixamos a localidade goiana de Pedro Afonso.

Começando do lado do Maranhão e em seguida do lado de Goiás, desfilam aos olhos do viajante do Tocantins ranchos e palhoças feitas de babaçu. Desde a confluência do Araguaia até pouco adiante do Carolina, as paredes, os tetos, as janelas e as cercas vegetais se sucedem nas margens do rio como se fôsem variações da flora.

Algumas dessas palhoças têm o piso alteado, outras estão no mesmo nível do solo. Geralmente, possuem 3 cômodos: sala, quarto ou camarinha, e cozinha. Dura até 30 anos uma casa de babaçu e quase sempre é construída pelo morador. Às

vêzes, perto dela, mangueiras umbrosas servem de abrigo às crianças e magotes de cabras que se escondem do sol.

Ao longo do rio êsses ranchos se reúnem e formam aglomerações humanas: maiores ou menores. Da foz do Araguaia até a cidade de Imperatriz na margem maranhense contamos Cocal, Saranzal, Praia Chata, Imbirá, e até Santo Antônio, na margem goiana, contamos São Sebastião, Cupins, Ponta-Grossa, Angical e Lago.

São núcleos com o máximo de 20 habitações. Em Ponta-Grossa admiramos a presença de uma centena de castanheiros, pois as lecitidáceas já haviam desaparecido antes de atingirmos o Araguaia.

Aquelas palhoças são habitadas por maranhenses e piauienses, que vieram, muitos dêles, do sertão longínquo de seus Estados com os chapéus e roupas de couro que ainda usam. Os nordestinos fizeram da mesopotâmia o seu *habitat*, embora tôda aquela área constitua o Norte de Goiás.

Constróem, lògicamente, suas palhoças acima do "comércio". Esta expressão significa vila ou cidade para onde transportam, rio-abaiixo, a produção extrativa ou agrícola. Assim, as margens do rio se povoam a montante do "comércio" e são desabitadas a juzante.

Deixando S. Antônio, atravessamos sem empecilhos as corredeiras Croá, Três-Barras. Vimos

de longe o povoado de Barreira (30 palhoças) e chegamos com um dia de viagem a Boa-Vista do Tocantins.

* * *

Inicialmente, os rios são apenas vias de passagem. No Novo Continente, quase sempre éles foram descobertos por gente vinda do mar e por isso que as primeiras aglomerações nasceram em suas desembocaduras, onde os barcos encontraram proteção fácil.

As povoações
mais antigas
são camufladas
nas barrancas
do Rio.

A origem de povoações ao longo dos cursos d'água deve-se a três fatores: — 1.º) dificuldades de transposição dos obstáculos; 2.º) pontos defensivos ou de policiamento de contrabandos, de fiscalização de impostos, de domesticação do gentio, etc.; 3.º) pontos de escoamento da produção extrativa, agrícola ou industrial. Como corolário dessas fixações veio, com a organização social dos grupos humanos, a religião que com a *Capela* representa entre nós o comêço de muitas cidades.

A proteção pelos barrancos caracteriza a localização das aglomerações mais antigas. Seus fundadores, com as experiências de incursões de índios e conquistadores, as edificavam em locais que além de serem naturalmente protegidos serviam de pontos de observação.

As vilas mais recentes não apresentam essa característica. Surgem em pontos desprotegidos e se avistam de longa distância. A topografia de umas e outras indica-lhes as épocas de fundação.

De dentro dos barcos, os viajantes mal avistam a cidade de Boa-Vista do Tocantins, que se esconde atrás dum grande barranco.

Em 1833, Boa-Vista é uma "Capela cujos habitantes são índios Apinagés e Caraous, além duns facinoras piauienses ali abrigados" (1).

O frei Francisco do Monte de São Vito partiu de Carolina para converter os Apinagés. Encontrando nas vizinhanças da atual Boa-Vista os tais piauienses, que viviam de pequenas roças e mantinham boas relações com os índios, aí ficou, e construiu então a Capela, pedra fundamental da cidade mais próspera do Norte de Goiás.

Há um século os moradores de Boa-Vista, inclusive os índios Apinagés, eram considerados os mais arrojados barqueiros do Tocantins e possuíam 11 embarcações, a maior frota que navegava, então, de Palma a Belém do Pará (2).

Os barcos, cuja capacidade variava de 150 arrobas a 2 1/2 toneladas, levavam seis meses de viagem em 2.000 km de rio. 4/5 de cada barco eram ocupados pela carga de sal.

O Tocantins, transformado em *via do sal*, manteve a vida das aglomerações de uma vasta área do Brasil Central. Repetiu-se nesse rio do sertão brasileiro o fenômeno da *Via Salária* de Roma e do caminho do sal dos Andes, que partiu de Buenos-Aires e povoou o Oeste, na direção do Chile.

Compravam-no como produto alimentício e para beneficiar a mercadoria de descida — o couro.

O sal dá vida ao sertão.

Veremos, mais adiante, que o movimento do Alto-Tocantins decresceu porque se inauguraram, neste século, outros caminhos do sal. Os viajantes do Maranhão trazem sal de Grajaú para tro-

carem-nos por "esticados" no rio Tocantins, e éle também chega da cidade da Barra, nas margens do São Francisco. Em vez de barcos, os homens conduzem tropas de muares e o movimento humano desviou-se para leste em vez de continuar o rumo norte-sul de Belém do Pará. E muitas transformações de hábitos e economia se operaram com essa mudança de rotas.

* * *

Subindo a rampa de poucos metros surgiu a cidade, que, não escapando à diretriz urbanística daquelas povoações, principiava pelo largo coberto de capim. Laranjeiras em flor davam graça e beleza aos quintais e ruas; quando a temperatura, em junho, atingia 33° C, às 13 horas, protegiam do sol os transeúntes. Partindo do largo, uma rua comprida e arenosa transformava-se em estrada, dirigindo-se para o oeste, no rumo do Araguaia e das aldeias dos Apinagés.

Boa-Vista
do Tocantins
cidade principal
do extremo
Norte goiano.

Contei no perímetro urbano 324 habitações, 100 cobertas de telhas, com paredes de tijolos ou adobe e 224 palhoças de babaçu. A população era de 1.625 habitantes.

No lugar da antiga capela de frei Vito erigia-se a igreja inacabada e em ruínas do padre prêto Sousa Lima. Dêsse velho vigário, que se achava ausente durante minha passagem, contam ferrenhas aventuras políticas. Em 1908, tendo-se indisposto com o juiz de direito e alguns moradores, sitiou a cidade com 700 cabôclos. O Juiz e seus amigos fugiram para S. Vicente do Araguaia e quando o padre entrou na povoação só encontrou

um casal de velhos (3). Desde essa época Sousa Lima tornou-se uma segunda edição do Padre Cícero do Ceará. Acoitava cangaceiros e praticava todos os desmandos, sempre garantido pelo Governo de Goiás. Nestes últimos anos, porém, a vinda de muitos maranhenses e o alquebramento do régulo eclesiástico davam um aspecto próspero a Boa-Vista do Tocantins. Encontrei lá dois homens, o Sr. Pedro Carneiro, comerciante, e o Sr. Heládio Ferreira, coletor estadual, que, com idealismo, exemplo de honestidade e trabalho, animavam os habitantes do município, que saía da estagnação em que permanecera durante 30 anos.

Boa-Vista e Marabá são as duas únicas cidades ao longo do rio que têm iluminação elétrica. Como outras localidades brasileiras, a pesar de estarem próximas de grandes mananciais de água a energia elétrica que utilizam provém dos locomóveis.

Boa-Vista exporta peles de animais silvestres. De dezembro de 1934 a maio de 1935 vendeu 6.554 peles de caetetus; 5.344 de veado; 1.700 de queixada; 517 de gato maracajá; 37 de lontra; 28 de onça. A caça de animais silvestres se faz desabridamente e dentro de pouco tempo a fauna mamalógica daquele sertão se reduzirá, como já acontece com as tartarugas e jacarés do Baixo-Tocantins.

O cultivo de algodão principiou em 1931. De fibra média, produziram-se, em 1934, 27 toneladas e, na safra de 1935, 50 toneladas. A altitude de 150 m é propícia a essa cultura.

Possivelmente, o fator principal do progresso que se espera naquela área será consequência da produção extrativa e industrial do babaçu.

No extremo norte de Goiás o palmeiral ocupa uma superfície de 480 km² e, segundo um conhecedor daquelas matas, a produção de côcos atinge 200.000 toneladas anuais. Pertence à “zona dos cocais” que se dirige para leste e se liga aos 8.655.400 hectares de babaçuais do Maranhão, onde existem 13 bilhões de pés.

Percorri 30 km de um denso palmeiral, que parte de Boa-Vista e estira-se para oeste, até a margem do Araguaia, numa extensão de 200 km. Grande número de palmeiras estavam parasitadas pela “fôlha larga” ou “fôlha da fonte”, no tærço superior dos espiques, os quais atingem, na região, a média de 10 m de altura. Essas cordiformes “fôlhas largas” mediam aproximadamente 40 cm de diâmetro e sua tonalidade verde-clara salientava-se entre as palmas verde-escuras, que espoucavam dos caules de côr sêpia. Vi côcos de 14 cm de comprimento por 7 de largura, pesando 1 kg, com 4 — 6 sementes, as quais muitas vèzes se esfarelavam, atacadas pelo “gongo” ou “lagarta”, como denominam as larvas do *Bruchus*.

O solo dêsse babaçal era arenoso e sêco até a profundidade de 2 m, como tive oportunidade de verificar numa perfuração que fizeram para uma cacimba. Ladeando os babaçus crescia a flora macrocarpa constituída de favas d'anta e bolota, piqui, cajui, tingui e de palmáceas menores, sambaiaba, piassaba, macambira.

Grupos assustados de “búgios” ou “barbados” (macacos do gênero *Aloata*) empoleiravam-se no tópo daquelas palmeiras.

Encontrei homens, mulheres e crianças maranhenses na faina de quebrar côcos a machadi-

nha. Apanhavam as drupas em cachos de duzentos côcos ou aproveitavam as que estavam caídas no solo.

Os exportadores pagavam aos quebradores de côco \$300 por kg de amêndoas, isto é, aproximadamente 50 côcos quebrados; a média para um homem é de 200 côcos quebrados por dia, ou 1\$200 de ganho.

O transporte e impôsto por kg colocado em Belém do Pará era de \$240. E, em 1935, a cotação, neste pôrto, atingia a 1\$200 o kg.

Naquela primitiva extração aproveitava-se 6% dos côcos, perdia-se a grande riqueza constituída pelo epicarpo, mesocarpo e endocarpo do fruto, pois, apenas as amêndoas interessavam aos exportadores (4).

A produção de Boa-Vista variou nestes últimos anos em tôrno de 500 toneladas. Representa 83% da do Estado de Goiás (600.000 kg) e 1,25% da do Brasil (40.000.000 kg). Em 1936 a exportação do babaçu de Boa-Vista correspondeu a 636:250\$000.

Na marcha lenta do aproveitamento das riquezas daquela região verifica-se que Boa-Vista do Tocantins está na dianteira. Em 1852 era uma aldeia que apenas dava despesas à comarca de Carolina, à qual pertencia. Consumia então, anualmente, 300\$000 para uma escola de primeiras letras e 600\$000 para o missionário apostólico dos índios Apinagés.

Aliás, não se deve admirar a falta de renda da aldeia em 1852, pois, nesse ano, o Presidente da Província de Goiás, Antônio Joaquim de Sousa, só conseguiu citar 4 localidades com rendas municipi-

país: Meia-Ponte (atual Pirenópolis) com 722\$806; Goiás (antiga Capital) com 61\$150; Bonfim com 167\$316; Cavalcanti com 61\$300.

Agradou-me o cuidado com que os maranhenses, os principais habitantes de Boa-Vista, tratavam da alfabetização. A frequência escolar era de 155 crianças, o maior número de alunos que observei nas escolas primárias das localidades do vale do Tocantins...

Fronteira à cidade encontra-se a vila de Pôrto-Franco, no Estado do Maranhão. Tinha então 201 habitações, das quais 132 eram palhoças. Sua principal produção era também côcos de babaçu: 7.000 quilos anuais. Possuía como única vantagem sobre Boa-Vista a agência dos correios e telégrafos. As cartas iam e vinham num saco que um mulato andarilho transportava para Grajaú em viagens semanais.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO XI

(1) INÁCIO ACIOLI DE CERQUEIRA E SILVA — *Corografia Paraense*.

(2) Relatório do Presidente de Goiás, Eduardo Olímpio Machado (1854): Boa-Vista 11 barcos; Pôrto Imperial, 7; Carolina, 8; Palma, 2; Peixe, 1.

(3) Este despovoamento devido a rixas políticas foi o segundo assistido por Boa-Vista.

O primeiro ocorrera trinta anos antes, quando algumas famílias emigraram para a foz do Itacaiunas.

A fixação dessas famílias em local inda inexplorado provocou do Governo do Pará as medidas para a fundação de uma colônia. A poucos quilômetros da foz desse rio no Tocantins criou-se então o "Burgo de Itacaiunas".

O "Burgo" dirigido pelo Coronel Carlos Gomes Leitão principiou a funcionar em Junho de 1896 e contava com 80 pessoas entre homens, mulheres e crianças.

Mas, conforme se lê na *Voyage au Tocantins-Araguaya*, 1897, de COUDREAU e na *Viagem de Belem a S. João do Araguaia*, 1910, de MOURA, o burgo agrícola malogrou devido a falta de recursos e má orientação. Nem a ótima situação topográfica do local escolhido fixou os habitantes na área do burgo.

As famílias voltaram para a foz do Itacaiunas e originaram a atual aglomeração humana de Marabá, que se transformou no centro da produção extrativa da castanha do Tocantins.

(4) ALPHEU DINIZ GONÇALVES — *O babaçu na economia nacional* — 1938 (Publicação do Ministério da Agricultura) : "Do epicarpo retira-se fibra para diversas aplicações. Da fécula amarelada que constitui o mesocarpo, nutriente como farinhas medicinais, fazem-se bebidas semelhantes ao chocolate e papa para a alimentação de crianças e convalescentes. O endocarpo, que representa 75% do côco, pode ser empregado como sucedâneo do marfim vegetal, nas aplicações em que se usa o osso, contanto que se trate de artefatos de pequeno volume, como botões, artigos isolantes, etc."

Experiências procedidas nos Estados Unidos chegaram a resultado satisfatório do emprêgo da massa absorvente (fuller) na composição de dinamites. Serve também o babaçu para o fabrico de isolantes destinados a proteger fios elétricos.

Da casca do babaçu podemos ainda obter os seguintes subprodutos: acetato de cal, álcool metílico, ácido acético, vinagre, derivados de ácido pirolenhoso, óleos lubrificantes, leves e pesados: corantes, fenóis, ácido fênico, creosol, tintas para ferro, pixe, breu, derivados de alcatrão e, finalmente, carvão de ótima qualidade.

O carvão de poder calorífico superior a 800 calorias, isento de enxofre, é considerado coque siderúrgico de alta eficiência.

O óleo é empregado como lubrificante e como combustível: na perfumaria é utilizado para fabrico de sabonetes; na alimentação como substitutivo da banha de porco e do azeite de oliveira e a sua manteiga, tão boa e nutritiva como a do leite de vaca, já tem consumo universal.

XII

Neste século, o sertão tem assistido a várias categorias de lutas e morticínios entre brasileiros.

As revoluções políticas distribuíram-se por tôda a extensão do território nacional e, em 1924, os revoltosos perseguidos pelas tropas legalistas de São Paulo penetraram no vale do Tocantins até Pôrto-Nacional, donde tomaram rumo Oeste. A não ser alguns soldados mortos em ligeiras escaramuças e outros poucos estropiados não houve combate encarniçado que deixasse cadáveres sepultos naquela área.

“Brasileiros
civilizados”
versus
“Brasileiros
primitivos”.

A capangagem dos “coronéis” inda ocupa todos os pontos cardiais do país, mas tende a desaparecer, assim como o “caudilhismo” do sul que jamais invadiu as margens do Tocantins.

O “cangaço”, representado principalmente pelos chefes Antônio Conselheiro, Antônio Silvino e Virgolino Ferreira da Silva (Lampeão) teve como “habitat” uma área de sete estados nordestinos, desde o vale do Cariri (Ceará) até às margens do São Francisco (Bahia); não alcançou o Brasil Central. A fenomenologia do cangaço prende-se a fatores sociais e, segundo nos parece, já atingiu a máxima disseminação.

O massacre de índios pelos brancos e as flechadas daquêles em missões científicas, culturais, religiosas ou excursionistas ou em isolados extractores da riqueza vegetal limitam-se ao Norte e ao Centro do País. Ainda perdurarão por alguns anos.

As facções “brasileiros civilizados” e “brasileiros primitivos” guardam rancores recíprocos. A campanha de homens ilustres, cientistas, escritores, sertanistas, em prol do índio, a explicação de que êste merece a vida em nossa terra como os outros habitantes, não conseguiram remover definitivamente do inconsciente de “brasileiros civilizados”, a má-vontade, o desprêzo, a agressividade que têm pelos índios.

O mau trato que, nos séculos das descobertas, os caçadores de índios dispensaram a êstes continua a servir de diretriz a muitos de nossos contemporâneos. Recentemente, proprietários de terra e sertanejos do município de Pedro Afonso, banhado pelo Tocantins, massacraram 32 índios do Estado de Goiás.

Não são apenas os moradores distanciados dos centros progressistas que têm essa agressividade para com os primitivos. Para citar um exemplo, próximo à cidade paulista de Bauru, na Estrada de Ferro Noroeste, há uma vila cujo nome recorda a nação indígena que habitava aquelas paragens. A primeira geração dum fazendeiro dessa redondeza se orgulha dum feito que o pai realizou há vinte anos: um grupo de *Coroados*, não querendo se afastar das terras onde nasceram, griladas pelo fazendeiro, foi convidado para uma “festa” no curral. Enfeitaram o cercado, sacrificaram uma rês, abriram garrafões de cachaça e quando os

índios estavam reunidos fechou-se a porteira e dizimaram-nos a balas de carabina, no meio da alegria dos matadores...

Essa atitude hostil do "brasileiro civilizado" alimenta uma reação idêntica da afetividade do primitivo. Este associa a presença do branco ou de seus híbridos à idéia de perigo ou inimizade. Como o branco extermina qualquer índio que o perturbe nos seus planos de exploração da terra, o índio flecha também qualquer branco que encontra, pois ele não distingue entre os brancos os que têm bons ou maus intuitos.

No vale do Tocantins verificam-se dois tipos de reações afetivas do índio em relação ao branco: flechadas mortais e ausência de cooperação na produção extrativa ou agrícola com os "brasileiros civilizados".

Em 1933, os *Açuiris*, a 1 km de Alcobaça, mataram, numa palhoça, sem serem provocados, uma mulher (Dionisia Leite) e 5 crianças. Em 29 de abril de 1935, êsses mesmos índios, no trajeto semi-abandonado da Estrada de Ferro Tocantins, flecharam Sérgio Araújo e sua mulher, que morreram enquanto dormiam na palhoça. A flecha que feriu de morte a mulher mede um metro de comprimento e a ponta é de madeira.

Nas vizinhanças da confluência Araguaia-Tocantins, do lado do Maranhão, vivem os Gaviões. Não tive oportunidade de coligir dados concretos sobre morticínios praticados por êstes primitivos. Porém, todos evitavam contato com êsses índios devido à fama que tinham de matar os apanhadores de castanha e extratores de óleo de copaíba que penetravam na selva em que êles habitavam.

Os "Açuiris"
e "Gaviões"

Na tarde em que navegávamos para Mãe-Maria vimos um dêles na ponta de um matagal que orlava a margem direita do rio. Marinheiros e sertanejos que viajavam no "motor" fizeram grande bulha, inclusive apitos do barco para assustá-lo. O índio que estava armado de arco fitou-nos demoradamente e sumiu.

Nesse trajeto, parando numa ilhota onde existia a palhoça de um maranhense, isolada naquele deserto de água, soube que êsse morador mantinha relações com os *Gaviões*. Informou-me o homem que tais índios não ultrapassavam o número de 500, mas o baixo nível intelectual do informante não me permitiu colher minúcias sôbre a vida e costumes atuais dos mesmos. Dêle recebi de presente uma flecha de 1,75 m, cuja ponta se identificou como fragmento de tibia de macaco, *gen. Cebus*. Esta identificação talvez confirme as palavras do meu informante: — os *Gaviões* são grandes apreciadores de carne de macaco.

Segundo uma carta do Governador do Maranhão, Paulo José da Silva Gama, datada de 9 de outubro de 1817, endereçada ao fundador de Carolina, Francisco José Pinto de Magalhães, depreende-se que os *Gaviões* entraram em contato com os brancos nessa ocasião. Ainda selvagens cometeram algumas bravatas e os portugueses maltrataram-nos e mataram alguns dêles. É possível que se iniciasse nessa data a inimizade devotada pelos *Gaviões* aos brancos e seus descendentes.

* * *

Os *Apinagés* constituíam uma forte nação localizada na Mesopotâmia, um pouco ao sul da con-

fluência Araguaia-Tocantins. No Século XVII, alguns dêles unidos a milhares de Tupinambás desceram o rio para a missão jesuítica de Cametá (1). Os Apinagés

Em 1804, o Governador do Grão-Pará, determinando as funções do pôsto militar de São João do Araguaia, esclarecia: — “É um registro para baldar os extravios de ouro, para impedir a fuga dos escravos de Cametá para Goiás e as agressões dos Timbiras, Carajás e *Apinagés*”.

Naquele tempo a espoliação do índio era coisa oficial. Não se diferenciavam dos escravos trazidos da África. Padres, leigos, diretores de “registros” compravam mercadorias dos regatões tendo como carta de fiança o número de índios que estavam sob suas ordens. Os índios tripulavam as canoas, colhiam borracha, castanha e salsa; seus exploradores trocavam essa produção extrativa por mercadorias e, quando muito, as sobras destas constituíam o salário dos primitivos. O que os brancos pretendiam naquela época era subjugar os índios e transformá-los em escravos. Por isso, o mascate Francisco José Pinto de Magalhães, fundador de Carolina, escrevia em 1813: — “Os Apinagés são uma nação bárbara, muito populosa, cujo número de guerreiros é tão grande que tem 16 cabos de guerra. Andam revoltosos, instigados pelos índios cristãos desertores do Pará. Só com a guerra poder-se-ia dominar êsses índios e tê-los sob nosso proveito...”

Em 1834, porém, certos piauienses fixados na circunvizinhança da atual Boa-Vista do Tocantins mantiveram boas relações com os Apinagés, e frei Francisco do Monte de S. Vito aproveitou a oportunidade para catequizar pela paz 3.000 dêsses

índios. Nunca mais, pelos escritos que analisamos, os Apinagés se insurgiram contra os brancos. Mas, desde então, jamais se submeteram ao trabalho dirigido pelos descendentes dos seus exploradores. É provável que ao lado da tendência à liberdade de ação que se encontra no ameríndio, que sempre foi óbice aos desbravadores que pretenderam aproveitá-los nos serviços da terra, os métodos violentos que se empregaram contra êle determinaram a ausência de colaboração do nosso índio no trabalho das populações do interior.

Em 1859, o juiz de direito Vicente Ferreira Gomes (2), assim descreveu os *Apinagés*: — “Em direção ao Ocidente, a cinco léguas da cidade de Boa-Vista, há 3 aldeias de índios, onde habitam de 1.800 a 2.000 almas, segundo a informação do missionário capuchinho. A primeira aldeia é composta de trinta a quarenta habitações e 600 moradores. As casas são de babaçu, espaçosas e em cada uma residem 4 ou 5 famílias” (o mesmo em 1935). “O cacique tem casa separada para sua família” (como acontece atualmente). “As casas são em círculo” (tal qual em 1935). “Há duas casas no centro: uma para moças, outra para rapazes púberes” (não existem mais essas duas habitações). “O índio precisa ser guerreiro para casar. As moças e rapazes não podem entrar nas casas respectivas, porém, podem ir às habitações dos pais. Desconhecem a poligamia e o concubinato. Toleram o adultério e a prostituição. Muitos índios ficaram agarrados às mulheres durante a visita, talvez devido ao abuso da hospitalidade dos viajantes”.

“Em 600 indivíduos, 2 velhos viviam deitados num girau e a única doença constatada foi sarna

em 2 mulheres. Muitos traziam os lábios inferiores perfurados, onde introduziam uma rodela de pau e tinham orifícios nas orelhas. (Em 1935 não usavam mais as perfurações dos lábios). Viviam em obediência aos seus chefes dedicando-se à agricultura”.

Ferreira Gomes ficou entusiasmado com a simplicidade e a beleza dos Apinagés em 1859.

Atualmente vivem êsses índios em três aldeias: Bacaba, Mariazinha, Botica, estabelecidas num raio de cinqüenta quilômetros da cidade de Boa-Vista do Tocantins. Um total aproximado de 600 indivíduos, que moram num solo onde, do Tocantins ao Araguaia, se estende uma faixa de babaçus.

O extremo-norte goiano deve seu desenvolvimento quase que exclusivamente às famílias maranhenses que para lá imigraram nestes trinta anos.

Um dos pioneiros, Sr. Pedro Carneiro, maranhense dos mais valorosos que conheci, instalador da luz elétrica em Boa-Vista, tentou aproveitar os índios na colheita e quebra de côcos de babaçu. A pesar de todo o carinho com que os índios foram tratados não se submeteram ao trabalho. Continuaram amigos do Sr. Carneiro, vão ao seu armazem em Boa-Vista, onde trocam por alguns carás e bananas objetos de que mais necessitam; a mercadoria que levam é inferior à que recebem; disse-me o Sr. Carneiro que o seu fornecimento aos índios é lançado no livro de “lucros e perdas”. Não conseguindo aproveitar os índios, o Sr. Carneiro empregou então na extração do babaçu famílias maranhenses. Estas vivem em contato com os

Apinagés, pois o babaçual explorado circunda as aldeias, mas os índios não as imitam, nem no trabalho nem nos costumes.

No dia 17 de junho de 1935, em plena seca, montamos a cavalo em Boa-Vista, dirigindo-nos às aldeias dos Apinagés. A duas léguas de viagem, ouvimos ruídos e vozes que pareciam dum bando de bugios. A ante-manhã, clareando a paisagem, fez-nos divisar alguns vultos no ponto de onde partiam os ruídos. Eram uns quinze índios, mulheres e homens, nus, deitados alguns no solo arenoso em tórno de umas brasas quase extintas. Ache-garam-se aos nossos cavalos, com um cheiro forte de animais silvestres, o que prejudicou o rescender agradável da mata de babaçus na madrugada.

Sabedores de que íamos à sua aldeia, resolveram voltar, pois haviam acampado ali para amanhecerem na cidade. Durante a caminhada, que durou quatro horas, uns vieram acompanhando a marcha dos cavalos; outros, distanciando-se, comunicavam-se com os primeiros por assobios, dados com os lábios.

Posteriormente, indo e voltando da aldeia a Boa-Vista com alguns índios, observei que saíam nus das suas habitações com a calça ou a saia enrolada debaixo do braço (uns tinham os órgãos genitais tapados por um pano de algodão sujo e esfiapado e amarrado por um cordão de embira). Ao entrarmos na cidade, os homens enfiavam as calças e as mulheres as saias. De volta à aldeia, logo que alcançamos a estrada, embrulharam as roupas e voltaram-nas para debaixo do braço. Este fato e a inutilidade do exemplo dos maranhenses quebradores de côco sugere-me a confirmação de que a estrutura psíquica do primitivo

não se reforma com os hábitos impostos pelo civilizado. Ainda mais, a reação afetiva contra o branco, que o perseguiu e o persegue ou o despreza atualmente, faz com que o índio permaneça indiferente à atividade do civilizado.

O primitivo adquire apenas umas tantas ou quantas formas externas de civilização, mas não se modifica. Tanto assim que são inúmeros os casos relatados nas catequeses bem orientadas, de índios que, mesmo depois de anos de procedimento "civilizado", retornaram, na primeira oportunidade, à vida primitiva. Esses fatos se reproduzem não somente com os índios que foram tirados em criança do meio tribal, mas também com os que nasceram nas missões, parecendo que além da influência dos primeiros anos da infância há um "quid" hereditário que os arrasta para o modo de vida dos ancestrais. E acabamos constatando que a "cultura" (3) do civilizado adotada pelo primitivo apenas demonstra a grande capacidade de aprendizagem existente na espécie *Homo Sapiens*.

O grupo de índios que observei na região do Tocantins e Araguaia apresenta costumes que são uma mistura de algumas características tribais com muitas das pertencentes aos "brasileiros civilizados" do sertão.

Na aldeia "Bacaba", que possui 6 ranchos e onde moram várias famílias, verifiquei que as habitações dos índios são palhoças de babaçu, mais protegidas contra o clima que as construídas pelos sertanejos. A cobertura de palha desce quase até o chão e as "paredes" de talas são em linha dupla, separadas por um espaço aproximado de 3 cm. Têm um grande aposento onde estendem rêdes ou

erguem giraus. Em dois aposentos ligados ao maior guardam apetrechos e nêles dormem os indivíduos mais idosos.

Na casa do *txau* (cacique), um homem de 50 anos presumíveis, de estrutura corporal pícnica, com grandê saliência abdominal, nos serviram um café ralo com rapadura em canecos de flandres.

Na área rodeada pelas palhoças, uma tora quase pôdre inda servia para as demonstrações de fôrça dos rapazes que pretendiam caçar. A prova de carregar a tora, porém, já não era obrigatória; sòmente um ou outro a praticava, disse-me o *txau*. Os jogos esportivos e as cerimônias religiosas eram uma caricatura das do passado; os adereços, tapapes, coroas de penas que me mostraram estavam semi-destruidos e quase abandonados, de mistura com enxadas e pás, num aposento da casa do *txau*.

Na aldeia, homens e mulheres usam como vestimenta apenas um pedaço de pano de algodão, sujo e esfiapado, que vai do hipogástrio até o têrço superior das coxas, deixando nua a parte posterior e amarrado pelo cordão de embira, o qual nos indivíduos gordos sulca a epiderme separando-a em duas dobras.

Alguns homens usam perfurar em forma de meia-lua o lóbulo da orelha com madeira "pitu", com que preparam uma série de pequenos tocos, como se fôssem charutos, de vários diâmetros. Partindo do menor, vão passando aos maiores até o orifício atingir a maior dimensão. Medi uma orelha, que alcançava, da hélice superior à convexidade do lóbulo, 9 cm e o diâmetro do orifício 3 cm. Quando estão de viagem, dobram êste

apêndice sôbre a parte superior do pavilhão, deixando-o prêso na origem da hélice.

Além da parte estética para êles, supõem que a audição se aperfeiçoa com êste artifício.

A maioria tinha bons dentes e costumava serrar os incisivos, que apareciam ponteagudos; a impressão geral que nos deram não foi de robustez, nem de beleza física, o busto longo, membros inferiores curtos em relação à estatura, e pés grandes. Braquicéfalos, os cabelos lissótricos, pretos, caíam-lhes sôbre os ombros. As mulheres mostravam os seios bem separados, alongados, pequenos e firmes.

Fiz as mensurações do retrato falado (Bertilon) no cacique: região frontal, 4 cm; região nasal, 5 cm; região bucal, 4,5 cm.

Entre si falam a língua do grupo e, com os outros, um português cantado, frases sem concordância, trocando palavras masculinas e femininas, usando poucos verbos.

Notei desavenças entre os poderes “espiritual” e “temporal”, isto é, o pagé idoso atacava o *txau*. Êste me disse que o pagé não prestava. Na verdade, o velho pagé vivia embriagado.

Ê comum em suas aldeias arrancharem sertanejos, que conquistam os amores fáceis das índias transmitindo-lhes, às vêzes, doenças venéreas. Um que pousava há dias entre êles, foi examinado por mim: estava na fase de transmissão de duas doenças venéreas. Dois brancos arranchados nessa ocasião curavam-se de malária e úlceras de perna com as ervas do pagé. Passavam dias e dias dei-

tados nas rédes comendo à custa da comunidade.

Pedi ao pagé que me mostrasse como êle curava as doenças e, então, deparou-se-me uma cena grotesca. O velho dirigiu-se a um dos doentes rodeando-o com pequenos gritos, abaixando-se e levantando-se, abrindo a bôca e encostando-a no peito do paciente enquanto sussurrava algumas palavras. Esse espetáculo durou poucos minutos diante da indiferença dos circunstantes e observei na fisionomia do *txau* uma expressão de desprezo pelo pagé, que se sentou pouco depois arfando de cansaço. O sertanejo em tratamento respondeu-me que o pagé, anteriormente, já realizara em volta dêle alguns daquêles gestos, mas não com a intensidade e rapidez como daquela vez, e o que lhe ministrava era uma beberagem com sulfato de quinino.

Não tinham o ritual do "estado de transe", para a cura das doenças, como outros índios da bacia amazônica inda conservam (Tapirapés, Guajajaras, etc.).

O espetáculo que me proporcionou o pagé foi o arremêdo de uma cerimônia esvaecida com os costumes dos brasileiros civilizados, que adquiriram. Aquêles primitivos não possuíam mais a "identificação cósmica" que atribui aos males corporais a influência de fôrças exteriores, divindades, etc.

Os Apinagés, quando adoecem ou são visitados por uma pessoa que julgam importante, pintam-se com urucu e genipapo: foi a resposta que obtive, pois, perguntei por que os homens e mu-

lheres desapareciam da minha vista e voltavam rabiscados de prêto e vermelho, na cara e no corpo. Como meu serviço era colhêr sangue para uma prova biológica de febre amarela, com facilidade fiz a punção venosa entre 18 Apinagés; a única condição que me impuzeram foi de eu esperar que se pintassem com urucu e genipapo.

Nas ruas de Boa-Vista, os Apinagés trazem para vender parte de sua minguada produção agrícola, constituída de carás, inhames e bananas. Costumam deixar êsses produtos na porta da pessoa escolhida para a venda e se retiram. Horas depois aparecem e ficam à espera, se fôr preciso, um dia inteiro, até que recebam os níqueis. Não mercadejam os produtos, tanto assim que chamam de "agrado" o depósito dos produtos feitos de manhã, quando o morador inda está dormindo. Empregam o dinheiro ora em cachaça, ora em panos de chita para as "cunhãs". Quando vêm à cidade, são encontrados à noite ébrios, perambulando pelas ruas. Porém, nunca dormem no perimetro urbano. Regressam ao pouso ao relento, no inato próximo, e voltam no dia seguinte. As índias têm sempre umas freguesas que as protegem e lhes dão, diretamente e às escondidas, o dinheiro, pois os homens não admitem que elas o recebam; sòmente êles se julgam com êsse direito.

A estrutura psíquica do primitivo exterioriza atitudes que nos fazem lembrar manifestações de pacientes dos hospitais psiquiátricos. Um Apinagé, de 24 anos presumíveis, rapaz relativamente bem dotado fisicamente, apareceu-me um dia na casa em que eu estava hospedado em Boa-Vista. Nessa ocasião, de portas abertas, na sala que dava para a rua, dedicava-me ao preparo de protocolos e do

acondicionamento do material entomológico que colhera no município. O índio entrou mansamente e sentou-se no chão cruzando as pernas, sem dizer palavra. Permaneceu imóvel, numa atitude que em nada se diferenciava da dum catatônico, durante quatro horas. Quando terminei o meu trabalho e tinha que sair da casa, perguntei-lhe se desejava alguma coisa; respondeu-me que “tinha vindo vêr a minha cara”...

E' regra o descaso com que os índios são tratados pelos habitantes vizinhos e, muitas vêzes, seus descendentes próximos. O viajante que se interessa por êles provoca motejo dos sertanejos. Para o “brasileiro civilizado” do sertão, de modo geral, o índio é bugre boçal, ridículo, que não merece qualquer simpatia. Riem da sua indolência e se esquecem da quantidade de preguiçosos não primitivos que vivem no sertão. Para muitos, a nudez com que se apresentam significa licenciosidade.

Ouvi referências a um alemão, Sr. Curt, que de vez em quando aparecia naquela região. Esse senhor “vestia-se” como os índios, pintava-se com urucu, tomava parte nos abastardados jogos desportivos e cerimônias religiosas dos Apinagés; tirava fotografias, obtinha instrumentos e flechas fabricados pela tribo e viajava para Belém do Pará. Pessoas de Boa-Vista disseram-me que o alemão já tinha alguns filhos com as índias e o consideravam como um “aproveitador” dos índios; admitiam que êle recebia dinheiro de Berlim para enviar material aos museus antropológicos, os quais, provavelmente, acreditavam ser o Sr. Curt um destemido explorador das selvas brasileiras, onde os

pacíficos Apinagés eram pintados como terríveis canibais.

Admitimos que êsse alemão é o Sr. Curt Nimuendajú, citado com boas referências em publicações de etnologia sul-americana.

* * *

Outros índios que se encontram atualmente nas margens do Tocantins são os *Cherentes*.

Habitavam a vizinhança da vila goiana Pedro Afonso e expandem-se para oeste, a pouca distância da foz do rio do Sono, no Tocantins. Repartem-se em cinco aldeias: Porteira, Pedra Preta, Paneiros, Providência e Pranchu.

Os Cherentes

As características de sua "cultura" estão desaparecendo e os indivíduos escasseando à custa da malária que, pela alta incidência, é uma praga daquela região. O número dêles, pelas informações que consegui, é de 180 famílias.

Não estive nas suas aldeias e vi poucos representantes dos Cherentes na vila de Pedro Afonso, que costumam freqüentar. Dentre êles observei uma criança com encefalopatia, uma velha com catarata, um rapaz com enucleação de um olho devido a acidente e um adulto com grande cicatriz retrátil na perna direita, oriúnda de ferro em braza que se lhe aplicara para impedir os malefícios duma picada de cobra.

Não tinham as orelhas furadas como os Apinagés. Disseram-me que os Cherentes andam com alpercatas de palha, cujo salto vai na frente, explicando êsse artifício como meio do rastro na areia ficar marcado ao contrário. Assim, as pes-

soas que os procurarem pela estrada tomam rumo inverso. Os escritores que descrevem hábitos dos cangaceiros nordestinos anotam também êsse truque com que os bandidos despistam a polícia. Os Cherentes que vi andavam descalços, ao contrário dos Apinagés, que usavam alpercatas constituídas de uma fôlha de couro prêsa apenas por um cordão ao grande artelho.

D'Orbigny, há um século, falando dos Cherentes, disse que os índios se casavam com meninas de seis anos, esperando os homens que elas se tornassem moças. Que eram polígamos e admitiam a prostituição, vendendo as mulheres, na beira da estrada, aos viajantes. Aceitando como verdadeira a informação do francês, isto não acontece atualmente. O que predomina é a monogamia; na realidade, é fácil a um estrangeiro obter, na taba, os amores duma "cunhã", mas fora da comunidade não soubemos de nenhum caso. Quando uma descendente direta dos Cherentes desgarrar, o que é raríssimo, não é mais recebida na aldeia. Obtive informação precisa nesse sentido, por fato que me foi contado pelo Sr. José Ferreira, comerciante na vizinhança de Piabanha (Goiás).

As moças usam um amarrilho no punho (*x pêçá*) e os rapazes um cordão que abraça o tornozelo, a que só abandonam quando se casam. As mulheres usam, como as dos Apinagés, o pano amarrado com embira do umbigo para baixo. Suas axilas são depiladas. Não soube exatamente o processo que empregam para isso; dizem que maceraram fôlhas verdes de jatobazeiro da chapada em água quente e com o infuso esfregam a pele até não nascer mais pelos.

Fui informado de que atualmente não existiam os ritos religiosos dos Cherentes descritos por D'Orbigny (4); — comer carne dos velhos impréstáveis que morriam gordos; levantar mastros longuíssimos em tórno do qual choravam aos gritos, comunicando-se com os parentes mortos, pois supunham que as almas subiam ao céu por ali e que os espiritos voltavam depois, transformados em passarinhos, pedras, etc.

Sabe-se que os Cherentes eram uma grande nação que ocupava a área que vai desde o rio Manoel Alves até o rio do Sono, afluentes da margem direita do Tocantins. No começo do século XIX foram atacados pelos Caraús, que estavam em boa paz com os portugueses e missionários de Carolina. A superioridade dos agressores, provavelmente instigados e orientados pelos brancos, quase os liquidou. Parece que muitos Cherentes fizeram então amizade com os bravios Chavantes que habitavam a Mesopotâmia. O combate se estendeu e os Chavantes com uns tantos Cherentes se retiraram para a margem esquerda do Araguaia, ao longo do rio das Mortes, onde até hoje tem sido impenetrável a civilização.

Os Caraús degeneraram em contato com os brancos, definharam e desapareceram; os Chavantes, que reagiram, ainda vivem em relativo número na mesma área onde se refugiaram.

Indagando de uns e outros sempre tive a confirmação de que, presentemente, nas margens do Tocantins só se encontram as quatro tribos citadas: Assuiris, Gaviões, Apinagés e Cherentes. As duas primeiras abaixo e as duas últimas acima da confluência Araguaia-Tocantins.

As primeiras mantêm pouco contato com os sertanejos vizinhos, conservam mais características de sua "cultura", às vêzes flecham os apanhadores de castanha, extratores de borracha e de óleo de copaíba que invadem a selva onde habitam.

As segundas estão em estreita relação com os sertanejos da redondeza, recebem-nos em suas tabas, sujeitam-se aos vícios e aos aspectos negativos da vida moral do "civilizado". As características de sua "cultura" diluíram-se com os costumes emprestados aos brancos. Cultivam rudimentarmente plantas do gênero das dioscoráceas, mandioca, milho e bananas, de cujos produtos se alimentam e vendem-nos nos povoados. O comércio que fazem geralmente obedece ao sistema de trocas de mercadorias, como é comum entre todos os habitantes da região, ou então usam o "agrado", que consiste em depositar os produtos nas portas das casas dos moradores das vilas, sem oferta, nem procura. Últimamente, pioneiros maranhenses têm procurado recompensar o trabalho de produção extrativa vegetal dos índios na mesma base que pagam aos sertanejos, mas os primitivos não aceitam o regime assalariado.

Todos êsses índios, em número aproximado de 2.000, vivem negligentemente, definham com moléstias infecciosas existentes na região, contraem doenças venéreas dos sertanejos que a êles se ligam, estão desaparecendo e não são assistidos por um eficiente Serviço de Proteção.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO XII

(1) PE. LUIZ ANTÔNIO DA SILVA SOUSA — *Memórias Goianas*, folheto, 1812.

(2) VICENTE FERREIRA GOMES — *Itinerário da cidade de Palma à Belém*, 1859, folheto dedicado a S.M. o Imperador Pedro II por um juiz em férias.

(3) "Cultura" empregada na acepção de costumes, tradições, crenças, instituições que se transmitem de geração em geração.

(4) D'ORBIGNY — *L'homme américain*, 1839.

~~SECRET~~

XIII

Concluí em três dias a colheita de sangue que estava programada para o município de Boa-Vista do Tocantins e permaneci uma semana à espera de condução em que continuasse a subida do rio.

Quem tiver
pressa não viaje
no sertão.

Surgiu afinal o “motor” Sta. Rosa, que se dirigia para Carolina. Na véspera da partida, o piloto e marinheiros desembarcados em Boa-Vista tomaram uma bebedeira e se esqueceram de vigiar o barco, cujo porão minava água. Pela manhã o Sta. Rosa estava quase submerso e a tripulação passou o dia todo a esvaziá-lo com cuias e canecos, e a limpar o motor.

Partimos no dia 28 de junho; êsse “motor” era inferior aos outros dois em que eu viajara. Moviamo-nos com uma média de 6 km por hora, sacudidos pela trepidação da barulhenta máquina de 4 HP.

As margens do rio erigem-se agora em ribançais de basalto de cinco e mais metros de altura. As águas correm serenas e profundas. Avista-se a “serra da Cordilheira”, que permeia entre o Tocantins e o Araguaia e seus peneplanos influenciam a curvatura do rio.

“Estreito” é como chamaram a uma garganta de 200 m de largura em que o leito se contrai. Há ali uma agência fiscal para cobrança do impôsto estadual de exportação. O gado e mercadoria atravessam de Goiás para o Maranhão num “ajojo”, que é um tablado em cima de duas canoas e que serve sômente para as travessias de uma margem a outra. O “pôrto” de uma margem fica a 1 km aproximadamente do “pôrto” da margem oposta, facilitando assim ao barqueiro a descida do ajojo carregado.

Os goianos
atravessavam
o gado a nado
para escapar aos
impostos do
Posto Fiscal
do Tocantins.

Desde 1852 cobram-se os impostos nesse local; naquele ano estavam assim estipulados: 2\$400 por cabeça de vaca ou novilha; 1\$500 por cabeça de boi ou garrote; 4\$800 por cabeça de égua; 12\$000 por arroba de mercadoria; 20\$000 por cabeça de escravo.

Em 1935, essa agência fiscal cobrava 5\$000 por cabeça de vaca ou novilha; 4\$000 por cabeça de boi ou garrote; 8\$000 por cabeça de gado cavalari ou muar e de 10 a 15\$000 por arroba de mercadoria.

O gado que atravessava de Goiás era todo para o corte; eram rézes raquíticas, criadas no cerrado. Os criadores não se incomodavam em incluir as vacas nas boiadas; se havia proibição oficial dessa inclusão, não se cumpria. 30% de todo aquêle rebanho do Norte de Goiás se perdia com o mau trato e doenças que o dizimavam e no conduzir as boiadas.

Nas margens desertas do Tocantins, o “Estreito” foi o único ponto fiscal que encontramos em função. Em 1825 existia um outro, a “contagem Graciosa”, fundado por Cunha Matos, cujo

nome era uma homenagem a sua filha, e que se localizava a jusante de Pôrto-Nacional.

Em geral, o fisco é facilmente burlado. Pouco acima do "Estreito" vi sertanejos goianos atravessando calmamente seus couros de boi ou "esticados" em canoas e tocando a tropa a nado. Quando voltam de Grajaú, no Maranhão, trazem sacas de sal e transpõem o rio do mesmo modo. Para suavizar a travessia, quase sempre aproveitam um trecho onde há uma ilha e, naquela seção fluvial, a Ilha da Cascavel era a mais empregada para aquêle fim.

Nos dois lados vemos matas de babaçu e raras habitações.

Em consequência do mergulho sofrido em Boa-Vista, o motor do barco vinha falhando e, numa "panne" maior, nos deixou parados dez horas.

Caminhamos um pouco para o interior; as sambaibas e cajuis, vegetação típica dos cerrados substituíram os babaçus e, naquele deserto, os maruins nos atacaram o dia inteiro. À tarde, quando as rotações do motor se reiniciaram e prosseguimos viagem, apareceram poucos culicídeos (*Culex melanoconium*, *Mansonia sp.*, nenhum anófeles).

Côco é o único povoado existente entre Boa-Vista e Carolina.

Suas 110 palhoças alinham-se numa alta ribanceira do lado de Goiás.

Aí termina, como limite sul (7° 08' Lat. S), a extensa zona dos cocais que faz do Maranhão uma região de transição entre a Hilea amazônica e as caatingas.

Vencendo em três dias 225 km chegamos a Carolina à 1 hora da madrugada de 1 de julho.

A cidade de Carolina foi o pomo da discórdia na fixação dos limites entre os Estados de Goiás e Maranhão.

Se viéssemos em linha reta a viagem encurtaria 2/3; é o trecho, onde as sinuosidades do rio são mais pronunciadas.

Carolina era um antigo povoado, fundado em 1810 e incluído na Província de Goiás. Essa atual cidade do Maranhão constituiu o pomo da discórdia na fixação dos limites entre os dois Estados, nos meados do século passado.

Em 1935 possuía 704 casas; 393 construídas de tijolo e adobe, 307 palhoças e 2 sobrados com 2.936 habitantes.

As águas do Tocantins que a banham, servem atualmente de pouso aos hidro-aviões que fazem aquela rota do sertão, em rumo de Belém do Pará. Além dos barcos-motores que estabelecem a comunicação fluvial com Belém, há estradas cavaleiras regularmente transitadas em direção leste para Grajaú e Sto. Antônio das Balsas. Desta localidade, que se alcança com quatro dias de viagem a cavalo, partem lanchas movidas a gasolina, as quais em uma semana, descendo os rios das Balsas e Parnaíba, atingem Teresina, onde, se continuarmos a viagem fluvial, chegaremos ao Oceano e se tomarmos o trem de ferro, desceremos em São Luís do Maranhão.

Carolina, como município de produção extrativa e agrícola, tem pouca expressão. Recebe os produtos da mesopotâmia Araguaia-Tocantins, reenvia-os para o Maranhão ou Piauí e em troca distribui na Mesopotâmia o sal e as mercadorias,

que vêm de Belém do Pará, de Grajaú e Santo Antônio das Balsas.

Seus habitantes consideram-na a "pérola" do Tocantins, envaidecidos pela existência de uma sociedade literária, onde se fazem discursos e tertúlias de sabor acadêmico. Não possui escolas técnicas, nem luz elétrica, nem serviço de águas e esgotos.

É sede da organização religiosa protestante da região. Os quatro pastores que existiam então eram indivíduos devotados à sua missão, bem falantes, e conquistavam grande número de prosélitos. Um deles, mulato sóbrio, de pensamento místico e com reduzido preparo intelectual, andava pelo sertão em pregações contínuas.

Fronteira a Carolina, do lado de Goiás, encontra-se a vila de Filadélfia assim chamada porque seu primeiro morador foi um mestiço de nome Filadélfo.

Filadélfia vive da pecuária e da gariupagem.

Vi essa localidade animada pelos nordestinos, chefiados pelo coletor estadual, sr. João de Faria, cearense ativo, que se interessava pelo progresso de seus conterrâneos na redondeza.

Filadélfia exportou em 1934: 46.982 kg de "esticados" (couros de boi) e 1.228 kg de peles de animais silvestres. Anualmente saem de sua circunvizinhança 2.000 cabeças de gado que vão à feira de Vargem-Grande no vale do Mearim, no Maranhão. Há também ocasiões, em que êsse gado é conduzido através de centenas de quilômetros, num grande raide pelo sertão, até Campina Grande, na Paraíba, próximo ao litoral.

Possuía 167 habitações: 30 de tijolos e 137 palhoças com 835 habitantes.

Uma escola primária era freqüentada por 36 crianças do sexo feminino e 40 do sexo masculino. Despertou-me a atenção, pela manhã, um bando gárrulo de escolares que trazia nas mãos, lápis, caderno e um banquinho de assento de couro. iam à aula e transportavam de seus lares os bancos em que sentavam na frente da professôra, pois a escola se resumia num rancho vazio.

A cinco léguas de Filadélfia, rumo sudoeste, existe uma aglomeração de 50 palhoças, na margem do córrego Pau Sêco. Seus moradores extraem diamantes rolados com as águas das rochas expostas da "serra da Cordilheira". Os garimpeiros vasculham o cascalho da margem de outros riachos, à cata de gemas que são de tamanho reduzido e empregam o processo rudimentar da lavagem na bateia.

Na Mesopotâmia os cursos d'água são pouco extensos e de pequeno volume. Descem, ora para o Tocantins, ora para o Araguaia, conforme as nascentes se localizem à direita ou à esquerda da série de peneplanos que formam a chamada serra da Cordilheira. Prestam-se à garimpagem.

XIV

A partir de Carolina, rio acima, modifica-se o vale do Tocantins. O terreno cretáceo é sucedido pelo permiano, algonquiano, e depois pela série do Parnaíba. Deixamos as eras geológicas recentes e entramos nas mais antigas.

A montante de Carolina, acentuam-se as características do Tocantins como rio de planalto.

Grandes afluentes, em leitos de largura regular despejam massas d'água na margem direita do rio. Encontramos ribeirões que secam no estio e poças d'água da chuva, separadas até à nova estação do verde por terra enxuta. Agora se percebem os limites da água que não mais se estende desordenada como no Baixo-Tocantins da Hiléa amazônica.

Os cocais cedem lugar ao agreste e à caatinga.

As volumosas e lerdas piraíbas de 3 m de comprimento não nadam mais no rio: substituem-nas as magras e trêfegas arraias que tornam as margens perigosas (1). Desapareceram as numerosas ciganas que balançavam a ramaria com seus vôos curtos e baixos; no céu alto passam casais de araras barulhentas, e de noite o grito das carãs parece choro de criança. A fauna ornitológica vai-se reduzindo e aumentando a mamífera: em vez de

quelônios preguiçosos vêm-se na beira do rio veados árdegos, que disparam ao menor ruído.

A atividade e os hábitos dos homens também são outros. A produção do gado substitui a produção extrativa vegetal. A produção agrícola, porém, continua a mesma, e, de processos primitivos e em pequena escala, serve apenas para o sustento dos habitantes do vale.

A carga de descida dos barcos eram castanhas e côcos de babaçu, agora são couros de boi. A carga de subida continua sendo o sal. Os sertanejos que usavam somente as canoas, agora fazem as suas viagens mais a cavalo. Conduzem o gado às feiras do Maranhão, da Bahia e Norte de Minas, em vez de descerem o rio para Belém do Pará. O movimento humano é mais intenso para leste do que para o norte.

Nos dois séculos passados essa divisão ecológica do vale do Tocantins foi cenário de certas perturbações políticas. Até no seio de uma só pátria as lutas entre os homens são mais freqüentes nos limites das paisagens diversas.

No século XVI, os navegantes da Península Ibérica que correram a costa brasileira e entraram no Amazonas não conheceram o Tocantins.

Em 1625, após a viagem de frei Cristóvão de Lisboa ao Baixo-Tocantins, fundou-se a missão jesuítica de Cametá, que se tornou ponto de partida para o descobrimento do grande rio do Brasil Central.

O Pe. Antônio Vieira subiu o rio até a cachoeira de Itaboca em 1663 e, nas suas cartas, revela o Tocantins como o grande caminho de penetração para o interior; prêso e levado para Portugal, acusado de defensor dos judeus, Vieira não pôde chefiar, como era seu intento, a catequese do gentio e estabelecer o domínio da Companhia de Jesus ao longo da rota do Tocantins.

Decorrido um século da descoberta do Brasil, os jesuítas vindos de Belém do Pará utilizaram o Tocantins como rota para o Paraguai.

Nesse tempo, os primeiros portugueses do Maranhão e Pará andaram pelas margens do rio até o trecho encachoeirado que permeia as atuais povoações de Alcobaça e Marabá e não se atreveram, nem a atravessar, nem a subir o rio.

Os jesuítas, porém, não se intimidavam com os acidentes geográficos. No Século XVII não houve obstáculos para os roupetas, como também, no Século XVIII, para os bandeirantes.

De 1655 a 1658 os jesuítas Tomé Ribeiro, Romeu Careu e Manuel Nunes saíram de Cametá, ultrapassaram a foz do Araguaia e, navegando o Tocantins ou caminhando pelas suas margens, fundaram estabelecimentos nos locais onde os índios os acolheram bem: Sta. Teresa (hoje Imperatriz), Palma, na confluência Maranhão-Paraná, São José do Duro, no espigão central, têm essa origem.

Em 1669, os padres Gonçalo Pires e Manuel Brandão, que também partiram de Cametá, enganaram-se na confluência Araguaia-Tocantins e tomaram o rumo do Araguaia, julgando ser o do Tocantins. Esse engano, valeu aos jesuítas a descoberta de um caminho que os ligava às missões do Paraguai. Subiam o Tocantins, tomavam o Ara-

guaia, seguiam por este rio até a montante da ilha do Bananal, rumavam para sudoeste pelo rio das Garças, caminhavam cerca de 90 km, transpunham a serra do Paredão, alcançavam o Itiquira, confluente da bacia platina, e descendo por ele entravam no São Lourenço, o qual se abre no Paraguai (2).

Esse roteiro, que une a foz do Amazonas ao Prata, serviu à Companhia de Jesus, quando se viu perseguida pelo Governo sucessor de D. João IV, pois só ela o conhecia. Só os que o perdiam eram agarrados, como aconteceu a dois jesuítas, em 1762, com ordem de prisão do Marquês de Pombal. Escapos, em Belém do Pará, iam pela rota secreta, mas, enganaram-se, como seus antecessores, na confluência Araguaia-Tocantins e, dessa vez, de modo inverso e nefasto. Navegando o Tocantins, muito acima daquela confluência, encontraram o rio Manuel Alves Grande, a montante quatro léguas da atual cidade de Carolina, caminharam então para o Sul, julgando que se dirigiam para Oeste, e foram dar em Vila-Boa de Goiás, onde o Governador da Província João Manuel de Melo os aprisionou, de nada lhes valendo a grande fuga pelo sertão.

Enquanto os roupetas vinham de Belém do Pará subindo o Tocantins, os bandeirantes partiam de Piratininga, e, acompanhando os afluentes meridionais, ligavam pela mesma linha natural de circulação, o Sul com o Norte.

No primeiro quartel do Século XVII, a bandeira de Antônio Pedroso Alvarenga, andando pelas escarpas do Espigão Mestre, rondou as origens do Tocantins, e, segundo parece, denominou-o Paraupava.

É provável que Antônio Raposo Tavares, na sua grande viagem de volta, tenha sido o primeiro bandeirante que percorreu o vale do Tocantins. O realizador do maior raide dos bandeirantes subiu o rio Paraguai até às nascentes, atravessou a Bolívia, desceu o Madeira e o Amazonas chegando a Gurupá, em 1651, com 59 paulistas. Dai, atingiu pelo rio Pará, a bôca do Tocantins, onde lhe ensinaram o caminho já conhecido dos jesuítas.

Há notícias de que o paulista Pascoal Pais de Araújo chegou a Belém do Pará em 1675 por um caminho onde se juntavam dois grandes rios (Araguaia-Tocantins?).

Pela história das missões e das bandeiras, difficilmente podem precisar-se as datas das descobertas do sertão. Aliás, a investigação dessas datas não nos deve preocupar muito: significa mais para nossa história, o conhecimento do início da utilização do rio como via de transporte das riquezas de seu vale. A exploração dessas riquezas não é obra de um só, mas de muitos homens que começaram a aproveitá-las, ora num ponto, ora noutro, e, portanto, teríamos muitas datas a catalogar. O historiador futuro contentar-se-á com as épocas que se caracterizaram por determinada produção humana e pelas dificuldades econômicas que os homens tiveram devido ao regime social em que viveram.

A descoberta das minas de Goiás por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, provocou o movimento dos buscadores de ouro para o Estado onde nasce o Tocantins. No comêço do Século XVIII, Bartolomeu Bueno II, filho do Anhanguera, na procura dos tesouros encontrados pelo pai, perdeu-se no sertão onde corre o Uru, afluente

mais meridional do Tocantins. Alguns componentes dessa expedição desgarraram-se do chefe e, caminhando sem parar, desceram o Tocantins até Belém do Pará. Por volta de 1725 estava estabelecida a comunicação do Sul com o Norte pela rota Tocantins.

As ações dos descobridores do vale do Tocantins não escaparam à regra geral das que se praticavam então na América do Sul: difundir o credo de Roma e procurar fabulosos bens materiais sobre o denominador comum da escravização dos índios.

Com a *auri sacra fames* principiou a luta naquelas paragens. Disputando a prioridade das descobertas, os portugueses e mestiços vindos do Pará não toleravam os paulistas que surgiam de vários cantos do sertão: os dois grupos se julgavam com direitos ao ouro existente na divisão ecológica do rio.

As rixas andavam acesas, os contrabandos escapavam aos 5 registros e 13 contagens estabelecidas na região, prejudicando enormemente o tesouro real.

Havia grande balbúrdia nas *contagens*, lugares onde os viajantes eram obrigados infalivelmente a passar e depois de revistados pagavam os quintos de ouro e impostos dos gêneros de importação e exportação; os reinóis eram assassinados ou se mancomunavam com os contrabandistas.

Em 1732, o Governador de São Paulo, conde de Sarzedas foi ao local de onde vinham tão graves notícias, chegando até São Félix. Esta povoação fica a uma légua da margem direita do rio Maranhão, formador do Tocantins, por onde o pessoal desgarrado de Bueno desceu para Belém do Pará.

Na sua volta, por alvará de 27 de outubro de 1733 proibiu-se a abertura de novos caminhos e picadas no vale do Tocantins, para evitar a saída clandestina do ouro e diamantes.

No ano seguinte, o Capitão General da Província do Maranhão, Alexandre de Sousa Ferreira, enviou o sargento-mor João Pacheco do Couto em viagem de reconhecimento e fiscalização de contrabandos do vale do Tocantins. O sargento-mor ao atravessar o rio Manuel Alves Pequeno, descobre, em lugar ermo, uma mina de ouro onde se acha hoje a cidade de Natividade, no Estado de Goiás. Esquece-se de sua missão e transforma-se também em contrabandista.

Os paulistas, sabedores da descoberta do sargento-mor, correm para o rio Manuel Alves, denominado depois, da Natividade, e, surgem sangrentos conflitos com o pessoal de João Pacheco. D. Luís de Mascarenhas imita o exemplo de seu antecessor no Govêrno de São Paulo, o Conde de Sarzedas, e segue para o teatro das guerrilhas com o propósito de terminá-las.

A política econômica de Portugal paralizou o tráfego do Tocantins durante cinquenta anos.

O relatório de D. Luís deu motivo, em 3 de maio de 1737, à provisão do Conselho Ultramarino de proibir a navegação do rio Tocantins. Mas, o ouro continuou a ser extraído e contrabandeado. Nesse interim, os paulistas dominavam quase tôdas as minas e se impunham, com os altivos chefes das bandeiras, ao Govêrno da Metrópole. O Conselho Ultramarino concluiu que seria melhor negócio oficializar a direção das minas antigas e recentes nas mãos dos paulistas e entregar-lhes as contagens para que ficassem sob sua administração,

pois, assim, teria certeza que pelo menos os quintos seriam recolhidos integralmente ao tesouro real. Expediu ordens aos Governadores do Pará e Maranhão para que não enviassem emissários e não se intromettessem mais nas explorações do vale do Tocantins.

Com essas medidas, a migração dos sulistas preponderou sobre a dos nortistas para o Alto-Tocantins, onde se achavam as minas de ouro. Levas de escravos, partidas de São Paulo, seguiram para aquêlê sertão nos anos subseqüentes. Os nortistas retiraram-se para o Médio-Tocantins e principia-ram a cuidar do gado, cujas primeiras rêzes foram buscar nas margens do São Francisco, onde os currais se multiplicavam. Interrompeu-se, no Brasil Central, a via natural de circulação entre o Norte e o Sul.

Os povoados que surgiram no comêço do Século XVIII, na seção do vale do Tocantins, compreendida entre os cursos dos rios Manuel Alves da Natividade e Maranhão, atrofiaram-se com o abandono da via de comunicação do Tocantins; os garimpeiros não se fixavam nas povoações, mudavam-se para onde se descobriam novas minas.

No ano de 1773, D. José de Almeida Vasconcelos, depois Barão de Mossamedes, governando a Província de Goiás e gozando de certo prestigio na Côrte, devido à nobreza de sua familia, o que lhe dava certa independência de ação, e, possuindo um temperamento empreendedor resolveu organizar uma expedição comercial de Goiás a Belém do Pará, descendo o Tocantins. A comitiva chefiada por Antônio Tavares Lisboa partiu de Vila-Boa em 7 de agôsto e andou 120 léguas por terra até Pontal, onde embarcou em canoas. Com 37 lé-

guas de viagem, passou pela foz do rio do Sono e navegou até Cametá, onde chegou a 17 de setembro. Vencidas as 45 léguas de Cametá a Belém, o primeiro carregamento de produtos agrícolas que se fez pelo Tocantins percorreu 362 léguas. Tavares Lisboa prestou informes minuciosos de seu itinerário ao Governador do Pará, Antônio Pereira Caldas. "Cachoeira, canais, recifes, chapadas, barrancas, córregos, rios afluentes, ilhas, campos, rebojos, baixios e sete figuras de serra" tudo foi descrito (3).

O Governador paraense, após ouvir o relato do emissário de seu colega de Goiás, fundamentando-se na ordem régia de 1737, impediu que a intrépida comitiva regressasse pelo Tocantins. Tavares Lisboa, que esperava festejada acolhida em Belém e pretendia voltar pela mesma via, trazendo a primeira carga de sal por aquêlê caminho, retirou-se desiludido para São Luís do Maranhão e, dêle não se teve mais notícias. D. José de Vasconcelos deixou pouco depois a Província de Goiás, também amargurado com o empreendimento que idealizara, para o qual não recebera a cooperação do Governador. Se prevalescessem as idéias de alguns dos governantes do Brasil-Colônia, provavelmente teríamos progresso em muita parte de nossa terra, mas, sempre dominaram as dos que viam a Colônia apenas como um território de onde tudo se devia tirar e nada dar.

Mas, o que certas mentalidades administrativas entravam, os acontecimentos se encarregam de resolver. Cinco anos depois do malôgro do empreendimento de D. José, 10.000 escravos desviaram o curso do rio Maranhão, para, em poucos instantes, extrairer grande quantidade de ouro. O

feito dos garimpeiros, dirigidos pelos paulistas, se por um lado impressionou os representantes da Coroa pela riqueza que se auferiria, por outro lado foi uma calamidade, pois além da malária que principiou a dizimar os negros, a fome, devida à falta de gêneros alimentícios que dificilmente se transportavam por terra de Piratininga, interrompeu a extração do ouro.

Luis da Cunha Menezes, que governava então a Província de Goiás, entrou em entendimento com o Governador do Pará, José de Teles Menezes, para que comitivas de gêneros alimentícios navegassem o Tocantins e suprissem o pessoal da mineração.

Afinal, em 12 de março de 1789, nova carta régia deu liberdade oficial às províncias para que se utilizassem daquela via fluvial. Os sessenta e cinco anos de proibição atrasaram o desenvolvimento do tráfego e perturbaram o povoamento das margens do Tocantins.

O grande rio do Brasil Central, que por seus afluentes põe em contato as bacias amazônicas, do Prata e do São Francisco, desde o início reconhecido como linha mestra da circulação natural do interior do país, se não se transformou em aqua-via, deve-se mais à incúria dos homens que aos obstáculos de suas corredeiras.

Nos fins do Século XVIII, as últimas minas que descobriram naquele sertão situavam-se entre os rios Paranã e Palma, onde se acha hoje o município de Arraias. Elas selaram o fim daquela turbulenta mineração com um conflito entre o Ouvidor de Jacobina, na Bahia e o Governador de Goiás, Tristão da Cunha. O primeiro, levado pela

cobiça, pretendeu anexar aquela região à sua província. Muitos buscadores de ouro abandonaram o sertão do Alto-Tocantins com o declínio da mineração. As comitivas que navegavam o rio com gêneros alimentícios escassearam. Somente uns poucos mercadores o utilizavam em viagens de ida e volta de Goiás ao Pará.

No comêço do Século XIX, um dêsses mascates, Francisco José Pinto de Magalhães, sendo bem acolhido num aldeamento de índios Caraous, resolveu abandonar a sua profissão. Alguns garimpeiros, seus conhecidos do Alto-Tocantins, acompanharam-no no novo modo de vida: instalaram-se na aldeia dos Caraous, os quais plantavam e colhiam inhames e aipim e pescavam peixes do Tocantins, ofertando-os aos novos companheiros, que engravidavam as cunhãs e viviam sem trabalhar.

O povoado que se transformou na atual cidade de Carolina, teve papel histórico na Independência do Brasil.

Os Caraous estavam de pouco naquele sítio. Ramo dos Timbiras, habitavam inicialmente os Pastos Bons da Capitania do Maranhão e suas tabas alinhavam-se ao longo do rio Manuel Alves Grande. Sofrendo tremendas agressões como a do ano 1808, dirigida pelo português Manuel Assunção, cuja tropa se compunha de 20 soldados do Governador do Maranhão e 120 civis armados de bacamartes, os índios afastaram-se para a margem direita do Tocantins. Francisco José Pinto não tolerava os "portuguêses da tropa real", que garantiam a exorbitância dos impostos de mercadorias e a cobrança dos quintos nas contagens por onde êle era obrigado a passar. Isso contribuiu para o seu bom entendimento com índios que sofreram por causa

dos mesmos soldados. E, no local onde se refugiaram os índios que se uniram aos garimpeiros amigos do mascate, nasceu o povoado de S. Pedro de Alcântara, hoje transformado na cidade de Carolina.

Em 1815, o Govêrno de Portugal determinou a divisão das Províncias do Maranhão, Pará e "Minas". O Major Francisco de Paula Ribeiro, presidindo a comissão dos representantes das Províncias interessadas, foi designado para explorar a região.

Decidiram os limites das ditas Províncias pelo trajeto do Tocantins, pois, como declararam, "a mesma natureza as havia separado por aquêlê caudaloso rio". A Província das "Minas", a que se refere o manuscrito de Francisco de Paula Ribeiro é o território de Goiás (4). Os maranhenses, que se dedicavam à criação do gado chamaram, durante muito tempo, os goianos, — descendentes dos paulistas — de "mineiros" por explorarem o ouro de São Félix, Natividade e Arraias.

Na divisão das Províncias, mandada fazer por Portugal, o povoado de São Pedro de Alcântara (hoje Carolina) incluiu-se no território do Maranhão. Mas, como fôra fundado por "gente de Goiás", quando, nos meados do século passado, se fixaram os limites dos dois atuais Estados, os goianos pretenderam anexar Carolina à sua Província.

A proclamação da Independência do Brasil repercutiu no rio Tocantins com algumas escaramuças entre portugueses e brasileiros.

O Govêrno de Portugal mandou suas tropas do Maranhão, comandadas pelo Major Francisco de Paula Ribeiro, guardar o Pará contra os brasileiros que viessem do Sul. Paula Ribeiro, conhecedor da região, sabia que o caminho dos brasileiros seria o Tocantins e entricheirou-se na corredeira de Sto. Antônio, em frente à qual existe hoje o povoado do mesmo nome.

Nenhuma tropa do Sul se deslocou para conquistar o Pará, mas goianos descendentes dos antigos paulistas exploradores de ouro, maranhenses dos Pastos Bons, gente como o mascate Francisco José Pinto e índios, que sofriam agressões e demandas dos soldados e servidores do Rei de Portugal aproveitaram a ocasião para uma desforra. Surgiu um maranhense, José Dias de Matos, criador de gado em Pastos Bons e que se intitulava Capitão Presidente da Independência, chefiando vaqueiros, "mineiros", índios Caraous e Apinagés para atacar os portugueses. Os 78 soldados do Major Paula Ribeiro, apesar de municados, viram-se em apuros com aquela gente armada de meia dúzia de bacamartes, muitas pedras, cacetes e flechas. Tiveram de deixar o reduto da corredeira, fugir pelo mato para alcançar São Luís do Maranhão e foram aprisionados a jusante de Carolina, em 1823.

Conduziram o Major Paula Ribeiro para o povoado de S. Pedro de Alcântara, onde dizem, José Dias de Matos o matou depois de saqueá-lo em 18.000 cruzados. O Capitão Presidente da Independência abrigou-se desde então em Pastos Bons e dêle ninguém mais teve notícias.

Na expressão do Coronel Raimundo José da Cunha Matos (5), governador de armas de Goiás, no tempo da Independência, “esta foi a guerra do interior do Brasil, que deu motivo a vários homens, mais ignorantes que burlões, dizerem que grandes tropas de portugueses desembarcaram nos sertões de Goiás”.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO XIV

(1) As arraiais alimentam-se de moluscos.

Diz Armando Pina (*A Noite*, Rio de Janeiro, 23-2-1935) que, no rio Tocantins, onde existem arraiais, há também moluscos perliíferos e que estes são em maior quantidade que a do rio Kentucky.

Assim, entre as outras riquezas do vale do grande rio brasileiro se incluem também as pérolas.

(2) COUTO DE MAGALHÃES — *O Selvagem*, pág. 188, Cia. Editora Nacional, 1935.

(3) ANTÔNIO LADISLAU BAENA — *Ensaio Corográfico*, Pará, 1839.

(4) FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO — *Viagem ao rio Tocantins pelos sertões do Maranhão no ano de 1815* — manuscritos de 1818.

(5) RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS — *Itinerário*, tomo 2.º, pág. 239.

XV

3-7-1935 — A lancha movida a gasolina, que fazia viagens de Carolina a Piabanha, estava “encostada”.

Tais viagens dependiam da procura de mercadorias dos povoados a montante. Como, naquela ocasião, os pedidos comerciais eram escassos, tive de fretar um batelão até Pedro Afonso. Pelo trajeto de 80 léguas, percorridas em 12 dias, o dono do barco cobrou-me 120\$000, inclusive o fornecimento da comida que consistia exclusivamente em “carne de sol” (charque do nordeste) e arroz.

* * *

O batelão e a balsa são as embarcações desse trecho do Tocantins.

Antigamente, quando não existiam os “gaiolas” e os “motores”, os batelões percorriam durante meses tôda a extensão do rio. Agora, limitam-se a ligar distâncias de cem, duzentos quilômetros, em viagens de oito, quinze dias.

Há dois séculos que os batelões são o meio de transporte do médio Tocantins.

O batelão do Tocantins lembra, em certos aspectos, a “plancha” do rio Paraguai e, em outros, o batelão dos rios do Sul.

A proa é ponteaguda e a pôpa larga, reta.

O leme, prêso numa forquilha, sai da extremidade da pôpa sem perfurar o barco como acontece na "plancha" do rio Paraguai. Um tripé sustentando um pequeno tacho de ferro constitui o fogão, que se acha na frente do leme.

A parte média do batelão é coberta por um tôlido fechado como a tampa cilíndrica de um baú, feito de talas e ramagens de palmeiras; assemelha-se ao tôlido de esteira empregado nos carros de boi de Mato-Grosso. Em cima dessa coberta dependuram vários objetos, inclusive a "carne de sol" que se come durante a viagem. Sob ela, vão as mercadorias, que na minha viagem foram substituídas por uma caixa de material, permitindo espaço suficiente para me abrigar nas horas de sol ardente. Debaixo do tôlido, três homens podem se deitar ao comprido, sobrando altura de meio metro até a arcada das ramagens.

De cada lado do batelão, da proa até quase à pôpa, uma tábua de 40 cm de largura, chamada "plancha" serve para "varejar"; corresponde ao "pisa pé" do barco do rio Paraguai.

O batelão é munido de varas ou croques de 4 a 5 metros, alguns ferrados, e que se utilizam para atracções em árvores, pedras e barrancos.

Entre o tôlido e a proa vêem-se nos bordos dois ou três pares de forquilhas onde se alceiam os remos de faia para "vogar" (movimentar o barco a remadas).

Subindo o rio, os barqueiros procuram sempre as margens ou baixios do meio, para alcançar o fundo com as varas e dizem que estas "chiam" quando encontram firmeza. Varejam para que o barco ande mais ligeiro.

De torso nu, os remeiros vão e voltam nas planchas, jogando ritmicamente as varas, o tórax apoiado sobre elas, os músculos retezados desde os esternos-cleidos-mastoideos até às pantorrilhas, enquanto o barco avança contra a corrente. De vez em quando alteram o varejar rítmico para um chiste ou uma marretada de vara numa arraia mal percebida sob a água.

Na beira do rio, em Carolina, enquanto procurávamos um batelão que nos conviesse, vimos remeiros com as mais diversas epidermes e estruturas físicas: brancos, de pele afogueada com cabelos castanhos ou ruivos, negros grandalhões, mestiços de negro e índio, e entre êles predominavam os cabras e mulatos.

Ora usam camisas, ora trazem o tórax nu. As calças de algodão, às vêzes, são curtas. O chapéu de carnaúba, laçado ao pescoço, é da mesma côr da dos dentes serrados em ponta (1), que estão contantemente à mostra na fisionomia acobreada e angulosa dos remeiros. Seus bustos atléticos possuem a anatomia dos intercostais vivamente desenhada.

No trabalho, cansam-se mais do que deveriam, com o fisico que apresentam. Fôsem bem alimentados, possivelmente seriam gigantes. Ao cabo de três horas param para descansar.

Estão sempre alegres, cantando, falando, dizendo graçolas, num linguajar que muitas vêzes não podemos entender.

Onde os
barqueiros
também são
vaqueiros.

Nessa região, os remeiros intercalam a atividade no rio com as vaquejadas no agreste e nos "gerais". São campeiros e barqueiros ao mesmo

tempo: ora correm nos pingos, ora se movimentam nas viagens lentas dos batelões.

Trazem da campeiragem vocábulos que aplicam ao trabalho de barqueiro, e vice-versa. Chamam constantemente "boi" à embarcação. E como boi para andar direito, precisa ser xingado, ouvem-se o dia inteiro nomes dos mais inocentes aos de mais baixo calão, dirigidos ao pobre barco. Numa ocasião em que o batelão enrascou-se nuns arbustos marginais, o piloto enfureceu-se e, tomando a vara, assumiu a mesma atitude que um vaqueiro para com um boi tresmalhado: "bote é o mesmo que boi, quando entra no caatinga, só a cacete!".

A toada dos remeiros lembra sempre a do "aboio", e, quando trabalham como vaqueiros, ao se achegarem a uma casa no campo, dizem "vamos encostar" em vez de "vamos apear".

Adotam nas viagens dos batelões os mesmos métodos pelos quais conduzem o gado. Nas margens desertas do rio, como nas planuras dos "gerais", têm sempre um local escolhido para o pouso ao relento. Atracado o barco, fazem um fogo onde suspendem o caldeirão de ferro em que cozinham a "carne de sol" com arroz, prato que chamam de "maria-isabel". Usam uma beberagem, "a jacuba", constituída de rapadura, farinha de mandioca e água. Essa é a alimentação dos barqueiros e peões.

Ao cair da noite, encontram-los em volta do fogo, chalreando, contando histórias que ressumbram coisas campestres.

As lendas dos barqueiros do médio Tocantins não se fundamentam exclusivamente em motivos da água, como na Amazônia. Misturam cenas que se passam ora no rio, ora no pastoreio.

Uma narrativa, entremeada de trechos cantados na toada do aboio, muito generalizada, é a do "Mané Cantador". Trata-se de um herói que deixou o pastoreio para se tornar barqueiro e que regressa à campeiragem. Voltando, encontra sua palhoça derrubada, a roça queimada, o cavalo morto. A única coisa que o aguardava era a namorada com tristeza nos olhos e magreza no corpo. Soube que a malvadeza foi feita pelo "Zé Caólho" (demônio), que não conseguiu conquistar a bem-amada do herói. O "Mané Cantador" promove então um "ajunto" onde entram vaqueiros e barqueiros. Vão à casa do vigário, que se assusta com a fila de gente formada em sua porta, julgando serem pedintes da esmola do "Divino". "Mané Cantador", a cavalo, retribui-se e pede ao padre "alvará" para matar o "Zé Caólho". O vigário nega, o "ajunto" desconfia que o padre tem parte com o "Zé Caólho" e resolve procurar o malfeitor. Surgem então as aventuras, que se passam ora no rio, ora no campo. Cada narrador acrescenta uma passagem tirada da imaginação ou da experiência. Riem, divertem-se ouvindo essa história, cuja textura brota da vida livre, corajosa e solidária a que todos eles estão afeitos.

Outras vezes, promovem diálogos onde há malícia, como por exemplo o caso de "Dona Noca". Enquanto "varejam" de ponta a ponta no batelão, um rapaz espreme a voz e começa: "— Dona, Dona! — eu vim cá pedir uma coisa... mas estou com vergonha..." Outro responde no meio das varejadas: "— O que é seu moço?" — "Ah! não digo não!" — "Diga" — "Não digo não... se eu disser vancê me xinga..." — "Diga moço, ora já se viu!" — "Óia, a sra. está mandando... vai me

xingar..." "Fale, xentes..." — "Eu quero que vancê me dê..." — "Oh! sua peste, desgraçado dos infernos!"... E os dialogadores rodeiam a história, aumentam o diálogo para gáudio dos companheiros, requebrando-se em cima da plancha, fazendo momices, enquanto enterram a vara no fundo do rio e o batelão vai abrindo sulcos no meio da água.

Essas histórias se reproduzem durante o trabalho ou quando repousam antes de conciliar o sono na beira do Tocantins.

As vêzes surgem imprevistos, que aproveitam para grandes gargalhadas, como aquêle a que assisti próximo da foz do rio do Sono. Um índio Cherente gritou da margem para o pilôto do batelão: — "Eh! Eh! Cumpradi!" (Tanto os índios como os sertanejos tratam-se mutuamente pelo epíteto de "compadre") — "O que é cumpadri?" — "Num viu u capivara passá pru ôtru ladu aculá du riu?" — "Num vi não cumpadri!" — "Em, em, intão êli istá desti ladu cá mesmu..."

Olhando o barco distanciar-se, o índio sumiu pouco depois, estalando a galharia, e os barqueiros, seus descendentes próximos, riam-se a valer do modo desengonçado do Cherente.

* * *

Antigamente, os remeiros viajavam mais de mil quilômetros, descendo o rio com os batelões atulhados de couros de boi e voltavam com cargas de sal. Iam de Palma a Belém e, vice-versa, num trabalho que durava seis meses, e ganhavam 50\$000

por viagem de ida e volta. Atualmente, ganham 2\$000 por dia.

Há cem anos, a saída ou a chegada de um batelão nos povoados era dia de festa. Pipocavam foguetes, tangiam sinos, todo mundo corria para a beira do rio. Hoje, tôda a vila sabe quando chega um barco, mas não há mais as demonstrações efusivas do passado. Os barqueiros atuais, porém, continuam como seus ascendentes na tarefa de ligar as aglomerações, ocupando função indispensável para a vida daquela gente isolada nas margens de um rio que ainda não foi aproveitado como eficiente aquayia.

Diariamente, na grande superfície de nosso país, os barqueiros dos rios que correm para o Norte como os choferes de caminhão das estradas do Sul, em seu trabalho de assalariados dos transportes estabelecem as comunicações das áreas onde as estradas de ferro não penetraram, sujeitam-se aos obstáculos de caminhos, que poderiam estar em melhores condições, alimentam-se mal, arriscam-se por ínfimos salários, e, nem suspeitam que são os heróis de nossa unidade:

* * *

O outro tipo de embarcação é a balsa. Só se usa para descer o rio; tem o aspecto de uma palhoça de terra firme. As toras de palmeiras, amarradas fortemente com embira, constituem um quadrado que bóia em cima d'água. Nêle, constroem uma casa com porta e janelas; a cobertura é de capim de várzea.

No interior dessa casa errante cozinham, estendem a roupa lavada e dormem em rédes. Do lado de fora fazem um cercado onde encurralam uma vaca para se ter leite em viagem e empilham a carga mais comum: couros de boi. Quando transportam rézes, a embarcação afigura-se a um curral descendo o rio.

A balsa é
uma palhoça
ambulante que
desce o rio.
Utilizam-na
os compradores
de "esticados".

Na parte traseira, levantada numa forquilha de meio metro e meio, sai uma viga de conduru que mergulha na água: é o leme.

Nas águas, quando a correnteza é grande, atinge à velocidade de 6 km horários, viajando noite e dia. Seu dono é um sertanejo que nunca teve pressa. Naquele mar grande, no coração de sua terra, deitado na rêde, vai navegando e tirando acordes da viola, sem incomodar-se com coisa alguma deste mundo...

Quase sempre, no fim da viagem, a balsa é abandonada, apodrecendo de velha. Às vezes, seu dono encontra alguém que precisa continuar a descida do rio e então a vende. Lá vai a casa flutuante para um destino que seu construtor não imaginara. Uma balsa custa 40\$000 — o mesmo preço da construção de uma palhoça em terra firme.

Na tarde do dia 8 de julho encontrei um viajante comercial de Grajaú (Maranhão), numa dessas balsas. Vinha a montante de Carolina, trazendo couros que tinham sido trocados por sal, na vizinhança de Pedro Afonso. O regime de trocas é habitual na região, e os viajantes que levam sal ou tecidos fazem ótimos negócios.

O rapaz "encostou" sua embarcação na praia, ao lado de meu batelão, enquanto os barqueiros preparavam o jantar e armavam as rêdes nos arbustos para o pouso ao relento. Conversamos então naquela noite silenciosa e estrelada.

As profissões uniformizam as atitudes e influem no caráter dos homens, embora separados pelo tempo e espaço. O viajante comercial do Tocantins é semelhante ao do Rio de Janeiro, Buenos-Aires ou Chicago, e identifica-se com o célebre Marco Polo da Veneza do Século XII. Conta-nos sempre histórias verdadeiras ou não e empanturra-nos de anedotas.

O nosso conhecido do Tocantins referiu-se a um homem de estatura baixa, em trajes modestos, a quem conheceu em abril de 1935 em Sto. Antônio, e que dias depois o encontrou em Boa-Vista do Tocantins. Para êle, era o mesmo individuo que vira em maio, fazendo arengas em estilo de profecias, sôbre o Trabalho, o Amor ao Próximo que unem a Humanidade. Esses discursos anunciavam um futuro próximo de igualdade e bem-estar entre os homens de tôda a Terra, e foram ouvidos nas cidades de Carolina e Balsas, no Maranhão. O pregador dizia-se chamar Ari Bering e natural de São Paulo. O tal viajante conversou com êle, e, da palestra, teve a impressão de ser o revolucionário brasileiro Luís Carlos Prestes, seu conhecido, por uma fotografia de um grupo, que andou pelo interior do Brasil no movimento político de 1924. E, acrescentou o viajante comercial do Tocantins: — "se de fato, êsse profeta fôr coisa no Rio de Janeiro, eu serei favorecido. Vou daqui até lá para arranjar um bom emprêgo com o Ari..." (2)

Na manhã seguinte, o comerciante continuou sua rota, na balsa que quase afundava sob o peso dos "esticados" que lhe iam dar um bom dinheiro em Grajaú, trocados que foram pelo sal, cujo preço é elevado naquele sertão. Deitado na cobertura de sua "casa flutuante", o rapaz me dizia adeus e iniciava os acordes dum cavaquinho, alterando o rumor da madrugada.

Na grande via fluvial do Centro do Brasil, aquêlê comerciante representava uma classe de homens que desde o comêço da civilização teve papel importante em tôdas as partes do mundo como intermediário da produção de cada região. Os viajantes comerciais contribuem extraordinariamente para que as linhas naturais de circulação de todos os países se transformem em vias de comunicação. O progresso, em geral, acompanha as vias freqüentadas por tais homens. Muitas povoações desaparecem e várias estradas são abandonadas com a mudança do centro de gravidade comercial. Isso acontece em tôdas as partes do globo e no vale do Tocantins também.

As trocas de mercadorias entre os homens seguem-se as trocas de idéias, de pensamentos.

A *via do sal*, como os *caminhos do gado*, influencia no povoamento do Brasil Central. Quando só o Tocantins era utilizado como *via salária*, os povoados adstringiam-se às suas margens, alinhavam-se na direção norte-sul; agora como outras vias do sal se dirigem para leste, para o Maranhão ou Bahia, é nesse rumo que nascem as aglomerações. E, por êstes caminhos vêm os costumes para o médio Tocantins.

A região compreendida entre o povoado de Sto. Antônio e a cidade de Pôrto Nacional está transformando-se num prolongamento do Nordeste quanto aos hábitos e métodos de vida de seus habitantes.

* * *

A quatro léguas a montante de Carolina o rio Manuel Alves Grande desemboca na margem direita do Tocantins. Daí por diante, êste corre em território exclusivamente goiano; não é mais divisor de Estados.

O rio Manuel Alves Grande nasce perto do rio das Balsas, afluente do Parnaíba, cuja nascente também lhe é próxima. Formam-se êstes três rios na serra das Mangabeiras.

As nascentes do rio Manuel Alves Grande são próximas das do Parnaíba. Utilizado como aquavia em 1798 o Manuel Alves Grande continua em pleno estado de natureza.

O Manuel Alves Grande tem um afluente, o Sereno, que quase alcança a cidade maranhense de Sto. Antônio das Balsas, de onde partem lanchas, que vão em sete dias à capital do Piauí. Um canal de 20 km entre o rio das Balsas e o Sereno estabeleceria a ligação do Tocantins ao Parnaíba e teríamos um tráfego fluvial do Norte de Goiás a Teresina, de onde, por estrada de ferro, se vai a São Luís de Maranhão, ou, continuando pelo Parnaíba, alcançar-se-ia também o Atlântico.

Nos informes do roteiro do Coronel Sebastião Gomes da Silva Berford, fidalgo da Côrte de Portugal, lê-se que, em 1798, Elias Ferreira de Barros, morador em Pastos Bons do Maranhão, procurando

melhores pastagens e água, foi arranchar na margem do Manuel Alves Grande. Naquele tempo como ainda hoje, os criadores de gado fazem migrações periódicas devido ao método destrutivo da coivara, que aniquila os pastos.

Elias desceu o Manuel Alves Grande, entre campos arenosos e pequenas caatingas saiu no Tocantins, por onde continuou.

Ao chegar à confluência do Araguaia sucedeu-lhe o que já ocorrera a outros desbravadores: atrapalhou-se, parou por alguns dias, sem saber se continuaria a descer ou se subiria o outro caudaloso rio. Uma comitiva que regressava de Belém para Pôrto Real (hoje Pôrto Nacional) decidiu-lhe o rumo. Segue, então, o maranhense para Belém do Pará, de onde, numa viagem de três meses, volta às margens do rio Manuel Alves Grande.

Os campos novos cortados pelo Manuel Alves Grande, por cujas águas se descia até Belém do Pará eram esplêndido sítio para um "curral". Elias Ferreira de Barros traz o gado do Parnaíba e, ao cabo de algum tempo, de sua fazenda "Mirador" ainda em formação envia dois batelões de carne seca de 200 bois para Belém do Pará. Foi o primeiro homem que aproveitou o Manuel Alves Grande como carreador de produtos duma região onde as águas dos afluentes do Parnaíba e Tocantins se aproximam.

Decorridos cento e cinqüenta anos, essa via fluvial apresenta o aspecto com o qual foi utilizada pela primeira vez: os mesmos métodos primitivos de transporte e as mesmas cargas. E, em seu redor, uma área quase desabitada.

Ao Tocantins, afluem mais dois rios homônimos do Manuel Alves Grande: — Manuel Alves Pequeno e Manuel Alves da Natividade.

Afluem ao Tocantins, três rios com o nome de Manuel Alves.

Essa repetição de nomes, numa distância de 700 km, atribui-se à viagem já descrita de Antônio Luís Tavares Lisboa, em 1773. O emissário de D. José de Vasconcelos confundiu dois rios com o Manuel Alves Grande, cujo nome é do bandeirante que o atingiu em 1728.

Tavares Lisboa, no croquis que fez dos afluentes do Tocantins, desenhou dois outros rios: um é de pequena extensão e corre entre o Manuel Alves Grande e o rio do Sono; o outro, maior, com quase 250 km, vem de leste para oeste e nasce na serra do Duro.

* * *

As margens do Tocantins, no trajeto de 240 km que separam Carolina de Pedro Afonso, são praticamente desabitadas.

Para os barqueiros a malária significa apenas a perda de uma hora de trabalho, dia sim outro não.

Na sêca, nas depressões dos barrancos, formam-se pôças, que são grandes criadouros de larvas de anófeles conforme verificamos (*anopheles darlingi*).

No primeiro dia de viagem de batelão um dos remeiros, ao entardecer, apresentou os tremores da malária. Disse-lhe que não devia ter embarcado naquelas condições. Respondeu-me que “não era nada não, só perdia uma hora, dia sim, dia não”.

Em todos os crepúsculos enfiava-me sob o mosquiteiro da rêde para evitar as picadas dos anófeles, que, como se sabe, atacam a essa hora. Apesar dêsse cuidado, no oitavo dia de viagem de batelão surgiu-me um acesso palúdico. Não sei explicar se adquiri a infestação em Carolina, pois o período de incubação da malária é de 8 a 12 dias, ou se algum culicídeo distribuiu, durante o dia, o seu repasto sanguíneo entre o remeiro impaludado e eu. Pelas lâminas, ambos tínhamos, na circulação sanguínea periférica, o *plasmodium vivax*.

Nessas viagens é aconselhável a quininizacão profilática e não confiar na protecção baseada nos conhecimentos da biologia dos mosquitos.

Para poder cuidar-me melhor da malária que adquirira, fiquei quatro dias na choupana de um sertanejo. A hospitalidade que me dispensou foi a mais carinhosa possível; não havia frutas nem verduras, em volta de sua palhoça, mas o homem descobriu a três léguas de distância, algumas limas selvagens para me ofertar.

Quando me decidi a prosseguir a viagem perguntei a um dos quatro remeiros, quanto deveria pagar ao sertanejo, que nos abrigou aquêles dias. Respondeu-me: — “Dr. não faça isso não que o homem briga; se o Sr. quiser agradecer, ofereça-lhe uma coisa em que êle está falando desde o dia que o Sr. chegou”. Era a minha faca-de-mato com cabo de ôsso colorido. Realmente, parece que nunca retribuí um favor com tão grande recompensa... O sertanejo exprimiu indizível alegria, não sabia o que fazer na ocasião das despedidas, acariciava constantemente o objeto, e,

chegou ao ponto de me pedir que lhe deixasse um papel com meu nome, pois, jamais, segundo suas palavras, esqueceria de quem lhe dera um presente como aquêlc.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO XV

(1) Ao longo do Tocantins encontra-se o costume de limar os dentes incisivos superiores, os quais adquirem a forma de um V. Observei dentes limados, principalmente entre índios, mulatos e cabras. Dão a essa prática valor estético, mas é provável que sua origem remota tivesse outro cunho: — dotar os dentes de melhor ação perfurante dos alimentos crus e duros.

A distribuição geográfica dêsse costume constata-se nos continentes americano e africano. Tanto os ameríndios como os negros são responsáveis por essa tradição conservada pelos mestiços do Brasil Central.

(2) Posteriormente, no Rio de Janeiro, por mera casualidade, ouvi a mesma versão quanto à identidade do pregador.

Um médico do Piauí, Dr. Pedro Nogueira, afirmou-me que conheceu naquele sertão e naquela época, o revolucionário Luís Carlos Prestes, sob o aspecto de colecionador de provérbios populares e conferencista de temas como Justiça, Paz e Harmonia. Como a biografia dessa personagem se liga a um período da história de nossa pátria, a veracidade desse fato será confirmada ou não no futuro.



XVI

A vila de Pedro Afonso é sede dum grande município do Norte de Goiás e está situada no ângulo formado pelo rio do Sono e Tocantins.

Em Pedro Afonso, a brincadeira do "boi" se faz dentro da igreja.

Originou-se dum aldeamento de Cherentes, encontrado em 1848 pelo missionário italiano Frei Rafael Taggia. Com o correr dos anos os Cherentes se reduziram, e os poucos que ainda restam moram nas margens do Sono e aparecem, uma vez por outra, no povoado que fôra a sua principal aldeia.

O nome de Pedro Afonso é uma homenagem que o antigo presidente da Província de Goiás, Pádua Fleuri, prestou ao príncipe brasileiro da Casa dos Braganças.

Em 1875 possuía o povoado 400 habitantes e, em 1935, 800. Estes residiam em 145 habitações, das quais 83 eram palhoças, distribuídas em meia dúzia de ruas planas e arenosas.

No largo que se vê logo ao desembarcar ergue-se uma igreja de tijolos, ainda por terminar. Não havia vigário nessa ocasião, e as portas permanentemente abertas permitiam a entrada de cabritos, galinhas e garotos, que, em grande algazarra le-

vavam do adro um "boi" de brinquedo, e, no auge do folguêdo repicavam os sinos a mais não parar. Aliás, os sinos daquelas igrejas anunciam tudo: a chegada duma pessoa grada, a demissão duma autoridade, a transferência de um radiotelegrafista e os enterros.

Como noutras povoações da redondeza, encontra-se, no meio da praça, um quadro de paus fincados, como se fôsem um "goal" de campo de futebol. Serve para dependurarem a balança romana, onde se pesam os couros de boi.

Os compradores e vendedores passam horas ao ar livre, anotando a mercadoria, cujo comércio é geralmente feito pela troca. Os comerciantes do povoado recebem os "esticados" dos vaqueiros e retribuem em sal e tecidos. De tempos em tempos vêm viajantes do Maranhão e transportam os esticados nos batelões e balsas, deixando aos comerciantes algum dinheiro e novos estoques de sal e fazendas.

Em 1934, o Govêrno de Goiás instalou em Pedro Afonso a primeira inspetoria da Fazenda do Estado e aquartelou uma companhia de polícia para servir o Norte. Numa formatura dessa companhia contei 52 homens: sômente dois eram negros, poucos brancos e a maioria mestiça. Ganham os soldados noventa mil réis por mês.

Em Pedro Afonso, pela primeira vez, depois que saí de Belém do Pará, tive oportunidade de dormir em cama, na casa de um sargento da polícia. Fiquei sabendo, depois, que era a única existente na povoação e consideravam-na como objeto

de luxo numa região onde todos dormiam em rede. Exatamente como se pensava em São Paulo no Século XVII...

* * *

Nas localidades do vale do Tocantins os habitantes tomam banho nus no rio. Há o "ponto" dos homens e o das mulheres, que distam como no rio do Sono em Pedro Afonso, apenas 50 metros.

Os habitantes das povoações marginaes do Tocantins tomam banho nus ao ar livre.

A naturalidade do costume não provoca estranheza em a gente despir-se próxima ao outro sexo. Não verifiquei entre os adultos comentários de qualquer espécie sobre as mulheres que se banhavam sob nossa vista. Mas, observei que a gurizada de 8 a 12 anos esconde-se atrás da ramaria, no "ponto" de banho das mulheres, para vê-las nuas, e, entre chacotas, descrevem intimidades de muitas moças. Vê-se como, na adolescência, o despertar da sexualidade conduz os indivíduos à curiosidade dos órgãos do outro sexo, mesmo num ambiente social onde não existe o artificialismo de certas proibições, devido à simplicidade dos costumes.

Vi juiz de direito, fazendeiros, comerciantes e vaqueiros em completa identidade, nivelados no banho coletivo, que é bom para o físico e para o espírito... Quando uma pessoa vai ao banho, atravessa as ruas de chinelas e com a toalha nos braços, de modo que todos sabem para onde nos dirigimos.

Os naturais da região, porém, não usam toalhas; vestem as roupas sem se enxugar.

Se um indivíduo deseja falar-nos naquele momento é encaminhado para o "ponto" de banho, onde trata do assunto que motivou a procura. Nos lugares como aquêles não há horas marcadas para se receberem os outros.

De uma feita, um juiz de direito, enquanto se banhava nu, ouviu com simplicidade e magnanimidade um vaqueiro que se postou na ribanceira. Pouco depois, em casa, sem dar conta da cena estranha para mim, sentenciou a pendência do vaqueiro, conforme a solução tomada durante o banho.

* * *

A preponderância dos direitos do sexo masculino no vale do Tocantins é absoluta. A função da mulher é tratar da cozinha, criar os filhos. Não exerce outra profissão a não ser a doméstica, não intervém nos negócios, nem na conversa do marido. Raras têm o traquejo social que se verifica nas regiões mais civilizadas do interior do Brasil. A maioria das donas de casa não se senta à mesa nas horas das refeições, limita-se a trazer e levar os pratos.

Situação social da mulher.

As roupas leves que usam, o exercício físico diário a que são obrigadas — ir com potes ou latas buscar água no rio, rachar lenha etc. — o hábito de dormir e levantar cedo, a vida ao ar livre, suprem em grande parte, os *deficits* alimentares, que alteram a constituição de indivíduos fortes.

A vida sexual não tem as complicações criadas pela civilização.

O abastecimento d'água faz-se exclusivamente pelo processo acima; existe a crença de que a água

do Tocantins não se corrompe; se passa perto da morada um afluente cuja margem não é distante, despreza-se essa água e vai-se apanhar água do Tocantins.

A maioria das mulheres e moças, quer nos povoados, quer nas habitações isoladas no agreste, usa chita e pés descalços. Não se vêem corpos harmoniosos, mas encontram-se constantemente moças sadias.

Muito acanhadas, escondem-se das visitas, atrás das portas, ou as espreitam do fundo do quintal. Nas habitações dos caminhos, elas aparecem ao viajante; mas, êsse fato é consequência da ausência de esconderijos e não de desembaraço. Tais casas acham-se nos descampados, sem árvores em redor, sem cêrcas, abertas aos que passam, e, muitas, só possuem um cômodo.

Moças de 12 a 15 anos têm físico de mulheres formadas. Raramente levantam os olhos quando se lhes dirige a palavra. Estão em véspera de casamento, e os pais tratam-nas como crianças.

Há uns namoros furtivos nessa idade com rapazes de 18 a 20 anos. Nas vilas, a população é como uma só família, de modo que as primeiras inclinações amorosas são facilmente solvidas; frequentemente, essas inclinações não se manifestam, e os pais decidem prematuramente os casamentos.

No sertão não há comédias, nem tragédias amorosas. A vida sexual é simples e primitiva como são outras atividades dos habitantes: preparo de alimentos, meios de transporte, trocas de mercadorias etc. Não há as perversões sexuais que estamos acostumados a observar nas urbes, como resultado de desajustamentos e preconceitos que a civilização nos impôs.

Muitos rapazes perdem a castidade com a espôsa ou a companheira com que vivem monogamicamente a vida inteira.

Os “coronéis”, criadores de gado, mais endinheirados, possuem filhos ilegítimos que brincam e moram com os legítimos, sob a guarda da espôsa. Esta respeita o marido como seu senhor; não se insurge contra as decisões do espôso, cuja poligamia também não é recriminada. A facilidade de se obter alimento e espaço para a criação dos filhos contribui para a ausência de reações das espôsas contra a prole espúria dos “coronéis”, e, permite, a éstos, a poligamia. E, o despovoamento favorece o concubinato.

Os assuntos de amor sempre levaram os poetas a construir ditirambos e os romancistas a urdir tramas e situações patéticas em que movimentam os personagens, obedecendo, freqüentemente em suas obras, ao célebre “gôsto da época”.

A nossa literatura do sertão — poesia, romances e contos — engendrou em regra, tipos com reações psicológicas incompatíveis com aquêl meio ecológico.

Algumas novelas e romances situam no cenário do Brasil Central entrecosmos amorosos, que são pura fantasia dos escritores, e, se uma ou outra exceção de um tipo sertanejo fornece elemento para a feitura dos romances que compõem a nossa “série sertanista” não devia ser essa a rota a seguir, pois, os méritos reais da literatura só existem quando possuem raízes sociais.

A maioria de nossos romances de índios, cabôclos e curibocas, desde o fundador do “gênero” — Bernardo Guimarães — pode conter belas e exatas descrições do meio geográfico, da civilização ma-

terial, mas não corresponde à verdade do que se passou ou se passa na vida afetiva dos habitantes do sertão.

Poetas, romancistas e novelistas levam até hoje para o sertão, a sua psicologia de homem urbano do litoral ou de erudição aborígene falseada, "racionalizam" os seus sentimentos e os "projetam" nos tipos retratados em suas obras.

Tais poesias, romances ou novelas provocam nos leitores uma imagem generalizada e falsa dos brasileiros que vivem afastados da civilização litorânea.

É erro grave de nossos escritores continuar a focalizar atitudes irrealis ou excepcionais dos sertanejos, principalmente num país, onde seus habitantes pouco se conhecem e foram intoxicados pelo "ufanismo".



XVII

O rio do Sono, ao desaguar no Tocantins, tem uma largura de 120 metros, depois de um curso de 300 km. Num ângulo da confluência, duma ribanceira de 23 metros de altura, vêm--se, ao norte, margens desertas, ao sul, a povoação de Pedro Afonso.

O rio do Sono
estabelece
ligação da bacia
do São Francisco
e do
Tocantins

O rio do Sono vem dum ponto do interior do Brasil, onde convergem limites de quatro Estados: Maranhão, Piauí, Goiás e Bahia. Na vizinhança dessas linhas, as escarpas do Espigão Mestre de nosso relêvo atingem a 800 m de altitude e é difícil identificar a crista divisora das águas das bacias do Tocantins e do São Francisco.

Nessa área ubérrima e desabitada, rica de mananciais, verifica-se a singularidade geográfica da lagoa do Varejão, de onde partem dois rios. Um, para o norte, o Formoso, que entra no rio do Sono, após um percurso de 80 km, com o nome de rio Preto de Goiás. Outro, para o sul, o Sapão, que, depois de 180 km de curso, se abre no rio Preto da Bahia. Este lhe transporta as águas para o rio Grande, um dos mais importantes afluentes do São Francisco, quer pela extensão, quer pelas boas condições de navegabilidade.

O rio do Sono estabelece no vale do Tocantins um contraste fitogeográfico. Onde nasce seu

afluente, o Soninho, espoucam cabeças-de-frade e lixeiras. Nas contravertentes do São Francisco erguem-se gigantescas barrigudas e majestosas gameleiras, que se unem às aningas do Baixo-Tocantins pelas águas carreadas nos leitos dos rios. Floras opostas numa mesma bacia.

As cabeceiras do Soninho marcam o extremo leste da bacia do Tocantins — 45° 30' W Gr. Nelas o clima tropical semi-úmido diverge do tropical úmido, que prevalece em quase todo o território onde nascem e correm subafluentes e afluentes do Tocantins.

No alto rio do Sono, muralhas perpendiculares de rochas coloridas, que atingem a 30 metros de altura, abrem fendas onde crescem palmeiras. Nesta altura, bananeiras plantadas por índios formam moitas em ambas as margens, e, depois, ao se aproximar do Tocantins, o rio corre entre as florinhas dos “gerais”.

Uma única vila se encontra na sua extensão — Pôrto Franco, freqüentada pelos índios Cherentes que residem na circunvizinhança. Aí, pastores protestantes de Carolina contam muitos prosélitos.

O impaludismo grassa ao longo do curso, e, nas margens do Sono, capturamos vários espécimes de *Anopheles albitarsis*.

Na sêca, as duas corredeiras — “Funil” e “Apertada Hora” — de fácil canalização, aliás, dificultam o tráfego de uma chata de 4 pés de calado desde a foz até 300 km acima. Nas águas, não há êsse impecilho: quem vier de Belém do Pará pelo Tocantins pode seguir viagem pelo rio do Sono, indo esbarrar na bacia do São Francisco.

Pelo Manuel Alves Grande, um futuro canal estabelecerá a ligação fluvial do Tocantins com o

Parnaíba e pelo rio do Sono, as águas do São Francisco misturar-se-ão amplamente com as do Tocantins. Nessa época, que o determinismo histórico antevê, o sertão de quatro Estados se transformará numa área de grande produção para o Brasil.

No início da máquina a vapor, a idéia que se teve da aplicação das estradas de ferro, foi servir de ligação entre as aquavias.

No Segundo Império, o Governo, em estreita ligação com os ingleses, promulgou o Decreto n.º 5.000, de 3 de julho de 1872, que facultava o estudo de execução de linhas férreas que comunicassem as bacias do São Francisco e Tocantins.

No Segundo Império pretendeu-se articular as vias navegáveis do São Francisco e Tocantins por um segmento de via férrea.

Em consequência, no ano de 1873 o engenheiro James W. Wells percorreu com uma comissão o alto do rio do Sono para estudar o prolongamento da Estrada de Ferro Pedro II pelos rios Paraopeba e São Francisco. E, em 1875, a "Public Works Construction" enviou à mesma região o engenheiro James Bayliss. Os ingleses desistiram de seus planos, embora, como se lê nos dois relatórios, tivessem achado que o terreno oferecia facilidades.

A região estava longe do mar, e o desenvolvimento do capitalismo deu outro sentido à invenção de Watt. Grandes companhias inglesas, francesas, belgas e holandesas utilizaram-se então das estradas de ferro como outro meio de exploração das terras longínquas. A estrada de ferro se transformou em escoadouro de produtos agrícolas, animais e minérios dos países atrasados para os parques industriais das nações européias.

E o Brasil não pôde escapar a essa situação. Seu mapa ferroviário mostra a fase de civilização em que se encontra. Os projetos da ligação ferroviária das aquavias Tocantins e São Francisco estão adormecidos, embora, desde 1881, se incluíssem no Primeiro Plano de Viação Nacional, elaborado pelo engenheiro Honório Bicalho.

Este plano — nascido na época em que a máquina a vapor aplicada aos transportes, representava o último aperfeiçoamento — estabeleceria a articulação da navegação fluvial com a estrada de ferro em todo o território nacional e cortaria o país em três troncos principais: Grande Leste-Oeste, Grande Central-Norte e Grande Central-Sul (1).

O Grande Leste-Oeste ligaria Salvador a Belém do Pará e, “conseqüentemente, com a navegação do rio Amazonas — por meio de três segmentos terrestres e três segmentos fluviais”. As águas do rio do Sono seriam um desses três segmentos fluviais.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO XVII

- (1) MÁRIO TRAVASSOS — *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*, pág. 172, Livraria José Olímpio, 1942.

XVIII

Conforme o trato, o batelão que me trouxe a Pedro Afonso, voltou para Carolina. Em Pedro Afonso não consegui embarcação para Pôrto Nacional. Continuei, então, a viagem a cavalo.

Em Pedro Afonso troquei o transporte fluvial pela viagem a cavalo.

Devido ao material que transportava, vênulas para colheita de sangue, caixas de colecionar culicídeos, esta parte da viagem foi feita em tropas de muares.

Os freteiros dessas tropas não alugavam os animais a não ser para irem dum povoado a outro imediato, o que nos atrasava, pois, em cada localidade esperávamos cinco dias ou mais para organizarem a comitiva. Cobravam por viagens de 3 a 5 dias ou de 100 a 200 quilômetros, um preço que variava entre cem a duzentos mil réis. iam sempre dois tropeiros e seis a sete burros — dois com carga, três montados e os restantes adestros.

Os muares são pequenos, raquíticos. Raro é o proprietário de um lote sadio. Os lombos dos animais, no lugar da cangalha, mostravam "pisaduras", ora cicatrizadas, ora sangrentas, que atraíam grupos de moscas e motucas.

O método da viagem foi sempre o mesmo, embora os tropeiros variassem. Saíamos de manhã, às 6 horas, e, na lua cheia às 4: parávamos às 11

para o almoço e descanso da tropa. Recomeçávamos às 14 horas e cavalgávamos até às 17 ou 18 horas. O “pouso” ao relento era sempre escolhido nas proximidades da água — rios, córregos, aguapés.

Nunca o capataz procurava as habitações para o descanso; nenhuma vez encontrei um “rancho” para esse fim, coisa que é comum nos Estados do Sul.

A ausência de pontos abrigados para a dormida explica-se pela falta de pastos preparados ou cultivados. Em nosso percurso, de Porto-Nacional em diante, encontramos raros pastos de meio alqueire, cultivados com capim de campo e palma, cercados de muros de pedra. Verdadeiras muralhas que guardavam um tesouro para a estação seca. E o possuidor de um desses pastos é tido como rico. Quando se querem referir a um individuo rico dizem: “fulano tem um pasto cercado”.

A tropa alimenta-se nos “gerais” e passa a noite peada de mãos e pés. Não era raro encontrá-la, na madrugada, a mais de légua de nosso “pouso”, no caminho percorrido na véspera, fato que retardava o início da jornada.

Não usam dar rações de milho aos animais viajados, como acontece no Sul. O capim que eles comem é uma erva rasteira que ora inedra entre sambaibas, piassabas, muricis, piquis e paus-terra, ora recobre de verde o chão tostado pelo sol e pelas queimadas.

O almoço e o jantar que os tropeiros preparam é o costumeiro cozido “maria-isabel”, seguido de um café adocicado com rapadura. Comíamos

sentados no chão ou em cima das selas, com as quais se faz um círculo, enquanto os animais pastavam à nossa vista.

Esbarrávamos com um gado miúdo — vacas de tetas atrofiadas, bois magros e éguas esqueléticas de ventre como balões — que catavam aqui e ali um “agreste” verde que brotava do chão onde passou o fogo.

Os caminhos
das tropas.

A queimada constitui crimes coletivos da ignorância sertaneja. Naquela zona vêem-se cajuis, caraibas, sucupiras, enegrecidas e fazendo côr comum com o solo arenoso onde se esparramam grandes pedras fuliginosas.

Por léguas e léguas a fio, a paisagem reflete a sanha devoradora do fogo. Naqueles meses de julho e agosto passamos a galope, no meio de labaredas volumosas, alteadas pelo vento, ouvindo o estralar de arbustos secos, que se retorcem no fogo e lembram o pipocar de metralhadoras.

Assisti a uma queimada colossal na serra do Carmo (Piabanha, Estado de Goiás). À noite, a grinalda de fogo dava a impressão de um vulcão. Procurei investigar o motivo da queimada, pois, o gado não ia até lá para pastar a gramínea que cresce após a coivara. Um sertanejo deitara fogo no mato, porque de sua casa, em Piabanha, era bonito apreciar o espetáculo do incêndio.

* * *

Os caminhos que ligam as povoações são denominados “reais” e nada mais são que trilhas feitas pelos cascos dos burros e pés dos homens. Às

vêzes, sai-se dêsses "reais", entrando-se por desvios que são consequência do calcorrear do gado. Em certos pontos, a não ser os tropeiros, ninguém distingue onde é a estrada "real", pois os caminhos se dirigem em todos os sentidos.

Excetuando-se os rios, são essas as únicas "estradas" existentes naquela extensa superfície que permeia os vales do Tocantins, do Parnaíba e do médio São Francisco. Afora as canoas, o lombo do burro é o veículo que se encontra.

O arreo usado na região, como observei desde Boa-Vista do Tocantins até a Serra Geral, em Formosa de Goiás, é o seligote. É o mesmo que vi no sertão do Nordeste.

Coloca-se o seligote em cima do "suadouro" (trançado de algodão), com a "lua da sela" (cava da frente) bem junta ao nascer da crina. O alcochoado da "lua", quase sempre é algodão em rama.

A manta ou carona de couro apresenta os mais variados desenhos feitos de costuras — peixes, pássaros, etc. Constitui-se de duas bôlsas grandes, internas, onde se guardam a rêde e roupas para as viagens.

Usam sempre rabicho, peitoral e rêdeas duplas: a brida, inferior, e o cabeção, superior. Não anexam o cabresto comprido como no Sul, onde as pastagens fartas permitem que os animais amarrados se alimentem numa área pequena. As peias substituem o cabresto e deixam os animais vaguar aos pulos numa área maior, à procura do alimento escasso.

O estribo é de argola de ferro ou chinela de metal. Não vi sequer um "mexicano".

Viajante ou vaqueiro, têm o mesmo arreo; apenas certos vaqueiros mais pobres trocam o seu doudro por duas folhas de bananeira.

O que mais usam é o burro; a besta de passo é animal de luxo. Há uns cavaleiros para andar de "passo", aos quais chamam também "marchadores", nome que os vaqueiros do Sul entendem diferentemente.

Todo mundo, homens e mulheres, interrompe a conversa nas portas das casas dos povoados, quando um cavaleiro atravessa a rua, gíngando na sela de um "bom marchador". Este provoca, naquelas povoações, admiração semelhante à do automóvel de classe, nas cidades do interior de outras partes do Brasil.

* * *

Se as características geográficas de uma região determinam o desenvolvimento de uma produção, esta por sua vez influi nas relações sociais dos indivíduos. A regulamentação da produção, de acôrdo com os regimes políticos, também influi nas atividades humanas. Caracteres geográficos, produção, regimes políticos, se entrelaçam, exercendo uns sôbre os outros ações recíprocas, e formando a psicologia dos seres submetidos à ação dessas forças.

Nesta seção do vale do Tocantins a produção é o gado. A vida pastoril condiciona o nomadismo, a cordialidade do trato entre os homens, a pouca fixação à terra e, como consequência, a agricultura permanece numa fase primitiva.

No Século XVIII, os piauienses trouxeram o gado das margens do São Francisco para o vale do Tocantins.

Os que cuidam do gado são principalmente os mestiços: cabras, caboclos e mulatos. A maioria descende de piauienses e maranhenses.

Quando, nos meados do Século XVIII, o Conselho Ultramarino restringiu aos paulistas o trabalho das minas, os piauienses e maranhenses limitaram-se à criação do gado. Muitos daqueles piauienses descendiam dos primeiros bandeirantes paulistas que povoaram o vale do Parnaíba, e vagavam por aquêles sertões. Foram êles que trouxeram o gado das margens do São Francisco para as do Tocantins.

Jamais deixaram de ser vaqueiros. Um ou outro se aventura em garimpar no Araguaia ou tirar ouro de aluvião dos córregos afluentes do alto Tocantins. Porém, os que partem deixam nos troncos das árvores, como repetidas vêzes observei, palavras e desenhos inscritos a canivete, que são gemidos de saudade da vida pastoril. A sua estada nos garimpos é curta: retornam à campeiragem na área que abrange os limites de Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

Na rota dos baianos — que partem da circunvizinhança da cidade de Barreiras, atravessam as gargantas da Serra Geral e se dirigem para os garimpos do Araguaia ou Mato-Grosso — é raro encontrarem-se sinais nas árvores. Dizem lá “baiano não escreve em árvores”, significando que não deixa rastro, mas traduz também a ausência de tradição da vida pastoril.

Na zona, que se cinge ao norte pelos limites daqueles quatro Estados e compreende o espigão divisor de águas das bacias Tocantins-São Fran-

cisco até Santa Maria da Tabatinga, a legitimação de posses de terra ainda é precária. Praticamente, aquêlê território ainda é de domínio público, como na época que se seguiu ao descobrimento. Pode-se considerar como exceção a propriedade particular de legitimação comprovada.

Nos gerais não há marcos divisores dos bens imóveis. Diz-se que a terra é de fulano ou beltrano, quando se observam as ancas do gado marcadas a ferro: e as reses ora se amontoam na propriedade considerada de seus donos, ora na dos vizinhos. O arame é um rio por ondê o gado não pode atravessar.

Uma grande faixa de terra boa para pastagens vem do Maranhão até o norte de Minas Gerais. Até quando passa pelas escarpas da Serra Geral, a vegetação esparsa e mirrada cede lugar às extensões de gramíneas manchadas de caatingas.

Cria-se o gado em terras do domínio público.

Colocada entre as vertentes do Parnaíba ao norte, do São Francisco a leste, do Tocantins a oeste, é rica em fontes de água e, em tôrno das "enseadas" ou de brejos de água clara e saudável, os campos são verdes mesmo na sêca. Há reduzidos agrupamentos de buritis do lado de Goiás e carnaúbas do lado da Bahia, que, com outras pequenas árvores, dão aspecto, no meio dos campos, de parques artificiais. Constitui essa extensa faixa o Jalapão, terras de domínio público em que se cria o gado.

Em volta dos povoados e vilas, numa coroa circular de duas léguas de largura, a terra é da "santa", isto é, dedicada à padroeira local, onde qualquer indivíduo pode chegar e construir sua casa, fazer roças, criar galinhas etc. É a "terra dos pobres", como dizem outros.

A medida da terra, que usam, é a légua quadrada. Não se fala em alqueire como em Minas, São Paulo e Mato-Grosso que também se incluem na região pastoril do Brasil Central.

A légua, isto é, 6 km de comprimento, é calculada a ôlho, pelo passo do animal ou a pé (percurso dum hora). Quando um dono de terras vai vender uma área, saem os interessados a cavalo e decidem que da cabeceira do ribeirão tal a uma grotta conhecida há uma légua de distância. Discutem se há mais gerais ou caatinga na extensão, as vantagens que êle oferece para a criação e estabelecem o preço que varia de 300\$000 a 1:200\$000 por 36 km² imprecisos.

Há posseiros de 10, 20 léguas quadradas, de modo que um vizinho fica a um dia ou mais de viagem, um do outro.

Em tôda aquela superficie, maior que a Espanha ou a Alemanha, pasce o gado, que, nascido nos gerais é miúdo e raquítico, e, criado na caatinga é um "curraleiro" gordo. Em 1935, do primeiro, valia um boi 50\$000, e do segundo, pouco mais de 100\$000.

Os vaqueiros são geralmente magros e de estatura mediana. Vestem-se de couro — chapéu, jaqueta e calças. Estas são uma perneira estreita que os cobre até os pés.

Sua vida se passa ora nos gerais, ora nas caatingas, sempre atrás do gado.

Se viajam e conhecem outras regiões é devido ao gado. Desde crianças andam montados a cavalo.

O trabalho se inicia na adolescência. Apresenta-se um vaqueiro a um criador e fazem um contrato de bôca. Da regulamentação governamental do trabalho, leis de acidentes, de previdência social que se aplicam aos assalariados dos centros urbanos do país, lá nem sabem da existência. O criador fornece enxada, machado, cavalo arriado e palhoça para morar, quando esta existe. Caso contrário, o próprio vaqueiro constrói sua cabana.

Em 1935
o trabalho
do vaqueiro
obedeceia às
mesmas regras
que as
de um século
passado.

O vaqueiro tem de campear, trazer para os currais as vacas paridas de novo, amansar os bezerros, curar-lhe as bicheiras, saber se o gado anda nos gerais ou na caatinga, nas terras do patrão ou do vizinho.

Curam com mercúrio doce as bicheiras que atacam o umbigo dos bezerros. Muitas vêzes tratam com benzeduras os bernes do gado vacum que, veiculados por mosquitos, passam para os homens. Elas consistem em rezas estapafúrdias, onde entram nomes de santos, de gente, e neologismos, acompanhados de sinais cabalísticos, feitos com as mãos livres ou empunhando pequenos ramos.

Há sempre na redondeza um vaqueiro especializado nessa magia, em que acreditam piamente.

Como se sabe, as larvas da *Dermatobia hominis* costumam abandonar o hospedador ao cabo de seis semanas aproximadamente, e, quase sempre de manhã. O vaqueiro experimentado conhece empiricamente o ciclo desse oestrídeo. Aguarda a evolução da larva e, com o romper do dia, encena o seu "dom sobrenatural", que o torna respeitado de todos.

Os vaqueiros em geral são alegres e vivos, consequência das correrias nos campos, do contato com a fisiologia animal, das viagens que empreendem conduzindo o gado. São observadores argutos e sua inteligência (encarada como experiência) é superior à dos lavradores, que vivem sempre presos a um pedaço de terra, e cujo convívio com a fisiologia vegetal, menos "movimentada" que a animal, não os desenvolve tanto.

O trabalho do vaqueiro é pago em gado. De cada grupo de cinco bezerros nascidos e cuidados num ano êle fica com um. A remuneração varia em a quarta, a quinta ou a sexta parte do produto da criação.

Um vaqueiro pode tomar conta de 150 vacas, quer dizer, êle ganha por ano, no máximo 15 bezerros.

O verde é a época da ferra. O patrão tem um ferro de marcar, o empregado tem um ferrinho. Reunem o rebanho. O vaqueiro laça quatro bezerros na estaca e chia-lhes nas ancas o ferro em brasa com a marca do patrão. Separa em seguida um "biguá" para êle e encosta seu ferrinho incandescente. Lá não marcam o gado na cara, como no Sul, onde se tem êsse cuidado para não desvalorizar o couro. Numa vaquejada grande o dono não tem tempo para apreciar as manobras do vaqueiro que escolhe para si sempre os melhores bezerros. É natural... essa defesa. E isso é tão generalizado, que nos campos por onde andei, os tropeiros que me acompanhavam reconheciam de longe os bezerros do vaqueiro, pelo porte e pelo melhor trato, e sempre se referiam com uma satisfação de classe à esperteza dos companheiros.

Cada bezerro valia então dez, doze mil réis. Vendem-no ao patrão na ocasião da ferra ou continuam a criá-los juntos com os do criador, para no ano seguinte, obterem melhor preço. Quase sempre os bezerros não dão para pagar o dinheiro, o sal, os panos que o vaqueiro tomou emprestado do patrão. Aliás, êste dinheiro ou mercadoria são fornecidos honestamente; não há explorações.

Alguns, fazendo suas roças de mantimentos, e, plantando uns pèzinhos de algodão, comem e se vestem sem dever ao patrão. Êstes privilegiados, que não sofreram doenças ou acidentes ao cabo de dez anos, conseguem ter algumas reses e se transformam em criadores, mudando-se para uma área de dominio público.

Se, por qualquer motivo, o vaqueiro se retira antes de terminar o ano do trato ou, na expressão regional "entrega o cavalo", perde o direito de ganho sôbre o trabalho já feito. Há certo desprezo por aquêles que "entregam o cavalo", tanto da parte do criador como da dos companheiros. O "trato de bôca" conserva um valor naquele sertão, que não possui muitos dos contratos assinados entre empregador e empregado nas zonas mais adiantadas do país.

As relações entre aquêles criadores e os "alugados" são cordiais. "Alugado" é a expressão adotada na região para todos os empregados. São raras as quezílias entre empregadores e empregados.

Observei no vale do Tocantins, como em outras regiões do Brasil — Nordeste, Minas Gerais, Mato Grosso — a existência de sentimentos mais humanos entre os criadores, de que entre os donos de plantações. Refiro-me aos que vivem em suas

propriedades, pois os que as gerem à distância, residindo nos centros urbanos, têm atitudes, neste particular, semelhantes às dos fazendeiros.

Geralmente os vaqueiros têm melhor trato e regalias do que os colonos das fazendas de café.

Na atual divisão da sociedade em classes, os criadores de animais, embora se guiem pelos sentimentos da classe a que pertencem, são mais humanitários para com seus empregados, possivelmente, por uma influência afetiva das "coisas animadas" que possuem.

Os criadores
são mais
"humanos"
que os
fazendeiros.

O animal, além do trato geral do rebanho, exige atenção "individual", devido à exteriorização da dor, do sofrimento. Nas fazendas de criação, o dono precisa muitas vezes acompanhar o caso de "uma rês". Coisa que não acontece com o dono de um cafesal. Este não toma conhecimento da anomalia dum pé de café; a propriedade é sempre encarada em conjunto, só se preocupa com o cafesal.

É possível que o caráter do sentimento pela coisa possuída se estenda com a mesma forma para com os indivíduos que tratam dela. O dono do cafesal vendo o cafesal, vê os colonos; o criador vendo a rês, vê o vaqueiro, e não os vaqueiros. O dono do gado, por exemplo, ordenando a morte de uma rês atacada de doença infecciosa é envolvido em maior ou menor grau pela noção da morte, da dor, idéias estas que solidarizam, humanizam o convívio dos homens e alteram até certo ponto a preponderância dos sentimentos sociais negativos originados pela luta de classes. Daí, encontrarmos maior respeito à personalidade do vaqueiro por parte do criador.

Além desse fator qualitativo, que influi no trato do empregador para com o empregado, há outro quantitativo. Na fazenda de café há muitos assalariados em relação à fazenda de gado. Numa pequena coletividade, cada indivíduo evidencia mais facilmente a sua personalidade, a sua presença é mais notada do que os indivíduos que constituem uma grande coletividade.

Há ainda outro fator que, no caso do criador, atenua os sentimentos anti-sociais, gerados pela luta de classes: a "disciplina", menos ríspida, por força das circunstâncias. Na fazenda de café, a "imobilidade" da plantação permite que os trabalhadores sejam facilmente controlados no leito dos carriadores. Na fazenda de gado, os horários de trabalho se alteram freqüentemente, os vaqueiros não estão permanentemente sob contrôle devido à "mobilidade" do gado, e os "estouros das boiadas" são atos indisciplinados naturais da coisa possuída "a qual se confunde com os que tratam dela"; os indivíduos corajosos são, geralmente, "indisciplinados", mas são os mais úteis para o pastoreio. Ora, a "disciplina" do trabalho, no regime capitalista, distancia o patrão do empregado. Ela serve de força anuladora da personalidade de cada um, dos casos particulares, os quais, quando considerados, sempre afrouxam os sentimentos anti-sociais.

Nos "pousos" das boiadas do vale do Tocantins, dificilmente diferenciei o patrão do vaqueiro. O biotipo, o traje, eram os mesmos.

Usavam ambos roupas de couro ou de algodão. As roupas de algodão, muitas vêzes, são tecidas pelas mulheres. Tanto as espôsas dos criadores como as dos vaqueiros fiam algodão por

processos primitivos. Mais de uma vez as vi nesse mister com as suas rocas ou tingindo os tecidos em volta das casas.

Usam as seguintes medidas para os tecidos de algodão: *um péso* que é igual a 1 kg e *uma vara*, que corresponde a 1,1 m. Com 3 pesos, ou 2 varas e meia, fazem um par de calças. Quem não tem mulher compra as roupas. Paga, então: 3 pesos de algodão — 1\$000; fiação — 3\$000; tecedura e feitiço — 3\$000; total — 7\$000.

Quando conduzem o gado, tanto o patrão como os vaqueiros dormem em cima de couros e comem a mesma carne de sol com as mãos. A única diferença concreta que encontrei entre ambos foi a qualidade dos arreios, pois até as bestas que montavam eram do mesmo porte.

Quem já leu AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE verifica que, no Brasil Central, na região onde corre o Tocantins, há mais de um século, o método de trabalho e as relações entre o criador e o vaqueiro são os mesmos.

XIX

Cnegamos a Piabanha, após 16 léguas de viagem a cavalo.

Entre êsse lugarejo da margem do Tocantins e Pedro Afonso corre o rio Piabanha, que permitiu a passagem a vau. Os tropeiros levaram pelo meio do rio, com os braços erguidos, as bruacas do material.

Durante
semanas,
a nossa
comitiva
foi a única
que transitou
nos caminhos
"reais"

Dos tributários do Tocantins, no itinerário que fizemos a cavalo, nos últimos dias de julho até princípios de setembro, somente o Palma e o Paranã não deram vau. Os rios menores e ribeirões, que no "verde" impediriam a passagem de animais montados, transformaram-se em córregos, que deixavam à vista, grandes lajedos e areais.

Nos caminhos "reais" que os atravessavam não topamos com viajantes. Quando bivacávamos nas suas margens, descobríamos inscrições nos troncos das árvores. Eram nomes deromeiros que foram a Natividade ou dos nordestinos que deixavam palavras de saudade do pastoreio e indicavam o destino a que iam: garimpos do Poxoréu, de Balizas e outros.

No percurso de quase 100 km vimos apenas cinco choupanas, onde a penúria era extrema. Meninos de 12, 15 anos viviam nus por falta de roupa.

Naquelas choças só existe a luz do dia. Não as iluminam à noite com lamparinas de querosene ou com luz de sebo.

Os moradores, isolados do convívio social, levam uma vida selvagem. A luta pela existência quase não exige esforço. A terra é de todos; a construção da casa representa alguns dias de trabalho: trazer as palmas dos buritis para a cobertura, cortar estacas no agreste e fincá-las no chão. A não ser uns pés de mandioca, não plantam nada. De tempos em tempos, fazem com essa raiz a farinha puba. Uma vez por outra sacrificam rézes raquiticas para com o couro fazerem banquetas, alpercatas, esticados para dormirem ou janelas para suas palhoças, e com a carne, sêca ao sol, terem alimento que misturam com a farinha puba. De vez em quando chupam favos de mel de abelhas selvagens. Não tiram leite das vacas por falta de hábito, e, também os úberes estão quase sempre vazios, pois a gramínea que o gado vacum marisca entre as piassabas mal dá para as crias. Quando a escassa gramínea se reduz ainda mais, tocam fogo aos gerais, e renasce um capim aqui outro acolá. Se a carne de gado falta por algum tempo, pescam no Tocantins.

Ao entrar em Piabanha, vindo pelo caminho "real" de Pedro Afonso, deparei com 3 campos de enterramento, um abandonado com 12 cruzes, outro semi-abandonado com 21 cruzes e outro mais conservado com 16 cruzes; êste era o único cercado com estacas que impediam a entrada de muares e cabras. Dizem que não revolvem a terra dos cemitérios antigos para não ofenderem as ossadas; entretanto, não as protegem dos animais.

As exumações, em várias localidades do Brasil Central e do Nordeste representam grave ofensa aos mortos, e os vivos as impedem. Muitas vezes, provocaram motins quando o Serviço de Febre Amarela as exigia para estudos epidemiológicos.

Pelas indagações a que procedi, os índios daquela região não costumam desenterrar os mortos como acontece em outras tribos de primitivos. É possível que a ausência desse costume entre os antepassados dos povoadores atuais contribua para as reações que apresentam diante da exumação.

O povoado de Piabanha com 77 palhoças e 59 casas de adobe e cobertas de telha fica na margem direita, e, atravessando o Tocantins, encontramos 80 palhoças que constituem a aldeia de Bela-Vista.

A média da temperatura durante a semana que passei em Piabanha foi de 26° C; pelas horas que empreguei, a captura de mosquitos pode-se considerar praticamente negativa; não encontrei sequer um anófeles.

A professora da escola primária de Piabanha lutava com grande dificuldade para manter a frequência de 33 crianças, pois os pais pouco se incomodavam com a alfabetização.

Nesse povoado foi-me impossível cumprir a obrigação que me levou até lá. A oposição à colheita de sangue chegou a tal ponto, que um indivíduo me desacatou na ocasião em que os bons ofícios da professora iam facilitar a retirada de sangue de uma dezena de crianças.

Os habitantes de Piabanha se opuseram à colheita de sangue, supondo que eu fosse um emissário do Anti-Cristo.

A razão dessa oposição baseava-se na lenda arraigada na população de Piabanha e Bela-Vista de que no fim do mundo sairão pela terra emissários do Anti-Cristo, retirando sangue das crianças para escreverem com êle os nomes dos habitantes do planeta no livro do inferno. Consideraram-me um desses emissários.

* * *

O sr. José Ferreira, goiano, pequeno comerciante de Bela-Vista, e com quem fiz camaradagem na minha viagem ao Baixo-Tocantins, já se encontrava no seu povoado. Dentre as várias coisas que trouxera de Belém do Pará incluía-se um tacho de ferro para fazer melado. Encontrei-o na sua faina, e o tacho provocava a curiosidade dos habitantes — era o primeiro que chegara a Bela-Vista.

Disse-me o sr. Ferreira que a poucos quilômetros de Bela-Vista, em direção noroeste, rumo do Araguaia, há uma área onde os habitantes retiram da flor do solo torrões com que acendem o lume e cozinham os alimentos. Nessa área evitam as queimadas dos “gerais” com receio de um grande incêndio.

As notícias geológicas dessa seção da mesopotâmia Araguaia-Tocantins são apenas de rochas correlacionadas à “série de Minas”, de veios de quartzitos auríferos e granititos.

Não houve ainda exploração mais minuciosa. Da comissão chefiada pelo engenheiro Cândido Lucas Gaffrée, do Departamento de Portos e Navegação do Ministério da Viação, e que desceu o Araguaia em 1934, o geólogo Axel Lofgren atravessou a Mesopotâmia no sentido SE, do povoado Couto Magalhães (Araguaia) até Bela-Vista. No seu relatório, não há referências sobre xistos betuminosos.

Os arredores de Piabanha exigem um levantamento geológico rigoroso para a prospeção do petróleo.

As riquezas do subsolo do vale do Tocantins ainda estão por descobrirem-se. Lembramo-nos dos moradores da vizinhança do rio Branco, na Ásia, no território dos Baquírios, que, durante muito tempo, jogavam torrões nas suas lareiras para terem melhor chama. Hoje, levantam-se nessa república soviética as tórreres de grandes poços de petróleo.

* * *

1-8-1935 — Numa tropa de cinco burros continuamos a viagem para Pôrto-Nacional.

Neste percurso de 180 km a região é de agreste, a paisagem é de galhos e não de fôlhas — sambai-bas, paus-terra, piquis, ressecados pelo sol de rachar.

Entre três, quatro léguas, divisamos ao longe os leques verdes dos buritis. São os nossos oásis. Brejos de águas claras ou pequenos riachos que nascem e morrem pouco adiante dos "olhos" das nascentes.

As "enseadas" são oásis dos vastos cerrados.

O verde que víamos à distância era um alívio para a monotonia da viagem. Repousávamos então à sombra de arbustos: miroró, pau-pombo, landi, maria-preta, angelim. Chamam “enseada” ou “vereda” a estas nesgas de terra úmida, onde plantam milho e arroz. Semeiam um “prato” de arroz (2 litros) e colhem 30 ou 40 “quartas” (1.200 ou 1.600 litros). A significação da palavra “vereda” no Brasil Central é a mesma que se emprega na Colômbia: são manchas de terra fértil.

Ao aproximarmo-nos das “veredas”, araras aos pares saíam voando das moitas de buritis, em grande algazarra. Existem lá araras azuis, pretas e amarelas. Nos meses de julho e agosto, põem dois ovos em cima dos buritis ou nas locas de pedras do agreste; procuram sempre locais abrigados para a postura.

A “alma de caboclo” é outra ave que com seu canto ôco anuncia de longe a presença do homem. Chamam-lhe, também, “chonim”: é o *diplopterus naevius*.

Em nosso folclore há várias referências a essa ave. No Tocantins, considera-se infeliz quem acerta um tiro na “alma de caboclo”. O nome dela na Argentina é “crispin” e no Paraguai “chocin”. Em minhas viagens pelo interior do Brasil encontrei um povoado no Norte de Minas Gerais, entre Teófilo Otóni e Figueira do Rio Doce, que tem o nome de “Chonin”, em lembrança dessa ave. Contam os moradores daquele local do Norte de Minas que se deu o nome de “Chonim” ao lugarejo, devido a um caçador ter morto no local uma “alma de caboclo”; e esta se vingou, provocando pouco depois a morte súbita de seu

mata-dor. A mesma superstição que corre no vale do Tocantins.

Vimos também nas “enseadas” patos selvagens, jaburus e garças brancas e róseas.

No agreste, os gritos das siriemas e as corridas das emas eram os únicos sinais de vida, quando não nos chamavam a atenção os vôos do urubutinga, êsse raro accipitre de côr branca.

Neste trecho, as habitações são muito raras. Constroem-se de adobe e cobrem-nas com “capim de várzea” ou ramagens de buriti. Têm em geral três aposentos: o da frente não é usado pelo morador, a não ser para dependurar a carne de sol, os “esticados” — curtidos pelo angico e barbatimão — e serve de pouso aos forasteiros.

Quando se viaja neste sertão carrega-se arroz, carne sêca, café, sal e açúcar, pois fora dos povoados não se encontra nada para comer.

Embora existam vacas, ninguém bebe leite. Não só no Tocantins, como em certas regiões pastoris do Brasil, observei que, mesmo nas águas, quando o leite é farto, ninguém o usa.

Desconheço a origem dessa aversão pelo leite; disseram-me alguns que ninguém bebe leite porque origina doenças do estômago. Essa crendice, aliás, parece ter maior expansão geográfica: no Texas, Estados Unidos, muitos habitantes dessa região pastoril atribuem ao leite a causa do câncer do estômago.

No percurso de 4 dias de viagem entre Piabonha e Pôrto Nacional consegui obter com grande dificuldade 2 mamões e 6 bananas. Próximo a uma habitação existia uma laranjeira carregada com alguns frutos. A dona não aceitou propostas:

Região pastoril
em que não se
bebe leite.

disse-me que as laranjas eram para seus nove filhos. Tentei-a oferecendo um preço absurdo para a região — \$500 por uma laranja; a mulherzinha olhou-me por algum tempo, fêz-me repetir a oferta e retirou-se. Provavelmente venderia, mas desconfiou de que se desse tanto dinheiro por uma fruta.

A alimentação diária dos tropeiros que andavam comigo, conforme tive oportunidade de pesar, consistia em 250 gr. de carne sêca e 400 gr. de farinha puba. Estranhavam a minha insistência em obter frutas ou verduras. Só nos povoados, os individuos mais abastados tinham o “luxo” de comê-las.

A horticultura dêsses privilegiados fazia-se em tabuleiros suspensos de madeira, onde as couves e cebôlas cresciam na terra preta, carregada das “veredas”.

O charque é a alimentação básica de todo aquêle sertão. Êles mesmos o preparam. Mais de uma vez vi junto das habitações mantas de carne expostas ao sol, rodeadas por grande quantidade de moscas e expandindo no ar um cheiro desagradável.

Além das casas espaçadas por léguas, encontrei um grupo de 18 palhoças a oito léguas de Pôrto-Nacional, com o nome de povoado Canela. Passando por essas habitações reparei que estavam vazias, mas, ao voltar-me na sela, depois da última palhoça, lobriguei três mulheres saindo do esconderijo no mato e arrastando umas crianças...

* * *

Próximo de Pôrto-Nacional, atravessando o agreste às 17 horas, fomos atacados por uma nuvem

dé motucas. Do pescoço dos animais gotejava sangue e precisei permanecer embuçado, agitando o corpo e os braços durante o espaço de uns quinze minutos, para não ter a mesma sorte dos burros.

Capturamos nessa área as seguintes espécies de mosquitos: *Culex theobaldi*, *Sabethes remipes*, *Sabethes belisarici*, *Sabethoides chloropterus*, *Aedes fluviatilis*, *Mansonia*, sp., *Anopheles parvus* e *albitarsis*.

A época da sêca impediu maior colheita de culicídeos. Os buracos de árvore como os do pau-terra e piquiseiro, provavelmente, na estação das chuvas constituíam ótimos locais para focos larvários.

* * *

Avizinhando-nos de Pôrto-Nacional reparamos o aumento do número de negros. Quanto à côr, há uma divisão nítida da população do vale do Tocantins. De Pôrto-Nacional, rio abaixo, os negros são raros, rio acima, numerosos. Isto se explica pela área de mineração, onde se fixaram os escravos africanos no século XVII e início do XVIII.

De Pôrto-Nacional rio acima principia a área de influência do negro.

Pôrto-Nacional é o terceiro nome de uma mesma aglomeração. No regime colonial chamava-se arraial de Pôrto Real; durante o Império, vila Pôrto Imperial e, com o advento da República, transformou-se em cidade de Pôrto-Nacional.

Foi fundada em 1810 por Joaquim Teotônio Segurado, desembargador e corregedor da Câmara de São José das Duas Barras.

A cidade, situada na latitude Sul 10° 39', tem uma altitude de 203 m. Como em outras povoações marginaes, suas ruas correm para o rio, cuja largura em Pôrto-Nacional é de 480 m.

Em 1835, a vila possuía 48 habitações e uma capela dedicada a Nossa Senhora das Mercês.

Vinte e oito soldados alojados naquelas casas guardavam duas peças de bronze de artilharia e policiavam o contrabando de ouro do alto e médio Tocantins.

Um século depois, a cidade contava 351 habitações — 286 cobertas de telha, 75 palhoças e, dentre os prédios, destacava-se a igreja dos missionários dominicanos, como a mais majestosa construção das margens do Tocantins. Em roda do espaçoso largo da igreja, as casas com muxarabi, com calhas a se debruçarem nas calçadas e a tonalidade azul, predominante nas pinturas, denunciavam o serviço prestado no século XIX aos senhores da mineração pelos mestres de obra portugueses.

Em muitas calçadas e ruas, grandes lâminas de itacolumito caracterizavam mais ainda a edificação colonial. E a cidade, em vez da função policial de contrabando, transformara-se em centro de instrução.

Em 1935, Pôrto-Nacional distinguia-se de tôdas as outras povoações do Tocantins pelo melhor nível cultural de sua população. Desde 1881 que o colégio dos frades e das freiras dominicanas ministrava a instrução aos jovens de tôda aquela redondeza.

O abastecimento de água da cidade se fazia pela coleta em pequenos recipientes, no rio, ou nas

fontes das proximidades: Em Pôrto-Nacional encontrei três cacimbas. Foram as únicas que vi em uso nas margens do Tocantins: uma, no convento dos frades, outra, no colégio das freiras e a terceira na residência do Dr. Francisco Aires.

As famílias guardavam a água em potes de 10, 20 litros, que se esvaziavam rapidamente; daí não ter encontrado na minha pesquisa, em 50 prédios, nenhum foco de mosquitos.

Para apanhar água no rio, meninas e moças de 8 a 20 anos iam e vinham das casas com os potes na cabeça ou, então, eram cretinos com enormes bócios que faziam êsse mister, tangendo jegues indolentes, com duas latas de querosene, uma de cada lado da cangalha.

Vida calma e morna nas ruas, enquanto os frades e as freiras ensinavam rapazes e moças, que davam suas lições em voz alta nas salas de aula dos dois colégios.

O orçamento doméstico, em 1935, era o seguinte: aluguel mensal de uma das melhores casas, 40\$000; uma empregada 4\$000 por mês; quarenta litros de feijão, 8\$000, quarenta litros de arroz, 3\$000. Muitos plantavam algodão nos quintais e com êle teciam e faziam as roupas.

A única horta que mereceu êsse nome em tôda aquela extensão de 2.000 quilômetros foi a dos frades dominicanos.

* * *

A jusante de Pôrto-Nacional encontram-se as corredeiras Funil, Lajeado, Pilões, Quebra-Côcos, Todos os Santos e a dos Mares, como principal.

O benemérito frade R. P. Turnier que, no descauso de suas desobrigas, dedica-se à cartografia — o mapa de Goiás mais divulgado e considerado pelas autoridades naquela ocasião era de sua autoria — tem grande esperança no futuro da navegação do Tocantins. Disse-me com simplicidade e segurança: “essas corredeiras da vizinhança de Pôrto-Nacional não são impecilhos para a navegabilidade do alto Tocantins; tivesse eu 20 contos de réis e resolveria, com gente daqui mesmo, a desobstrução do rio no tempo da sêca, pois meu estudo da canalização permite essa afirmativa”.

Foi nesse trecho, que, em 1934, um dos gerentes da Cia. de Niquel de São José do Tocantins naufragou em seu bote, e nem o cadáver se conseguiu retirar. Disseram-me que êsse alemão medido a *sportsman* dispensou a ajuda dos pilotos nativos, acreditando em seu próprio valor para transpor o obstáculo. Êsse fato e outros colhidos durante a minha viagem reforçaram-me a impressão de que em grande parte os revezes dos viajantes do Tocantins são devidos à sua imprudência.

Há negligência em melhorar certos trechos das corredeiras. Na sêca afloram cristas e calotas de rochas: são locais onde nas águas os acidentes das embarcações se repetem. No entanto, não procuram destruir ou assinalar com bóias os caminhos isentos de perigo. Os habitantes permanecem eternamente na esperança de que algum dia o Governo “endireitará” o rio.

Por outro lado, prevalecem certas idéias administrativas de que o equipamento da aquavia deve ser consequência do aumento da população e

produção do vale. Até o denodado General Couto Magalhães, que foi protagonista duma página heroica de nossa história do século passado, ao transportar em 100 léguas de sertão um navio do rio Paraguaí para o Araguaia, exclamou em 1863 como Presidente de Goiás: "A navegação do Tocantins tem chegado ao ponto em que devia chegar; o aumento dos vapores depende da importação, que, por sua vez, depende do aumento da população; e em consequência, qualquer incremento que o Governo lhe quisesse dar seria infrutífero por falta de objeto»

No Brasil temos o exemplo da Estrada de Ferro Noroeste, cuja construção em pleno sertão, desmente esse raciocínio. Ela originou cidades progressistas de hoje, que não estariam contribuindo pujantemente para nossa economia se não lhes preparassem primeiro o escoadouro. Nos Estados Unidos, na União Soviética, os desertos se transformaram em usinas e fábricas em virtude de se construírem estradas e canais antes de as populações existirem.

O Tocantins num trajeto de mais de 2.000 km apresenta apenas em 100 km obstáculos relativamente fáceis de serem removidos, para que a navegabilidade seja franca. O dia em que fôr dotada do necessário equipamento, a formidável aquavia do Brasil Central contribuirá eficientemente para uma civilização desconhecida ainda na região em que está situada.

XX

Em 1935, no Norte de Goiás ou, em 2/3 da superfície do Estado, a única localidade que possuía médico era Pôrto-Nacional. Encontrei em Natividade, outro médico, mas a sua ocupação era a criação de gado e não a medicina.

Falta de médicos.

Farmácias não existiam. Os armarinhos das povoações continham entre a variada mercadoria alguns remédios: sulfato de quinino, sal amargo, bicarbonato de sódio, magnésia fluida, "Panvermina", "Saúde da Mulher" e uma ou outra droga. Geralmente, os vendedores desempenhavam a função de médico e farmacêutico, sugerindo aos fregueses os medicamentos que lhes suavizariam os males. Essas sugestões variavam com o estoque das drogas que possuíam.

Longe dos povoados, a terapêutica se resumia nas infusões de raízes e fôlhas, e sempre havia um curandeiro encarregado de indicá-las e prepará-las.

Alguns particulares tinham as "caixas de homeopatia" adquiridas dos compradores de couro, que as traziam do Maranhão ou da Bahia. Os vidrinhos com os conteúdos homeopáticos envelheciam, mas não se perdia a fé na ação dos mesmos. Vi dessas "caixas" com mais de vinte anos e os líquidos inda eram os originais.

É evidente que, com essa ausência de assistência médica, são inúmeros os casos de doenças curáveis que se tornam crônicos ou fatais.

A falta de recursos e o isolamento do Norte de Goiás não atraem os médicos.

É razoável que os moços recém-formados se acumulem nas cidades litorâneas ou nos centros mais progressistas do interior; para seguirem para aquela região ou outras análogas, deveriam ter garantias do sustento da vida e facilidade de obtenção do material indispensável ao desempenho de suas funções.

Com exceção de algumas localidades do interior do Sul do país, os médicos têm dificuldade em acompanhar os progressos de sua profissão; limitam-se a um trabalho rotineiro, que os induz, não raras vêzes, à perda do entusiasmo pela carreira que abraçaram, e os insuficientes honorários que percebem, devido ao pauperismo das populações sertanejas, fazem-nos desertar da medicina e transformar-se em criadores de gado, compradores de cereais, donos de olarias, etc.

Nos países tropicais, o número de doenças é maior que nos temperados e frios. Mas, por outro lado, as doenças dos países tropicais são de cura fácil, pois a terapêutica mais eficiente e numerosa de que a medicina atual dispõe é justamente para essas doenças.

Infelizmente, o médico do interior não possui um eficiente arsenal terapêutico de acôrdo com as aquisições científicas da época e nem, de um modo geral, está ao par da realidade dessas aquisições.

De alguns anos para cá, a terapêutica é orientada, ou melhor, imposta aos médicos do interior pelas revistas de laboratórios de especialidades farmacêuticas estrangeiras e nacionais. Ora, é óbvio que tal "orientação terapêutica" é nitidamente tendenciosa: publicam essas revistas somente os trabalhos que aconselham o emprêgo de drogas do laboratório a que pertencem. A eficá-

cia dos produtos apregoados baseia-se geralmente em fins comerciais e não científicos. Os fabricantes, através de uma propaganda sugestiva, inculcam ao médico que um determinado produto tem um vasto campo de indicações, não produz intolerâncias individuais etc. e assim, pouco a pouco, o médico do interior, privado dos meios de experimentação dos centros urbanos, vai-se reduzindo a um simples elemento de ligação comercial na engrenagem da lucrativa indústria farmacêutica do país.

Só a execução de um plano estatal de assistência médica poderá remover as doenças curáveis que inutilizam precocemente a população de regiões que necessitam de indivíduos sadios para o seu desenvolvimento econômico-social. (1)

O médico de Pôrto-Nacional, Dr. Francisco Aires da Silva, era um veterano de 40 anos de vida profissional naquelas paragens. Filho do lugar, só se afastara no período em que estivera como deputado federal.

Doenças
endêmicas

Embora a surdez, conseqüente à quinização prolongada a que se submetera, dificultasse a nossa palestra, seu espírito lúcido e observador concorreu para que minhas observações sobre a nosografia do vale do Tocantins se ratificassem.

A doença que predomina é a malária.

Malária.

Para um clínico regional como o Dr. Aires da Silva, todo "vexame" (falta de ar, mau estar, inquietude etc.), diarréia ou dor de dentes são sintomas iniciais ou remanescentes do paludismo.

O diagnóstico se faz pela quinoterapia. Só depois do insucesso desta terapêutica se pensa em outros males.

O tipo mais comum da infestação é a terçã; todos os casos agudos que verifiquei eram desse tipo; e vinte lâminas colhidas apresentaram formas do plasmódio *vivax*.

Há uma série de manifestações atípicas, como é freqüente nas regiões endêmicas: os impaludados têm acessos febris subentrantes e a febre contínua de 4 ou 5 dias desaparece ora espontaneamente, ora com beberagens de ervas e sulfato de quinino — sal menos eficiente, porém mais barato.

As recidivas constituem a regra. Há indivíduos que atravessam a existência com acessos anuais de malária.

Nas regiões endêmicas, hematozoários e organismo humano estabelecem um *modus vivendi* que permite uma inter-relação quase fisiológica, embora nesses casos se trate de pessoas cuja atividade é desprezível. A pouca resistência física, o desinteresse pelo trabalho, a constituição débil e a côr terrosa de muitos habitantes da região traduzem à primeira inspeção aquêle *modus vivendi*.

Em todo o trajeto do Tocantins encontrei um único pôsto de assistência médica, na cidade de Marabá. Na modesta sala de exames desse pôsto do Serviço Sanitário do Estado do Pará, examinei 15 consulentes: todos com o baço hipertrofiado. Medi êsse órgão em uma mulher e obtive com o lápis dermatográfico as exageradas dimensões de 19 cm de comprimento por 4 cm de largura.

O trabalho no pôsto, denominado “de Profilaxia”, limitava-se a ministrar quinino sem controle de cura; não se executavam, em 1935, estudos epidemiológicos, nem medidas profiláticas.

Por índice esplênico entende-se a percentagem de crianças, abaixo da idade de 15 anos, com baço palpável sob o rebordo costal. No meu itinerário examinei 203 crianças e a positividade do índice foi 84%.

Surtos epidêmicos de malária sobrevêm esporadicamente e elevam o índice de letalidade infantil da região, que, normalmente, é alto devido à desnutrição e desconhecimento da puericultura. Esses surtos desaparecem sem intervenção de medida profiláticas.

No Vale do Tocantins, os acessos palúdicos são mais freqüentes nos meses de janeiro e maio, que coincidem com o máximo e com o declínio das médias pluviais.

Não há ainda um mapa da distribuição da malária no território nacional; acredita-se que só o Rio Grande do Sul é zona livre.

Pela carta geográfica de Boyd, o vale do Tocantins coloca-se entre os mais endêmicos do mundo; os cálculos de Sousa Pinto falam em oito milhões de sertanejos brasileiros impaludados e em 8.000 óbitos anuais, conseqüentes à malária.

Os anófeles do grupo *nyssorhincus* são abundantes nas margens do Tocantins e nas dos afluentes. Chamam-lhes, como no Nordeste, muriçocas ou carapanãs.

Transmissores
da malária.

A proliferação dos mosquitos depende da temperatura e das chuvas. Ambos êsses fatores climáticos lhes são favoráveis no Tocantins, cuja região tem em média 28° C, de janeiro a março, quando as chuvas atingem ao máximo.

Em 1935, no pôsto climatológico de Boa-Vista, as maiores precipitações pluviais registradas foram

em março — a soma da auitra mensal atingiu a 409,5 —, e, no pôsto climatológico de Pôrto-Nacional, em janeiro, a mesma soma alcançou a 358,9. Nesses meses, as margens dos grandes e pequenos afluentes se alagam e formam poças, onde se encontram larvas de anófeles. Em maio e junho êsses criadouros vão rareando e desaparecem até a nova estação do “verde”.

Se o período em que fizemos a viagem foi propício à locomoção, por outro lado, impediu que enriquecêssemos a coleção de mosquitos.

O maior ataque dos anófeles, conforme verificamos na região, é das 17 às 20 horas. Ao raiar do dia não deixam de picar, mas, quando o sol vai alto, só uma vez o observei.

Apenas em Palma surpreendi, entre 18 e 20 horas, anófeles picando no interior das habitações que distavam mais de um quilômetro da beira do rio.

Na América do Sul há 47 espécies de anófeles; no Brasil, 32, na Amazônia 11, e no Tocantins, durante a nossa viagem, constatamos a presença de 5 espécies: *A. argyritarsis*, *A. albitarsis*, *A. darlingi*, *A. parvus*, *A. bachmanni*.

A disseminação das espécies conhecidas no Brasil se faz em todo o território. Anófeles que vivem no Tapajós encontram-se no Rio de Janeiro (*A. emiliano*, KOMP e COUTINHO).

O estudo da distribuição geográfica das espécies importa menos que o conhecimento da sua adaptação ecológica. E' preferível sabermos em que meio ecológico uma determinada espécie é transmissora.

Além dos anófeles, encontrei na cidade de Marabá, outro mosquito de importância epide-

ARTRÓPODOS CAPTURADOS DURANTE A VIAGEM

ESTADO	LOCAL	DATA	HORA	ESCA (Animal Homem)	ARTRÓPODOS
Pará	Bordo Sta. Maria.....	29-5/35	14	Homem	<i>Anopheles argyritarsis</i>
Pará	Praia do Areião.....	2/6/35	11	—	<i>Lam. litus durhami</i> <i>Culex urichii</i>
Pará	Praia do Areião.....	2/6/35	11	Homem	<i>Amblyomma</i> sp.
Pará	Marabá.....	5/6/35	18	Homem	<i>Culex fatigans</i>
Goiás	Praia da Bandeira.....	6/6/35	9	Homem	<i>Simulium</i> sp.
Goiás	—	8/6/35	12	Homem	<i>Psorophora (S.) lutzii</i> <i>Mansonia titillans</i> ? <i>Mansonia titillans</i>
Goiás	—	8/6/35	15	Homem	<i>Simulium</i> sp. <i>Anopheles (N.) darlingi</i>
Goiás	Santo Antônio.....	9/6/35	18	—	<i>Culex coronator</i>
Pará	Alcobaça.....	30/5/35	18	—	<i>Tabanidae (indeterminado)</i>
Goiás	Boa Vista.....	15/6/35	10	—	<i>Culex (Melanoconion) sp.</i>
Goiás	Rio Tocantins.....	29/6/35	15	—	<i>Mansonia (Mansonia) sp.</i>
Goiás	—	25/7/35	18	Homem	<i>Anopheles (Nys.) sp.</i>
Goiás	Piabanba.....	30/7/35	19	Homem	<i>Culex theobaldi</i>
Goiás	Pôrto Nacional.....	1/8/35	15	Homem	<i>Sabethes remipes</i>
Goiás	Pôrto Nacional.....	1/8/35	18	Homem	<i>Aedes fluriatilis</i> <i>Psorophora (P) sp. (P)</i>
Goiás	Pôrto Nacional.....	2/8/35	14	Homem	<i>Sabethes beissarici</i>
Goiás	Pôrto Nacional.....	3/8/35	18	Homem	<i>Chrysops sp.</i>
Goiás	Pôrto Nacional.....	4/8/35	14	—	<i>Tabanidae (indet.)</i>
Goiás	Pôrto Nacional.....	4/8/35	11	Homem	<i>Sabethoides chloropterus</i> <i>Anopheles parvus</i>
Goiás	Pôrto Nacional.....	5/8/35	—	Homem	<i>Amblyoma sp.</i>
Goiás	Natividade.....	13/8/35	15	Homem	<i>Chrysops sp.</i>
Goiás	Natividade.....	14/8/35	18	Homem	<i>Anopheles albitarsis-brasilienis</i>
Goiás	Palma.....	23/8/35	16	Homem	<i>Sabethes purpureus</i>
Goiás	—	24/8/35	12	Homem	<i>Muscidae</i>
Goiás	—	25/8/35	13	—	<i>Amblyoma sp.</i>
Goiás	Palma.....	26/8/35	18	Homem	<i>Anopheles bachmanni</i>
Goiás	Palma.....	26/8/35	18	Homem	<i>Anopheles albitarsis</i> <i>Anopheles darlingi</i>
Goiás	Pôrto Nacional.....	23/8/35	—	—	<i>Triatoma megista</i>
Goiás	Palma.....	24/8/35	8	—	<i>Triatoma megista</i>
Goiás	Arraias.....	29/8/35	14	Homem	<i>Sabethes beissarici</i>
Goiás	Arraias.....	30/8/35	17	Homem	<i>Culex sp.</i>
Goiás	Arraias.....	4/9/35	19	Homem	<i>Anopheles argyritarsis</i>

miológica: o *Aedes aegypti*, transmissor da febre amarela urbana.

De Pôrto Nacional, trouxe uma Outras espécies de artrópodos nova espécie de gênero *Psorophora*, cujo exemplar se encontra em poder de um dos mais notáveis entomologistas mundiais, Raymond C. Shannon.

Sífilis. Encontrei casos de sífilis primária e secundária entre os habitantes do Tocantins, inclusive os índios.

Procurei descobrir casos de sífilis nervosa com maior interêsse, pois a região oferecia a seguinte particularidade: não havia tratamento da sífilis primária e era altamente palúdica.

A sífilis primária quando não é racionalmente tratada tem maior probabilidade de evolver até à última fase da doença, isto é, a sífilis nervosa. Para a cura desta, emprega-se a malarioterapia, conforme a descoberta de Wagner-Jauregg. A ação da malária como terapêutica antissifilítica sofre controvérsia: afirmam uns que a malária contraída *in natura* não impede a marcha da infecção sifilítica para o sistema nervoso, outros admitem que a infestação natural livra o sistema nervoso do ataque da sífilis.

Os defensores da primeira opinião esclarecem que a malária natural, quando adquirida, mesmo na ocasião em que os treponemas se instalam nos tecidos nervosos — mesênquima e parênquima — ocasiona um número de acessos febris terapêuticamente insuficiente, devido à preocupação em interrompê-los. No vale do Tocantins, a malária ataca indivíduos que se cuidam mal e têm recidivas freqüentes; portanto êles estão a coberto do

critério dos "acessos febris naturais serem insuficientes".

Como se sabe, a sífilis, ao lesar o sistema nervoso, provoca freqüentemente distúrbios psíquicos, e as curas espontâneas são raríssimas. Seria relativamente fácil ter notícias de doentes mentais com sintomas de paralisia geral. Não vimos, nem tivemos notícias dêsses casos.

Sem nada afirmar sôbre êsse assunto, deixo, porém, a minha observação, pelo fato de coincidir com a pesquisa meticolosa realizada pelo Dr. Robert Needles, na Fordlândia, em Bela-Vista do Tapajós: entre os indivíduos das regiões endêmicas, onde o tratamento da malária não se faz ou é precário, não se observam casos de paralisia geral.

Há 26 anos, os Drs. Belisário Pena e Artur Neiva, excursionando pelo Brasil Central, atingiram Pôrto-Nacional e, Bóci. numa parte da área, que percorri, acusaram elevado percentual de indivíduos atacados de doença de Chagas.

No caminho entre Pôrto-Nacional e Natividade observei uma família — pai, mãe e seis filhos — com enormes bóciós. Na habitação e nos arredores, onde as crianças nasceram e se criaram procurei demoradamente o *Triatoma* e não o encontrei.

Nos povoados não obtive exemplares de *triatomídeos*.

Os raros capturados foram em casebres afastados.

Pousando a dez léguas de Palma, numa choupana, continuei a viagem na manhã seguinte, e, mal me arrumava em cima do animal, quando dei com um "*Triatoma megista*" no cabeção dos

arreios. Os moradores do casebre não tinham bócio.

Quase todos sabem que êsse artrópodo transmite doenças, e por isso os matam quando o encontram.

Talvez, a difusão dessa noção contribuiu para eu não verificar na zona a avaliação dos médicos referidos.

Em Pôrto-Nacional, aos casos de bócio que encontrei o Dr. Aires da Silva atribui como origem a ausência de sais de cálcio na água de que a população se serve, e em sua alimentação não entram verduras e frutas.

No Alto Tocantins e nas margens dos rios Uru e Almas encontrei alguns casos de *Leishmaniose*. úlceras de Bauru e verifiquei a presença do seu transmissor, o *Phlebotomus papatasi*.

Como em todo o sertão, os habitantes do Tocantins não escapam à ancilostomose. A infestação, porém, não assume aspecto de *Ancilostomose*. calamidade. Talvez, o solo sêco, a ausência de fossas, expliquem a relativa redução dessa parasitose no Médio e Alto Tocantins.

Só nas proximidades dos afluentes meridionais do Tocantins, onde atravessei densas matas, vi matarem duas urutus (*Lachesis*).

Ofidismo. No Médio-Tocantins, apesar de dormir ao relento, atravessar áreas onde a queimada movimentava todos os animais, não vi sequer uma cobra.

doras não há naquele vale. Excetuam-se *Epidemias*. Histórias de epidemias devastase as notícias sôbre a varíola, no século XVIII.

A varíola, que grassou intensamente em Belém do Pará no ano de 1731, estendeu-se ao vale do

Tocantins, não se sabe até onde. Os índios Assuiris, Apinagés e Caraoús foram severamente castigados naquela ocasião. Nesse tempo, o combate à variola se fazia a canhão... O governador de Belém do Pará, Francisco Sousa Coutinho, mandava tôdas as tardes empoeirar a atmosfera de pólvora, para afastar a peste.

José Martins Pereira de Alencastre cita "uma peste febril que consumiu o território central em 1771", mas não a caracteriza. Poderia ter sido a mesma variola que veio de Belém do Pará.

No Alto-Tocantins, nas margens dos afluentes e subafluentes que correm na "zona de mato-grosso" — selvas dos municípios de Jaraguá e Goiás — houve em 1892 "uma febre" que acarretou vômitos de sangue e icterícia, e que pôs em debandada os habitantes da região.

Do rio Maranhão, em direção a oeste, até o povoado de Sant'Ana do Pilar, dizem que, de tempos em tempos, surgem febres com vômitos escuros, mortais para alguns indivíduos.

Talvez a malária e a febre hemoglobinúrica possam explicar tais casos epidêmicos das regionalmente chamadas "febres de Goiás".

Em 1935, o Serviço de Febre Amarela, em co-operação com a Fundação Rockefeller, localizou, numa grande área de Goiás, Minas e São Paulo, muitos casos de febre amarela silvestre. A epidemia parece que se iniciou, naquela ocasião, nos limites divisórios das águas do Tocantins e da bacia platina.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO XX

(1) Os municípios mais adiantados resumiram a assistência médica nas clássicas "Santas Casas", que vivem penosamente à custa de irregulares donativos e modestas contribuições populares angriladas nas tradicionais festas do largo da Igreja, com rifas e leitões.

O funcionamento dessas "Santas Casas" dependeu sempre da abnegação dos médicos locais e enfermeiras religiosas ou leigas que realizam verdadeiros milagres, desprovidos de aparelhagem e das mais rudimentares necessidades hospitalares.

No seio do povo há uma frase que resume essa deficiente assistência: "morreu na Santa Casa". A repulsa ou melhor o pavor popular que se observa, no interior, pela hospitalização nasceu da ausência dos recursos hospitalares.

Muitos postos de saúde estaduais que se instalaram nas sedes municipais para atender às endemias (malária, ancilostomose, leishmaniose, tracoma, etc.), foram localizados para garantir o prestígio de chefes políticos e não por serem as cidades escolhidas, os centros geográficos das endemias.

Vegetam muitos desses postos numa pasmaceira, não tanto pela falta de medicamentos, mas pela má localização. A maioria dos necessitados deixa de frequentar os postos pela dificuldade das distâncias. Os moradores das vilas, das pequenas aglomerações, das fazendas e terras inexploradas dos 1 574 municípios brasileiros têm que se contentar com os serviços do boticário, dos "entendidos" e curandeiros.

Estes indivíduos prestam um serviço inestimável aos habitantes do interior. São os parceiros dos gamelas, construtores de nossas vilas. Fazendeiros, esposas de fazendeiros, lavradores, seringueiros, barqueiros, apanhadores de cocos de babaçu, garimpeiros, boiadeiros, põem acumular as funções de "entendido" e curandeiro. Com as "comadres" que garantem a prole do sertão, são mercedores de nossa gratidão.

Muitos enfermeiros práticos egressos de hospitais urbanos se fixam na zona rural, prestando socorros aos camponeses. E, coisa curiosa, são raras, raríssimas as histórias de "deshonestidade profissional" dessa gente! Desde a "terapêutica" aos "honorários". Não me refiro aqui, é claro, aos charlatães cuja falta de responsabilidade moral transforma-os em casos de polícia ou de psiquiatria.

Os curandeiros aos quais atribuo utilidade social são os companheiros de trabalho da massa camponesa. Conforme observei, já são utilizados por médicos de sedes municipais para trazer informes e aplicar medicamentos aos doentes de rincões distantes.

Esses homens e mulheres poderiam formar uma equipe oficializada de atendentes dos trabalhadores rurais de muitos municípios.

Num plano de assistência médica para o interior, poder-se-ia incluir uma medida exequível e de baixo preço: o aproveitamento dos famigerados curandeiros tão desprezados oficialmente até hoje. Nos postos de saúde das sedes municipais poderiam receber cursos elementares (inclusive alfabetização) e depois, em contato oficial com os médicos locais, superentendidos por estes, tornar-se-lam mais eficientes nos primeiros socorros que, "intuitivamente", prestam aos seus vizinhos.

Por outro lado, essa medida contribuiria para erradicar a funesta fé nas mezinhas, beberagens, etc. dos trabalhadores rurais e cessar a luta subterrânea ou manifesta, nascida da necessidade e ignorância, que os representantes da medicina leiga mantêm com a medicina científica.

O A L T O - T O C A N T I N S

Pecuária e produção extrativa mineral

XXI

13-8-1935 -- De Pôrto-Nacional seguimos para Natividade. Entre Natividade e o Tocantins há um arco de paralelo de 60 quilômetros.

Afastávamo-nos pela primeira vez do Tocantins no sentido de leste.

O alugador da tropa, antes da nossa partida, exigiu 50\$000 para o tropeiro. À tarde, no primeiro pouso soube que o pobre homem tinha sido contratado a 1\$000 por dia e ganharia apenas 8\$000 naquela viagem. As espertezas e a exploração do trabalho alheio existem em quase todos os cantos do mundo.

A paisagem se repete: mandacaru, piassaba alternando-se na planura. O agreste, amarelecido pelo sol ou enegrecido pela queimada, dá um aspecto desolador àquela área, mas, de quando em quando o verde das veredas alegra a vista da gente.

A *pistia stratiotis* cobria as lagoas que encontramos, e a ela se agarravam as larvas de mansônia.

Neste trajeto de 40 léguas atravessamos três pequenas aglomerações de palhoças: Extrema, com 10 habitações, Landi, com 6, Chapada, com 50.

Numa palhoça isolada no meio do agreste encontrei um mestiço deitado indolentemente às 15 horas, tirando acordes do bandurro. Este instrumento regional tem a forma de um bandolim. Uma cabaça fechada por tamboril constitui-lhe a

calota, tem seis cordas de sedenho torcido, sendo tudo colado com cerne de parasito sambaré.

Chegámos a Natividade após quatro dias de viagem. Em 1731, o Governador do Maranhão enviara o sargento João Pacheco do Couto para fiscalizar o contrabando de ouro naquela região, mas este preferiu trocar a função policial pela de garimpeiro do rio Manuel Alves da Natividade: assim se formou a povoação que visitei em 1935.

Natividade:
povoação
que nasceu fóra
da lei.

Em 1739, Natividade desenvolveu-se muito devido à mineração, em que se empregaram 40.000 escravos.

No ribeirão da Praia, de água límpida e fria, que abastecia a povoação vi negros e crianças ba-teando. Obtinham com grande trabalho 1 gr de ouro por dia, que se vendia por 12\$000. Eram os espectros da mineração em grande escala do Sé-culo XVIII.

As ruas, calçadas com lagedos de itacolumito, estavam bem tratadas e apresentavam-se asseadas como não vi nas outras povoações visitadas.

Suas casas em estilo colonial são do tempo em que os Governadores de São Paulo visitavam a região para solucionar as rixas dos nortistas e paulistas, que disputavam a prioridade das desco-bertas das minas. Contamos 196 prédios antigos, de alvenaria, e 17 palhoças, sendo a "cidade" do vale do Tocantins onde havia menos casas de sapé. Possuía então 923 habitantes.

Das quatro igrejas do período da intensa mi-neração colonial, restava uma, e os cultos se reali-zavam, de vez em quando, sob a direção dos frades dominicanos que vinham de Pôrto-Nacional.

Ao oeste, a serra dos Olhos d'Água tapa-lhe o horizonte e impede a ventilação da tarde, tornando elevada a temperatura.

O Prefeito de Natividade, Coronel João Rodrigues, cumulou-me de gentilezas, dando-me magnífica hospedagem em sua casa cômoda e espaçosa, munida, como outras, de mucharabis, e de páteo interno, onde cresciam nos canteiros, próximas umas das outras, mimosas violetas, aveludadas begônias e grosseiras couves-mineiras.

O povo de Natividade, muito sociável, apoiava os esforços do professor preto, Sr. Santana, que dirigia a instrução de 100 crianças no Grupo Escolar.

Ao partirmos de Natividade para Palma, o Prefeito e outras pessoas acompanharam-nos durante uma légua de percurso. O bando jovial de cavaleiros revelava com êsse gesto o modo gentil com que a gente de Natividade trata os visitantes.

Voltando,
rumo oeste,
às margens do
Tocantins.

Os 180 quilômetros que separam Natividade de Palma pela estrada "real" caracterizavam-se naquele mês de agosto por grande falta d'água. Iludiamo-nos ao atribuir aos brejos o verdor ao longe, pois os buritis, paus-pombos, landis, angelins, marias-pretas se erguiam num solo arenoso e sêco.

Na viagem a cavalo que vínhamos fazendo só parávamos ao entardecer, quando encontrávamos água: no entanto, fomos forçados a dormir duas noites em pleno agreste sem uma gota d'água, o que estropiou os animais para a marcha dos dias seguintes.

Uma curiosa forma de mutualismo animal repetia-se neste agreste: o pássaro xexéu ou joão-congo constrói seu ninho, com o propósito de proteger os filhotes, junto às casinhas do maribondo "tingui". Esta vespa retira o capim da textura do ninho para travejar o barro, dando maior solidez à construção de sua colmeia.

Encontrei neste percurso onze palhoças, das quais apenas quatro eram habitadas por 18 pessoas. Um deserto de 1 habitante de 10 em 10 quilômetros.

* * *

No domingo, dia 25 de agosto, alcançamos o rio da Palma, no local onde de acha a fazenda de criação do Coronel Antônio Luis.

Palma é uma povoação tão gentil como Natividade. Mangueiras frondosas abrigaram-nos do sol que nos vinha castigando tôda a manhã. Bivacamos, e o tropeiro iniciou os preparativos para o regresso a Natividade, pois os burros iam voltar daquele ponto.

Atravessamos o Palma em três fases: primeiro o vaqueiro da fazenda levou na canoa as bruacas com o material, depois o meu camarada, depois a mim.

A povoação de Palma ficava a algumas centenas de metros da margem esquerda: íamos a pé, carregando a bagagem, quando surgiu um rapaz dizendo que esperássemos na beira do rio o "ajuntamento" que vinha ao nosso encontro. Os moradores de Palma já tinham sido avisados de nossa presença, e eu não tinha visto ninguém sair do local onde nos encontrávamos — a única pessoa com que

tivemos contato foi o vaqueiro, que não arredou pé dali. No sertão, as notícias esparramam-se como se existisse telégrafo nas árvores. As vèzes estamos em certos sítios julgando que não há gente perto e, no entanto, todos os nossos movimentos são espreitados por indivíduos escondidos no mato. Por isso é que o sertão oferece menos esconderijos que as grandes cidades àqueles que se homiziam.

Sem uma sombra perto, tivemos que aguentar a soalheira que se tornara mais intensa devido ao reflexo da água do Palma que corria junto de nós. Via de longe as cumieiras da povoação, porém não devia prosseguir. Esgotara-se a primeira hora da espera, quando apontaram no caminho que descia para o barranco os homens que compunham o "ajuntamento".

O prefeito, o rábula, o escrivão, fazendeiros, moços e velhos, envolveram-me cordialmente e cheios de curiosidade. Com grande simplicidade referiram-se à minha juventude e aos meus trajés. A minha indumentária nessa ocasião consistia num chapéu de carnaúba, camisa-esporte, calça de brim cáqui e sapatos de borracha. Os meus recepcionadores estavam enfarpelados, alguns na case-mirá, outros no brim, mas todos com gravata, coisa que raramente vi na minha viagem. Soube depois que me tinham dado tempo, na beira do rio, para eu me vestir mais a rigor.

O vestuário de gala daqueles gentis palmenses mostrava a distância no tempo e no espaço do litoral brasileiro. As calças apertadas nas pernas, os sapatos de bico extremamente pontudos, os paletós com debrum preto na gola refletiam antiga moda masculina do litoral.

Um moço perguntou se os médicos do Rio de Janeiro andavam com roupas iguais à minha.

No meio daquela boa gente entrei na vila como hóspede ilustre e raro. Das portas e janelas a população me espreitava. Conduziram-me para uma casa grande, reservada para minha hospedagem. Naquelas vilas é comum guardarem uma casa para os visitantes excepcionais.

Na sala de visitas, na mesa onde se estendia a toalha alvíssima de finas rendas, descansavam o bule de café coberto por uma capa de pano estofado, bordado com dois coraçõezinhos atravessados por uma flecha em retroz vermelho (é comum naquela região o bule de café dos indivíduos mais abastados vir sempre revestido do abafador), biscoitos de polvilho e siquilhos. A comitiva sentou-se nos bancos e nas cadeiras de assento de couro, formando um círculo em tórno de minha pessoa. Fui atacado pelas mais variadas perguntas, desde a minha origem denunciada pela côr dos cabelos e tez alva até a vida dos habitantes do Rio de Janeiro, como se tomavam banhos de mar, se no bondinho do Pão de Açúcar qualquer pessoa poderia viajar etc. Sobre a minha missão, que era apenas colhêr sangue para pesquisa estritamente científica, imaginavam as conseqüências mais auspiciosas para a saúde dos habitantes do município. Supunham que após a minha visita seria instalado um pôsto de profilaxia da malária, que um médico aparelhado com medicamentos seria destacado para aquela área etc. Um fazendeiro, com grande simplicidade, pediu-me que, ao chegar ao Rio de Janeiro, não me esquecesse de dizer ao Presidente da República que havia necessidade também de um veterinário na vila de Palma. Quantas aspi-

rações razoáveis e justas tinha aquela gente, que não alcançava os motivos de natureza especialíssima que me levaram até aquelas paragens. A homenagem que me prestavam, as medidas que reclamavam para melhoria de suas vidas emocionaram-me profundamente. Senti não ter forças para conseguir aquelas chãs e primárias aspirações que a ciência atual permite a milhões de homens e que no entanto inda pertence a um número tão limitado dos habitantes do meu país.

A única coisa que lhes pude dar em troca foi estabelecer a maior camaradagem e atender a tôdas as perguntas que me fizeram sôbre os mais variados assuntos. Deduzi então como seria fácil a um aventureiro, naquele recanto do interior do Brasil, obter o que quisesse e arrastar o pensamento de meus patrícios para erros; bastam promessas para torná-los devotados amigos e são frequentes os casos de abusos individuais e coletivos no interior, realizados por forasteiros brasileiros e estrangeiros.

A tardinha convidaram-me com orgulho para ir ver o primeiro campo de aviação das margens do Tocantins que estava sendo preparado pelos palmenses. Todos trabalhavam nessa realização, inclusive o prefeito aleijado dum braço. Todos me interrogavam sôbre o modo de aterrar, de decolar, de quantos metros de terreno o avião necessitava, pois não tinham instrutor.

Os palmenses esperavam que se incluísse sua povoação na rota aérea do correio militar.

Fui obrigado a improvisar-me em técnico aeroviário com os precários conhecimentos adquiridos apenas em alguns vôos como simples passageiro. No sertão, o "doutor formado" representa

o indivíduo que sabe tudo e não pode escapar às mais polimorfias indagações.

A trena que usavam para as medidas do campo era um pedaço de pau. Emprestei-lhes um podômetro, que lhes causou surpresa.

Discutiram com inteligência o declive do terreno, para o escoamento das águas da chuva, as clareiras a serem abertas para maior visibilidade do campo, e alguém me perguntou sobre a influência do vento. Ninguém tinha visto um avião no grupo que me circundava, a não ser por fotografia em revistas. Ficaram de levantar um mastro com o catavento de sacola, a cujo respeito os instruí.

O esforço dos palmenses para possuírem o seu campo de aviação baseava-se numa mensagem do Major Lísias Rodrigues. Este oficial do Exército Brasileiro e um representante da Panair fizeram, em 1930, uma viagem ao Tocantins para estudar a possibilidade de uma rota de hidro-aviões daquela companhia. A Panair não prosseguiu na sua idéia, mas, o Major Lísias Rodrigues teve o mérito de ser o primeiro aviador que conheceu a região e influenciou para que uma das linhas de nosso correio-aéreo militar passe pelo Tocantins. No plano de Lísias Rodrigues incluía-se a povoação de Palma.

Com o ardente desejo de verem as asas que um seu patricio dera ao Homem, os palmenses construíram de oitava o pouso para elas descansarem. Até então, as nossas rotas aéreas não passavam por aquela povoação, incrustada no ângulo da confluência dos rios Paranã e Palma.

Regressando do campo de aviação, passamos pelo Cemitério, onde as últimas résteas de luz do ocaso perfuravam a sombra duma grande paineira simbolizando o esforço daqueles sertanejos em

abrir caminho à civilização que floresce no litoral de sua pátria.

A povoação de Palma, na altitude de 303 m, está na junção dos rios da Palma e Paranã. Dista 60 km da foz Paranã-Maranhão, rios que depois de se juntarem seguem com o nome de Tocantins. Palma fica a 1.218 km da confluência Araguaia-Tocantins.

Há um século, era o centro mais populoso e movimentado do Alto Tocantins.

Dela partiam grandes batelões de vinte toneladas com vinte remadores. Iam carregados de couros e voltavam de Belém do Pará cheios de mercadorias, que, então se distribuíam nas comarcas de Cavalcânti, Natividade e freguesias de São José do Duro, Sta. Maria e demais habitantes das fraldas da Serra Geral.

Cessando os embarques e desembarques de seu pôrto fluvial a povoação regrediu e, hoje, vilas que eram abastecidas por Palma, são suas fornecedoras. As mercadorias, em vez de virem do Norte por via fluvial, vêm de leste em tropas de muares. Os artigos do Pará, desapareceram, e surgiram os da Bahia.

A cidade de Palma, que há cem anos possuía 255 casas, atualmente, é um arraial de 120 habitações velhas ou em ruínas. Uma igreja, que estava sendo construída há setenta anos, ainda não se concluiu.

A vida parou. Os habitantes distraem-se na promiscuidade dos banhos no Paranã ou sentam-se, ao entardecer, nas portas das casas, e mantêm intermináveis conversas sôbre política local e questões domésticas.

Há intimizades, dissensões entre grupos. O "partido" de um não tolera o "partido" do outro. Ainda há testemunhas do caso de um juiz da comarca que respondeu a processo como ladrão de cavalos. Os coronéis, fazendeiros de gado, são os chefetes de brigas por motivos pueris e forjadores das intrigas: mas, todos disputam as graças do Interventor de Goiás. Como os ex-presidentes, o Interventor goza de prestígio dos antigos governadores do regime colonial e do Império: todo o Estado lhe reflete a vontade.

Tudo isso é o resultado do isolamento em que se acham as povoações do sertão.

O estafeta do correio, maltrapilho, e que anda a pé de uma localidade a outra, repetindo vagarosamente, durante anos e anos as mesmas léguas, trazendo ou levando a correspondência de quinze em quinze dias ou mensalmente, representa a área onde trabalha.

* * *

Não basta apenas escolher situações geográficas privilegiadas para que as povoações progridam.

Em tôdas as partes do mundo é costume os obstáculos geográficos ou junção das linhas naturais de circulação constituírem os germes duma aglomeração humana.

Se no curso de um rio houver uma cachoeira, uma corredeira que dificulte a navegação, o homem interrompe seu caminho, fixa-se na margem e nasce um povoado.

Nas entradas e saídas de nossos agrestes, essas extensões desertas antepostas aos pioneiros, surgem cidades.

Na orla de uma planície ao se gaigar uma serra, em tórno dos pontos das montanhas onde brotam os rios, nos lugares em que as aluviões fertilizam o solo, nas divisas dos fácies geológicos nos quais as produções variam, nas barras fluviais onde se reúnem os produtos de áreas diferentes, formam-se os núcleos de povoação.

Os fatores geográfico e econômico originam cidades e dispõem do futuro de seus habitantes, por exemplo, como consequência de extrações transitórias de produtos vegetais e minerais e indústrias temporárias.

Entre as causas sociais e políticas que concorrem para formação de povoados podemos citar a vontade poderosa de uma personagem de influência política, a aglomeração de homens em tórno de um templo, de um chefe religioso que catequiza ou de um místico que fanatiza grandes massas, as colônias militares ou de criminosos escapos, ou de políticos exilados, e essas, geralmente, se levantam em lugares inacessíveis.

O meio geográfico, as atividades culturais humanas e os regimes sociais em ação e reação recíproca promovem o aparecimento e desaparecimento dos povoados, vilas e cidades. Assim foi em tôdas as épocas, assim é em todos os países, no Brasil e no vale do Tocantins.

Os rios, principalmente, sempre exerceram influência no aparecimento de cidades por serem a mais espontânea linha natural de circulação, facilmente transformada em via de comunicação.

As povoações da mais remota antiguidade nasceram às margens dos Hoang-ho e Yangtzé-kiang na China, Indo-Gange na Índia, Tigre e Eufrates na Ásia-Menor, Nilo na África. Na Europa o Reno,

o Danúbio, o Mosa, o Weser, o Elba, o Sena, o Loire, o Oder, o Vístula, o Volga, o Don. Nos Estados Unidos o Mississipi, o Ohio tiveram e têm, apesar das estradas de ferro, dos automóveis e aviões, papel importante nas comunicações das cidades que se formaram nas suas margens. É que, nesses casos, os fatores econômico-sociais fizeram progredir a vida das cidades.

No vale do Tocantins, a idéia que se tinha das causas que favoreciam o desenvolvimento de uma povoação era exclusivamente ligada à situação geográfica, que facultasse, pelos caminhos d'água, as suas comunicações.

A fundação dos povoados São João do Araguaia, Pedro Afonso e Palma, nos pontos em que se acham — confluência dos rios — baseou-se na confiança em seu progresso, devido a estarem próximo de dois rios.

No início do século passado, o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado e o Capitão General D. Francisco de Assis Mascarenhas, que trataram da criação de povoações ao longo do Tocantins, nortearam-se por essa idéia. Porém, os povoados não tiveram o progresso almejado. Não bastam os fatores geográficos: os econômicos e sociais também são indispensáveis para a pujança do desenvolvimento das povoações.

Naqueles anos, enquanto no Tocantins se inauguravam os batelões de cem metros de comprimento e de 20 remadores, no Mississipi, nos Estados Unidos, singravam os primeiros vapores. As comunicações entre as aglomerações do Tocantins continuaram precárias, não se dotou a aquavia de melhoramentos para a sua navegabilidade, não se cogitou de meios de transportes modernos. A

rota comercial fluvial de Belém do Pará substituí-se em grande parte pelas rotas dos caminhos "reais" do Maranhão e da Bahia. As tropas de muares eliminaram as embarcações. O porvir progressista daquelas povoações não seria apenas consequência da localização nas margens e confluências dos rios, como o imaginaram seus fundadores...

XXII

O rio Paranã vem duma altitude de 1.200 m, na Serra Geral. Corre 500 km e, como dissemos, a 60 km depois da povoação de Palma, na altitude de 300 m, une-se ao rio Maranhão. São êsse dois rios os formadores do Tocantins. Ao se reunirem, na estiagem, têm a largura de 600 m e 400 m³ de descarga.

O "vão" do Paranã é habitado pelo gado selvagem.

O Paranã, logo no comêço, recebe o rio Itiquira, que salta duma rocha de 120 m de altura. Seu vale se constrói em tal concavidade, que é denominada "vão".

O "mato-grosso" de Goiás (selva tropical que permeia os cursos do Maranhão e Paranã) cobre ambas as margens, em cuja penúmbra se criam larvas de anofelinas que transformam o "vão" em zona de grande incidência da malária.

Nesse vale praticamente desabitado, perdem-se rézes, que constituem o gado selvagem que um ou outro vaqueiro ousado laça de quando em quando.

O engenheiro inglês Jaime Bayliss, em 1875, percorreu o "vão do Paranã" para estudar a ligação por estrada de ferro dos rios São Francisco e Tocantins. O representante da Public Works Construction de Londres fêz um traçado de

448.400 m, a 400 m acima do nível do mar, e, a estrada de ferro uniria a cidade de Januária, no São Francisco, à Vila de Flôres, no Paranã. O engenheiro surpreendeu-se com a facilidade oferecida pelo terreno e disse no seu relatório: "a estrada de ferro vinda do São Francisco acompanhará o vale do Correntes, afluente do Paranã, na direção de Flôres, e, daí os trilhos poderão continuar até Palma, por onde se estabelece a comunicação fluvial com Belém do Pará".

Com o Paranã repete-se para a bacia do Tocantins a singularidade geográfica de suas águas provirem de uma área onde, num raio de 1 km, brotam vertentes de mais duas grandes bacias.

O Paranã
imita o rio
do Sono,
unindo as bacias
do São Francisco
e Tocantins.

Três regatos, o *Santa Rita*, afluente do rio Preto que vai para o São Francisco, o *Sítio Novo*, afluente do São Bartolomeu, que corre para o Paranaíba, o qual por sua vez desemboca no Paraná, e o *Bandeirinha*, que desce ao Paranã, formador do Tocantins, unem três grandes bacias: amazônica, platina e do São Francisco.

Vimos que, pelo rio do Sono, as águas do Tocantins se misturam com as do São Francisco através da lagoa do Varedão e se avizinham das vertentes do Paranaíba. No médio-Tocantins, o Manuel Alves Grande aproxima-se do rio das Balsas, afluente do Paranaíba. No ponto mais meridional de sua bacia, o Uru quase que atinge o rio Meia-Ponte, cujas águas pertencem à bacia do Prata.

Duas vêzes, três grandes bacias se reúnem, e, duas vêzes, duas grandes bacias se aproximam evidenciando que o Tocantins estabelece no Cen-

tro do país o contato do Leste com o Oeste e do Sul com o Norte.

Tudo indica que as gerações do futuro utilizarão a espontaneidade dessa via fluvial, apesar da evolução dos outros meios de transporte.

A história dos homens sempre se faz calcada no mapa da água.

O Tocantins terá papel preponderante numa verdadeira via marítima que o homem pode estabelecer no interior do continente sul-americano.

* * *

Separados por uma faixa de floresta tropical de 300 km, os rios Maranhão e Paranã correm quase paralelos desde a Latitude Sul 15° até 12°, obedecendo o Paranã maior inclinação para nordeste. As águas dos ribeirões que permeiam estes dois rios têm gosto salobro devido ao salitre: por isso são raros os habitantes dessa área.

No século XVIII dez mil escravos desviaram o curso do rio Maranhão, para extrair o ouro.

Pela margem esquerda, o Maranhão recebe afluentes mais extensos, cujas águas claras e saudáveis proporcionaram a formação de pequenos núcleos de moradores que se dedicam à criação de gado.

O Maranhão nasce na lagoa Formosa, a 10 léguas a oeste da cidade Formosa, onde foi delimitada, em 1894, a área de 14.400 km² para se construir a futura capital do Brasil.

A lagoa onde nasce o rio tem direção NS e 6 km de comprimento por 1 1/2 km de largura; acha-se numa altitude de 100 m, na serra de Iti-

queira, de onde brota o rio com este nome, que é formador do Paranã.

O rio Maranhão corre numa extensão de 400 km em terras de cujos veios de quartzo se extraiu muito ouro no regime colonial.

Perto da povoação de Água Quente, o rio, com a largura de 300 m, foi desviado de seu curso natural por 10.000 escravos. Esse episódio de "virar" o rio Maranhão ficou célebre na história da "*auri sacra fames*" do século XVIII.

Duas localidades do Centro de Goiás — São Félix e Cavalcante — têm vida decadente entre os rios Maranhão e Paranã.

A primeira, fundada em 1736, na época da mineração, reuniu muitos habitantes. Hoje é uma tapera.

A segunda, em 1740, possuía 4.000 buscadores de ouro. Em 1875, reduziu-se a 300 habitantes que pediam comida aos raros viajantes que por lá passavam. Tal era a fome, que não aceitavam dinheiro (1). Viviam na inércia: os que plantavam deixaram de o fazer porque eram roubados pelos que não trabalhavam.

A Chapada dos Veadeiros, onde se encontra Cavalcante, foi utilizada em 1922 para a cultura do trigo. Apesar de a produção de 4.425 kg do primeiro plantio ter revelado ser aquele clima e solo extremamente favoráveis a essa cultura de grande importância para o país, ainda não entrou no ritmo de uma produção desenvolvida.

Atualmente, próximo das margens do Maranhão, na serra de serpentinito de São José do Tocantins, extrai-se o níquel da mina que consideram a primeira do mundo. (2)

Alguns geógrafos são de parecer que o Maranhão ao receber o Tocantinzinho, na vizinhança de São José, perde o nome, e continua como Tocantins. Essa opinião, porém, não deve prevalecer, pois o Maranhão é muito maior que o Tocantinzinho, que é afluente de segunda ordem.

Se não existisse o salto do Facão, a jusante da confluência do rio das Almas, o Maranhão seria navegável em todo o seu percurso. (3)

As águas mais meridionais do Tocantins são as dos afluentes do Maranhão: rio das Almas e Uru que nasce na Lat. Sul 16° 30'.

É verdade que o Araguaia nasce ainda mais ao Sul do que êsses rios, na serra de Caiapó (Lat. Sul 19°), mas, pela sua extensão e características de seu vale, o rio Araguaia pode ser considerado como um rio de vida à parte do Tocantins.

Os rios que formam o Maranhão constituem o extremo-sul da bacia do Tocantins.

O ponto de contato dos dois grandes caudais se faz apenas na confluência, Lat. 3° 34'. A geologia, a configuração, a história dêles são diversas. São dois irmãos criados em meios diferentes.

A três léguas a nordeste da povoação de Pirenópolis, antiga Meia-Ponte, o rio das Almas sai da parte sul do pico dos Pirenéus (1.385 m) enquanto, da parte norte, brota o Corumbá, que corre para o Paranaíba, da bacia platina. (Lat. Sul 15° 46').

Nessa região brasileira, em que principiam as águas do Tocantins, a hidrografia é um emaranhado de vertentes. Rios que se dirigem para o norte nascem ao sul de uma serra, rios que vão para o sul, originam-se ao norte da mesma serra. É onde a terra continental é a mais antiga.

O rio Uru nasce no município goiano de Anicuns, de onde também partem as águas para o Turvo, que segue para o Paranaíba. As nascentes do Uru estão mais abaixo do que as do rio dos Bois, e o primeiro se dirige para o norte e o segundo, para o sul.

Anicuns, onde nasce o mais meridional dos formadores do Tocantins, é um município cuja sede se fundou em 1809, devido a uma rocha com filões de ouro.

Avaliou-se, pelo impôsto do quinto, que se extrairam 170.000 oitavas de ouro. O extravio, porém, foi tanto que a Metrópole decidiu tomar medidas severas para que seus cofres não se prejudicassem: a única solução oferecida foi dizimar toda a raça muar e cavalar da área. Admitiu-se que desse modo os contrabandistas não fugiriam da perseguição, pois não teriam mais montadas.

O povoado nunca progrediu. Cem anos depois contava 250 habitações. A alimentação insuficiente, a pobreza de certos sais naquelas águas, originaram grande percentual de portadores de bócio e de cretinismo endêmico entre a população, como ainda hoje se observa nesse atrasado município de Goiás.

O rio Uru, deixando a antiga fazenda do Limoeiro de Anicuns, inclina-se para nordeste e, após 300 km de curso, desemboca no rio das Almas, que pende para noroeste.

No triângulo formado pelo Uru e rio das Almas encontram-se vários ribeirões e rios menores, cujas nascentes se avizinham, e, ora correm para um, ora para o outro rio. Grandes matas cobrem essa área intensamente irrigada e de clima

ameno. Há selvas ainda inexploráveis, como a mata de São Patricio, a jusante da confluência destes dois rios.

Nas margens do Uru, mais do que nas do rio das Almas, fixaram-se nestas duas últimas décadas muitos mineiros vindos de Paracatu e do Triângulo. Plantam cereais e trouxeram o gado zebu.

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO XXII

(1) VIRGÍLIO MARTINS DE MELLO FRANCO — *Viagem a Palma, 1876*.

(2) Embora conhecidas há dezenas de anos, só neste decênio, as jazidas de níquel da Serra da Mantiqueira, em São José de Tocantins, chamaram a atenção da coletividade brasileira.

Os teuto-brasileiros e alemães sempre tiveram tropismo para essas minas.

Em 1908, os irmãos Brockes, de Blumenau, percorreram os arredores de São José e verificaram a natureza e a enorme quantidade do minério.

Depois de 1918, o níquel se tornou um metal precioso devido à sua variada aplicação na indústria bélica e como material de embalagem para a indústria alimentar.

Os teuto-brasileiros adquiriram os terrenos niquelíferos de São José e, em 1932, quando os novos planos imperialistas alemães entraram em execução no mundo, as minas passaram à "Empresa Comercial de Goiás", constituída por capital alemão.

Iniciou-se a exportação desse minério em 1938 e a primeira remessa, uma tonelada, seguiu para o Japão. Em 1939, 90 t, em 1940 89 t e em 1941, 439 t tomaram o caminho da Alemanha. Nesse período, apenas 2 t seguiram para os Estados Unidos.

Em 1938, os ministros da Agricultura e Viação autorizaram a viagem de uma comissão às jazidas de níquel de São José com o fim de completar o estudo dos depósitos iniciado pelo eng.º L. J. Morais e especialmente para achar a solução do escoamento do minério para nossos portos de exportação.

O chefe dessa comissão, eng.º Othon Leonardos, optou pela ligação ferroviária dos trezentos quilômetros que separam São José do Anápolis, atual ponta de trilhos da E. F. Goiás, articulada à rede ferroviária que atinge o porto de Santos.

O eng.º Othon Leonardos observou "vastas dimensões das veias de minério que ocorrem como faixas dos próprios piroxenitos e peridotitos em extensões de mais de 20 km" e admite que "a reserva total previsível de minério níquelífero se eleva a dezenas de milhões de toneladas".

O teor mais elevado de níquel nos minérios até então encontrados atingiu 28%; o comum é de 3%.

Os depósitos de Goiás são superiores em quantidade e qualidade aos de Livramento e Ipanema em Minas Gerais. Situam-se ao lado dos maiores depósitos conhecidos do mundo — Canadá, Nova Caledônia, União Soviética. Mas, enquanto os depósitos destas regiões já fazem parte da produção industrial das nações que os possuem, os nossos ainda estão na fase da produção extrativa mineral.

(Dados colhidos do relatório do eng.º Othon Leonardos e da Seção de Pesquisas Econômicas do Conselho Federal de Comércio Exterior, 1942).

(3) A informação registrada sobre a navegabilidade do Maranhão é de terceiros.

O meu itinerário não abrangeu este rio.

AMÉRICO BARBOSA DE OLIVEIRA — *Vale Tocantins-Araguaia*, relatório do Ministério da Viação, 1941, pg. 98, chega à conclusão de que "é de tal modo dificultosa a navegação no rio Maranhão que preferimos não cogitar de melhoramento algum no rio".

XXIII

O Portugal do século XVI ligava-se à Europa apenas para vender os produtos que suas frotas traziam de terras distantes.

O seu desenvolvimento econômico fôra conseqüência da paralisação do comércio no mar Mediterrâneo e da circunavegação da África. Cada ano, uma frota de sete navios contornava a África e unia a Europa à Ásia pelo caminho que os portugueses descobriram.

O Alto-Tocantins significou para Portugal um segundo Moçambique.

As frotas que assim saíam de Lisboa levavam quinquilharias e panos adquiridos por baixo preço nos portos europeus do Atlântico, e voltavam com carregamentos onde predominavam as substâncias aromáticas do Oriente. Os almirantes portugueses conseguiram exclusividade de troca dessa mercadoria com os soberanos orientais. Obtinham-na por preço vil e vendiam-na caro em Lisboa aos mercadores europeus.

Naquela época já se praticava a "queima" dos produtos, quando existiam em abundância no mercado. Lisboa do século XVI assistiu a fogueiras de substâncias aromáticas quando o seu excesso ameaçou a alta do preço. Portugal se preocupava mais em queimar mercadorias que indivíduos acusados de heresia, como era comum,

naquele tempo, em outros países da Europa convulsionados por lutas religiosas e políticas.

Predominava em Portugal a mentalidade mercantil quando se descobriu a nossa terra.

O nosso país começou como colônia de produtos extrativos vegetais e agrícolas. O açúcar em bruto era carregado para Portugal. A refinação fazia-se em Lisboa; uma colônia nunca deve apresentar o produto preparado ao seu dono. Este é que o prepara e depois vende-o à colônia.

No início, o Brasil pouco interessou ao dono. O próprio descobridor seguiu a rota comercial do Oriente, a que se destinava.

O imediatismo português queria o que estava à flor da terra e próximo do litoral, para que as naus aportassem, se enchessem e regressassem sem perda de tempo.

As montanhas que cercam o litoral, de Vitória para o Sul, os rios que esbarram na Chapada Diamantina, de Vitória para o Norte, a luta pela posse da terra oferecida pela nação indígena vizinha do mar, perturbando a penetração, reforçaram o critério português de permanecer na costa. As suas primeiras "entradas" não tiveram o ímpeto do desbravamento. Não pretendiam perder de vista o Atlântico, que os ligava à pátria, onde se trocavam as mercadorias obtidas na colônia.

Tiveram sorte em manter o litoral fora da cobiça e dos planos de colonização estrangeira. Livres dos espanhóis com o "statu quo" da bula papal que dividira o mundo entre as duas nações da Península Ibérica, também escaparam das ambições francesas devido à política interna que minava a Casa dos Valois. O plano, por exemplo, do Almirante Coligny que, em 1555, pretendia criar

uma nova pátria no Rio de Janeiro para os protestantes perseguidos da França, se desfez, mais pela incompetência e oportunismo de Nicolau Durand de Villegagnon que pelo contra-ataque dos portugueses.

Entretantes, o ouro começou a desempenhar um papel normativo como elemento expressivo do valor das coisas, igualando-se e suplantando depois a prata.

A frota de sete navios que ia a Goa, onde se trocavam as mercadorias orientais, enchia-se com o ouro de Moçambique. De simples metal de adorno, o ouro, nos fins da Idade Média, passou a ser moeda. Os portugueses impediram o comércio na colônia de Moçambique, pois se os produtos chegassem ao seu pôrto, haveria roubo na certa, os impostos seriam burlados e o rei de Portugal não estava para isso.

A "economia lucrativa" predominou, então, de modo absoluto sôbre a "economia de satisfação das necessidades".

A nova gente que se formou no planalto de Piratininga rasgou os sertões e descobriu o ouro que os portugueses tanto queriam. Os bandeirantes ao alargarem os limites de sua terra, nos séculos XVII e XVIII, abriram caminhos no interior do Brasil, que serviram ao rei de Portugal.

Depois do açúcar do litoral, o Brasil apresentou-se ao colonizador como um segundo Moçambique.

As povoações da região onde correm as águas formadoras do Tocantins tiveram então ligação com a Província de São Paulo. Os caminhos eram picadas no mato ou trilhas nos campos. Não interessava a Portugal construir estradas ou fixar ha-

bitantes no Brasil Central. O que êle queria era a drenagem do ouro.

Não se faziam plantações. As aglomerações humanas transferiam-se de um local para outro conforme iam sucedendo as descobertas das novas minas. Muitas vêzes morria-se de fome onde se arrancava ouro. Não existiam viveres, os caminhos não eram rotas comerciais livres e estavam fechados e policiados pelos servos d'El-Rei nos registros e contagens para que se não verificasse o contrabando. Acontecia nas nascentes do Tocantins o que sucedia em Moçambique.

Os portugêses, porém, não souberam fazer de Lisboa um mercado mundial, apesar de serem detentores das rotas marítimas.

A cidade que mais lucrou com o trabalho dos negros, paulistas e mestiços, que morriam de fome e malária na mineração das nascentes do Tocantins, foi Anvers. Era para esta cidade que Portugal mandava os produtos trazidos das Índias Orientais e Ocidentais.

Depois, os inglêses e holandeses impediram que Portugal continuasse com o monopólio da rota marítima das substâncias aromáticas do Oriente. As vantagens da rota do ouro do Ocidente também decresceram.

O ouro aluvial, embora de fácil obtenção, se esgota rapidamente; as reservas principais encontram-se nas rochas, mas exigem uma exploração mais árdua. As rochas que talharam à custa do trabalho dos escravos uma vez esgotadas na periferia, as abandonaram. As aglomerações humanas que se formaram na área da mineração entraram em decadência. De milhares de habitan-

Extinta
a mineração, o
Alto-Tocantins
se comunicou
com Belém
do Pará.

tes, reduziram-se a centenas. E, não é sem melancolia que o viajante atravessa as povoações do Alto-Tocantins, ao ver algumas casas senhoriais desmantelando-se em ruínas e transformadas em estábulos.

Abandonaram-se os caminhos que as ligavam à Província de São Paulo, interromperam-se as comunicações com o Sul, onde principiava a civilização européia.

Iniciou-se outra fase de comunicações com o Norte. Usou-se então o Tocantins como *via do sal*. Esta consistia nos 1.700 km fluviais de Palma até Belém do Pará.

Aboliu-se a proibição do tráfego pelo Tocantins, criada para impedir o contrabando do ouro, mas o obstáculo das corredeiras continuou. Levavam oito meses nessa viagem.

Enquanto a navegação do Tocantins permanecia na fase de embarcações movidas a braços humanos, adaptou-se a do São Francisco à fase dos barcos a vapor. O novo meio de transporte proporcionou o desenvolvimento das povoações ribeirinhas do São Francisco e de seus afluentes e elas centralizaram o comércio de uma vasta região, estendendo a sua influência, para oeste, até as margens do Tocantins.

As cidades do São Francisco tomaram o lugar de Belém do Pará, cuja influência comercial se estendia até o Alto-Tocantins.

Os comerciantes não conhecem distâncias nem obstáculos nos caminhos. Penetram em lugares desconhecidos e, passando e repassando as mesmas linhas naturais de circulação, criam frequentemente as vias de comunicação.

Após a decadência da mineração, o centro de gravidade comercial do Tocantins era Belém do

Pará. Carreavam os produtos pela via fluvial em viagens de oito meses; mas o comerciantes vindos da Bahia alteraram a sua rota.

As estradas cavaleiras substituíram a aquavia e o movimento comercial se deslocou para leste.

Atualmente, no vale do Tocantins as cidades que estabelecem zonas de influência comercial são as seguintes:

Belém do Pará: Baixo-Tocantins até Boa-Vista. Esta zona corresponde à área de produção extrativa vegetal.

Grajaú e Balsas, do Estado de Maranhão: Médio-Tocantins até Pedro Afonso. Corresponde à área pastoril.

Barra e Barreiras, do Estado da Bahia: Alto-Tocantins até Palma e povoações do planalto Central. Inicialmente, a cidade de Januária ocupava o lugar das duas cidades baianas, para onde transitam os produtos da pecuária, peles de animais silvestres e o ouro de aluvião do Alto-Tocantins.

Belém do Pará, Grajaú, Balsas, Barra e Barreiras enviam o sal e mercadorias para o vale do Tocantins.

Os viajantes comerciais do Maranhão vão e voltam até Pedro Afonso, e, daí por diante, rio acima, são os baianos que colocam a população do Tocantins sob a dependência das firmas para as quais trabalham.

Com eles, e atrás deles, vêm os costumes, as idéias. Notam-se no Médio-Tocantins expressões

idiomáticas do Maranhão, do Piauí; e no Alto-Tocantins o modo de falar e atitudes dos baianos.

* * *

O sertanejo goiano do Alto-Tocantins, descendente de paulistas, portugueses, negros escravos e índios prisioneiros que se dedicavam à mineração, acostumou-se a uma vida primitiva naquele sertão. Caracteriza-se pela boa-fé. Mostra a alma na palma da mão. Desprevenido de qualquer artifício mental de defesa, vive com grande displicência. Não tem ambições. A fertilidade do solo que o cerca imprime-lhe serenidade de espírito. É mais tranqüilo que o *felá*, pois não precisa, como êste, aguardar os "presentes periódicos do Nilo"; êle recebe perenemente as dádivas de sua terra.

Não tem preocupações para obter o que comer.

Se planta 2 litros de arroz, nas "enseadas", colhe 1.600. A farinha, êle a extrai da mandioca, que nasce até sob as pedras. Nos rios, é só levar a tarrafa: traz o peixe e a gordura. Na caatinga, é armar a arataca ou "esperar" com a espingarda picapau: obtém caça e toucinho. Nos gerais, é laçar uma rês e tem carne quando quer.

Se, por acaso, está sem nada em casa, vai ao vizinho e pede um lambo de carne, um prato de farinha; uma, duas, três vêzes, quantas fôr, traz. Na hipótese de um dia o vizinho estar amuado, entra no mato, arranca uns "cabecudos" (palmitos), com o cerne faz a farinha; encontra uma colmeia de abelhas "chupé", carrega uma cabaça de mel. Com farinha e mel silvestre muita gente vive naquele sertão, quando não se dispõe a trabalhar.

Os goianos do Alto-Tocantins chamam de baianos a todos que vieram de fora.

Os baianos utilizam-se do Alto-Tocantins como zona de transição para comerciar em São Paulo.

Quem é ativo e ambicioso é baiano, não tem por onde. Na verdade, o baiano da zona de Barreiras, que atravessa a Serra Geral, não dorme de dia como o goiano. Dizem lá:

“baiano que chega de alpercata poída, quando a gente dá fé está montado”.

Quase sempre a história do baiano naquele sertão é a seguinte: chega como mulambo e se instala nas terras devolutas, ou pede a um proprietário para morar em sua propriedade.

Os donos daqueles latifúndios cedem facilmente as áreas aos recém-chegados. Possuem certo orgulho em dizer que suas terras são as mais povoadas, pois isso significa que são as melhores.

Aí, das palmeiras e outros paus constrói sua choupana.

Faz uma pequena roça enquanto consome o que obteve de um “adiantamento” do latifundiário. O “adiantamento” consiste na troca de arroz, feijão, carne de sol, sal e toucinho por algum tempo de trabalho como vaqueiro.

Depois, ocorre o caso de o baiano vender ao proprietário das terras os produtos da roça que plantou: a quarta de arroz (40 litros) a 3\$000; de feijão a 8\$000; de farinha a 4\$000; de milho a 3\$000.

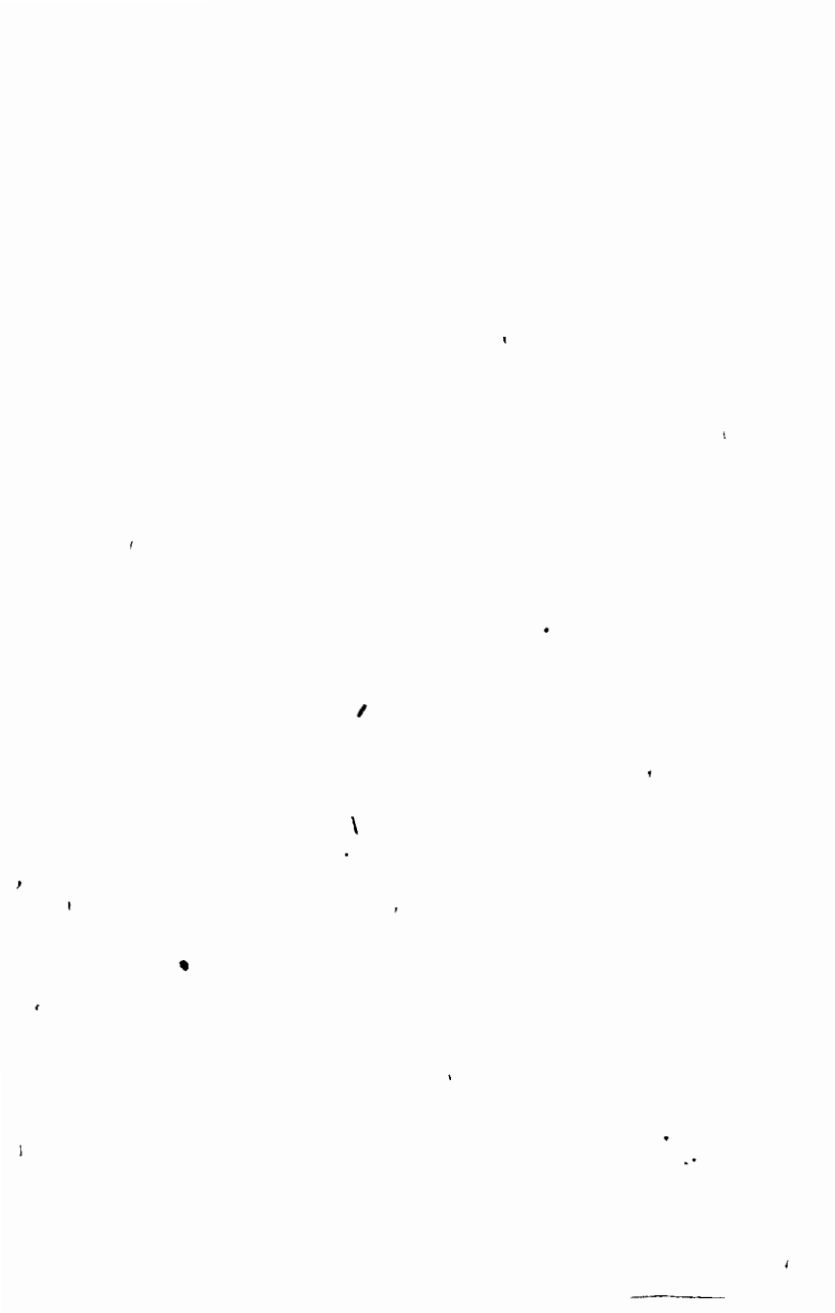
Pouco após, como vaqueiro, retira os bezerros que lhe couberam da produção das vacas. Cria os seus biguás e vende-os mais tarde.

Em seguida passa para o comércio. Vai e volta a Barreiras, traz mercadorias, leva “estí-cados”.

Em dez anos “o baiano de alpercata poida está montado”. A agricultura, o pastoreio, foram um meio: o objetivo era o comércio.

Muitos dêles, conforme ouvi de mais de um baiano, têm um “ideal” mais avançado: arranjar dinheiro com suas traficâncias e seguir para São Paulo. A Meca, a Canaan desejada daquela gente ativa é São Paulo. São conterrâneos de outros baianos que não passam pela “etapa goiana”, dos que partem de Carinhanha, vão a Conquista, dirigem-se para Montes-Claros, em Minas Gerais, onde embarcam na Estrada de Ferro Central do Brasil, para chegarem a São Paulo.

Mas, os que estiveram em Goiás amealharam dinheiro; e iniciam a vida na Canaan como comerciantes, ao passo que os outros se espalham pelas fazendas de café e algodão, pelos empregos de transportes, etc. E, tanto uns como os outros merecem dos paulistas o mesmo juízo que dêles fizeram os goianos: “baiano que chega de alpercata poida, quando a gente dá fé está montado”.



XXIV

29-8-1935 — De Palma prosseguimos viagem para Arraias.

Não há estradas. Existem trilhas estreitas, que de vez em quando desaparecem, se dividem ou se subdividem em muitas outras pelos platôs do agreste. Muitas vêzes, essas trilhas são formadas pelos rastos de reses e, se não fôsse o guia, nos perderíamos naquela confusão de veredas. Só êle distingue o caminho do gado da "estrada real".

Deixamos de vez
as margens do
Tocantins.

As distâncias calculam-se pelo passo do animal — uma hora de viagem vale uma légua. Cada informante tem seu cálculo; por isso, raramente, coincidem as informações sôbre a quilometragem de um determinado percurso.

Entre Palma e Arraias, na direção sueste, as trilhas que cavalgamos têm aproximadamente 200 km: gastamos quatro dias. É um deserto: contei cinco palhoças.

Naquela estação do ano, os córregos secos privaram-nos da facilidade de encontrar água, como não acontecera até então. Sob o sol ardente, nessa área de estrutura sílico-argilosa e vegetação quase nula, tem-se a miragem da água. Não escapamos a êsse fenômeno da refração da luz, quando ela

passa de um para outro meio de densidade diferente.

À medida que nos aproximamos de Arraias, o terreno, pertencente à "Série de Minas", ascendia. Caminhávamos para as escarpas da Serra Geral, deixando de vez as margens do Tocantins.

As trilhas tornaram-se de difícil acesso, em rampas aclives, fechadas entre blocos de granito e *gneiss*, pouco antes de alcançarmos Arraias.

Esta cidade, encravada na Serra, possuía 229 prédios, todos cobertos de telhas com exceção de 35 palhoças. Nas ruas, encontramos as lajes de itacolumito que já víamos em Pôrto-Nacional e Natividade.

A temperatura, variável entre 18° e 22° C era nos agradável, depois do percurso que acabávamos de fazer com a média de 28° C.

A população servia-se da água que minava das rochas circunvizinhas. A nossa pesquisa de insetos hematófagos em todos os cantos da cidade foi negativa.

Em Arraias encontramos o primeiro juiz de direito. Os juizes das comarcas goianas de Boa-Vista, Pôrto-Nacional e Natividade estavam ausentes durante a minha passagem. O velho juiz de Arraias enchia o tempo com conversas e carinhos para com sua jovem companheira.

Os habitantes de toda aquela região, geralmente, não discutem seus direitos perante os tribunais de justiça: resolvem as pendências por intermédio de amigos das partes ou do juiz da comarca, encarado como amigo e não como autoridade.

E' um grande
seio de Abraão
êste vale que
percorremos.

Uma ou outra causa de crime desperta a mordorra das comarcas.

Visitei as cadeias das povoações do Tocantins. Eram casas que se distinguiam das outras por terem grades de ferro ou de madeira em algumas janelas. O recenseamento dos presos foi o seguinte: em Boa-Vista, 2 réus por crime de homicídio; em Filadélfia, 0; em Pedro Afonso, 2 réus por homicídio e agressão; em Piabanha, 0; em Pôrto-Nacional, 1 réu por homicídio; em Natividade, Palma e Arraias, 0.

O crime de roubo é raro. O assassinio verifica-se geralmente devido a rixas dos chefetes políticos locais.

* * *

A vinda de D. João VI para o Brasil, além de outras conseqüências para a colônia, teve o mérito de revelar as intrigas da Côrte, o mercantilismo das nomeações dos Capitães-Generais e outras baixezas aos nacionais e portuguezes, que possuíam outro conceito, ou se supunham inferiores aos homens do até então distante govêrno de Ultra-mar.

A Independência do Brasil evitou que a Província de Goiás se dividisse.

Os Governos que exploram o povo sobrevivem enquanto se conservam como tabus.

Nos primeiros anos do século passado, também em Goiás, já não se obedeciam às cegas as ordens do Capitão-General.

A invectiva contra os impostos extorsivos, o contrabando já não mereciam a repulsa de certos conservadores, como em épocas passadas. Viam que o trabalho dos brasileiros redundava em be-

nefício exclusivo da Coroa e dos servidores de El-Rei, que êstes não os sobrepujavam em qualidades e, muitas vêzes, lhes eram inferiores em caráter, ilustração e posses.

O Capitão-General Manuel Inácio de Sampaio não respeitou as ordens régias de 18 de abril de 1821 sôbre a formação dos Governos provisórios. Alguns goianos não satisfeitos — como o capitão da tropa Felipe Antônio Cardoso — e que já sabiam do movimento independente esboçado no país, se insurgiram contra a não formação do conselho governativo. Mas, foram presos.

Seus companheiros, porém, levaram avante a idéia de separar o norte da Província da direção de Sampaio. Pertenciam aos primeiros núcleos de mineração, aos antigos julgados de São Félix, Cavalcante, Palma, Natividade e Arraias, e se reuniram para obter os favores da Côrte contra o Capitão-General. Êste teve receio de enfrentá-los e achou prudente colocar-se dentro da lei, para melhor se defender: criou o govêrno provisório com alguns amigos e ficou na presidência do mesmo, como já tinham feito outros Capitães-Generais das demais Províncias.

Porém, os acontecimentos se precipitaram fora de Goiás e se refletiam na Província. A Regência do Príncipe, o "Fico", redundaram na saída de Manuel Inácio.

Apesar disso, os insurgentes dos antigos julgados do norte continuaram com a idéia separatista.

O brado do Ipiranga retumbou em Goiás no dia 1 de janeiro de 1823, quando os chefes políticos de São Félix, Cavalcante, Palma, Natividade e Arraias ainda se exaltavam na disputa dos favores

da Côrte de Portugal. Palma já se tinha declarado Província independente. O Capitão Felipe Antônio Cardoso, egresso da prisão do Capitão-General, e que se achava em Arraias, andou pelos julgados a proclamar a Independência do Brasil, mas era contrário à união do Norte com o Sul de Goiás. Muitos atores da independência dos povos agem por questões locais ou pessoais, e, não pelos benefícios e harmonia de vida que a independência traz às nacionalidades.

Para pacificar aquêles ânimos, integrar os brasileiros na nova comunhão que se edificava sob a regência do Primeiro Imperador, e, para atender a uma remota possibilidade de contra-atacar os portugueses sob Francisco Paula Ribeiro — que terminaram os seus dias nas mãos dos vaqueiros do Médio-Tocantins —, o Coronel Raimundo da Cunha Matos aquartelou-se em Arraias.

A viagem do Governador de Armas Cunha Matos serviu para desvanecer o remanescente dissídio de Felipe Antônio Cardoso e seus companheiros, e, deu motivo à publicação do "Itinerário do Rio de Janeiro a Goiás", livro que retrata várias minúcias da vida daquela Província, no início do século passado.

* * *

Tive oportunidade de apreciar, em Arraias, parte de uma festa mista, pagã e cristã, descrita por Cunha Matos há mais de um século.

Trata-se da festa do Divino Espírito Santo, cuja data é móvel. No tempo do Governador de Armas chamavam-lhe festa do "Império e do Reinado", à qual assistiam 2.000 espectadores.

Naquele tempo trabalhavam na mineração da circunvizinhança de Arraias alguns milhares de escravos.

A festa antiga consistia no programa diurno, em que cavaleiros apostavam corridas nas ruas cheias de lajedos e, no noturno, que era a procissão do "encontro".

Doze negros e doze negras cobriam-se com camisolas brancas e saíam à rua, cantando e batendo em paus, cabaças e pandeiros em louvor da padroeira Nossa Senhora do Rosário. A figura do "Imperador" ia, com o cetro e a coroa, no meio dos outros. E, ao chegarem à capela, iniciava-se a missa cantada. No adro, um bando de pretos saracoteava e cantava lundus, enquanto o "Imperador" permanecia beijando o crucifixo.

Entrementes, saía da matriz a comitiva do monarca branco que "se encontrava" com a do monarca prêto. Iniciava-se então a pândega, com abundantes comes e bebes. escala.

A parte a que assisti dessa festa foi a procissão da meia-noite, onde as personagens, vestindo camisolões brancos, conduziam velas. E o canto era uma mistura de lundu referido por Cunha Matos, com a ladainha católica.

Estávamos na seção do vale do Tocantins onde a influência do negro se processou em maior

No isolamento
em que vivem,
os habitantes do
vale do
Tocantins
se interessam
apenas pelos
fatos locais.

* * *

Passei o 7 de setembro em Arraias, onde, como nas outras povoações daquela região, as datas da nacionalidade não têm repercussão.

São dias como os outros.

Os domingos também são iguais, exceto na vestimenta dos habitantes que envergam melhores roupas e os homens fazem a barba.

Naquelas cidades, em qualquer dia, a tôda hora, há tempo para prosear. As competições, o progresso inda não chegaram para alterar a pasmaceira.

Os moradores, isolados dos outros centros, só se interessam pelos fatos locais. O último acontecimento nacional que recordavam era a passagem naquela região dos revoltosos de 1924. Dez anos depois, lembravam-se com minúcias das ações dos que compunham o grupo de fugitivos, mas não tinham noção da origem e das conseqüências da marcha daqueles brasileiros que atingiram a Bolívia.

Diziam que Luís Carlos Prestes era um homem calado, só ouvia o que os outros falavam, e que, depois de ter dormido na cama do Bispo dominicano de Pôrto-Nacional, saiu com as botas de Sua Excelência. De Juarez Távora recordavam-se do verbo inflamado com que arengou para o público.

Em Arraias, apresentaram-me ao fazendeiro, que, na passagem da Coluna Prestes, trancou sua besta no quarto de dormir, durante quatro dias, amarrando um lenço no queixo do animal, para que não rinchasse. O homenzinho conseguiu, com êsse expediente, evitar que os soldados requisitassem a sua preciosa besta.

Muitos ironizavam a perseguição que a coluna rebelde de 1924 sofreu dos legalistas. Estes chegavam sempre com um dia de atraso no ponto

de onde os revoltosos haviam partido; esperavam um dia, e continuavam a perseguição com a esperança de nunca haver combate.

* * *

Arraias foi o ponto terminal do percurso que fiz a cavalo.

Despedi-me do camarada Jorge Francisco, que me acompanhou desde Marabá. É indispensável, nas viagens do sertão, ter um servidor dêsse tipo leal, arguto, conhecedor quer das dificuldades fluviais quer das trilhas do agreste.

O telégrafo transmitiu-me o aviso para que aguardasse o automóvel do Serviço de Febre Amarela, que partira de Anápolis, a última cidade da Estrada de Ferro Goiás.

Havia anos que não chegava automóvel em Arraias, e a notícia do telegrama esparramou-se.

O Prefeito providenciou a construção de uma ponte sôbre o rio Bezerra, na entrada da cidade, para que o auto percorresse as ruas. A expectativa era grande e mais de uma vez anunciaram-me que tinham ouvido o ronco do carro, e se enganaram. Afinal, um Chevrolet, modelo 1934, aturdiu aquêles ares. Todos vieram apreciar o carro, pois, até aquela data só conheciam os Fords de modelo 1929. Crianças e adultos alegraram-se quando permiti que o chofer desse umas pequenas voltas com êles. Os arraienses, em relação ao automóvel, ofereciam-me o mesmo espetáculo de curiosidade, a que assisti em 1932, numa cidade paulista da Noroeste, onde um avião transportou em vários e curtos vôos a população que se apinhava no campo de aterragem.

Em 1935, a presença de um automóvel no Alto-Tocantins era um acontecimento extraordinário.

Na vastidão de nosso território, a experiência de seus habitantes com a técnica varia de um ponto a outro.

Na mesma época, enquanto uns rodeiam curiosos o automóvel, outros se admiram do aeroplano.

No dia 15 de setembro partimos de Arraias, que, provavelmente, por muito tempo, não veria outro automóvel.

Abandonamos a viagem morosa e desabrigada da tropa de muares, mas não foi sem incômodo que encetamos o percurso de automóvel. Não havia estradas. O carro andava no agreste pelas mesmas trilhas dos "caminhos reais". A galhada roçava constantemente a carroceria, quando não nos obrigava a parar. Repetidas vezes tínhamos de desobstruir o caminho, que, na vinda, o chofer já abrira a foice e a enxada.

Passamos os povoados de Campos Belos, com 80 habitações, e de São João do Galheiro, com 65 habitações, e chegamos a São Domingos, após dez horas de viagem.

No dia seguinte, atravessamos, nas suas origens, os leitos quase secos dos rios Água-Quente, afluente do Paranã, e o Arrependido, subfluente do São Francisco. Estávamos no Espigão Mestre, no chapadão divisor das águas da bacia do Tocantins e do São Francisco.

Nesse chapadão, os limites da Bahia e Goiás são imprecisos. A linha simples e reta que se vê em nosso mapa político é pura abstração. Frequentemente, aquêles raros moradores não nos podiam informar em qual dos dois Estados nos achávamos.

Os raros habitantes do Espigão Mestre, que separa Goiás da Bahia, desconhecem os limites dos dois Estados.

De uma feita, demos “carona” a um sertanejo conhecedor da região, e êle nos anunciou que iria mostrar uma “vereda”, onde dois buritis, um do lado da Bahia, outro do lado de Goiás, serviam de balizas. Chegados ao local, só existia um buriti, o outro desaparecera, possivelmente sob as machadadas de alguém. E o nosso companheiro não soube dizer onde começava a Bahia ou terminava Goiás.

O platô que percorremos em parte tem uma altitude que varia em tôrno de 1.000 metros. É uma extensão de terra de aproximadamente 600 km, que vem desde São José do Duro até Riachão. São terras devolutas que, em muitos pontos, inda são desconhecidas.

Assistimos nesse altiplano, onde, como em alto mar, o horizonte se confunde com o céu de todos os lados, a extravagantes e colossais redemoinhos. As queimadas haviam enegrecido o solo sílico-arenoso, e o vento levantava a poeira escura formando cones de 10 metros de altura. De longe, davamos a impressão de enormes fantasmas que andavam de um lado a outro.

A cumiada do altiplano é desabitada. Os únicos mamíferos que encontramos foram os viados campeiros ou catingueiros. Também lhes chamam garapus ou fubocas. Sua galha é um V liso, e, contamos no chapadão, num percurso de 30 km, nove dêsses viados.

Não há água no chapadão. Conduzimo-la em latas de gasolina para esfriar o radiador que fervia constantemente, com os alvéolos tapados pelos espículos ou “tucuns” que se levantavam no feixe de pó produzido pela marcha do carro. Êsses

espículos, além de obstruir o radiador, penetravam nos pneus, e, por oito vêzes, furaram as câmaras de ar.

Saindo de Posse às 6 horas passamos em Riachão ao meio dia, e chegamos ao anoitecer num outro povoado, Sitio D'Abadia.

São pequenas aglomerações de clima frio e saudável e livres da malária. Nas suas proximidades se cria o gado sem bernês. Foram as rézes mais sadias que vimos em nossa viagem. Boiadeiros de Paracatu, invernistas mineiros, as vêm comprar pôr bom preço e as conduzem em viagens longas para os seus pastos.

Entre dezenas de quilômetros, uma vez ou outra, nos colos do altiplano, pequenas lagoas, circundadas de gramíneas e buritis, brillam nas baixadas. Viam-se então, enfeitando a paisagem, bandos de garças e patos selvagens.

Uma ave que nos despertou a curiosidade, por ser abundante nessa região, é a curicaca (*Plegadis guarauna*). De côr parda, do tamanho de uma galinha, põe três ovos por ano e na estação sêca, nos buritisais. Dêsses ovos saem geralmente, um macho e duas fêmeas, sendo estas mais dóceis e fâcilmente domesticáveis. Alguns indivíduos têm-nas em casa, mas a maioria não as quer porque julgam ser essa ave sujeita ao ciclo menstrual. As fezes das fêmeas aparecem uma vez por outra tintas de vermelho, devido a uns brotos que inge-rem e que sofrendo a transformação digestiva tomam a côr rubra. Daí a crença de uma função fisiológica inexistente.

O automóvel ainda é um veículo impróprio para aquela área, onde as estradas são apenas passagens favorecidas pela natureza.

Após o percurso de 450 km, durante uma semana, alcançamos a cidade de Formosa.

Foi nesse local que, em 1894, se concentrou a Comissão do Planalto Central, chefiada por L. Cruls, para os estudos dos 14.400 km² destinados à futura Capital do Brasil.

Ao entardecer, antes de entrarmos nas ruas de Formosa, A paisagem desmente o nome que deram à lagoa Feia. bordejamos a lagoa Feia. Nela nasce o rio Preto, da bacia do São Francisco.

A lagoa, de 5 km de comprimento por 1/2 de largura, cobre-se de água-pés (*Nymphaeas*), entre as quais se insinuam as canoas dos pescadores. As ramagens de esguios e altos buritis filtravam a luz vermelha do poente. Delas se levantavam assustados bandos de araras.

Vimos a luz elétrica depois de 1.500 km de percurso.

Desde Belém do Pará não encontramos hotel. Afinal, após 2.000 km, nos hospedamos na estalagem de Formosa.

O hotel, porém, não tinha a comodidade que imaginávamos. O banho, como nas outras localidades que acabáramos de percorrer, tomava-se no córrego. Em compensação lemos o "Estado de São Paulo", apenas com atraso de 5 dias. No médio e alto-Tocantins os jornais só chegavam após duas, três semanas de viagem.

Formosa, antigo arraial de Couros, formou-se no início do século XIX como aglomeração de passagem. Era o pouso de viajantes que transitavam pelas picadas da Bahia ou de Minas. A gente que

regressava das minas auríferas do alto-Tocantins passava por Couros. Os vaqueiros que passavam com o gado cobriam as habitações primitivas, com "esticados" ou couros, e daí o nome do Arraial.

Em 1843, o Arraial de Couros, já uma vila, tomou o nome de Formosa da Imperatriz.

O maior número de seus habitantes era de mineiros, e, até hoje, a ligação de Formosa, com Minas Gerais é apreciável, tanto pelo comércio como pelos costumes.

A 900 m acima do nível do mar, em terreno plano e de côr vermelha, a cidade representa o extremo-norte de um caminho utilizado pelo transporte motorizado. Automóveis e caminhões ligam-na, num percurso de 240 km, a Vianópolis, estação da Estrada de Ferro Goiás.

O tráfego dêsses veículos, porém, é diminuto e se faz na sêca, pois, nas águas, o caminho dificulta extraordinariamente êsse meio de transporte.

O gado continua sendo conduzido até Paracatu de Minas, que dista também 240 km de Formosa.

Em 1935, a cidade contava aproximadamente 2.000 habitantes. Como em Pôrto-Nacional, o edificio da Missão Dominicana era o melhor prédio de Formosa.

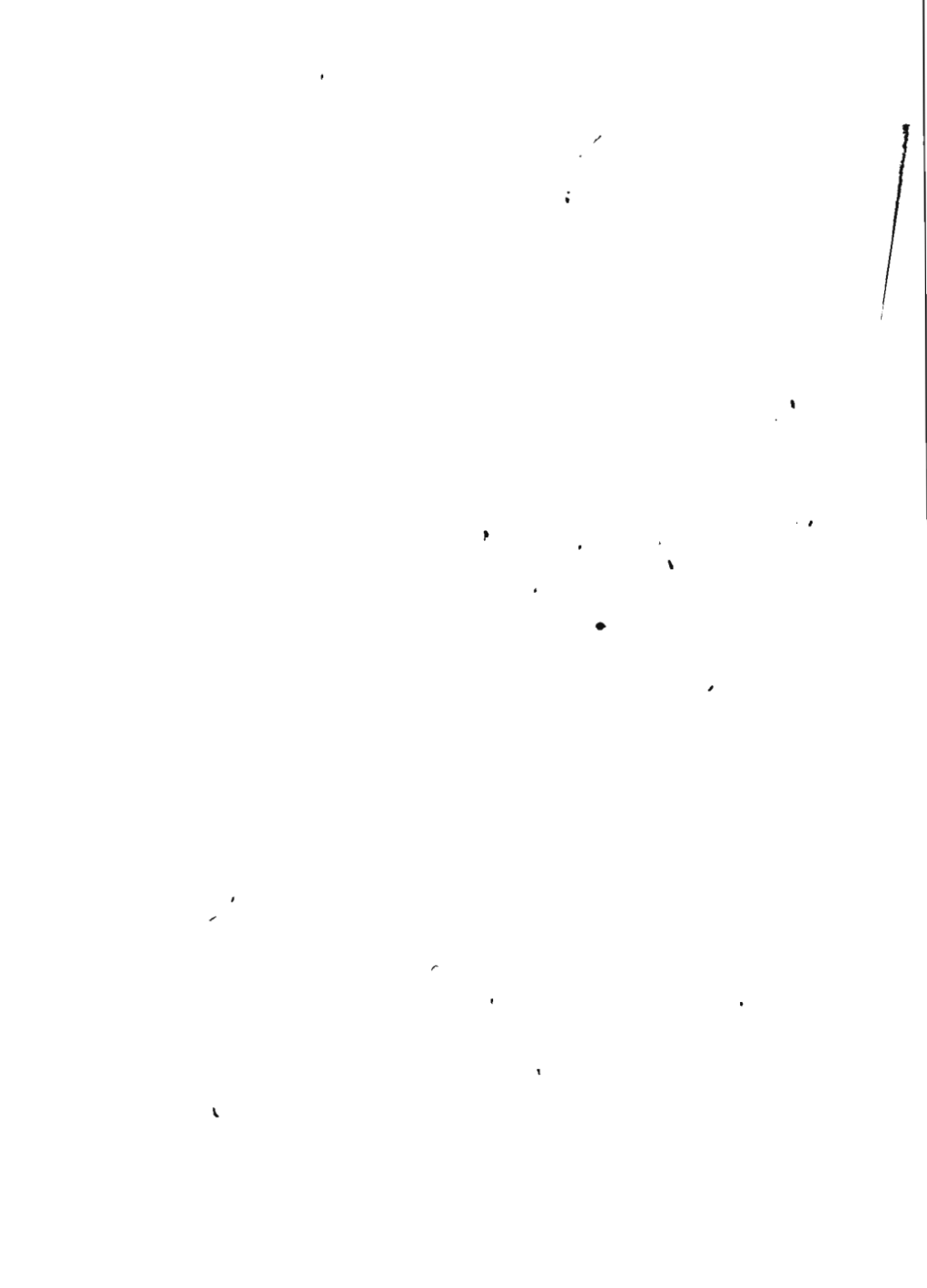
Continuava deserta a área que as razões e o entusiasmo dos governantes e técnicos de 1894 designaram para a futura Capital do Brasil.

Rumamos, em direção a oeste, para alcançar Anápolis, a cidade que vira um trem de ferro, pela primeira vez, em 1935.



O S U D O E S T E G O I A N O

Pecuária, garimpagem e produção agrícola



O Tocantins, em 2/3 da extensão, é um rio goiano. Atravessa o centro do Estado e estabelece o limite de Goiás com o Maranhão.

Goiás ocupa o centro da extensão territorial do país e nêle nascem rios que correm para as três bacias brasileiras: amazônica, platina e do São Francisco. Com o critério antropomórfico de analisar-se a natureza, não é sem razão que chamamos Goiás de coração do Brasil: é o ponto de onde partem artérias fluviais para os quatro rumos.

A descrição do vale do Tocantins corresponde à da região Norte do Estado de Goiás.

O divisor das águas que se dirigem para o Norte e para o Sul baliza as duas regiões geopolíticas do Estado: Norte e Sul. Nessas duas regiões a floresta tropical ocupa 15.911.845 hectares.

A região Norte compõe-se de 21 municípios e representa 3/4 da superfície estadual de 747.311 km². Vai desde a latitude Sul 15° até a latitude Sul 3° 34', onde se unem os rios Araguaia e Tocantins.

Na extremidade oeste do segmento do paralelo 15, isto é, na margem do Araguaia, se acha a povoação de Leopoldina e a leste a cidade de Formosa, no Espigão Mestre.

A descrição do vale do Tocantins é a do Norte de Goiás.

A região Sul vem até a Latitude Sul 20°. O seu limite meridional acompanha a convexidade do rio Paranaíba até quase a confluência no rio Grande. A partir daí êsses dois rios passam a formar o Paraná, caudaloso tributário da bacia do Prata.

Se em alguns aspectos essa região se assemelha à do Norte, ela se distingue em muitos outros, devido ao maior contato com a civilização do resto do país, principalmente com a do Estado de São Paulo.

Visitamo-la no mesmo ano em que fizemos a viagem ao Tocantins.

* * *

A região Sul de Goiás apresenta outros aspectos, devido ao maior contato com a civilização do litoral.

Quem sai de automóvel do Rio de Janeiro dorme em São Paulo; no dia seguinte atinge Ribeirão Preto, o principal centro urbano da zona paulista da Mogiana.

Em 19 de novembro de 1934 estávamos na estação das águas e a temperatura de Ribeirão Preto, ao meio-dia, era de 37° C.

Rumando para Uberaba, atravessamos a primeira balsa no rio Pardo. A ponte sobre êste rio paulista ainda estava em construção.

Passamos as cidades de Jardinópolis, Sales de Oliveira, Orlândia, São Joaquim.

No rio Sapucaí, outro afluente do rio Grande, encontramos a segunda balsa. Tanto no rio Pardo como no Sapucaí cobravam dois mil réis pela travessia do automóvel.

Olhando pelos vidros do carro, vimos as pequenas aglomerações de Bacuri, Guará, a cidade de Ituverava, São Benedito, Canindé. A estrada era um lamaçal e para ela convergiam os carreadores de café das fazendas da Mogiana. De vez em quando, colonos ruivos e morenos nos acenavam. Pertenciam à terceira geração de imigrantes italianos que povoaram a região.

Pouco antes de atravessarmos o rio Grande, o luar, entrecortado de espessas nuvens, deixou-nos ver canaviais imensos. A aragem quente ondulava um mar de cana que se dividia entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

O plenilúnio iluminava uma região em que terminavam os cafesais paulistas. Crescia o canavial da usina "União" e começavam os pastos do Triângulo Mineiro.

Os dois ciclos, agrário e o pastoril, agrupavam-se nas margens do rio Grande. As principais atividades econômicas dos habitantes do país encontravam-se naquela divisão ecológica.

Atravessada a ponte do rio Grande, passamos por Delta, a primeira povoação de Minas Gerais que encontrávamos. Antigamente, a Província de Goiás começava aqui. Agora, os vastos campos molhados, as manchas escuras de capoeiras, as roedeiras de caminhões, cheias d'água, constituem o Triângulo Mineiro.

Alcançamos Uberaba depois de um percurso de 240 km em dez horas.

Na estação das chuvas, com temperatura de 28° C, Uberaba, a principal cidade do Triângulo Mineiro, estava cheia de mosquitos. Sem mosquiteiros ninguém dormia. Numa rápida visita mati-

nal, de meia hora, que fizemos ao Pôsto de Higiene, capturamos nas paredes de uma sala vários exemplares das seguintes espécies de mosquitos: *Aedes Aegypti*, *Aedes taeniorrinchus*, *Culex quinquefasciatus*.

Continuamos a viagem, passando pelo povoado de Santa Maria, atravessamos o ribeirão Panga, o rio Douradinho, afluentes do Prata, que corre para o Paranaíba. A planície estendia-se de todos os lados da estrada deserta, onde, uma vez por outra, algumas reses obstruíam a passagem e tínhamos que espantá-las com o barulho da buzina e altos brados.

Em Uberlândia transpõe-se a ponte Artur Bernardes, sôbre o rio Uberaba, tributário do rio das Velhas, afluente do Paranaíba. Dessa moderna cidade do Triângulo Mineiro fizemos 72 km até Monte Alegre. Depois dos ribeirões João Moura e Espriada encontram-se os ranchos Avantiguara, Moeda e Alvorada, pousos onde descansam o gado e vaqueiros vindos de Goiás e que se dirigem para a feira paulista de Barretos.

A rodovia de Uberlândia a Alvorada, de 153 km, era propriedade, nesse tempo, da Companhia Mineira Autoviação Internacional. Cobravam 20\$000 por automóvel que por ela transitasse. Nesse trecho andava diariamente um Chevrolet, tipo 1929, denominado "corrida", transportando malas postais e encomendas particulares. Um sertanejo fez-nos parar, perguntando se sabíamos do "corrida", pois aguardava "um trem". O "trem" era uma lata de banha que encomendara em Uberlândia. Em lugares como aquêles os moradores andam léguas até à borda da estrada por onde passa o "corrida". Este não tem horário certo,

e os sertanejos aguardam-no horas a fio, para fazerem ou receberem as encomendas dos centros urbanos.

Para percorrermos os 220 km de Uberaba às margens do Paranaíba gastamos quatorze horas.

No govêrno federal de Afonso Pena, inaugurou-se a ponte sôbre o rio Paranaíba, que se adaptou, últimamente, para a passagem dos automóveis.

Santa Rita do
Paranaíba.

Em Goiás, a primeira terra por que rolam os pneus é o tijuco dum curral. Entramos no domínio do gado.

Pouco depois, contornávamos o largo da cidade de Santa Rita, todo fechado de arame guardando uma igreja nova.

A relva e florinhas do campo invadiam as ruas.

As placas do juiz de direito, de dois médicos, e do "Hotel Goiás" eram uma linguagem muda no silêncio do largo da Igreja.

O único bar da cidade gelava bebidas e possuía uma máquina de fazer picolés. Em Goiás, gelo e sorvete significavam progresso. Aos domingos muita gente vem de longe chupar picolé na cidade.

Santa Rita, na barranca do Paranaíba, tem a altitude de 460 metros.

Vivem na cidade 1.500 habitantes e no município 20.000.

Percorrendo as cercanias de Santa Rita encontramos muitos casos de malária, a qual ceifava grande número de vidas. O registro de óbitos fazia-se apenas dos indivíduos falecidos nas vilas ou cidades. Os mortos da zona rural sepultávamos em campos de enterramentos sem o mínimo contrôle do registro civil. Essa falha, que se en-

contra também em outros Estados brasileiros, perturba os índices demográficos e nosográficos que possuímos.

A renda municipal obtém-se à custa do imposto do gado. Em 1935 foi de 120:000\$000. A fiscalização na fronteira dos Estados era muito deficiente: grande parte do gado atravessava o Paranaíba sem ninguém ver, ou então os fiscais fingiam nada saber, auferindo grandes lucros. Nos Estados centrais, lugar de fiscal de fronteira era tão disputado como o é de tabelião no Rio de Janeiro.

Santa Rita vê, de vez em quando, alguns turistas do Rio de Janeiro e São Paulo que vão à cachoeira Dourada, do Paranaíba. Esta queda d'água já faz parte do repertório cinematográfico das coisas pitorescas do Brasil.

Nos meses de piracema, turistas e goianos aproveitam a cachoeira para a pesca de cardumes de dourados, jaús e caranhas. Apanham os peixes com a maior facilidade: aguentam a canoa nas proximidades dos bancos de pedra enquanto os cardumes, na subida, pulam e caem no côncavo do barco. Nessa ocasião há grande desperdício do pescado. Ainda não se cogitou da industrialização do peixe naquela área, onde os rios piscosos constituirão algum dia apreciável fonte de matéria prima para a indústria alimentar.

Nas principais cidades de Goiás, como em Santa Rita, por exemplo, é hábito dos pecuaristas, invernistas, profissionais, chefes políticos se reunirem, tôdas as noites, no bar. Em tôrno de mesas vasias ou sorvendo goles de bebidas ouvem os sambas e as notícias vociferadas pelo rádio e conversam horas a fio. Na roda dos invernistas e

pecuaristas, os negócios do gado e a insurreição contra as companhias frigoríficas estrangeiras dominam a palestra. No grupo dos profissionais e políticos critica-se o próximo, trata-se de questões locais e de sonhos não realizados.

Os profissionais pensam em sair daquelas localidades para regressar às cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro, onde fizeram seus cursos superiores. Uma vez ou outra, aproveitando quase sempre a época do carnaval, dão uma "fugida" ao Rio de Janeiro ou São Paulo. Os que não abandonam logo de início aquelas povoações desiludem-se da idéia de trabalhar nas "cidades grandes", onde a concorrência não permite a vida pacata a que se acostumaram. Desprovidos de todo o conforto cultural, sem bibliotecas, sem competições de agremiações, são raros os que acompanham o progresso da profissão. Inteligências vivas se apagam e limitam-se à rotina profissional. A falta de intercâmbio cultural com as grandes cidades estiola a mentalidade daqueles que tiveram grandes sonhos na vida universitária.

De Santa Rita do Paranaíba parte uma estrada em direção noroeste que atinge Santa Rita do Araguaia. Essa estrada, depois de cortar três municípios que constituem o Sudoeste Goiano, continua por Mato-Grosso, passando por Lageado e Coxim até alcançar Corumbá.

O Sudoeste goiano sofre influência do Triângulo Mineiro, e este do Estado de São Paulo.

O trecho de 324 km que vai de Santa Rita do Paranaíba até a margem direita do Araguaia pertencia, em 1935, à "Companhia Rodoviária Sudoeste Goiano", que cobrava 20\$000 por automóvel que o percorresse.

Sòmente aos carros de rodagem alta, aos Fordes antigos, era possível a viagem naquela pèssima estrada, que no período das chuvas se obstruia freqüentemente.

Deixando-se Santa Rita do Paranaíba, pàssa-se por várias aglomerações minúsculas, cuja localização tem por motivo preponderante a proximidade de água corrente e, talvez, por motivo secundário, a contigüidade com a rodovia.

Surgiram sucessivamente em nosso trajeto: Sarandi, com 4 casebres; o córrego Boa-Vista; o rio Meia-Ponte, com 4 casebres à beira da estrada; Sapé, com três palhoças; o rio Bom Jesus, com 19 casas ao lado da estrada; os córregos Boa Esperança e Cascavel; o rio Santa Bárbara; Melchior, de três casebres; três braços do rio dos Bois, a 122 km de Santa Rita do Paranaíba; e o ribeirão Castelo.

As águas dêsse ribeirões e rios nascem nas contravertentes do Tocantins e correm para o Paranaíba.

Vimos aí, numa terra propícia, a ausência duma geografia dirigida para a industrialização da produção agrícola e pecuária. O homem aproveita as oportunidades imediatas que a natureza lhe oferta e então localiza o seu *habitat*.

Não há visão de conjunto nem perspectiva de progresso técnico: mero primitivismo colonizador.

No Brasil Central, as populações campesinas deviam centralizar-se em maiores núcleos, dotados das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e urbanísticas modernas, de escolas técnicas, agrícolas e pecuárias e de um parque de máquinas agrícolas para maior rendimento do trabalho.

Em Santa Rita do Paranaíba e na cidade do Rio Verde, na extensão de 240 km encontramos 33 habitações, das quais 22 eram cobertas de sapé.

Naquela estação pluvial o tráfego era inexistente numa estrada cuja construção e conservação obedeciam a métodos primitivos: os caminhos não conheciam ainda os tratores.

Encontramos um único veículo: um caminhão quebrado nas margens do rio Meia-Ponte. Seus passageiros, meia dúzia de ciganos que viajavam para Mato-Grosso, aguardavam há 3 dias uma peça que tinham mandado buscar em Uberlândia. Acreditavam que ao cabo de uma semana prosseguiriam viagem.

Do bando desses ciganos adiantaram-se três mulheres para nos ler a *buena-dicha*.

Ciganos no interior do Brasil têm fama de ladrões de crianças e são sempre tratados com zombaria. Nas oportunidades que se me ofereceram em Goiás, Mato-Grosso, Minas Geraes e Nordeste, onde os encontrei, os meus inquéritos foram negativos quanto à reputação de raptos de crianças.

Em Goiás, esses indivíduos errantes vivem há muito tempo. No fim do século XVIII, o Capitão General Luís da Cunha os considerou como uma praga igual à fome e às enchentes que então assolavam a Província. Perseguiu-os violentamente, pois contrabandeavam o ouro das minas, que obtinham dos mineiros em troca da leitura da *buena-dicha*.

Bandos de ciganos andam em Goiás desde os fins do século XVIII.

São barganhadores obstinados. Esses da beira do Meia-Ponte propuseram-me logo a barganha de uma cartucheira por um chapéu de abas

largas. Conduziam quatro porcos e vários cortes de tecidos para futuras trocas. Quase sempre usam missangas no pescoço e argolas de ouro nas orelhas, inclusive os homens. As mulheres levam lenços vermelhos na cabeça, vestem-se com saias de chita e de roda, blusas em cima da pele modelando-lhes os seios. Andam sempre sujos. Os biotipos variam e a côr da pele vai desde o pardo até o branco. Preto nunca vi no meio dêles; às vêzes acompanham-nos serviçais, rapazes vagabundos que aderem ao bando sem outra paga que a comida e o transporte. O chefe é um homem maduro, geralmente bonachão, com grandes bigodes caindo em cima dos lábios.

Ouvi falar que as mulheres, embora andem sós pelos povoados a lerem a *buena-dicha* de homens e rapazes, nunca se deixam seduzir, mantêm fidelidade para com os companheiros do bando.

Continuando o nosso percurso, chegamos ao rio dos Bois, onde a ponte de madeira estava destruada pela ação da enxurrada nos barrancos. O caminhão em que viajávamos, com o motor parado e a água até os assentos, atravessou o rio arrastado por vinte e dois bois, após duas horas de trabalho.

Depois de um dia de viagem, Uma estalagem que amenizava o percurso cheio de obstáculos sacolejados no caminhão, com repetidos esforços para nos livrarmos dos atoleiros, pousamos na casa do Sr. Tuguinha.

É uma modesta e asseada estalagem, onde nos chamaram a atenção várias cortinas que vedavam portas e janelas e eram de fieiras de bolinhas de papel de estanho, êsse que envolve os maços de cigarros.

Na ampla cozinha comemos uma caranha pescada naquele momento e preparada com esmêro. Um velho gramofone de campânula bramia a valsa "Danúbio Azul", dominando o coaxar e o cricrilar que animavam a escuridão da noite.

A hospedagem dada aos viajantes que se arriscam na viagem acidentada do tempo das águas conceituava o Sr. Tuguinha como grande benemérito daquela área.

No dia seguinte, ao atravessarmos o córrego Cascavel, deparamos com um grupo de homens que erguiam num mastro o "couro" duma sucuri de 49 palmos e que fôra abatida a bala na véspera.

Logo depois a estrada cortou uma velha lavoura de café, invadida pelo mato.

A cidade do Rio Verde é sede do município, que tem 14.400 km² e 20.000 habitantes.

— Embora esteja rodeada de quedas d'água, sua iluminação se faz à custa dum locomóvel que queima a lenha dos cerrados circunvizinhos.

A noite as luzes das ruas parecem pontas acessas de cigarros.

Na época de minha passagem a população estava entusiasmada com a ponte de concreto que se inaugurara no distrito de Quirinópolis. Essa ponte, construída no Canal de São Simão, onde o Paranaíba se estreita numa garganta de cinqüenta metros, era uma velha aspiração dos habitantes do Sudoeste Goiano. Por ela o Sudoeste ligar-se-ia a Esplanada, por uma rodovia de 285 km, e se comunicaria com o Estado de São Paulo no ponto onde terminam os trilhos da Estrada de Ferro Paulista.

A rodovia Canal São Simão-Esplanada, aspiração máxima dos habitantes do Sudoeste goiano.

A ponte estava concluída, mas a rodovia que estabeleceria o contato das fronteiras goiana e paulista, através do Triângulo Mineiro, sofria uma série de entraves políticos na sua construção. O Estado de Minas não via com bons olhos a facilidade de comunicação de Goiás com São Paulo, pois perderia as vantagens de intermediário que a situação geográfica do Triângulo Mineiro oferece. Transposto com facilidade o corredor das duas balizas fluviais — Paranaíba e rio Grande — os negociantes do Triângulo Mineiro não poderiam mais revender os produtos paulistas aos goianos e vice-versa: o comércio se estabeleceria em transações diretas entre vendedores e compradores, sem consignatários, e o gado goiano e mato-grossense, da zona do Alto-Araguaia e Garças, — aproximadamente 300.000 cabeças anuais — não daria tantas vantagens aos invernistas do Triângulo.

Por colidirem os interesses de certos negociantes goianos e mineiros atrapava-se a construção da estrada. Entravava-se o progresso de uma extensa área — Sudoeste Goiano e centro de Mato-Grosso —, que pela rodovia Canal São Simão — Esplanada teria a distância entre a Capital de São Paulo reduzida para 26 horas, em vez das 78 horas pelas quais se achava separada.

Para o Sudoeste goiano converge o gado do Alto-Araguaia. E' uma zona, onde se justifica a montagem de um importante Frigorífico.

Adiante da cidade de Rio Verde atravessamos o rio Doce, os ribeirões Paraíso e Lageado, o rio Jataí, antes de atingirmos a cidade de Jataí. De novembro a março, são 108 quilômetros de estrada quase intransitável.

O Sudoeste goiano é intensamente irrigado por rios e ribeirões que descem quase perpendicularmente para o Paranaíba.

O subsolo desta região varia do granito ao traquito: permite plantações de cereais em grande escala. Os milharais, a terra úmida, favorecem a criação de porcos. As campinas, a criação do gado. A produção, porém, não assume a proporção que o meio geográfico facultaria, devido à ausência de transporte. Os caminhões vindos de São Paulo, carregados de mercadorias, voltam com cereais e suínos numa viagem longa e penosa e só andam por aqueles caminhos durante a seca.

O Paranaíba e seus afluentes têm, nessa região, quedas d'água, que facilitariam a instalação de uma grande usina elétrica para a montagem de um importante Frigorífico Central, além da industrialização da agricultura.

Jataí é uma cidade plana, de ruas largas. Suas casas de grandes quintais são separadas por cercas de achas de aroeira.

Nessa localidade de terra vermelha, barrenta nas águas e poeirenta na seca, vivem 2.150 habitantes.

É sede do município que se estende até o Araguaia, no limite com o Estado de Mato-Grosso.

O mesmo fato que apreciamos em Santa Rita do Paranaíba, vimos em Jataí: vinte cruzeiros, esparramados pelo município, no meio do campo, constituíam o lugar de enterramento dos mortos.

Não se registravam as pessoas falecidas: a ausência de atestados de óbitos impedia o cômputo da mortalidade infantil e dos casos fatais de doenças infecciosas.

Na cidade viviam três médicos e existiam três farmácias.

Estivemos em contato com 150 crianças que freqüentavam o Grupo Escolar e uma escola parti-

cular, dirigida por antiga educadora do Rio de Janeiro. O material escolar era modestíssimo e os métodos do ensino antiquados. Num grupo de 30 crianças das primeiras classes primárias, só duas responderam-me qual era a Capital do Brasil. Aliás, essa pergunta ficou sem resposta em outras duas oportunidades: numa escola de Pôrto-Esperança, em Mato-Grosso e em Cotia, na vizinhança de São Paulo, no ano de 1941, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Saúde Escolar, conforme o depoimento pessoal que me fêz um colega e amigo, o Dr. Ademar Paolielo.

Em algumas
escolas
primárias do
Brasil Central,
as crianças não
sabem qual é a
Capital do
país.

Por Jataí passam os fios do Telégrafo Nacional que vão a Mato-Grosso. Um telegrama para o Rio de Janeiro demorava três dias naquela ocasião. As malas postais chegavam uma vez por semana.

A uma légua de Jataí, em direção oeste, passa o rio Claro, largo e empedrado, onde se instalou uma usina para iluminação da cidade, a primeira que vimos em Goiás, um dos Estados mais ricos em mananciais de "hulha branca".

Uma faixa de mata, com perobas, aroeiras, marias-pretas, acompanha o rio Claro até sua desembocadura no Paranaíba. Tôda aquela rêde de rios e gibeirões achava-se praticamente desabitada, e um solo ubérrimo aguardava o dia em que o homem mecanizasse a agricultura, numa época em que a teoria do espaço vital servia de bandeira para as guerras que destruíam tantas pátrias livres.

Depois da ponte do rio Claro alcança-se a estrada que leva ao distrito de Mineiros e às margens do Araguaia, distante 216 km de Jataí.

O limite dêste município com Mato-Grosso é zona de garimpos.

Uma população de aventureiros, vinda principalmente da Bahia, reside naquela zona. Geralmente agrupam-se em tôrno dos chefetes da exploração do diamante.

Nos garimpos do Alto-Araguaia, os processos que se empregam na extração dos diamantes são os mais primitivos.

Os processos que se empregam na extração do diamante são os mais primitivos.

Primeiro, demarcam-se as "catas", que são os lugares de trabalho situados em terras de domínio público.

A seguir, removem a terra numa área de 10 m² com enxadas, picaretas e pás, e separam o cascalho por meio da bateia e do "ralo".

Geralmente, acumulam o cascalho durante a semana, e aos sábados ou segundas-feiras procedem à sua lavagem. Vivem sempre junto dos córregos, pois a água é indispensável ao trabalho da separação do cascalho.

O "grito" da descoberta de um diamante é acompanhado de tiros de revólver e muitas vêzes modifica o destino do afortunado que o encontrou.

A busca do cascalho no fundo dos rios é feita com capacetes de escafandros, frágeis e simples, que exigem grande resistência física dos mergulhadores. Muitos dêstes, com a sub-alimentação e contínuo trabalho dentro d'água, apresentam sintomas de tuberculose e polinevrite. Não possuem assistência médica.

O garimpeiro vende o produto de seus esforços ao capangueiro. Este anda pelos garimpos, regateando as pedras. Examina-as pela pesagem e pelo emprêgo de ácidos, que lhe permitem elucidar as burlas dos garimpeiros trapalhões, que colo-

rem os diamantes, pois os coloridos valem mais. Esses capangueiros negociam por conta própria, ou então representam casas de São Paulo ou do Rio de Janeiro. São astutos, de pouca conversa, andam sempre com a sacola de couro sob a camisa ou guaiaca, onde guardam as pedras, das quais não se separam nem para dormir.

No distrito diamantífero o roubo é raro: paga-se com a morte. Mas, nas estradas distantes ou nas vilas por onde passam, de volta das compras, os capangueiros já têm sido assaltados.

O trato entre os garimpeiros é rude, há muita inveja dos felizardos que encontram as pedras. Os chefetes proibem a entrada das mulheres e do álcool na área das "catas". Mas, estas "duas desgraças" do garimpeiro rondam-no sempre.

Ficou célebre naquele distrito diamantífero o chefe de garimpeiros Sr. Carvalhinho. Este homem, que encontrei como prefeito de Jataí, estivera em luta permanente de guerrilhas com outro chefe de garimpeiros,

o Sr. Morbeck.

As brigas originadas pela disputa dos locais onde apareciam as "formas" e "chibios" transformaram-se, até 1930, em lutas políticas, de que foram instrumento os dois chefes garimpeiros.

Os "coronéis" de Goiás e Mato-Grosso, para garantirem os seus mandatos nas Câmaras Municipais e de deputados dos dois Estados e da Federação, utilizaram-se dos dois desafetos para fraudar eleições, roubar urnas, etc. O "gangsterismo" eleitoral sacrificou algumas vidas naquela área; ambas as facções de garimpeiros recebiam armas e munições dos Governos dos dois Estados.

Os garimpeiros, além de descobrirem diamantes, já fizeram deputados e senadores.

No movimento político de 1930, o Sr. Carvalhinho ficou com seus comandados do lado da Aliança Liberal e o Sr. Morbeck do lado do Governo constituído. A vitória da primeira estabeleceu o domínio do Sr. Carvalhinho e o Sr. Morbeck se retirou.

Como prêmio de sua adesão à Aliança Liberal, o Sr. Carvalhinho recebeu a Prefeitura de Jataí. Vimo-lo nessa cidade, na faina de administrador, com maneirismos e atitudes de caudilho. Agrupados em tôrno dêle, ocupando lugares administrativos, reuniram-se os componentes de seu antigo "quartel-general".

Gente brigona que se estava acostumando à vida pacífica: os vestígios do tempo das guerrilhas apreciavam-se na linguagem e nos seus trajos, nas cartucheiras e pistolas que não saíam de suas cinturas.

Informações posteriores esclareceram-me que o "Coronel" Carvalhinho deixara a prefeitura de Jataí, sendo hoje um manso e feliz comerciante de Goiania. Terminou assim a luta pela posse dos garimpos das origens do Araguaia, nos limites de Goiás e Mato-Grosso.

Os viajantes atuais atravessam sem susto o caminho de Mato-Grosso, que, além de Santa Rita do Araguaia, segue para Lageado e daí para vários pontos do Estado.

De Lageado vêm, em caminhões, varas de suínos que se vendem ou se trocam por mercadorias no Triângulo Mineiro.

No Sudoeste goiano, grande parte da população é mineira, vinda do Triângulo ou de Oeste.

É gente mais pobre, que não pôde fixar-se nas velhas zonas agrícolas do Sul e “da Mata”, em Minas Gerais.

As novas condições econômicas modificaram-lhe o caráter taciturno e reservado que particulariza a população montanheza. Se o meio geográfico influi na psicobiologia dos indivíduos, a situação econômica também se faz sentir. Ambos êsses fatores determinam caracteres físicos e psicológicos dos homens. Os mineiros do Sudoeste conservam no físico o biotipo de Minas e nos atos com que se exteriorizam, o modo dos nordestinos: — falantes, ativos e aventureiros.

Circundando a área urbana daquelas cidades vive, no cerrado, em casebres de taipa, uma população miserável, composta de mestiços e negros.

Os homens, ora são assalariados de pequenas lavouras, ora pescam nos ribeirões e rios alguns peixes que vendem no “comércio”. E as mulheres são lavadeiras.

Gente que não tem trabalho contínuo e vegeta sem assistência social. Molambos de indivíduos, cuja constituição física se esboroa na descendência de cretinos e débeis mentais, organismos solapados pela subnutrição e doenças tropicais. Autênticos párias da nossa civilização. Examinei dezenas deles que tinham no mínimo quatro moléstias: leishmaniose, malária, verminose e bócio.

Excursionando nessa área, arribei duma feita numa fazendola de gado. O proprietário, gentil como todos os goianos, insistiu para que almoçasse com êle.

A moradia muito asseada, a hora propícia, o cavalheirismo do fazendeiro, fizeram com que aceitasse.

Passamos para a sala de jantar e os pratos — feijão, arroz, carne de porco — já estavam em cima da mesa. O meu único interlocutor durante uma hora anterior tinha sido o fazendeiro, que não arredara pé de minha vista e não o ouvi dar ordens para pôr a mesa. Não vi mais ninguém; naturalmente a mulher tinha escutado o convite... Não fiz perguntas sobre a família. Soube, depois, que a espôsa, dois filhos do fazendeiro e uma empregada, moradores daquela casa, não apareciam aos viajantes, porque apresentavam lesões mutilantes de lepra.

Caso de lepra no sertão vive escondido. Não procuram médico por medo da difamação e da possível perda de casamento das moças de família leprosa, etc. Não se tratam e a doença se dissemina. Moças recém-casadas, como vi, apresentavam sinais clínicos da doença de Hansen.

Esta doença, "macutena", como a chamam em Goiás e Mato-Grosso, é um problema sanitário de importância no Sudoeste Goiano como também no do Sul de Mato-Grosso.

Em Goiás não se fez ainda o censo dos leprosos, mas calculam-se em dois mil os existentes e a maior percentagem está no Sudoeste. Não há leprosário nem serviços de ambulatórios para atender aos casos, que vivem segregados no mato ou nas moradias das cidades. Lá ninguém arrepia os cabelos quando se diz que a família tal é de leprosos.

Devia-se atentar com certa urgência para esse problema numa área que, ultimamente, recebe com frequência novos moradores.

Não se pode afirmar que os mineiros tenham trazido o mal de Hansen para o Sudoeste, como alguns goianos pretendem.

A lepra é uma doença muito antiga no Brasil e sua disseminação parece que se fêz antes do tráfico negro, no século XVI, do Norte para o Sul do país. Em Portugal era conhecida desde o Século XII e muitos portugueses andaram por Goiás na cata de ouro, no século XVIII.

Jeanselme divide o Brasil em dois grandes focos de lepra: o mais antigo — Pará, Amazonas e Maranhão, e o mais recente — São Paulo e Minas Gerais. Calcula êsse autor francês que existem no Brasil 100.000 leprosos. O Departamento Nacional de Saúde Pública dava, em 1938, o censo de 35.000, mas reconhecia que êsse número estava aquém da realidade.

Em Goiás, a notícia mais remota da existência da lepra é do Dr. Faivre, que, em 1884, encontrou 100 leprosos banhando-se nas águas de Caldas Novas.

Além da lepra, a malária é endêmica no Sudoeste goiano. E, nesta região, são essas questões sanitárias que requerem o mais urgente cuidado.

O C E N T R O D E G O I Á S

Pecuária, produção agrícola e extrativa mineral



XXVI

Como dissemos, o Estado de Goiás tem uma divisão econômico-social, Norte e Sul, mas, se quisermos analisar melhor essa divisão, tripartiremos o Estado em: Norte, Centro e Sudoeste.

Ocupamo-nos do Norte, que é a região do vale do Tocantins e, do Sudoeste, cujos rios descem das contravertentes do Tocantins para o Paranaíba.

O Centro, embora revelado aos bandeirantes desde o começo do Século XVII, tornou-se conhecido em 1722 com a grande bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva.

Naquela época, o objetivo das explorações caracterizava-se por obter fabulosos bens materiais e incorporar ao catolicismo as nações indígenas que não entregavam seus territórios pela força.

No século XVIII, o Centro de Goiás foi talado pelos buscadores de ouro, em benefício de Portugal e dos centros comerciais dos Países Baixos. As excavações e explorações que se fizeram nos leitos dos rios e nos monchões marcaram a região. Talhados, regos, sulcos profundos na terra documentam o trabalho dos escravos na mineração. Vilas e povoados nascidos em locais de onde se retirava o ouro subsistem numa vida apática e sem possi-

As minas de ouro, exploradas no século XVIII, significaram para o Centro de Goiás abertura de talhados, construção de regos e edificações de povoações em péssima situação geográfica.

bilidade de progresso pela impropriedade da situação geográfica em que se erigiram. Feneçada a mineração, essa grande área do Estado transformou-se numa grande pastagem, onde se desenrolam as atividades pastoris por processos primitivos.

AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE (1)

O panorama, descrito em 1819, por Saint-Hilaire, ainda é o mesmo.

percorreu em 1819 essa área de Goiás. O benemérito e minucioso francês alcançou o Centro de Goiás pelo itinerário de Paracatu, depois da visita às nascentes do São Francisco.

Por coincidência, viajei de automóvel visitando localidades, cortando campos, descendo vales e galgando altiplanos, que foram os mesmos onde, há 126 anos passados, Saint-Hilaire passou as agruras e os tropeços da viagem a cavalo, descritos no seu livro.

Naquela região, o motor de explosão supriu *ex-abrupto* o transporte ferroviário, que se restringira a 393 km da Estrada de Ferro Goiás. O caminhão substituiu o trem de ferro que passou para um segundo plano, sem ter atingido o fastígio de sua era.

Razões de política econômica deixaram Goiás sem estrada de ferro; por isso, quando, hoje, os caminhões rodam, lentos, nos caminhos, descortina-se o mesmo ambiente fisiogeográfico e social da época das tropas.

* * *

Buriti-Alegre, o município onde mais se inverna o gado.

De Santa Rita do Paranaíba viaja-se numa estrada de 48 km, no sentido do norte, até Buriti-Alegre.

Antes de chegarmos a essa localidade, atravessamos o ribeirão Santa Maria e nossos olhos se ex-

tasiaram com um dos mais belos panoramas de Goiás: um vale fertilíssimo, inda inaproveitado. SAINT-HILAIRE já declarara: "os elementos duma grande prosperidade existem ali".

Buriti-Alegre é o maior município do Estado, mas as suas terras privilegiadas reúnem, proporcionalmente, o maior rebanho. Nelas, a capacidade de engordar por alqueire é de 6 reses, ao passo que nos outros municípios varia em tórno de 3 reses. Por isso, a Companhia Frigorífica Anglo escolheu Buriti-Alegre para sua propriedade de recriação de 3.076 alqueires, onde pode obter anualmente a média de 12.000 cabeças recriadas.

A cidadezinha se anima periódicamente com os boiadeiros que trazem o gado do Centro de Goiás, para inverná-lo no município. Nela, encontramos a melhor iluminação elétrica das povoações goianas.

A 30 km a noroeste de Buriti, visitamos o distrito de Corumbazul, pequeno povoado muito atrasado e, a 90 km, a povoação de Bananeiras. Passamos o domingo nesta pequena cidade e assistimos a uma corrida de cavalos feita numa reta de 1 km. Os jóqueis eram adolescentes que montavam os animais em pêlo, que corriam ao disparar do tiro de revólver, e levantavam nuvens de poeira vermelha, a qual impedia que se apreciasse a chegada no outro ponto. Os "coronéis" e pessoas de melhor nível econômico, amontoados naquela pista rudimentar, discutiam a vitória dos concorrentes, e as apostas faziam-se diretamente dum para outro assistente.

Voltando a Buriti, seguimos para Morrinhos. Era uma das mais sociáveis cidades do Estado.

Bom hotel, luz elétrica e uma vez por outra viam-se filmes de *cow-boy* no seu cinemazinho.

Possuía 542 casas e 2.416 habitantes, três médicos e três farmácias.

Nas pequenas cidades do interior, geralmente, cada médico está ligado a uma farmácia. Por isso encontrávamos quase sempre o número destas correspondente ao número de médicos. Casos de malária verificavam-se no perímetro urbano.

A Câmara Municipal de Morrinhos arrecadara naquele ano 120:000\$000. Estava com uma aragem de prosperidade, mas, na época das chuvas, suas comunicações com outros pontos do Estado eram as piores possíveis: o correio, vindo de Ipanameri, a leste, chegava de quatro em quatro dias.

Rumamos para leste, em direção da Estrada de Ferro Goiás, e, depois de 42 km, atravessamos uma ponte de madeira no rio Piracanjuba.

Na margem esquerda, uma porteira impedia que se deixassem as margens desse afluente do rio Corumbá. Fizemos grande alarido com a buzina do carro e batidas na carroceria. Afinal, decorrida uma meia hora, surgiu um sertanejo, dizendo que o "Coronel Juquinha" só deixava abrir o cadeado da porteira, se pagássemos 20\$000. Não tivemos outro remédio senão satisfazer o desejo do "Coronel" que assim se "vingava" da hipotética "estrada municipal" ter passado pela sua fazenda.

Mais alguns quilômetros e divisamos a serra de Caldas, muralhando a planície de cerrado que percorríamos.

No ribeirão Jacu, a 26 km de Piracanjuba, a ponte de paus podres quase que nos perturbava toda a viagem, e o mesmo aconteceu logo adiante, no ribeirão Caldas.

Em Morrinhos disseram-nos que a rodovia de 100 km para Ipameri não nos daria preocupações; entretanto, completamente abandonada, trouxe-nos maus momentos em que julgávamos destruído o nosso automóvel.

Caldas é uma antiga aglomeração de cem casas, dispostas numa única rua. Fica a meio caminho de Morrinhos e Ipameri.

Sua altitude é de 660 m e a temperatura durante o ano varia de 8 a 30° C.

Sete quilômetros adiante, no local Pirapitinga, encontramos um poço d'água quente, onde o nosso termômetro Casela, às 11 horas do dia 12 de dezembro de 1934, marcou 48° C. A água límpida, sem evaporação aparente, deixava ver no fundo do poço uma vegetação de algas.

Miseráveis
choupanas
constituem
o balneário
de Caldas.
Novas.

Essa água faz parte das fontes, cuja descoberta deve-se a Martim Coelho, em 1777.

Sempre se lhe atribuíram propriedades curativas milagrosas, inclusive para os morféuticos.

Há dois decênios, a p r o x i m a d a m e n t e, o Dr. Orozimbo Correia Neto estudou 23 fontes dessa área e suas conclusões são mais ou menos idênticas às de POUZIN, citadas por SAINT-HILAIRE. A secura da pele, que se verifica após mergulharmos o corpo nesses poços, deve-se ao conteúdo de cálcio e alumínio. Tais águas não possuem radioatividade, segundo as pesquisas do Dr. Correia Neto. As indicações terapêuticas que dá são empíricas: artrismo, secundarismo sifilítico, anemias etc. São águas mais térmicas do que minerais.

Os balneários, se assim podemos chamar-lhes, são pobres choupanas cobertas de sapé, desfazendo-se pela falta de trato.

A Prefeitura de Caldas tem-se interessado para transformar aquêlê pedaço de Goiás numa estância como a de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Até hoje, porém, foram infrutíferas essas tentativas. Um Estado que arrecada pouco mais de 5.000 contos anuais e cujas despesas ultrapassam a sua receita não pode tomar a iniciativa de construir um grande balneário como se justifica naquela região, onde as fontes termais têm uma vazão de 1.600.000 litros.

* * *

Prosseguindo em nossa rota, transpusemos o rio Corumbá, o córrego Varzinha e avistamos a cidade de Ipameri.

Um curioso incidente tirou-nos da monotonia daquele cerrado e afugentou as idéias depressivas que não nos largavam: ter o automóvel avariado na estrada cheia de grandes elevações e atoleiros.

Percebemos ao longe um sertanejo, que saíra do caminho para o qual nos dirigíamos, e que corraera desabridamente entre os arbustos raquíticos e tortuosos. Deixamos o auto e a custo o descobrimos, trepado num piquizeiro, abraçando-se ofegante aos galhos. Não houve meios de fazê-lo descer. Espantara-se com o automóvel; disse-nos que não estava acostumado a encontrar "essas coisas", que a nossa presença lhe seria de mau agouro etc. Julgamos a princípio tratar-se dum psicopata, porém, nos convencemos que a atitude do velhote era apenas o resultado de um baixo nível intelectual. Estávamos a 20 quilômetros da

Ao longo da
E. F. Goiás,
cujas estações
extremas distam
392,409 km.

estrada de ferro, e o sertanejo assustado respondeu-nos que ainda não vira o trem.

As duas principais cidades goianas da Estrada de Ferro Goiás são Ipameri e Anápolis.

Em nossa visita a Ipameri ficamos gratos às gentilezas do Prefeito, Sr. Floriano Caramuru, moço tão cedo desaparecido dentre os vivos.

Ipameri, sob sua égide, atingira a maior arrecadação, 180:000\$000.

A cidade bem cuidada possuía 1.173 prédios e 4.173 habitantes.

O quartel do 6.º B. C. do Exército Nacional, um campo de experimentação do Ministério da Agricultura, dois ginásios, um grande Grupo Escolar faziam de Ipameri um centro de instrução do Estado.

Seus distritos Urutaí, Campo Alegre e Cavaleiro começavam a progredir com o desenvolvimento da cultura de cereais.

Depois de acompanhar a estrada de ferro em direção ao norte, metemo-nos por uma rodovia quase intransitável. Atravessamos as povoações de Inajá (vinte casas), Urutaí (cem casas) e Roncador, onde seis taperas defrontavam a ponte da estrada de ferro sobre o rio Corumbá. Nesta estação, a ponta de trilhos da E. F. Goiás permaneceu dez anos.

A ponte até 1932 permitia, pelo seu assoalho, a passagem dos carros motorizados e de tração animal. O movimento político armado de São Paulo daquele ano obrigou os goianos, que estavam do lado do governo, a arrancarem as tábuas da ponte, que até 1935 não foram repostas. O automóvel foi transportado então numa pequena e insegura balsa sob os arcos da ponte do rio Corumbá.

Quando atingimos a aglomeração de 600 casas e 2.400 habitantes de Pires do Rio, tínhamos percorrido 72 km desde Ipameri, e gastáramos 12 horas!

A rodovia cruzava constantemente a estrada de ferro, obrigando-nos a transpor a linha a todo momento. Felizmente, só dois trens trafegavam na Estrada de Ferro Goiás, um que subia de Araguari (Minas Gerais) e outro que descia de Anápolis... mas a inobservância dos horários desses trens não nos sossegava. E de fato, por um triz, que o automóvel não se destroçou com a passagem do trem naquele deserto de veículos. Estávamos afanosos arrancando o carro que, num trecho de curva, se prendera, aos dormentes. Mal desempe-diramos o obstáculo, o trem de Anápolis passou fumegando. O suor do esforço físico misturou-se ao da emoção...

De Pires do Rio seguimos para Vianópolis, e, nos 78 km que permeiam essas duas localidades, encontramos os povoados Tapiocanga (15 casas), Ubatan (50 casas), Caraíba (10 casas). Em dois dias de viagem, num percurso de 150 km, nem um só veículo cruzou conosco.

Em Vianópolis, vila de 396 prédios e 1.384 habitantes, residiam os "comissários". Eram comerciantes goianos, paulistas, mineiros e sírios, que recebiam as mercadorias vindas pela estrada de ferro e as distribuíam para o Centro de Goiás em caminhões e tropas de muares.

O movimento das ruas verificava-se somente nas horas da chegada do trem.

Essa vila situada a 992 m de altitude foi um dos pontos mais altos do Brasil, onde encontramos

o mosquito transmissor da febre amarela urbana, *Aedes Aegypti*.

De Vianópolis tomamos a direção nordeste, dirigindo-nos para Santa Luzia. A 28 km, a ponte sôbre o alto-Piracanjuba, situada numa descida a pique, desafiava com suas duas únicas tábuas em extensão, a habilidade dos motoristas. Na época das chuvas passava-se um dia inteiro nesse local para safar o automóvel. Nas proximidades dessa ponte, num casebre miserável vivia um sertanejo, "seu" Caxeta, que era o protótipo do caboclo preguiçoso, tendo mulher e filha para trabalharem por êle. No tempo das águas "seu" Caxeta ganhava dinheiro com uma junta de bois que ficava permanentemente atrelada junto de sua choupana. Todo automóvel ou caminhão que parasse por ali necessitava da junta de bois para atravessar o atoleiro do rio Piracanjuba. Fora dessa época, "seu" Caxeta não fazia nada. Pitando o cigarrinho de palha, sentado numa banquetta, apreciava a mulher e filha trabalharem.

Não é raro encontrarmos no sertão êsses caboclos de vida parasitária; comem porque a mulher sertaneja é um verdadeiro milagre de abnegação e energia. Quando adoecem, as coitadas não se levantam mais, minadas que estão pelo mau-trato, subalimentação e esgotamento completo de suas fôrças. A mulher sertaneja herdou a função da índia, e provávelmente ficará ainda muito tempo nessa condição de escrava. Trabalha a vida tôda, explorada pelo marido, e sem direitos perante a sociedade.

Dez quilômetros adiante do rio Piracanjuba, os penedos do Quilombo recortam o horizonte, e a terra torna-se argilosa, calcorreada pelas rodas

dos carros de boi. Transposto o ribeirão Quilombo, e, 19 km antes de chegarmos a Santa Luzia, passamos a ponte do rio Corumbá, já nosso conhecido em dois pontos diversos. Aqui êle se espraia, cheio de pedras, num túnel de floresta tropical.

Do outro lado do rio mora o Juca da Ponte, que representa o tipo de sertanejo inverso do "seu" Caxeta. Homem forte, ativo, dedica-se a tôdas as coisas que se fazem neste sertão. Comercia cachaça, trata do plantio de cereais, criação de gado, de porcos, inverna as boiadas que se destinam a Paracatu (Minas Gerais). À noite, pesca jaús e dourados na beira do rio, ou toca viola no meio de uma prole sadia, comunicando alegria para todo o mundo que o rodeia.

Uma pequena distância separava êsses dois tipos opostos de sertanejo. Dai a inconsistência do critério de atribuir apenas à influência geográfica a caracterização psicobiológica dos indivíduos. A conduta dêstes diverge no mesmo meio. Essa diversidade provém da espécie. É fenômeno observado em tôda parte. Não podemos abstrair a influência hereditária e a do ambiente dos primeiros anos de vida, quando quisermos generalizar a conduta dos habitantes de um "determinado meio geográfico".

Às vêzes a observação e conhecimento de melhores condições materiais e higiênicas, também nada adianta como exemplo para que o homem melhore o ambiente que o cerca. Nessa região de Goiás, encontramos um fazendeiro de gado, herdeiro de várias léguas de chão. Homem duns 50 anos, que principiara o curso secundário numa escola de Minas Gerais. Conhecia São Paulo, Rio de Janeiro, aonde fôra mais de uma vez.

A casa de sua fazenda fazia mêdo à gente entrar, de desabando que estava. O mobiliário era o mesmo que seu bisavô usara pela primeira vez há 80 anos. Em sua culinária, ao lado da fartura, existia falta de asseio. A comida frugal, arroz, feijão e carne, era servida em pratos de ágata, quase todos deslouchados. O homem vestia-se andrajosamente, e suas 5 filhas moças arrastavam as clinelas dentro de casa, num desmazêlo completo.

Os porcos andavam debaixo dos móveis e as galinhas acocoravam-se nas camas. O material do curral e chiqueiro junto à casa, numa grande penúria. Não se tratava de deficiência financeira, porque soubemos que o homem possuía dinheiro.

Três léguas adiante, paramos na fazendola dum goiano seu vizinho, muito mais pobre. O contraste foi tão grande que nos chainou logo a atenção.

A casa bem tratada, e de tal limpeza que a gente podia deitar no chão sem se sujar, era decorada com mimos originais. Uma fieira de velhos ninhos de pássaros, casinholas ressequidas de maribondo serviam de adôrno na sala e das janelas pendiam cortinas feitas de sementes de "olhos-de-bois"; tudo revelava graça e arte, na disposição daqueles objetos rústicos.

Verificamos sua culinária variada com verduras e frutas. O terreiro, o curral, o chiqueiro tudo em ordem, em redor da habitação.

O dono e a dona da casa só conheciam aquêlê sertão: ambos eram filhos de vaqueiros. Vestiam-se decentemente, ambos calçados. Mal assinavam o nome. Mostrando-lhes umas revistas, que casualmente trazia comigo, admiraram-se das figuras

de interiores das casas brasileiras do litoral — era a primeira vez que as viam.

O tipo somático, a ascendência nativa eram os mesmos, tanto dêste como do outro fazendeiro e no entanto pensavam e viviam tão diferentemente.

Não é fácil, embora naquele deserto, privado da complexidade de tantos fatores de progresso, determinar nos tipos humanos as razões de sua conduta. Se só nos fenômenos do tropismo, que são os mais elementares das reações biológicas, entram como causa inúmeros fatores, que se dirá das manifestações humanas? Precisamos ser cautelosos quando pretendemos afirmar esse ou aquele predicado dos sertanejos. Asseverar de modo genérico as suas qualidades positivas ou negativas é arriscar-se a uma falsa interpretação.

Das margens do Corumbá, depois de percorrer 55 km, e ao nos aproximarmos de Santa Luzia, deparamos com sulcos e socavões enormes que escancaravam a terra vermelha e não pudemos distinguir a erosão do tempo do resultado do trabalho dos negros escravos que no século XVIII arrancaram ouro daquela área.

Na Latitude Sul 16° 15', Santa Luzia é uma vila decadente.

Tem 800 habitantes que vivem em 300 casas centenárias, semidestruídas, com janelas de malacacheta e portas rebocadas de tabatinga.

Há uma ou outra loja de sírio, onde se vêem homens horas a fio falando e bebendo cachaça.

Na praça deserta em que pascia um burro magro, a igreja paroquial, muito branca, permane-

cia num grande silêncio, perturbado apenas pelo pinilar de andorinhas brincando dos portais ao adro.

No século XVIII, Santa Luzia teve muita animação. Grande número de escravos trabalhava na redondeza, tirando ouro. Na minha passagem, vi quatro ou cinco negros voltarem de uma grotta, onde, disseram-me, ainda existia um veio aurífero, quase na superficie da terra.

A mica existente na região não é explorada devido à distância e à inexistência de meios de transporte. No tempo de Saint-Hilaire, Santa Luzia exportava grande quantidade de marmelada, cuja produção actual se resumia em algumas caixetas, e não está industrializada.

A renda annual do município, que tem quase 500 km de comprimento por 200 km de largura, não atingia a 50 contos de réis. Todo mundo comentava a passagem de um automóvel que seguia para Formosa, ponto extremo das comunicações do Sul de Goiás.

Voltamos de Santa Luzia, pela mesma estrada.

Deixando Vianópolis, passamos pela vila de Leopoldo Bulhões e atingimos Anápolis.

Esta cidade de 1.027 prédios e 4.101 habitantes ouviu em agosto de 1935 os primeiros apitos do trem de ferro. Era o ponto terminal da Estrada de Ferro Goiás e a mais progressista cidade do Estado.

Um núcleo de imigrantes japoneses, italianos e espanhóis dedicava-se à cultura de café e cereais no município de Anápolis, que nos deu a impressão, pela constituição do terreno e pelas atividades

de seus habitantes, de estarmos na variante da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Estado de São Paulo.

De Anápolis rumamos para o poente.

Vimos pequenas aglomerações que se formavam cheias de esperança, aguardando a continuação dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás: Cerrado (80 casas), Nova Veneza (50 casas) e Inhumas, antigo rancho de Goiabeira.

Este povoado centraliza duas áreas fertilíssimas, uma denominada Serra-Abaixo, com 5 mil alqueires, onde se instalaram italianos vênets, vindos da Mogiana paulista, e outra, a Fazenda do rio do Peixe, onde uma faixa de floresta tropical resistia, por milagre, à coivara que destruíra tôdas as matas vizinhas. Em Serra-Abaixo e nossa vista se alegrou com arrosais e trigais douçando os campos.

* * *

De Inhumas dirigimo-nos para noroeste, passamos pelo povoado de Catingueiro Grande (30 casas) e atingimos a cidade de Itaberaí, antiga Curralinho.

Quatro
municípios que
necessitam de
sangue novo.

Esta cidade de 300 prédios acha-se cercada de grandes pastos vazios. Seus proprietários aguardam a elevação do preço das terras, os pequenos lavradores não as podem adquirir e são obrigados a cultivar os campos longe da cidade, atravessar caminhos difíceis, e muitos desistem.

Povoações que podiam transformar-se em centros agrícolas e pastoris estiolam-se numa vida econômica miserável. Numas o seu desenvolvimento é entravado pela natureza com os carrascais, pântanos, massas graníticas, solos ressecados

e arenosos. Noutras a natureza é pródiga em terras de boa cultura e inúmeros cursos d'água, mas o homem rotineiro, herdando o atrazo do regime colonial, as aniquila.

Muitas vêzes, as povoações pertencem a uma única família: parentes casam-se com parentes e impedem a iniciativa dos estranhos, que por ventura penetram no seu recesso. Outras vêzes, um determinado ramo da mesma família investe contra o mais poderoso, e resultam brigas intermináveis que afastam o progresso da área onde vivem.

No alheimento a um ideal superior, coadjuvado por um entorpecente clima tropical, aquêles habitantes têm vida apática, instintiva, e se movimentam apenas quando os ódios familiares recrudescem.

A nordeste de Itaberaí, num raio de cem quilômetros, aproximadamente, encontram-se as seculares povoações de Jaraguá, Pirenópolis e Corumbá.

Apareceu-nos neste trecho pujante vegetação tropical encobrendo córregos e rios.

Logo depois de Itaberaí, passa-se o córrego Catarrão, depois o Forquilha e o José Manuel, cujas águas se despejam no Uru. Em seguida vem o Monjolinho, que corre para o rio Sucuri.

O Sucuri, a trinta quilômetros da cidade de Itaberaí, limita êste município com o de Jaraguá. Encontramos a seguir os córregos Estacas, Água Branca e os rios dos Patos e Pari, que afluem para o rio das Almas, tributário do Maranhão.

Esta zona de terras húmidas e povoadas de madeira de lei pertence à faixa denominada "mato-grosso", que, acompanhando o Maranhão,

alcança o Paranã pouco antes de êstes rios formarem o Tocantins. É das mais férteis e abandonadas do Estado.

Nas margens direita e esquerda do Uru alinham-se casebres onde residem goianos, mineiros e paulistas. Perobas, jequitibás, angicos, pau d'óleos são os companheiros dêles. Uma vez por outra abre-se um claro na floresta, onde vicejam roças de arroz e feijão. Bordejando a mata, capinzais de jaraguá erguem-se tão altos, que encobrem os cavaleiros que andam atrás do gado.

Os vaqueiros desta zona vestem-se como os *cow-boys* dos filmes norte-americanos. As camisas são de xadrez, o chapéu, de feltro e abas largas. As selas são geralmente do tipo mexicano. A indumentária e os arreios foram introduzidos pelos mineiros e paulistas que vieram de regiões onde o cinema desenrola as aventuras dos vaqueiros do Texas.

Encontram-se uns indivíduos ativos, em contraste com os antigos habitantes de Goiás, que permanecem numa indolência tradicional. A nova geração goiana, descendente de mineiros e paulistas que nestas últimas décadas penetram nesta área, transformará, provavelmente, as margens dos córregos Brumado, Granja, Mumbeca, São Pedro, afluentes do Uru, e as dos ribeirões que se lançam no rio das Almas. Em vez da floresta entrelaçada de cipós, roças de cereais e cercas de arames para conter o gado margearão aquêles rios.

Jaraguá originou-se duns casebres construídos por bateiadores no século XVIII. Tem mil habitantes. Suas casas antigas e desalinhas rodeavam um capinzal que se chama Largo da Matriz.

Os povoados — São Francisco das Chagas, Descoberto, Barro-Alto e Genipapo — constituíam os distritos do município cuja produção principal era o gado.

A política de “coronéis”, concorrentes em lugares da Prefeitura, impedia o progresso do município. Revezavam-se no poder dois partidos locais, e, quando um ocupava os cargos de mando dispendia o tempo em espezinhar o outro.

Um médico, Doutor Paulo Alves da Costa, mantinha uma vida de grande abnegação, atendendo aos doentes daquela redondeza, onde a penúria em que viviam os transformava em tratados ambulantes de patologia. A dedicação desse médico, o carinho com que tratava os sertanejos nordestinos, recém-chegados àquela área de Goiás, constituíam a missão humana e patriótica, que se destacava e se sobrepunha às manifestações mesquinhas dos chefetes políticos.

Embora, nestas notas de viagem, procure dar cunho impessoal às observações dos tipos humanos que encontrei em Goiás, não resisto em salientar a personalidade do Dr. Paulo Alves, pois acredito que suas ações escapam às normas comuns. Que êle me desculpe a irreverência, pois também vou me referir à minha pessoa.

Esse médico abrigava em sua casa, entre instrumentos cirúrgicos e livros, vários doentes impossibilitados de se manterem na cidade, e vi-o ceder a sua própria cama a um que estava pior e passar a dormir no chão...

Foi com êle que tomei parte no episódio seguinte, que constitui uma das páginas da luta da Fundação Rockefeller contra a febre amarela nos países tropicais.

O Dr. Soper, diretor da Fundação Rockefeller no Brasil, há uns dois anos andava preocupado em localizar em nosso país casos de febre amarela sem a presença do único vetor até então conhecido, o mosquito *Aedes Aegypti*, de hábitos urbanos.

Em 1934, surgiram suspeitas de que tal sucedera no Estado de Mato Grosso, na região que confina com o Sudoeste Goiano. Por isso fui designado para, na estação chuvosa, percorrer o Estado de Goiás, com um itinerário que compreendia o Sudoeste Goiano e visita à velha Capital.

Em 9 de janeiro de 1935 já vinha de volta ao Rio de Janeiro, sem nada ter apurado na minha missão, quando vagos rumores da existência de uns casos clínicos nas matas onde correm os formadores meridionais do Tocantins — Uru, Sucuri, Almas — despertaram-me a curiosidade e resolvi investigá-los, alterando o itinerário que me fôra pré-estabelecido pela diretoria do Serviço.

Deixando o automóvel, andei a cavalo nessas matas, onde os moradores contaram-me histórias clínicas de casos fatais e mostraram-me indivíduos restabelecidos duma "febre" que, pelos sintomas descritos, se assemelhava à febre amarela. Assim fui dar em Jaraguá, onde encontrei o Dr. Paulo Alves.

Soubemos então que no local denominado Fazenda Candongas, quatro léguas a nordeste de Jaraguá, havia uma mulher passando mal de "febre".

Apeamos dos cavalos numa campina circundada de matas. Num cômodo de uma choupana, algumas pessoas conversavam e num catre de outro minúsculo aposento uma moça estava em coma. Vimos então que os sintomas e a evolução da

moléstia se enquadravam num único diagnóstico: a febre amarela. Não havia naquela redondeza o mosquito *Aedes Aegypti*.

O Dr. Paulo Alves e eu nunca tínhamos visto um caso de febre amarela, embora conhecêssemos a sua patologia. As dificuldades, talvez, seriam grandes em obtermos outra oportunidade como aquela para colhêr material que servisse ao irrefutável diagnóstico anátomo-patológico. A cabocla Vicença ia morrer, não havia dúvida. Mas, a autópsia naquele sertão, provocaria uma celeuma, e possivelmente, não a faríamos. O Dr. Paulo Alves disse então aos parentes da moribunda que nós íamos permanecer sòzinhos ao lado dela e que ninguém entrasse na alcova. Isto, às 17 horas do dia 19 de janeiro de 1935.

Veio a noite. Estávamos sem jantar, mas não nos podíamos arredar do aposento. Trouxeram-nos uma lamparina de querosene: a agonia lenta e monótona da coitada se prolongava.

Não nos falávamos. Não devíamos despertar a curiosidade das pessoas que estavam próximas no outro aposento, nem tínhamos assunto diante daquele quadro. Eu, sentado num tamborete, principiei a cochilar, e o Dr. Paulo Alves acabou dormindo no girau, onde se estendia a moribunda.

A meia-noite, acordei o Dr. Paulo, cuja manga do paletó recebera um vômito negro da agonizante. A paciente estava morta. Com a maior cautela, evitando ruídos, retiramos com um aparelho, o viscerótomo, amostras do órgão do cadáver, que serviriam para o primeiro diagnóstico anátomo-patológico de febre amarela silvestre no Brasil Central.

Ao deixarmos aquela choupana, nas primeiras horas da madrugada, tivemos a impressão de que os parentes de Vicença não perceberam que conduzíamos uma minúscula parte de seu corpo. Como outros casos anônimos, aquela vida ao se extinguir, contribuiu para que a Ciência Médica ampliasse seus conhecimentos em benefício da espécie. Posteriormente, naquela região, foi isolado o vírus amarelado de outros doentes e, descobertos novos vectores pelos técnicos da Fundação Rockefeller.

* * *

A imediata cidade que vimos foi Pirenópolis, antiga vila de Meia-Ponte, fundada em 1731. Por ela passa o rio das Almas, raso e alvo num leito de pedras, para se unir, depois de um percurso de duzentos quilômetros, ao Maranhão.

O seu antigo nome de Meia-Ponte foi consequência de ter subsistido parte de uma ponte, enquanto a outra se desmantelou numa das enchentes do rio das Almas.

Ramificações da serra dos Pireneus limitam o norte da cidade e é dessa serra que se retiram as grandes lages do itacolumito com que se revestem as ruas.

A arquitetura de seu casario revela o gosto dos mestres portugueses do tempo da mineração.

Pirenópolis, no ciclo do ouro, viveu dias de fausto. Couto de Magalhães e Rodolfo da Paixão, governadores da Província, tentaram transformá-la em Capital de Goiás e, SAINT-HILAIRE, comentando o que observara em Vila-Boa, apoiou em seu livro a mudança da capital para Meia-Ponte. Foi a primeira cidade goiana que possuiu uma tipografia. O declínio da mineração apagou a vida de

Pirenópolis, que se incrustou, como outras cidades do Brasil Central, entre caminhos de difícil acesso.

Em nossa passagem, residia em Pirenópolis a "Santa Dica", que, em 1926, acompanhada de grande comitiva esteve nas cidades do litoral, como extraordinária vidente. Na ocasião de sua grande popularidade era uma goiana de 21 anos, franzina, de estatura mediana, de olhos grandes e sonhadores, de cabelos abundantes e soltos. Dez anos depois era uma senhora respeitável, nutrida de carnes: casara-se com o repórter dum jornal carioca, que fôra observar os "milagres da santa". Disseram-me que há anos passados os peregrinos fanatizados traziam à "santa" óbulos de tôdas as espécies, que pouco a pouco, vieram a constituir um pequeno patrimônio. Os crédulos formaram depois um colégio eleitoral que deu fôrça política, no Estado, ao marido da "santa". O caso de misticismo patológico se arrefeceu e lembra-nos apenas como é fácil as populações ignorantes, que vivem em penúria física e moral, deixarem-se guiar pelo fanatismo.

Depois de Pirenópolis passamos por Corumbá, outra cidade decadente, após o ciclo da mineração.

Situada numa grotta, triste e sem vida, com os prédios em ruínas, Corumbá pertencia naquela ocasião a uma grande família latifundiária do Estado.

Entre Jaraguá e Pirenópolis encontramos 32 cavaleiros com as camisas enfeitadas de fitas amarelas e vermelhas em cavalos também cheios de adereços. Traziam violas, cavaquinhos, duas sanfonas, e um deles levava o estandarte do "Divino" — uma peça de morim branco com bordados dourados e a efígie de uma pomba encarnada.

Era a "folia" de reis. Esse bando vinha duma fazenda, onde pernoitara, e ia fazer "surpresa" numa outra. Isto é, chegariam à fazenda cujo proprietário era obrigado, segundo o costume, a matar uma rês para os foliões, fornecer-lhes aguardente, dar pasto e milho aos seus animais.

O bando com que deparei mostrava sinais de fadiga: dansara a noite tôda com as sertanejas que acorriam dos pontos próximos às fazendas onde a "folia" parava. Disseram-me que viviam de janeiro a março nessa "folia", andando de uma fazenda a outra, em comes e bebes. Cada "folia" recebia o nome de seu organizador ou mestre e os estandartes variavam de figuras, imagens de Cristo, de santos etc. Certos "mestres" não faziam outra coisa naquele sertão: eram crônicos na vida de trovadores errantes. SAINT-HILAIRE também encontrou uma "folia" nessa região de Goiás. Creio que assisti à mesma coisa: não houve transformação nesse costume, que parece ser de origem africana. A "folia" lembra os ranchos carnavalescos do litoral. Os seus componentes fazem palhaçadas, cantam modinhas, improvisam trovas, desafios de viola, e dansam nos terreiros e casas das fazendas por onde passam, exigindo comida e cachaça. Quase sempre os espectadores dão dinheiro aos organizadores dessa festança.

* * *

Sono de **Quem deixa Itaberal, na Lat.**
 duzentos anos. Sul 16°, e toma rumo noroeste, atravessa o rio das Pedras e depois o Uru, o formador mais meridional do Tocantins.

Penetra-se noutras terras, onde os rios não correm mais para o sul. Tôdas as águas dirigem-

se agora para o norte e, à medida que nos aproximamos de Vila-Boa, o terreno é encascalhado e nos córregos de água cristalina faiscam palhetas de mica e alvejam quartzos leitosos.

Repentinamente, os contra-fortes da Serra Dourada fecham o ilimitado horizonte dos campos e cerrados. Penedos altos recortam um céu azul e cintilante.

Vila-Boa, antiga Sant'Ana, transformada em Capital de Goiás, era em 1935 a pior das capitais dos Estados brasileiros. Nem Cuiabá de Mato Grosso ou Teresina do Piauí estava em situação tão precária.

Originada de um pouso de bandeirantes do século XVIII, que andavam à procura do ouro e domesticando índios, a povoação de Sant'Ana não possuía o menor requisito para a capital de uma província. Tampouco os que erigiram a capela de Sant'Ana, para se penitenciarem das malvadezas infligidas aos índios, suspeitaram que a povoação encravada entre penedos, longe dos grandes cursos d'água, serviria algum dia de capital do nosso Estado Central.

Situada na Lat. Sul 15° 55' 5", Long. 50° 7', numa altitude de 520 m, a velha capital de Goiás tem uma temperatura que atinge a mais de 35° C no verão e recebe chuvas apenas durante 90 dias do ano.

Na sêca, vários habitantes da cidade de Goiás eram freqüentemente acometidos de febres tifóides, mantidas pelos germes que pululavam nas águas lentas do rio Vermelho, onde a população se banhava e para onde escoavam os esgotos.

Vielas estreitas, um acanhado largo do jardim, com gramíneas cercadas de arame, prédios antigos

e em ruínas, constituíam o panorama urbano de 1935.

O retrato de SAINT-HILAIRE, de há 130 anos passados, da cidade de Goiás era quase idêntico ao de 1935. A diferença residia no desenvolvimento de um grupo de indivíduos que fazia o curso ginasial e de direito e de autodidatas, que se dedicavam à cultura de humanidades. Em algumas reuniões, uma pequena elite revelava requintes intelectuais e sociais, rivalizando com as de outras capitais brasileiras. Mas, o apuro intelectual desse grupo pouco repercutia sobre a vida do Estado.

Uma população decrescente de 7.450 habitantes, composta na maioria de funcionários públicos, cujo dia se escoava em repartições rotineiras e cuja noite se perdia em palestras inúteis nos bancos do largo do jardim, ao rolar dos anos, permanecia imutável nos seus hábitos. A Capital não atraía os coestaduanos; os que iam até lá eram políticos e funcionários cujos afazeres se ligavam às repartições. A ausência de indústria, de comércio desenvolvido, de diversões, afastava os goianos de sua Capital.

Durante duzentos anos não houve migração para a cidade de Goiás. Alguns povoados, como o de Ouro Fino, que circundavam a velha Vila-Boa, estavam em ruínas.

Há duzentos anos, a sua casa de fundição rendeu só de impôsto 984:106\$000, em 1935, a renda municipal de Goiás mal atingira 250:000\$000.

Sem meios fáceis de comunicação, as obras do homem só se modificam muito lentamente e tendem a regredir.

Alguns habitantes de Goiás saíam, uma vez ou outra, para visitar os centros urbanos de São

Paulo e o Rio de Janeiro, mas ao regressarem, eram impotentes para adaptar à sua Capital os exemplos de progresso que apreciaram. Retornavam ao meio onde gerações sucessivas se habituaram à vida sem esforços para obter o indispensável à manutenção.

A maioria dos brasileiros do Centro do país não tomou conhecimento do progresso do litoral, das regiões para onde os imigrantes trouxeram a sua experiência e a emulação. Estacionaram numa fase da civilização onde dominavam senhores feudais.

Nesta área, os grandes latifundiários, atrazados, e, conseqüentemente, oligárquicos, contribuíram para os entraves ao progresso do Estado. Há pouco mais de um decênio, um presidente do Estado, permanecendo anos a fio no poder, não se interessou pelo avanço da Estrada de Ferro Goiás, para que não viesse gente de fora, com novas idéias perturbar o regime feudal de que era detentor.

Os oligarcas de Goiás mandavam e desmandavam no Estado como se éste fôsse a continuação de suas fazendas de gado. Raramente, os goianos se insurgiam contra elles; um ou outro intelectual que protestava contra aquêl estado de coisas era imediatamente tolhido em seus atos e, geralmente, abandonava a "grande fazenda", empregando suas atividades e energia noutros Estados da Federação.

Um dos fatos que contribuíram para a manutenção dos Governos despóticos e espoliadores de Goiás foi o isolamento da velha Capital do Estado, onde muitos cargos administrativos eram ocupados por apaniguados dos régulos.

Fizemos uma excursão à serra Dourada, que é próxima da antiga capital de Goiás.

Das colinas graníticas e penedos que galgamos, o panorama empolgante de um mar de terra que se avista de todos os lados evidencia o inaproveitamento humano. Fomos atacados por uma chusma de simulideos, ao entardecer, e talvez essa espécie constitua as "pequenas abelhas negras" que molestaram SAINT-HILAIRE ao subir a mesma encosta que visitamos.

As espécies animais permanecem as mesmas, quando o homem não invade os seus *habitats*.

* * *

Disseram-nos que era trabalhosa a viagem da cidade de Goiás a Leopoldina no tempo das águas.

O sobrenatural no Araguaia.

Deixamos o nosso Chevrolet e preparamos a viagem numa caminhonete de rodagem alta.

Depois do córrego Bugre andamos setenta quilômetros para encontrar a primeira choupana.

Transpusemos o rio do Ferreiro e chegamos ao Travessão. É um pôrto do rio Vermelho, onde encostam os barcos-motores vindos de Belém do Pará pela rota do Araguaia.

Na época das chuvas, os caminhões do Centro de Goiás transportam sacas de café até esse pôrto e recebem as caixas de gasolina vindas por via fluvial do Pará. Essas caixas, de 38 litros, eram vendidas em janeiro de 1935 a 60\$000. As que entravam no Estado de Goiás, transportadas pela estrada de ferro, custavam 120\$000.

Adiante de Travessão estende-se uma grande planície pontuada de buritis.

Dezoito quilômetros de estrada faziam parte dum pantanal. E o carro espadanava água de todos os lados, e mais parecia uma lancha de que um automóvel. Afinal, numa depressão invisível o motor ficou totalmente mergulhado e interrompemos a viagem.

Desceu uma noite escura e estrelada. Estávamos num deserto, cercados de água. As anofelinas, das espécies *A. argiristasis* e *A. darlingi*, atacavam-nos vorazmente.

O único local que a água não atingiu foi a capota da caminhonete. Estirei-me nela, coberto pelo filó do mosquito.

Alta madrugada despertei com os clamores dum indivíduo que bradava "por Deus e Nossa Senhora". Localizando-o com a lanterna, vi um sertanejo a cavalo, tomado de grande susto pela figura que eu representava, distanciada do chão, envolvida no filó branco. O cavaleiro supôs que se tratasse de uma "assombração", e, se não fôsse a sua emoção, creio que teria disparado o revólver contra o fatigado viajante da caminhonete.

Quem viaja pelo sertão conhece a importância das "almas do outro mundo" na vida anímica de seus habitantes. Há alucinações coletivas.

Criado na ignorância, isolado entre as forças da natureza ainda não dominadas pela técnica e coadjuvado pelo clima, onde o calor úmido, ventos quentes, luz intensa, influem nos centros cerebrais, o sertanejo está sempre pronto a aceitar o sobrenatural.

As forças mentais do homem sofrem ação dos componentes da atmosfera.

Lembro-me de que os “casos” de assombrações ocorriam sempre dentro dum campo elétrico especial e quando o ar estava ionizado.

De uma feita, no Norte de Minas, achava-me numa fazenda. E, sobrevindo a noite, um dos meus conhecidos pediu licença para se retirar, pois tinha de andar léguas para chegar a sua casa. Saiu a cavalo, afundando-se na escuridão da noite, que ameaçava tempestade próxima.

Era um homem robusto, antialcoólico e de certos princípios rígidos em relação à moral. Pouco tempo depois voltou à fazenda de onde partira, todo ensangüentado e com o cavalo a arfar. Tivera uma luta, na estrada, com uma “alma do outro mundo”. No dia seguinte, fomos ao local do “encontro” com a assombração e vimos um pé de angico, destacando-se no barranco, todo cortado a chicotadas e a esporas; no tronco da árvore destacavam-se pingos de sangue do nosso amigo.

As casas mal-assombradas, pontos interditos, abundam em nosso país.

POCH realizou algumas pesquisas, que explicam as desgraças (morte, doenças) repetidas nos locais denominados “mal-assombrados”. “A espécie humana só se coloniza conveniente e indefinidamente numa atmosfera com notável campo elétrico positivo”. Um povoado situado num campo nulo ficaria exposto a endemias, e os produtos da terra não seriam tão favoráveis ao homem. Transferidos para uma área com campo elétrico positivo e elevado, ficaria preservado de certos males. A inospitalidade de uma casa “mal-assombrada”, isolada numa planície, num morão, verificada por nossos cabòclos, explicar-se-ia, segundo Poch, pela sua posição num campo elétrico nulo ou negativo.

Leopoldina, na margem direita do Araguaia, fica a 192 km da cidade de Goiás.

É um povoado fundado no século passado, onde se estabeleceram um presídio e o ponto fiscal do sertão entre os Estados de Mato Grosso e Goiás. Dessa reminiscência histórica nada existe no arraial de hoje.

Nêle, quarenta choupanas abrigam 170 habitantes. A maioria é nordestina.

Vive aquela gente comendo peixe do rio, cultivando pequena lavoura de cereais que dá apenas para o seu consumo.

Entre eles vêem-se constantemente índios Carajás, que residem nas malocas ribeirinhas.

Apenas uma casa de negócio — o “armarinho” de Leopoldina — como as outras vendas do sertão — tem nas suas prateleiras tôdas as espécies de objetos e artigos de consumo, desde os comprimidos de quinino até enxadas. Esse armarinho é também o armazém dos produtos que sobem o Araguaia, vindos de Belém do Pará nos barcos-motores: são as caixas de gasolina e chapéus de carnaúba que se misturam no chão.

A única coisa que Leopoldina nos oferece de interessante para ver é o rio Araguaia. Na sêca, a sua largura neste ponto é de 500 metros. Quando o apreciamos, alargava-se em mais de 1 km, inundando as margens de Goiás e Mato Grosso.

Uma sucessão de igapós estende-se do lado de Mato Grosso dando a impressão de que tôda aquela mata, numa planície sem fim, bóia na água barrenta.

As terras caídas, a que se prendem arbustos eretos e floridos, rodopiam e descem pelo meio daquela grande corrente, apostando corrida. As

águas volumosas de janeiro arrastam detritos vegetais, toras de buriti e corpos de réses descuidadas, que rolaram dos barrancos. Minerais, vegetais e animais misturam-se na torrente, grande laboratório de desintegração. No seu curso de dois mil quilômetros, o Araguaia destrói e constrói suas margens, tira material daqui, deposita-o acolá, num trabalho incessante.

Rio sem leito, quem o vê na sêca, não o conhece no verde. Mais largo do que fundo, o leito do Araguaia é diferente do Tocantins, onde a terra tem limites fixos.

De ambos os lados, estendem-se desertos e uma população mais reduzida do que a que margeia o Tocantins, reúne-se em pequenas aglomerações, onde predominam as palhoças, desde Santa Rita até São João do Araguaia, onde o rio se une ao Tocantins.

Ao longo do Araguaia, em 1935, encontravam-se as seguintes povoações principais, a partir das nascentes: Santa Rita do Araguaia (50 habitações), Balizas (200), Barra do Garça (80), Registro (20), Araguaiana (40), Leopoldina (40), Cocalinho (15), São José (30), Piedade (pôsto dos Adventistas), Furo de Pedra (15), Fontoura (pôsto dos Adventistas), Santa Ana (30), Santa Maria (150), Conceição (200 — missão dominicana), Couto de Magalhães (20), São Vicente (100), São João do Araguaia (80). Pertencem a três Estados: Goiás, Mato Grosso e Pará.

Os índios Carajás e Javaés, semicivilizados, predominam.

Nos povoados, paraenses, maranhenses, baianos, goianos e matogrossenses vivem uma vida pri-

mitiva. Além da população fixa, há a que transita periódicamente para os garimpos do Alto-Araguaia.

Os lugares de maior conforto são os redutos, na margem do rio, dos missionários dominicanos e adventistas. Frades franceses e uns poucos pastores de origem saxônica ensaiam, há meio século, impor a civilização cristã entre os habitantes da margem do Araguaia. A grande abnegação e esforços que empregam não correspondem aos resultados. O meio físico e social dilui a catequese.

Os índios são turistas das missões. Visitam-nas na estação da seca, quando o caudal os atrai. Na estação das chuvas, as águas interiores, a reduzida agricultura os retêm nas malocas.

O racional é deixá-los entregues ao seu próprio governo e teogonia em áreas demarcadas, sob fiscalização camuflada do Governo para que não se julguem em terra limitada. A fiscalização federal se incumbiria também de impedir que os civilizados os explorem e os degradem.

A estrutura mental do primitivo não permite alcançar imediatamente a evolução cerebral da espécie humana contemporânea, que se modificou pela instrução obrigatória e adaptação a uma técnica desenvolvida. Os raros casos de índios que se integram na nossa civilização revelam apenas a capacidade de imitação da espécie humana e não a alteração de sua estrutura mental.

Só com o continuar dos anos, depois de cientificamente estabelecidas as relações dos civilizados com os primitivos, poderemos ter as populações indígenas do país colaborando com os brasileiros na conquista do sertão.

Em Leopoldina, na pequena capela, em cujo adro se erguia um sino dependurado num mastro, assisti a uma reza de janeiro.

Uma negra centenária, mãe do prêto José Sant' Ana, o mais antigo morador do arraial, puxava o têrço, sentada de costas para o minúsculo altar.

A ladainha foi a maior mistura de nomes que já ouvi: santos cristãos, deuses africanos, expressões carajás, saíam da bôca da velhinha, em atitude de êxtase. Umas cinqüenta pessoas que se apertavam entre as paredes de taipa da capela respondiam "*ora pro nobis*" àqueles nomes quase ininteligíveis.

Terminado o têrço deu-se o beija-mão da preta. Entre risos e vozerio a turba desfilou diante da cadeira da centenária. Do lado de fora, adultos e crianças tocavam o sino, imprimindo às badaladas os acôrdes mais variados: desde os repiques religiosos, até os ritmos das modinhas sertanejas e dos sambas carnavalescos, que discos da vitrola do dono do "armarinho" traziam até Leopoldina.

Surgiram depois sanfonas e violas, e os músicos entravam e saíam da capela alumiada por candieiros. Cenas que se catalogavam como devoção religiosa, mas que na realidade indicavam a influência do meio ecológico e a facilidade com que um grupo social pode transformar-se pela técnica da produção.

Acompanhado por alguns moradores, sentamos num barranco do rio, iluminado pela luz fraca do crescente, que nos permitia divisar as pontas dos cascos do *Araguaia*, *Colombo* e *Mineiros* que surdiam das águas. Eram os restos dos barcos naufragados de Couto Magalhães, que inaugurara

na segunda metade do século passado a navegação a vapor do Araguaia.

Um barco-motor vindo do Pará baloiçava próximo daquelas pontas de ferro.

No silêncio da noite tudo aquilo assumia significado de símbolo: esforços individuais para a navegação de um grande rio, marginado por terras inda inaproveitadas pelo homem.

* * *

Em 1935, ao deixarmos o Estado de Goiás, passamos por Goiânia, a nova capital que se erigia. O despertar.

Essa empreza foi repercussão do movimento político de 1930 e com ela se inaugurou no Estado uma nova fase de realizações reclamadas pela evolução do Brasil.

A idéia da mudança da Capital não era coisa nova em Goiás. Desde o século XVIII já se cogitava disso, e quase que Meia-Ponte (atual Pirenópolis) retira de Vila-Boa o título de Capital do Estado. No século XIX, no segundo Império e no comêço da República, os Governadores Couto Magalhães e Rodolfo da Paixão pretenderam mudar a Capital.

Há trinta anos, aproximadamente, a comissão do prolongamento da Estrada de Ferro Goiás, ante as dificuldades oferecidas pelo terreno em que se encontrava a velha capital, sugerira a sua mudança para as margens do Uru. A cidade recuaria 30 km para o Sul e a Companhia da Estrada de Ferro se propunha a construir os edificios públicos, sem ônus para o Estado.

Entretanto, Vila-Boa continuou a representar o estádio da sociedade goiana do século XVIII. As outras cidades não se desenvolviam, diante do

exemplo negativo da Capital? As idéias, porém, quando trazem em seu bojo o progresso e o bem-estar das coletividades não se apagam. Atravessam gerações sem se concretizarem, e, um dia, os acontecimentos evidenciam a sua fôrça.

Em 1930, chegou a Goiás, como representante do movimento armado que derrubou o Governo constituído, o Sr. Carlos Pinheiro Chagas. Homem de Minas Gerais e que assistira ao desenvolvimento de Belo Horizonte e a sua influência na vida econômica de seu Estado, viu a analogia do caso. No seu primeiro discurso, referiu-se à mudança da Capital.

Logo depois, esta idéia tornou-se o programa político do interventor de Goiás, Sr. Pedro Ludovico.

A escolha do local dependia dos embates de interesses de latifundiários que teriam suas terras valorizadas, dos negociistas da construção de cidades, e também dos sentimentos afetivos de alguns.

O planalto que se estendia nas proximidades de Campinas recebeu a aprovação dos técnicos, como a área mais apropriada. Nada adiantaram os esforços e dispêndios dos munícipes de Bonfim para que a escolha recaísse no seu município.

Abriu-se a campanha contra a oposição à mudança, levantada pelos latifundiários do município de Goiás e por alguns políticos que nêle possuíam grupos eleitorais. Invocaram-se as razões históricas, as tentativas dos governadores do século passado que pretenderam mudar a capital. Por mais

distante e isolado da civilização atual, o Estado de Goiás não escapou às modificações que o desenvolvimento da técnica de produção está operando na face da terra: venceu a idéia da mudança da Capital ou o primeiro passo para o progresso do Estado Central.

A posição econômico-geográfica duma aglomeração urbana influi no seu desenvolvimento.

Os 1.082 hectares escolhidos para Goiânia colocam-na em posição favorável. O planalto em que se fez o traçado, cuja declividade é em média de dois por cento, foi submetido a um estudo pelo urbanista Atilio Correia Lima — o primeiro técnico a delinear no Estado de Goiás uma cidade do nosso século.

O único alojamento para os viajantes em janeiro de 1935, na futura cidade de Goiânia era uma choupana que ostentava uma singela taboleta: "Pensão Operária".

Vimos chegar levadas de trabalhadores de todos os cantos de Goiás e dos Estados limítrofes para a construção da cidade. O trepidar dos motores dos caminhões, automóveis, tratores e escavadeiras se associava ao vozerio dos homens e ao ruído surdo dos grandes troncos de árvores que tombavam para o loteamento da área urbana.

Bastaram os primeiros alicerces da nova capital para que a cidade próxima de sua área, Campinas, triplicasse em poucos meses o número de seus prédios.

Esta velha aglomeração, fundada em 1816 em torno de uma capela que servia de casa de oração aos criadores de gado da região, cresceu em 110 anos, com a média de duas casas por ano. Distando 5 quilômetros da área urbana de Goiânia,

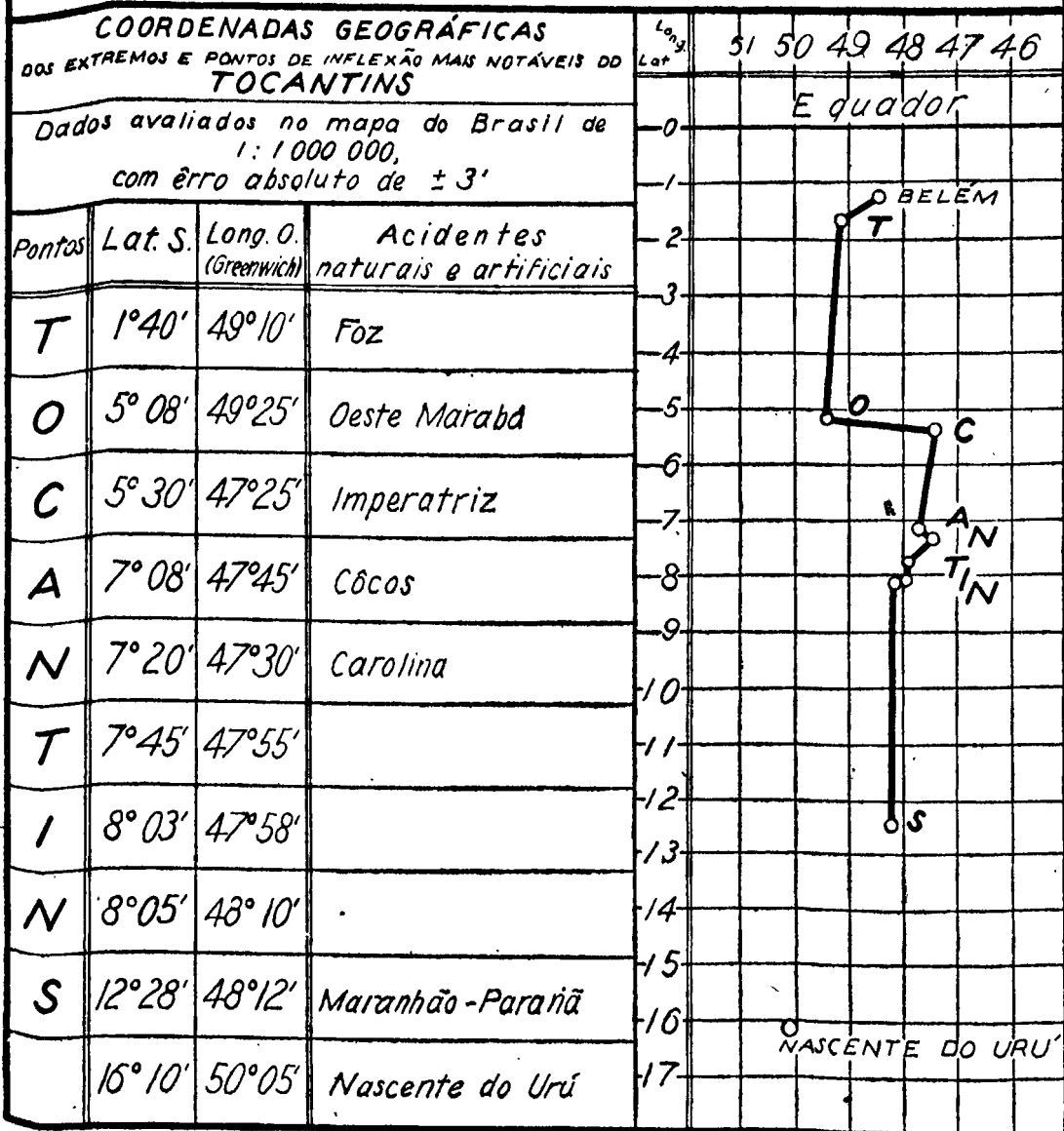
então em loteamento, Campinas aumentou em três anos o censo predial para três vezes o que realizara em um século!

Contemplávamos uma cena inédita nos milhares de quilômetros que acabávamos de percorrer. Sentimos que daqui a um século outra será a descrição da terra em que viajamos si, realmente, os governantes forem ao encontro dos interesses do povo. Há mais de cem anos SAINT-HILAIRE prognosticara outra paisagem que não a atual. O sábio de Orleans errou por um século, quando vaticinou em 1818: "daqui a cem anos a vegetação brilhante e inútil será substituída por extensas plantações; o ruído de máquinas complicadas, veículos mais poderosos que as locomotivas, tomará conta de Goiás..."

REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO XXVI

- (1) AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE — *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás* (2 tomos) — *Brasiliana*, vol. 78-1937, Companhia Editora Nacional.

O Tocantins é uma aquavia natural que tem um terço da distância entre os pontos extremos, norte e sul, do Brasil



ESQUEMA FITOGEOGRAFICO

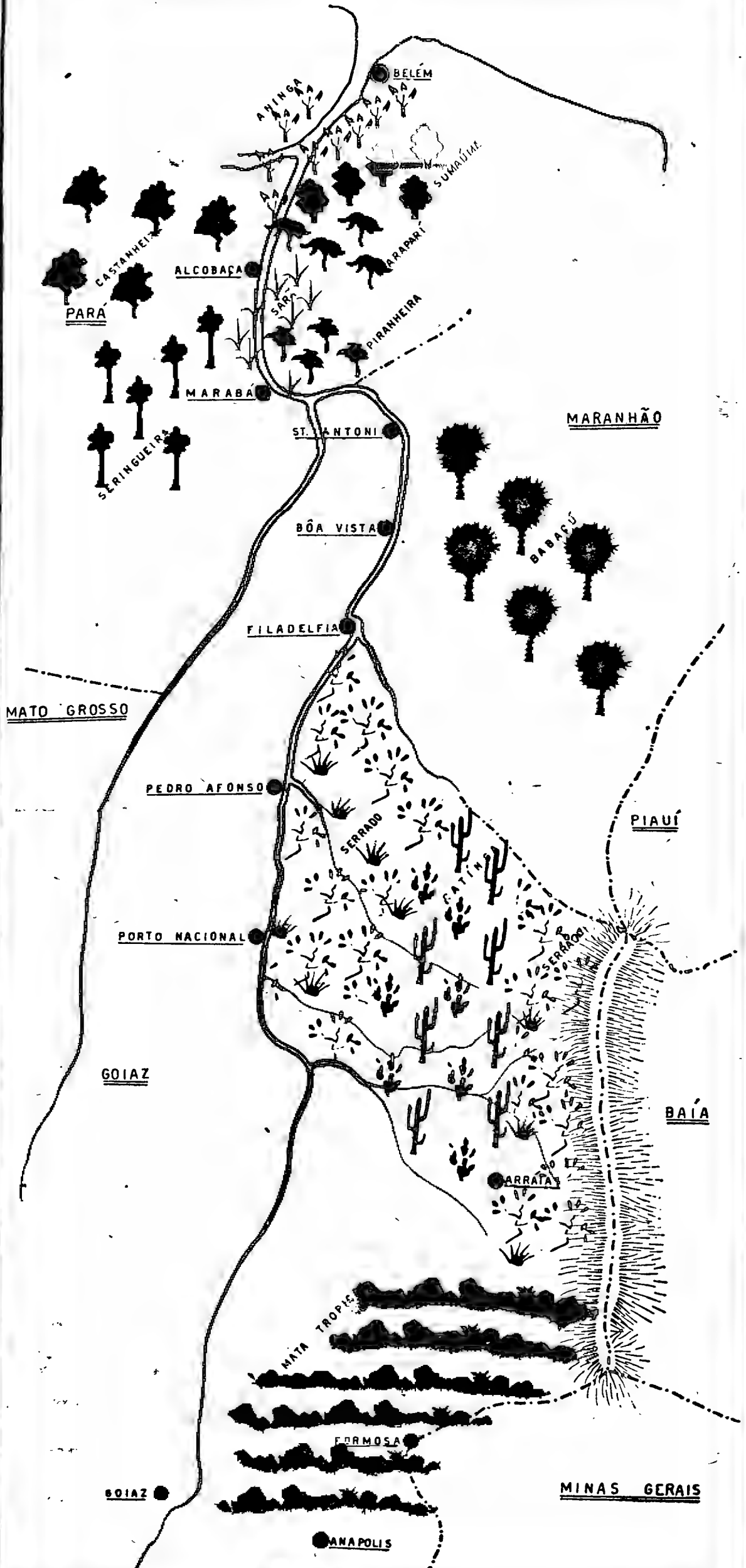
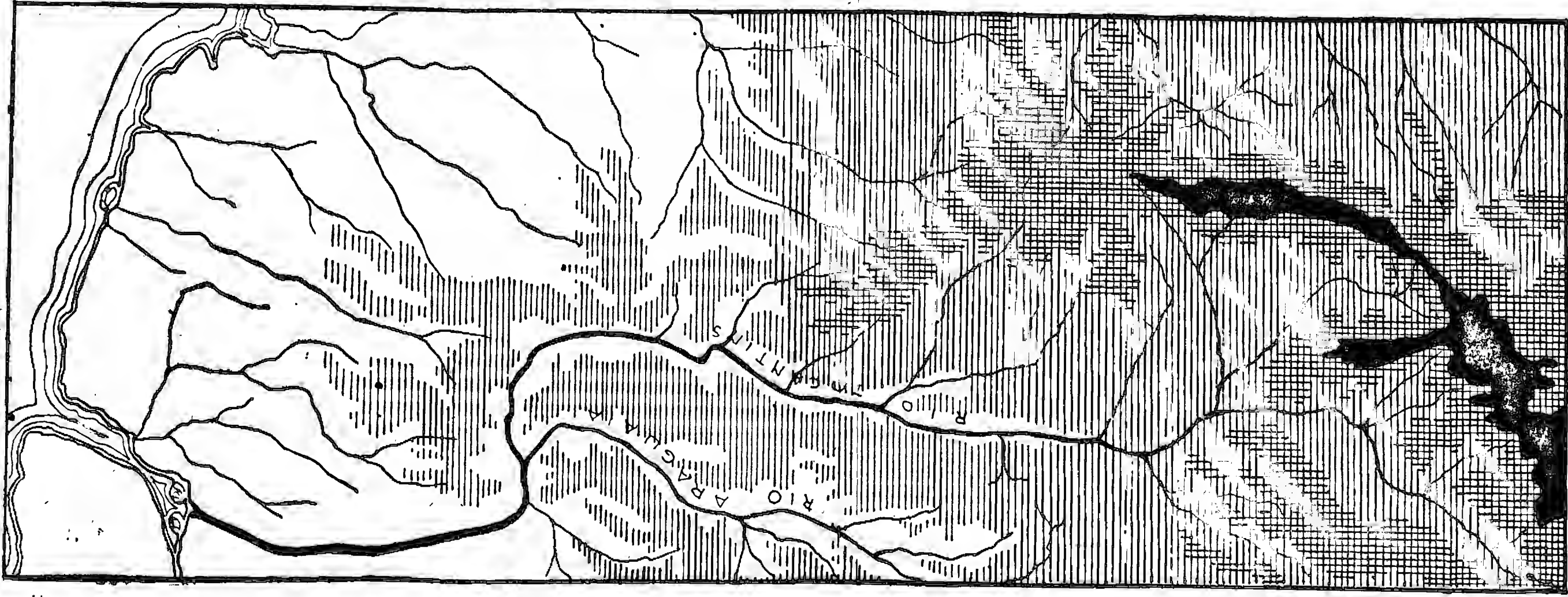


FIG. 2



0 à 200 200 à 500 500 à 1000 + de 1000

Variações de altitude da região do Tocantins

FIG. 3

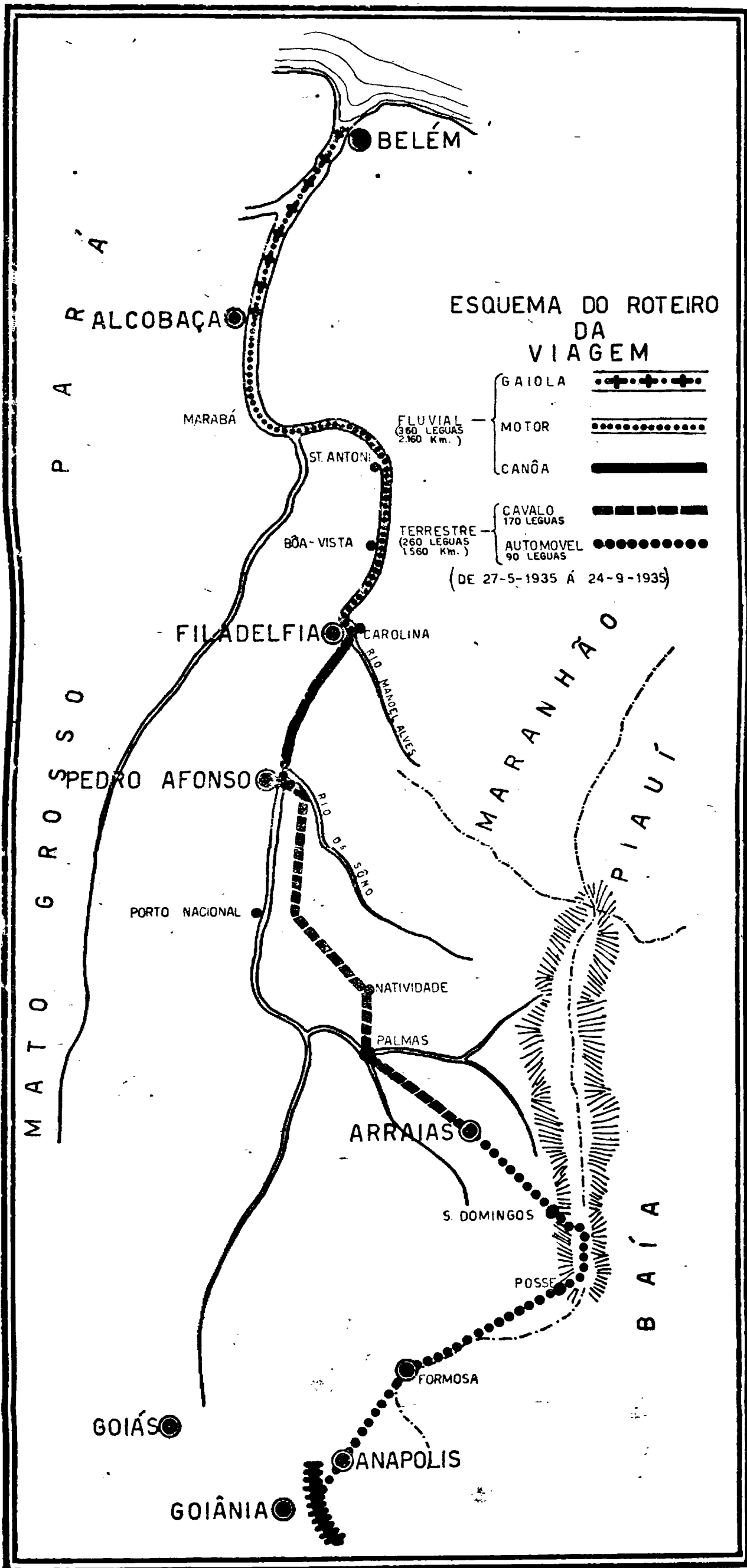


FIG. 4



Casas da maré”.

Em "casco", entre estaca à beira do rio indica proximidade de uma palhoça





O melhor hotel da região do Tocantins é o "Gaiola".

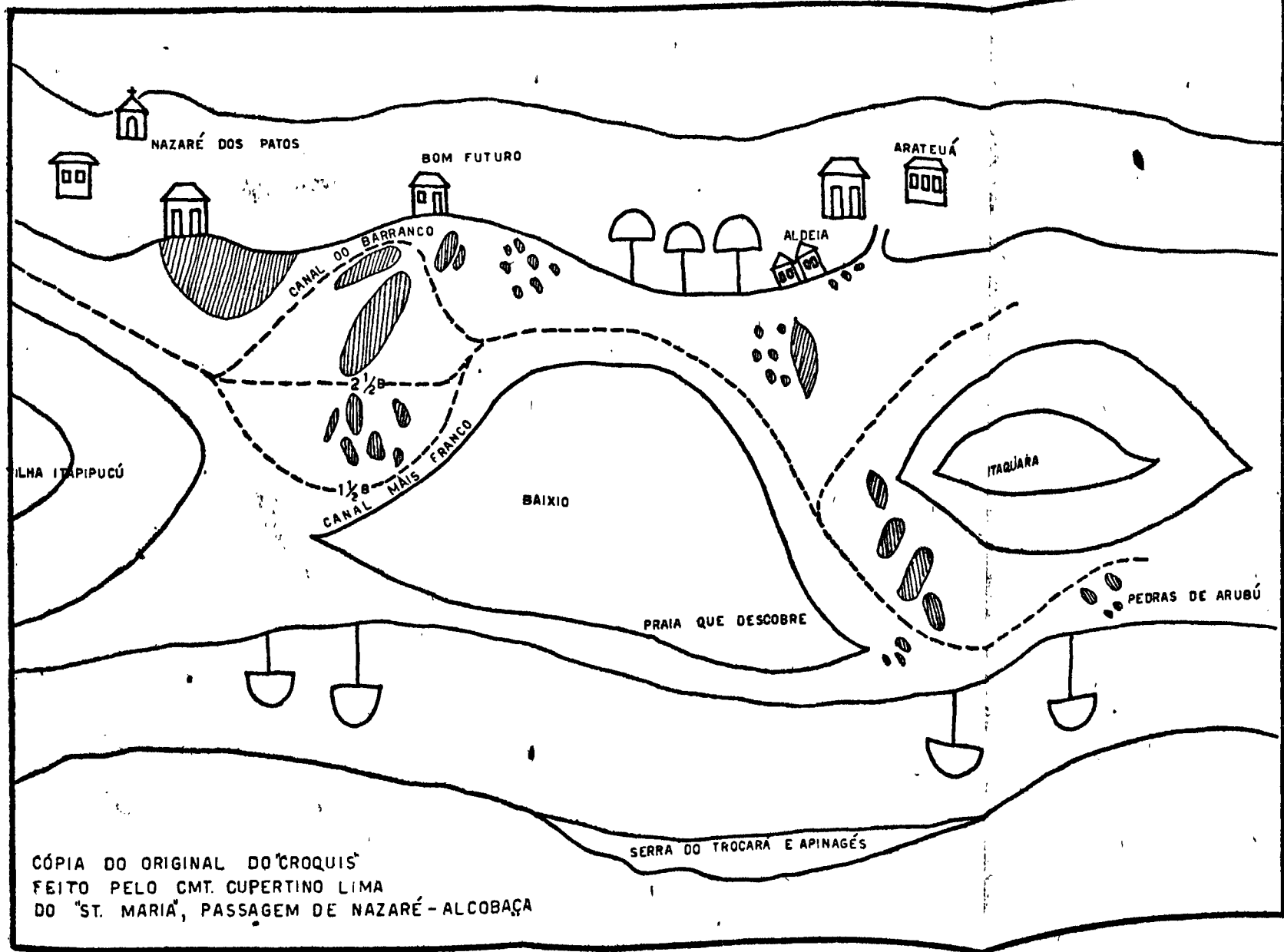


CAMETA

N. Baixo-Tocantins protegem-se as casas com paliçadas.



No Médio e Alto-Tocantins as casas são naturalmente protegidas pelas altas ribanceiras do rio.



CÓPIA DO ORIGINAL DO "CROQUIS"
FEITO PELO CMT. CUPERTINO LIMA
DO "ST. MARIA", PASSAGEM DE NAZARÉ - ALCOBAÇA



O PORTO



O "GAIOLA"



O "MOTOR"

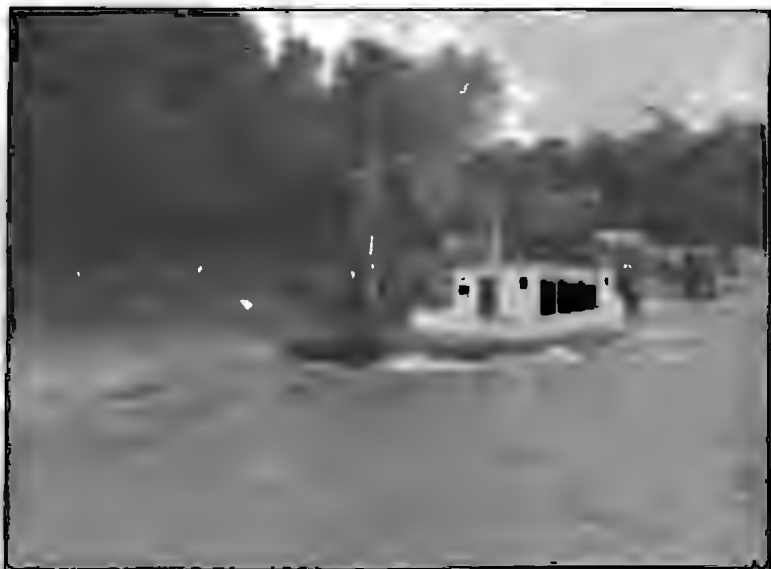
Em **ALCOBAÇA**, porto terminal dos "Gaiolas", continua-se a viagem rio-acima, nos "Motores".



A Estrada de Ferro Tocantins, com 87 km. parte de Alcobaca. Semi-abandonada, é a única ferrovia da região.



A travessia das corredeiras põe à prova a coragem dos marinheiros.



Na travessia das corredeiras, "vencer um cabo" significa salvar o barco, mercadorias e vidas humanas.

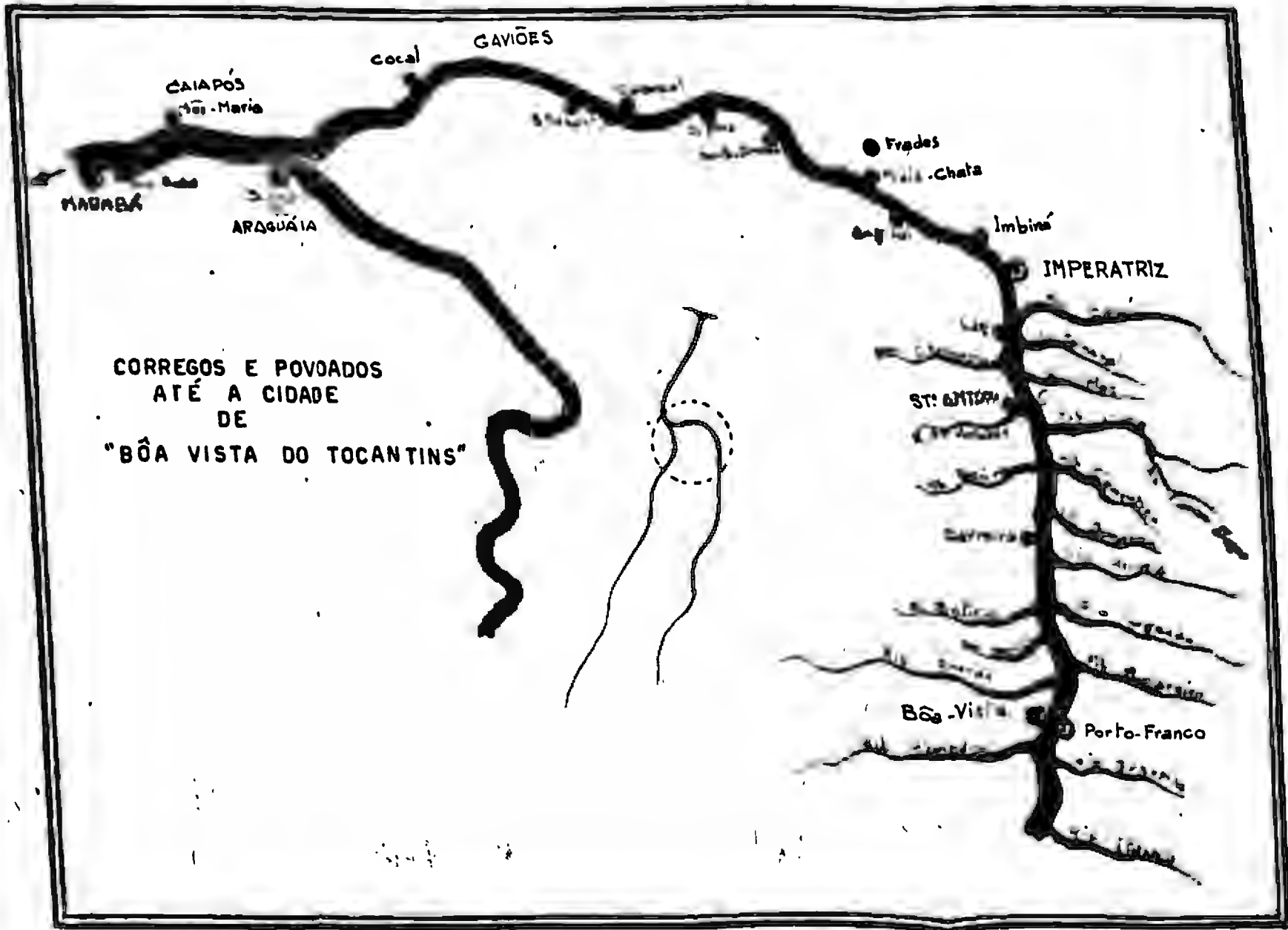


FIG. 6



Uma série de peneplanos forma a "Serra da Cordilheira", que divide os pequenos cursos d'água da mesopotâmia Araguaia-Tocantins.



Palhoças de garimpeiros que levam vida primitiva na "Serra da Cordilheira".

B. VISTA do TOCANTINS

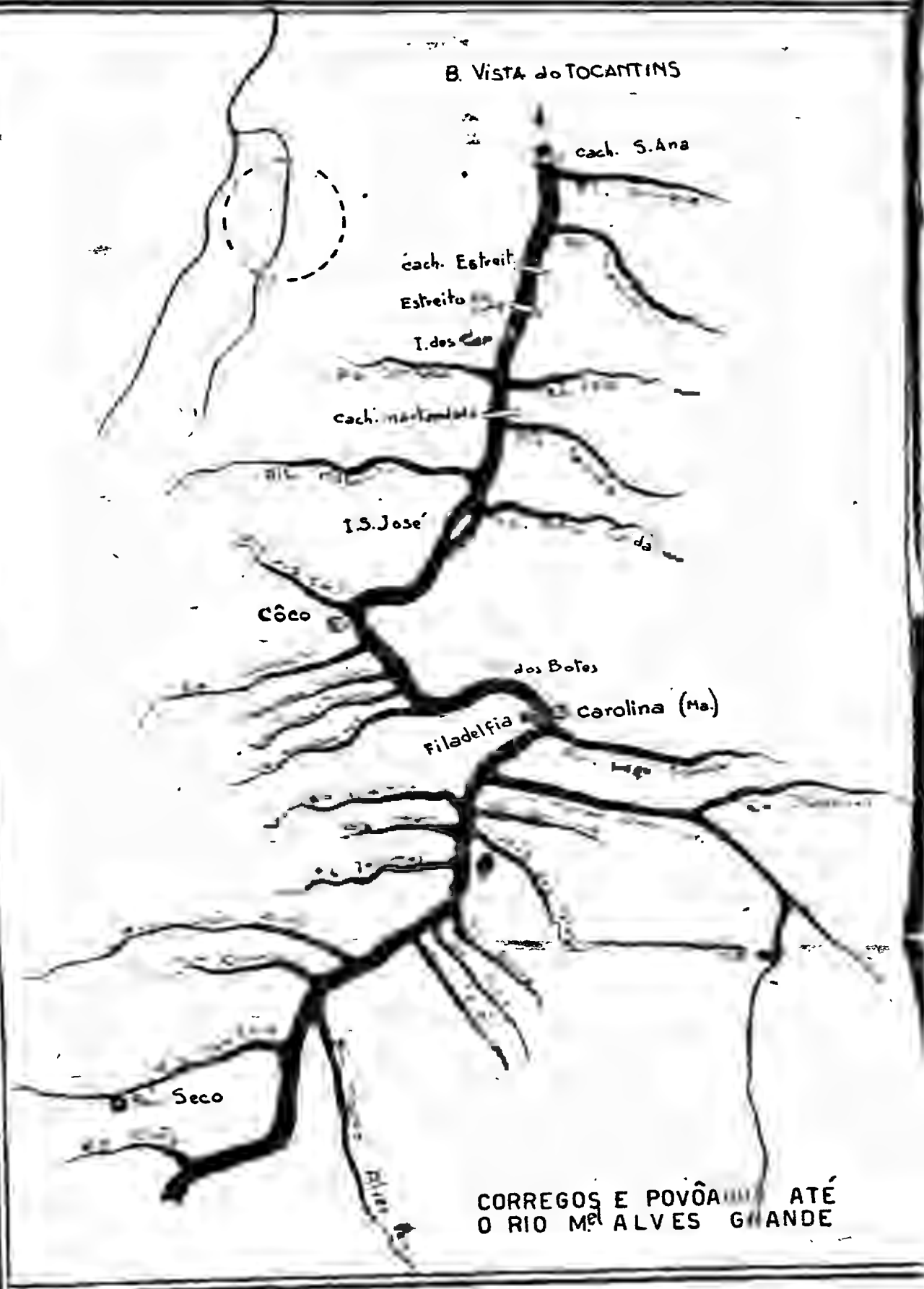


FIG. 7

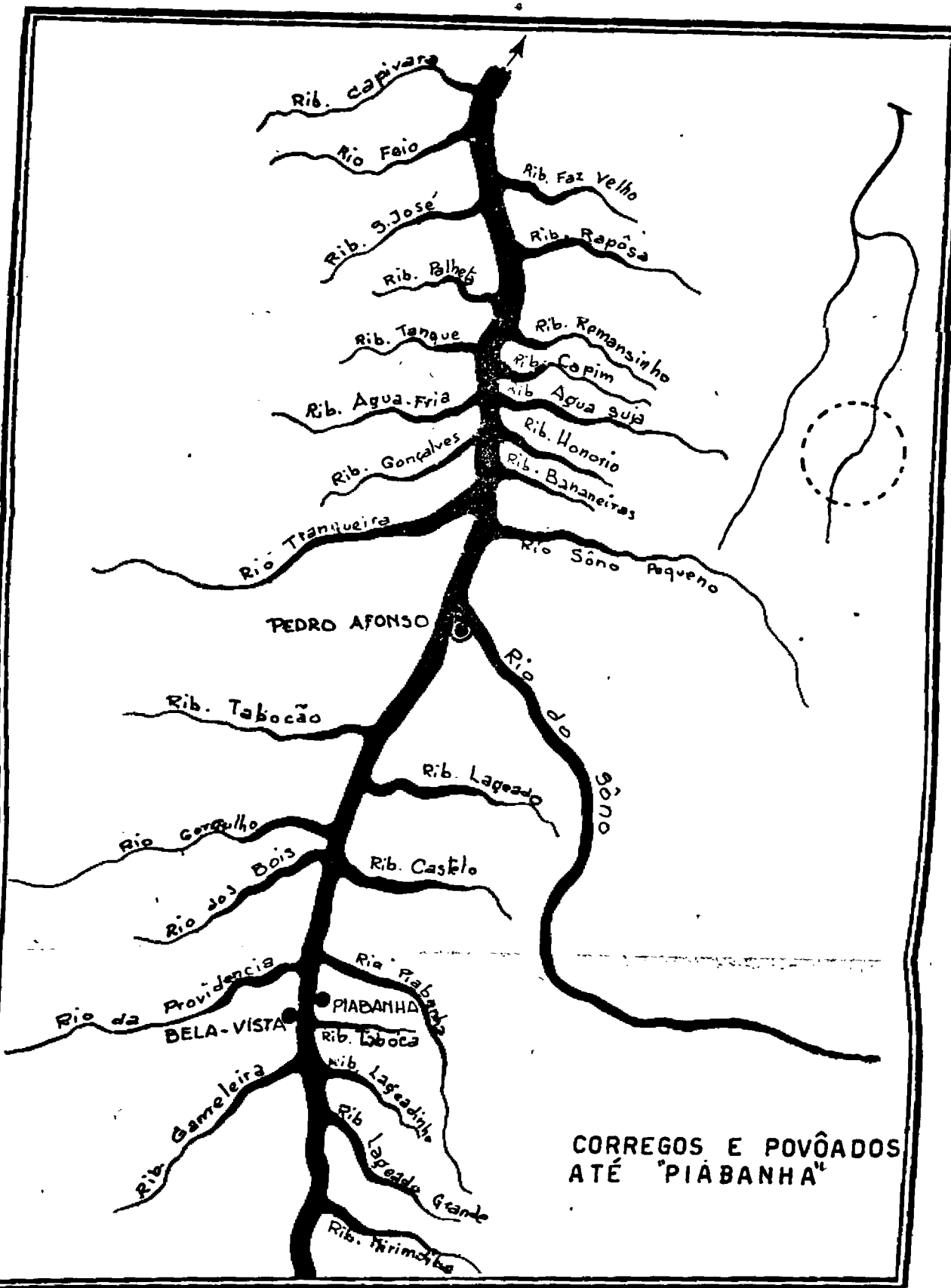


FIG. 8

CAMEÇA



BAIAO

ALCOBAÇA





MARABÁ

PÓRTO - NACIONAL



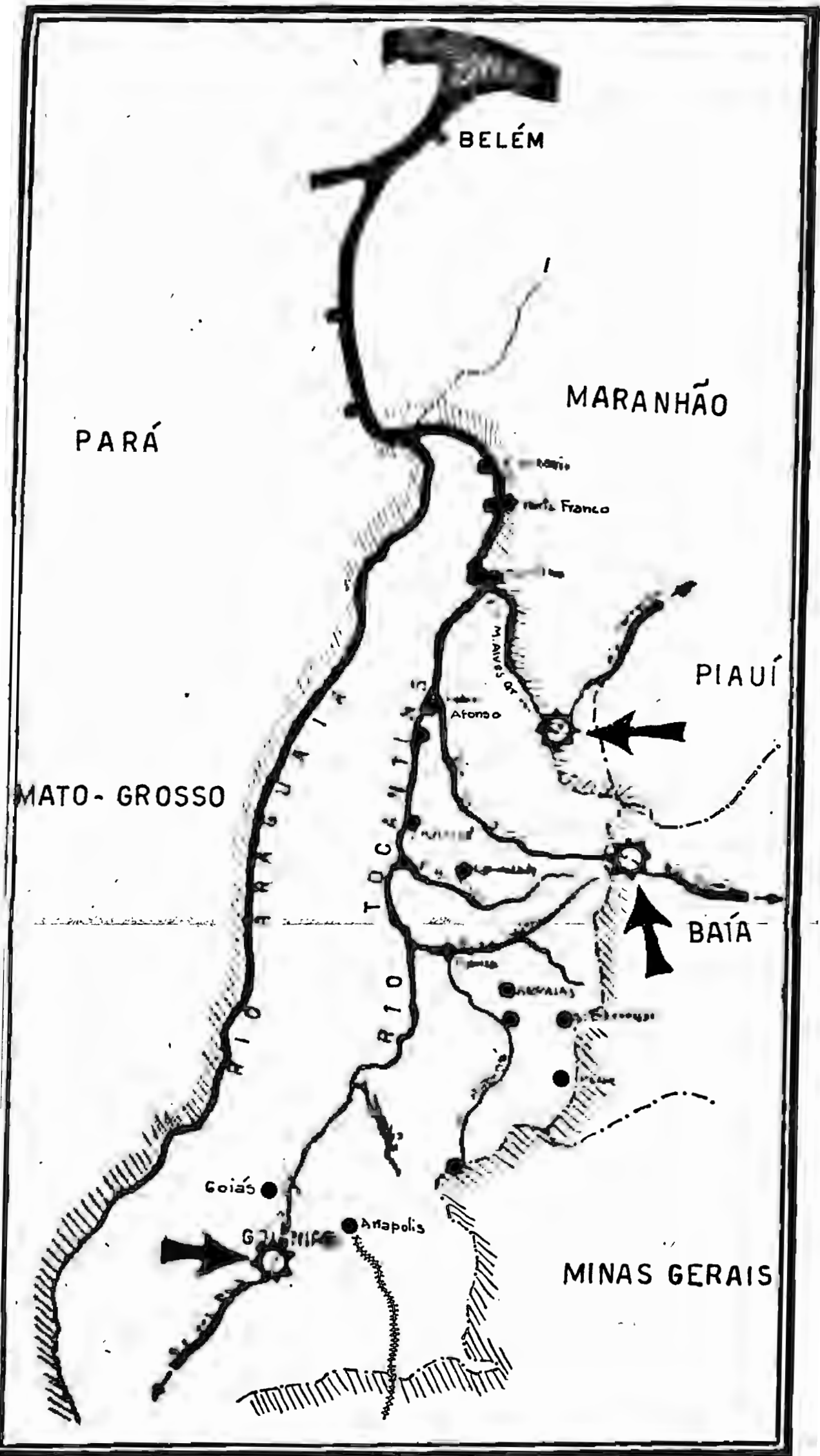


FIG. 9

Três grandes bacias, amazônica, platina e do São Francisco unem-se pelas águas do Tocantins e se ligam também ao rio Parnaíba.